



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 054 - QUARTA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 2011 - BRASÍLIA-DF

(*) Republicado, em 19/4/2011, para correção da capa.

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE		3º SECRETÁRIO
José Sarney - (PMDB-AP)		João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1ª VICE-PRESIDENTE		4º SECRETÁRIO
Marta Suplicy - (PT-SP)		Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE		
Wilson Santiago - (PMDB-PB)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO		1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)
Cícero Lucena - (PSDB-PB)		2º - João Durval - (PDT-BA)
2º SECRETÁRIO		3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
João Ribeiro - (PR-TO)		4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

LIDERANÇA

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30</p> <p>Líder Humberto Costa - PT</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 15 Humberto Costa</p> <p>Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias</p> <p>Líder do PR - 5 Magno Malta</p> <p>Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz</p> <p>Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque</p> <p>Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amelia</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim</p> <p>Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Mário Couto - PSDB (9)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (8) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6)</p> <p>Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)</p>
<p>PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL</p>	<p>PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS</p>	<p>PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p>
		<p>Governo Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.

Expediente	
<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 47ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 12 DE ABRIL DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2011, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que *denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da BR-116 desde a cidade de Fortaleza até a divisa do Ceará com Pernambuco*. 11014

Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para disciplinar a realização de eleições primárias para a escolha do candidato a Presidente da República*. 11018

Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2011, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que *acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalho junto ao FGTS para o pagamento de prestações ou amortização de saldo devedor de financiamento concedido aos estudantes de ensino superior, nas condições em que especifica*. 11019

Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2011, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que *autoriza a movimentação do saldo das contas vinculadas ao FGTS para pagamento de prestações habitacionais em atraso*. 11021

Projeto de Resolução nº 14, de 2011, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que *dispõe sobre o termo de ajuste, que poderá ser celebrado no âmbito das comissões temáticas*. 11023

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 14, de 2011, lido anteriormente.. 11032

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Homenagem pelo transcurso, hoje, do Dia do Obstetra..... 11032

SENADOR WILSON SANTIAGO – Considerações sobre o Programa Universidade para Todos (ProUni). 11036

SENADORA MARTA SUPLICY – Cumprimentos à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa pela iniciativa da criação da Subcomissão da Mulher; e outro assunto..... 11038

SENADOR PAULO PAIM – Alerta para a precariedade da fiscalização dos fundos de pensão; e outros assuntos. 11039

SENADOR VITAL DO RÉGO, como Líder – Considerações sobre a Medida Provisória nº 528/2011, que corrigiu em 4,5% a tabela do IRPF da pessoa física para os anos de 2011 a 2014. ... 11041

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Preocupação com os estragos causados na Universidade de Brasília em decorrência de forte chuva no último domingo. 11042

SENADOR GEOVANI BORGES – Apelo ao Governo do Amapá em favor da implementação de um política pesqueira naquele Estado..... 11043

SENADORA ANA RITA – Importância do Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010, que institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, na última quinta-feira..... 11046

SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA, como Líder – Registro da inauguração do novo aeroporto da cidade de Camocim/CE; e outro assunto..... 11048

SENADORA ANA AMELIA – Registro da realização hoje de convenção do Partido Progressista, na qual foi reeleito Presidente o Senador Francisco Dornelles; e outros assuntos. 11049

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Comentários sobre as manifestações de solidariedade pela morte das doze crianças na escola Tasso da Silveira, no bairro do Realengo, Rio de Janeiro; e outros assuntos. 11052

SENADORA ANGELA PORTELA – Alegria pela instalação da Subcomissão dos Direitos da Mulher, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. 11054

SENADOR ACIR GURGACZ, como Líder – Registro da visita, ontem, do Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, ao Estado de Rondônia; e outro assunto. 11056

SENADOR **EDUARDO SUPLICY** – Apresentação de requerimento de voto de pesar pelo falecimento do jornalista Elpidio Reali Júnior, no dia 9 do corrente. 11057

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 400, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Elpidio Reali Júnior. 11058

Nº 401, de 2011, de autoria do Senador José Sarney e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da Sessão do dia 5 de maio próximo seja dedicado a comemorar os 185 anos de instalação do Senado Federal. 11059

1.3. – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2011, que *autoriza a criação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. – ETAV; estabelece medidas voltadas a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; dispõe sobre a autorização para garantia do financiamento do Trem de Alta Velocidade – TAV, no trecho entre os Municípios do Rio de Janeiro – RJ e Campinas – SP; e dá outras providências.* (Proveniente da Medida Provisória nº 511, de 2010). Discussão adiada, por acordo de Lideranças. 11060

1.3.2 – Item 2

Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2011 (apresentado como conclusão do Parecer nº 65, de 2011-CAE), que *aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2010.* **Aprovado.** 11060

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2011 (Parecer nº 115, de 2011-CDIR). **Aprovada.** À Câmara dos Deputados. 11060

1.3.3 – Item 3

Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2011 (apresentado como conclusão do Parecer nº 66, de 2011-CAE), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2010.* **Aprovado.** 11060

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2011 (Parecer nº 116, de 2011-CDIR). **Aprovada.** À Câmara dos Deputados. 11060

1.3.4 – Item 4

Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2011 (apresentado como conclusão do Parecer nº 67, de 2011-CAE), que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2011.* **Aprovado.** 11061

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2011 (Parecer nº 117, de 2011-CDIR). **Aprovada.** À Câmara dos Deputados. 11061

1.3.5 – Item 5

Parecer nº 52, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 55, de 2011 (nº 76/2011, na origem), de iniciativa da Pre-

sidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Marcos Paulo Verissimo para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, na vaga do Sr. Fernando de Magalhães Furlan.* **Aprovado.** (Votação nominal) 11062

1.3.6 – Item 6

Parecer nº 53, de 2011, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 56, de 2011 (nº 76/2011, na origem), de iniciativa da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Elvino de Carvalho Mendonça para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, na vaga do Senhor César Costa Alves de Mattos.* **Aprovado.** (Votação nominal) 11065

1.3.7 – Item 7

Requerimento nº 271, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007 (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2007), além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Retirado da pauta nos termos do Requerimento nº 402, de 2011, lido e aprovado nesta oportunidade. 11067

1.3.8 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Discursos

SENADOR **RENAN CALHEIROS**, como Líder – Apoio à iniciativa do Presidente José Sarney de realização de um novo plebiscito sobre a proibição de venda de armas no Brasil. 11068

SENADOR **RANDOLFE RODRIGUES** – Preocupação com as fortes chuvas que ocorreram em seis municípios do Amapá. 11078

1.4.2 – Apreciação de matérias

Requerimento nº 392, de 2011, de autoria do Senador José Pimentel e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. **Aprovado.** 11080

Requerimento nº 401, de 2011, de autoria do Senador José Sarney e outros Srs. Senadores, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.** 11081

1.4.3 – Discursos (continuação)

SENADOR **ALVARO DIAS**, como Líder – Anúncio de apresentação de projeto que visa a estimular a adoção de eleições primárias pelos partidos políticos no País, o que, segundo S. Ex^a, ampliaria a participação democrática da população. 11081

1.4.4 – Leitura de projeto

Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2011, de autoria do Senador José Sarney e outros Srs. Senadores, que *convoca plebiscito sobre a*

comercialização de armas de fogo e munições no Brasil. 11082

1.4.5 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 260, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior. **Aprovado.** 11090

1.4.6 – Discursos (continuação)

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Relato dos problemas de energia elétricos enfrentados pelo Estado do Amazonas; e outros assuntos. 11090

SENADOR WALTER PINHEIRO, como Líder – Considerações acerca da segurança pública no Brasil, destacando a necessidade de implementação de políticas públicas e da priorização de investimentos para a área; e outros assuntos. 11095

SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Registro da concessão, pela Presidente Dilma Rousseff do milionésimo certificado de empreendedor individual. 11100

SENADOR INÁCIO ARRUDA, como Líder – Registro da realização do 7º Encontro Nacional do PCdoB, no próximo fim de semana, para tratar da organização partidária. 11103

SENADOR LINDBERGH FARIAS – Avaliação do momento que o País atravessa por ocasião do transcurso de 100 dias do Governo Dilma. 11104

SENADOR SÉRGIO PETECÃO, como Líder – Solidariedade ao povo acreano, sobretudo da capital, que vem sofrendo com a enchente do rio Acre; e outros assuntos. 11108

SENADOR WELLINGTON DIAS – Registro da visita de S. Ex^a a algumas obras concluídas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no Piauí; e outros assuntos. 11110

SENADOR EDUARDO AMORIM, como Líder – Considerações sobre o turismo no Estado de Sergipe. 11111

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Importância da audiência pública, ocorrida hoje, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, para discutir o projeto do Trem de Alta Velocidade; e outro assunto. 11112

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO – Reflexão sobre a situação do ensino superior no Brasil, especialmente no Estado do Piauí. 11113

SENADOR IVO CASSOL – Regozijo com a reeleição do Senador Francisco Dornelles para a presidência do Partido Progressista, durante convenção nacional do partido ocorrida hoje; e outros assuntos. 11115

SENADORA MARINOR BRITO – Registro da participação de S. Ex^a, hoje, no seminário “Energia e Desenvolvimento: a Luta contra as Hidrelétricas na Amazônia”, e leitura da Carta de Belém, aprovada naquele seminário. 11121

1.4.7 – Leitura de requerimentos

Nº 403, de 2011, de autoria do Senador Raulo de Rodrigues, solicitando informações ao Ministro de Estado da Defesa. 11124

Nº 404, de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sr^a Aracy Moebius de Carvalho Guimarães Rosa. 11125

Nº 405, de 2011, de autoria do Senador Luiz Henrique, solicitando a retirada do Requerimento nº 264, de 2011. **Deferido.** 11125

Nº 406, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado dos Transportes. 11125

Nº 407, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado da Defesa. 11126

Nº 408, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amelia, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sr^a Yolanda Marques Goulart. 11126

1.4.8 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 266, de 2011, na origem, encaminhando ao Congresso Nacional cópia de deliberação daquele Tribunal constatando indícios de irregularidade grave com recomendação de retenção parcial de valores em obra que menciona. 11126

1.4.9 – Comunicações

Do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, referente à aprovação do Requerimento nº 7, de 2011-CAE. (Ofício nº 66/2011, de 12 do corrente) 11127

Do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, de substituição de membro titular da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal. (Ofício nº 67/2011, de 12 do corrente) 11128

Do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, referente à instalação da Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. (Ofício nº 26/2011, de 6 do corrente) 11128

Do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, referente à instalação da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, e sua composição. (Ofício nº 22/2011, de 12 do corrente) 11128

Da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 529, de 2011. (Ofício nº 357/2011, de 12 do corrente) 11129

1.4.10 – Leitura de propostas de emenda à Constituição

Nº 24, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Inácio Arruda, que *acrescenta inciso ao art. 23 da Constituição Federal para incluir a proteção aos pedestres e aos condutores de veículos não motorizados entre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.* 11129

Nº 25, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Requião, que *altera a Constituição Federal, para vedar o exercício, por Deputado ou Senador, dos cargos de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de capital ou chefe de missão diplomática temporária.* 11135

1.4.11 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Anúncio do retorno ao Brasil de família amazonense que vivia no Japão e foi vítima do terremoto que abalou aquele país. 11140

SENADOR ROMERO JUCÁ – Balanço positivo dos primeiros 100 dias de governo da Presidente Dilma Rousseff. 11140

1.4.12 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 13, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 11141

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 12-4-2011

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 47ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 12 de abril de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, da Srª Marta Suplicy, e dos Srs. João Vicente Claudino, Eduardo Suplicy, João Pedro, Paulo Paim, Jayme Campos e Ivo Cassol

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e encerra-se às 22 horas e 18 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento

47ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 12/4/2011 06:58:30 até 12/4/2011 22:20:51

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	X
PT	ES	ANA RITA	X	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	
PR	MT	BLAÍRO MAGGI	X	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	X
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	X
PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	X
PT	SP	EDUARDO SUPlicy	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X	X
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PFS	MG	ITAMAR FRANCO	X	X
PP	RO	IVO CASSOL	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	X	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
PT	SP	MARTA SUPlicy	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	X
PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PMN	AC	SÉRGIO PETEÇÃO	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	X
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	X	X

Compareceram: 75 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, DE 2011

Denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da BR-116 desde a cidade de Fortaleza até a divisa do Ceará com Pernambuco .

O CONGRESSO NACIONAL decreta :

Art. 1º O trecho da rodovia BR-116 , desde a divisa do Estado de Pernambuco com o Estado do Ceará até a cidade de Fortaleza, passa a ser denominado Rodovia Padre Cícero Romão Batista.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

De origem humilde, o Padre Cícero Romão Batista nasceu no Crato, Estado do Ceará, no dia 24 de março de 1844. E se converteu em personalidade de mais alta importância para o povo cearense. Ocupou cargos públicos e é reverenciado e consagrado como santo pela população de meu estado, mesmo sem ter ainda sido canonizado pela Igreja Católica.

Homenagear um homem de sua estatura e importância é obrigação de qualquer cearense, que cumpro com a maior satisfação. Denominar o trecho cearense da BR-116 como Rodovia Padre Cícero Romão Batista é apenas uma singela maneira de demonstrar o carinho e respeito que temos em relação à essa notável figura. Através de escrutínio popular, Padre Cícero Romão Batista foi apontado pelos cearenses como a personalidade do século no Estado do Ceará.

Sua trajetória como padre interessado na solução dos problemas dos mais pobres em sua região de atuação, é meritória e um exemplo a ser seguido. Seu objetivo sempre foi buscar o progresso espiritual e material da comunidade a que atendia, com a maior abnegação.

Padre Cícero Romão Batista enfrentou dificuldades para concluir seus estudos, em especial após a morte do pai. Vocacionado, conseguiu ingressar no Seminário de Fortaleza com ajuda financeira do padrinho de crisma. Foi ordenado em 30 de novembro de 1870. Pouco tempo depois se estabeleceu no pequeno povoado de Juazeiro do Norte, ao ter tido a visão de Jesus Cristo lhe determinando cuidar do povo pobre.

O trabalho incansável lhe garantiu o respeito e papel de liderança na comunidade. Obteve o reconhecimento em todo o Ceará após o provável milagre ocorrido com uma das integrantes da irmandade leiga criada pelo Padre para apoiar seu trabalho. A beata Maria de Araújo, ao comungar, teve a hóstia transformada em sangue. O inquérito da Igreja concluiu pela negação do milagre e determinou a suspensão de ordem do Padre Cícero Romão Batista.

Para continuar a trabalhar pelos mais pobres e por sua comunidade, o Padre ingressou na política e foi eleito em 22 de julho de 1911 como o primeiro prefeito de Juazeiro do Norte. Conseguiu transformar o antigo povoado na segunda maior cidade do Estado do Ceará. Fez importantes obras e obteve grandes conquistas, sempre em prol do desenvolvimento do município.

Padre Cícero faleceu em 20 de julho de 1934, aos 90 anos de idade. Sua memória e seu trabalho são reverenciados por multidões deromeiros que visitam seu túmulo no Dia de Finados.

Diante da importância que essa grande e memorável figura do Padre Cícero Romão Batista tem para o povo cearense, contamos com o apoio dos nossos Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**

*LEGISLAÇÃO CITADA*Constituição da República Federativa do Brasil 1988

Art. 22. Compete privativamente à **União** legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

II - desapropriação;

III - requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

V - serviço postal;

VI - sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;

VII - política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;

VIII - comércio exterior e interestadual;

IX - diretrizes da política nacional de transportes;

X - regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;

XI - trânsito e transporte;

XII - jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;

XIII - nacionalidade, cidadania e naturalização;

XIV - populações indígenas;

XV - emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;

XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

XVII - organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes;

XVIII - sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais;

XIX - sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;

XX - sistemas de consórcios e sorteios;

XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;

XXII - competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;

XXIII - seguridade social;

XXIV - diretrizes e bases da educação nacional;

XXV - registros públicos;

XXVI - atividades nucleares de qualquer natureza;

XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXVIII - defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;

XXIX - propaganda comercial.

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979.

Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DE REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As estações terminais, obras-de-arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte terão a denominação das localidades em que se encontrem, cruzem ou interliguem, consoante a nomenclatura estabelecida pelo Plano Nacional de Viação.

Parágrafo único. Na execução do disposto neste artigo será ouvido, previamente, em cada caso, o órgão administrativo competente.

Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecidas no artigo anterior, uma estação terminal, obra-de-arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade.

Art. 3º São mantidas as denominações de estações terminais, obras-de-arte e trechos de via aprovadas por lei.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias, estabelecendo, inclusive, o início de sua execução.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 27 de agosto de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Eliseu Resende

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2011**Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para disciplinar a realização de eleições primárias para a escolha do candidato a Presidente da República.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do art. 7-A, com a seguinte redação:

Art. 7º-A. A escolha do candidato a Presidente da República poderá ser feita mediante realização de eleições primárias, conforme as normas estabelecidas no estatuto do partido e atendendo aos seguintes pressupostos:

I – a partir de 1º de abril até o primeiro domingo de junho do ano da eleição, dia em que se realizarão as eleições primárias, os pré-candidatos poderão fazer campanha eleitoral, não constituindo infração eleitoral o pedido de votos;

II – a Justiça Eleitoral poderá acompanhar todo o processo de escolha do candidato, expedindo o Tribunal Superior Eleitoral as instruções necessárias à sua realização e fiscalização.

III – os meios de comunicação poderão realizar debates entre os pré-candidatos, observando-se, no que couber, o disposto no art. 36-A;

IV – o candidato escolhido nas eleições primárias deverá ter a sua candidatura formalizada pela convenção, para fins de registro junto à Justiça Eleitoral.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição Federal.

Justificação

O nosso objetivo é instituir a eleição primária, no âmbito partidário, para a escolha do candidato a Presidente da República.

Trata-se de proposta que objetiva ampliar o número de participantes que tomarão a importante decisão de escolher o candidato do partido para concorrer à eleição presidencial, reduzindo, por conseguinte, o poder das cúpulas partidárias que, muitas vezes, fazem essa escolha mediante barganhas ou acordos espúrios.

Não pretendemos obrigar os partidos a realizarem eleições primárias, mas, sim, propiciar as condições materiais e institucionais para que os partidos possam

optar por fazê-las, mediante a assistência da Justiça Eleitoral que garanta aos partidos e coligações os meios e a lisura necessários ao processo de escolha do seu candidato a Presidente da República.

Não obstante a autonomia partidária assegurada pela nossa Lei Maior, o processo de escolha de candidato na eleição primária deve ser conduzido e fiscalizado pela Justiça Eleitoral para que tenha total credibilidade junto à sociedade.

A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 – Lei das Eleições – já prevê em seu art. 36-A, introduzido pela Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009 –, a realização de prévias partidárias. O nosso projeto vai, assim, ao encontro das recentes alterações na Lei Eleitoral, propondo uma disciplina específica para a realização dessas prévias, limitada, no entanto, à escolha do candidato a Presidente da República.

Não há dúvida que a nossa inspiração é o modelo americano que propicia, a cada quatro anos, o confronto de idéias entre os candidatos do mesmo partido para que possa ser escolhido um que concorrerá à Presidência da República já tendo as suas idéias aprovadas pela maioria dos simpatizantes de sua legenda.

De outro lado, as nossas diferenças histórico-políticas em relação aos Estados Unidos da América não recomendam que meramente transplantemos o seu modelo de eleições primárias, haja vista o nosso sistema eleitoral contar com uma Justiça Eleitoral que assume a responsabilidade pela condução de nosso processo eleitoral em todas as suas fases.

Diante do exposto, esperamos seja o projeto bem acolhido por todos os Pares que, acreditamos, comungam com as nossas idéias de que a democracia participativa deve começar no seio do partido em razão de ser ele, a nosso ver, o tirocínio da cidadania. – Senador **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Texto compilado**Mensagem de veto****Estabelece normas para as eleições.**

O Vice Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Disposições Gerais

Art 1º As eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Prefeito e Vice-Prefeito, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, De-

putado Distrital e Vereador dar-se-ão, em todo o País, no primeiro domingo de outubro do ano respectivo.

Parágrafo único. Serão realizadas simultaneamente as eleições:

Art. 7º As normas para a escolha e substituição dos candidatos e para a formação de coligações serão estabelecidas no estatuto do partido, observadas as disposições desta Lei.

§ 1º Em caso de omissão do estatuto, caberá ao órgão de direção nacional do partido estabelecer as normas a que se refere este artigo, publicando-as no Diário Oficial da União até cento e oitenta dias antes das eleições.

~~§ 2º Se a convenção partidária de nível inferior se opuser, na deliberação sobre coligações, às diretrizes legitimamente estabelecidas pela convenção nacional, os órgãos superiores do partido poderão, nos termos do respectivo estatuto, anular a deliberação e os atos dela decorrentes.~~

~~§ 3º Se, da anulação de que trata o parágrafo anterior, surgir necessidade de registro de novos candidatos, observar-se-ão, para os respectivos requerimentos, os prazos constantes dos §§ 1º e 3º do art. 13.~~

§ 2º Se a convenção partidária de nível inferior se opuser, na deliberação sobre coligações, às diretrizes legitimamente estabelecidas pelo órgão de direção nacional, nos termos do respectivo estatuto, poderá esse órgão anular a deliberação e os atos dela decorrentes. (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)

LEI Nº 12.034, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009

Mensagem de veto

Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 de setembro de 1997, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.

Art. 2º A Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 15-A. A responsabilidade, inclusive civil e trabalhista, cabe exclusivamente ao órgão partidário municipal, estadual ou nacional que tiver dado causa ao não cumprimento da obrigação, à violação de direito, a dano a outrem ou a qualquer ato ilícito, ex-

cluída a solidariedade de outros órgãos de direção partidária.” (NR)

“Art. 19.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, DE 2011

Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº. 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador junto ao FGTS para o pagamento de prestações ou amortização de saldo devedor de financiamento concedido aos estudantes de ensino superior, nas condições em que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº. 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XVI:

“Art. 20.

XVIII – pagamento de juros, amortização ou liquidação do contrato de financiamento de encargos educacionais junto a instituição de ensino superior para o trabalhador ou seus dependentes, desde que o rendimento do trabalho do titular da conta vinculada seja igual ou superior a R\$ 1.000,00 (mil reais) e inferior a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, apesar de se constituir patrimônio privado de seu titular, só pode ser movimentada em situações específicas. Trata-se, em realidade, de uma poupança forçada do trabalhador, cujos recursos só serão acessíveis nas hipóteses de demissão sem justa causa, doença grave, falecimento ou aquisição da moradia própria.

O objetivo do presente projeto de lei é permitir que os trabalhadores de renda média possam utilizar os recursos de suas contas vinculadas no pagamento das prestações, na amortização ou na liquidação do saldo de financiamento de encargos educacionais junto a instituições privadas de ensino superior.

Tal medida contribuirá para a ampliação das possibilidades de acesso do próprio trabalhador ou de seus dependentes ao ensino superior, aumentando suas

oportunidades de emprego e ascensão profissional. Constituir-se-á, também, em garantia adicional para a concessão desses créditos.

Tendo em vista o elevado alcance social desta proposição, temos a certeza de contar com o apoio dos ilustres Pares à sua aprovação. – Senadora **Eunício Oliveira**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990

.....
Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

I – despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.197-43, de 2001)

~~II – extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, ou ainda falecimento do empregador individual sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;~~

II – extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, declaração de nulidade do contrato de trabalho nas condições do art. 19-A, ou ainda falecimento do empregador individual sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

III – aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV – falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento;

V – pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), desde que:

a) o mutuário conte com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de 12 (doze) meses;

c) o valor do abatimento atinja, no máximo, 80 (oitenta) por cento do montante da prestação;

VI – liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de 2 (dois) anos para cada movimentação;

~~VII – pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:~~

VII – pagamento total ou parcial do preço de aquisição de moradia própria, ou lote urbanizado de interesse social não construído, observadas as seguintes condições: (Redação dada pela Lei nº 11.977, de 2009)

a) o mutuário deverá contar com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes;

b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH;

~~VIII – quando permanecer 3 (três) anos ininterruptos, a partir da vigência desta lei, sem crédito de depósitos;~~

VIII – quando o trabalhador permanecer três anos ininterruptos, a partir de 1º de junho de 1990, fora do regime do FGTS, podendo o saque, neste caso, ser efetuado a partir do mês de aniversário do titular da conta. (Redação dada pela Lei nº 8.678, de 1993)

IX – extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

X – suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 90 (noventa) dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.

XI – quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna. (Incluído pela Lei nº 8.922, de 1994)

XII – aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização, regidos pela Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, permitida a utilização máxima de 50 % (cinquenta por cento) do saldo existente e disponível em sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na data em que exercer a opção. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997) (Vide Decreto nº 2.430, 1997)

XIII – quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

XIV – quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes estiver em estágio terminal, em razão de doença grave, nos termos do regulamento; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

XV – quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a setenta anos. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

XVI – necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorra de desastre natural, conforme disposto em regulamento, observadas as seguintes condições: (Incluído pela Lei nº 10.878, de 2004) Regulamento Regulamento

a) o trabalhador deverá ser residente em áreas comprovadamente atingidas de Município ou do Distrito Federal em situação de emergência ou em estado de calamidade pública, formalmente reconhecidos pelo Governo Federal; (Incluído pela Lei nº 10.878, de 2004)

b) a solicitação de movimentação da conta vinculada será admitida até 90 (noventa) dias após a publicação do ato de reconhecimento, pelo Governo Federal, da situação de emergência ou de estado de calamidade pública; e (Incluído pela Lei nº 10.878, de 2004)

c) o valor máximo do saque da conta vinculada será definido na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 10.878, de 2004)

~~XVII – integralização de cotas do FI-FGTS, respeitado o disposto no art. 5º, inciso XIII, alínea “i”, permitida a utilização máxima de dez por cento do saldo existente e disponível na data em que exercer a opção. (Incluído pela Medida Provisória nº 349, de 2007)~~

~~XVII – integralização de cotas do FI-FGTS, respeitado o disposto na alínea i do inciso XIII do caput do art. 5º desta Lei, permitida a utilização máxima de 10% (dez por cento) do saldo existente e disponível na data em que exercer a opção. (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)~~

XVII – integralização de cotas do FI-FGTS, respeitado o disposto na alínea i do inciso XIII do art. 5º desta Lei, permitida a utilização máxima de 30% (trinta por cento) do saldo existente e disponível na data em que exercer a opção. (Redação dada pela Lei nº 12.087, de 2009)

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, DE 2011

Autoriza a movimentação do saldo das contas vinculadas ao FGTS para pagamento de prestações habitacionais em atraso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20.

VI – liquidação ou amortização extraordinária de saldo devedor de financiamento imobiliário, pagamento de prestações em atraso, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido nas condições vigentes para o Sistema Financeiro de Habitação – SFH e haja interstício mínimo de dois anos para cada movimentação”, (NR).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Com o presente projeto, pretendemos sanar uma imperdoável falha existente na Lei nº 8.036/90, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Como se sabe, uma das finalidades do FGTS é permitir ao trabalhador de baixa renda a tão sonhada aquisição de casa própria.

No entanto, a referida Lei não socorre o trabalhador nos momentos mais dramáticos de sua vida, quando, por motivos alheios à sua vontade, na maioria das vezes em razão de desemprego fortuito, ele deixa de pagar em dia as prestações do financiamento a que se obrigou. Nesses casos, o trabalhador vê-se impedido de utilizar os recursos de sua conta vinculada ao FGTS, recursos que, é bom frisar, são seus de pleno direito, o que o impossibilita de arcar com as prestações com as quais se obrigou.

A lei que aqui proponho visa a garantir ao trabalhador acesso aos recursos do FGTS, contribuindo para a redução do déficit habitacional no Brasil, importante indicador para que o país alcance as Metas de Desenvolvimento do Milênio.

Sala das Sessões,

EUNÍCIO OLIVEIRA
Senador da República
(PMDB/CE)

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990

Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

VI - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de 2 (dois) anos para cada movimentação;

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT
– SP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão
publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto de resolução que passo
a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 14, DE 2011

Dispõe sobre o termo de ajuste, que poderá
ser celebrado no âmbito das comissões
temáticas.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Os art. 90 e 93 da Resolução nº 93, de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal, passam a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se o parágrafo único do art. 90 como § 1º:

“Art. 90.
.....

§ 2º No exercício das competências de que trata este artigo, a Comissão e as pessoas convocadas ou convidadas, representantes do poder público ou de entidades da sociedade civil, poderão, ao final de cada audiência pública, lavrar termo de ajuste.

§ 3º Do termo de ajuste de que trata o § 2º, deverão constar, no mínimo, os objetivos acertados entre as partes, incluindo metas, regras e prazos, para o cumprimento das ações acordadas.

§ 4º A Comissão em que for celebrado o termo de ajuste de que tratam os §§ 2º e 3º fiscalizará o seu cumprimento.

§ 5º Identificado o descumprimento do termo de ajuste, competirá à Comissão propor as medidas cabíveis no âmbito da competência do Senado Federal.” (NR)

“Art. 93.
.....

§ 3º Quando a audiência pública tratar de assunto de interesse público relevante, a Comissão e as partes convidadas ou convocadas poderão firmar termo de ajuste, formalizando os objetivos, metas, e prazos acordados.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de resolução pretende instituir um mecanismo capaz de dotar de maior eficácia os resultados obtidos nas audiências realizadas pelas comissões do Senado Federal.

A proposição não apenas encontra respaldo nas normas constitucionais mencionadas a seguir, como pretende que algumas delas venham a produzir resultados mais efetivos. São as seguintes as normas que balizam este projeto:

- art. 49, incs. IX e X, da CF/1988: é competência exclusiva do Congresso a apreciação da execução dos planos de governo e a fiscalização e controle, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

- art. 50, **caput** e §§ 1º e 2º, da CF/88: o Senado, ou qualquer de suas comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada; ademais, a Mesa do Senado poderá encaminhar pedido escrito de informação, também importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas;

- art. 58, § 2º, da CF/1988: a Constituição estabelece funções de fiscalização e controle em geral para o Congresso Nacional, competindo às comissões, em especial, realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil; convocar Ministros de Estado para prestar informações; receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas; solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão; apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

- art. 71, **caput** e incs. IV, VII, IX e X, da CF/1988: o controle externo será exercido pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, o qual poderá, em especial, realizar, por iniciativa do Senado, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; prestar as informações solicitadas pelo Senado ou por qualquer das respectivas comissões; assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade; sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado; sendo que as decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

Como se deduz da análise dos dispositivos acima mencionados, observa-se que a Constituição Federal desenha, em linhas gerais, o papel fiscalizatório do Poder Legislativo – não apenas para o seu órgão auxiliar, que é o Tribunal de Contas.

O Poder Legislativo não tem apenas a competência para legislar; tem também a competência para fiscalizar se as normas legisladas estão sendo cumpridas, se as políticas públicas veiculadas por meio dos atos normativos estão sendo efetivas e efetivadas.

Da fiscalização dos atos e dos planos de governo, se o Poder Legislativo observar o não-atendimento do estabelecido em lei, como mandatário de seus representados, poderá servir de mediador para o alcance do bem público, conciliando interesses, conformando-os à realidade do país. Afinal, a sociedade brasileira será a maior beneficiária da solução pacífica, efetiva e desburocratizada dos conflitos.

E se não forem cumpridos os termos lavrados no instrumento previsto neste projeto de resolução, a Comissão poderá propor as providências que julgar cabíveis, dentro das competências do Senado Federal, como, por exemplo, a convocação de Ministro de Estado para prestação de informações, a solicitação ao TCU para realização de inspeções e auditorias, o encaminhamento do termo para Ministério Público, ou a instauração de comissão parlamentar de inquérito. Ora, se o Tribunal de Contas, como órgão auxiliar do Poder Legislativo, pode assinar prazo para que o órgão ou entidade adote providências necessárias para o exato cumprimento da lei, por que esta Casa não poderia?

Assim, a proposta de dotar esta Casa do instrumento “termo de ajuste” objetiva fortalecer as práticas que já vêm ocorrendo nas audiências públicas desta Casa, dando concretude aos encaminhamentos que resultarem do arbitramento político exercido pelos Parlamentares. E mais: propõe-se a ser um meio para resgatar a centralidade da função de fiscalização e controle atribuída pela Constituição Federal, bem como para ser mais um meio de qualificação da elaboração normativa como atividade inerente à Casa.

Importante pontuar que, diante do fenômeno contemporâneo que a sociologia jurídica denomina como “inflação legislativa”, nós, Parlamentares, não temos de nos furtar da atividade legiferante, razão de existir deste Poder. Contudo, é igualmente imperioso – pois também advém das competências atribuídas pela Constituição Federal – que analisemos as reais demandas geradas pelos problemas atuais, que muitas vezes não decorrem de ausência ou imprecisão legislativa, evocando soluções negociadas para alcançarmos a efetividade dos direitos postos.

Por fim, convém desde já esclarecer que, embora seja semelhante aos outros institutos, como o “termo de ajustamento de conduta” (TAC) utilizado pelo Ministério Público, ou “compromisso de cessação de prática” celebrado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), no que tange ao estabelecimento de acordo entre as partes para cumprimento de compromisso firmado e ao caráter facultativo da celebração do termo, a proposta ora veiculada neste projeto de resolução não gera os mesmos efeitos em caso de descumprimento, uma vez que não se trata de título executivo extrajudicial, não se propõe os meios tradicionais de coerção ou não evita o ajuizamento de ação civil pública. O projeto de resolução que agora apresentamos aposta no concerto político como meio para o estabelecimento de compromisso eficaz.

Com base nesses argumentos, conclamamos nossos Ilustres Pares a aprovarem a matéria o mais rápido possível.

Sala das Sessões,

Senador **LINDBERGH FARIAS**

*LEGISLAÇÃO CITADA***CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

- I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
- II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI - mudar temporariamente sua sede;

VII - fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

XIII - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

XIV - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

.....

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

§ 1º - Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

§ 2º - As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

.....

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º - Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

§ 2º - às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

§ 3º - As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 4º - Durante o recesso, haverá uma Comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento comum, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária.

.....

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º - No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º - Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 3º - As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 4º - O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

RESOLUÇÃO nº 93, DE 1970 – REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Art. 90. Às comissões compete:

- I – discutir e votar projeto de lei nos termos do art. 91 (Const., art. 58, § 2º, I);
- II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil (Const., art. 58, § 2º, II);
- III – convocar Ministros de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições e ouvir os Ministros quando no exercício da faculdade prevista no art. 50, § 1º, da Constituição (Const., arts. 50 e 58, § 2º, III);
- IV – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas (Const., art. 58, § 2º, VI);
- V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão (Const., art. 58, § 2º, V);
- VI – apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer (Const., art. 58, § 2º, VI);
- VII – propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar (Const., art. 49, V);
- VIII – acompanhar junto ao Governo a elaboração da proposta orçamentária, bem como sua execução;
- IX – acompanhar, fiscalizar e controlar as políticas governamentais pertinentes às áreas de sua competência;

X – exercer a fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, e quanto às questões relativas à competência privativa do Senado (Const., arts. 49, X, e 52, V a IX);

XI – estudar qualquer assunto compreendido nas atribuições do Senado, propondo as medidas legislativas cabíveis;

XII – opinar sobre o mérito das proposições submetidas ao seu exame, emitindo o respectivo parecer;

XIII – realizar diligência.

Parágrafo único. Ao depoimento de testemunhas e autoridades aplicam-se, no que couber, as disposições do Código de Processo Civil. (NR)

Art. 93. A audiência pública será realizada pela comissão para: I – instruir

matéria sob sua apreciação;

II – tratar de assunto de interesse público relevante.

§ 1º A audiência pública poderá ser realizada por solicitação de entidade da sociedade civil.

§ 2º A audiência prevista para o disposto no inciso I poderá ser dispensada por deliberação da comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP)

– A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 14, de 2011**.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, peço a minha inscrição como Líder. Creio que já chegou à Mesa a indicação para que eu fale pela Liderança do PTB.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Já chegou, Senador Mozarildo. V. Exª está inscrito pelo PTB.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, peço que seja inscrito em primeiro lugar para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Geovani.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem, Srª Presidente. Inscrevo-me para falar pela Liderança na condição de 1º Vice-Líder do PMDB e na ausência da Liderança no painel.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª está inscrito pela Liderança do PMDB.

Com a palavra o primeiro orador inscrito do dia, Senador Wilson Santiago, do PMDB.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Srª Presidente, se o Regimento permitir inverter com o companheiro...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não há problema algum.

Então, pela Liderança, tem a palavra o Senador Mozarildo e, em seguida, V. Exª.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srª Presi-

dente, Senadora Marta Suplicy, Srªs e Srs. Senadores, quero hoje fazer um registro que para mim é muito caro e, ao mesmo tempo, me emociona. Hoje é o Dia do Obstetra, data comemorada em todo o mundo e mesmo no país.

E o que é o obstetra? É o profissional responsável pelo fato mais importante na vida de uma mulher, que é o nascimento de um filho, enfim de uma nova vida.

A obstetrícia é o ramo da medicina que estuda a reprodução na mulher. Investiga a gestação, o parto e o puerpério nos seus aspectos fisiológicos e patológicos. O obstetra é o médico especialista que cuida do desenvolvimento do feto, além de prestar assistência à mulher nos períodos da gravidez e pós-parto – que nós chamamos de puerpério. O termo “obstetrícia” vem da palavra latina **obstetrix**, que é derivada do verbo **obstare** (ficar ao lado). No tempo de faculdade era comum a gozação de que o obstetra era apenas um observador da natureza; enquanto a mulher tinha seu filho, o obstetra ficava ao lado observando. Para alguns, seria relativo à “mulher assistindo à parturiente” ou “mulher que presta auxílio” – segundo informações de minha mãe, todos os partos dela foram feitos por uma parteira. As mulheres é que cuidavam dos partos.

O santo protetor dos recém-nascidos é São Zenão de Verona, e já que o obstetra é, na maioria das vezes, o grande responsável pelo nascimento de um bebê, a mesma data foi reservada para homenagear esse profissional.

Esse santo nasceu por volta do ano 300 d.C. na Mauritânia, norte da África. Conta a lenda que, ainda recém-nascido, as fadas, por travessura, roubaram-no e colocaram em seu lugar uma criança feia. Ele foi bispo da cidade de Verona, na Itália, e também é considerado o padroeiro das

crianças que estão aprendendo a andar e dos pescadores. São Zenão morreu no dia 12 de abril de 371.

O médico acompanha a gravidez desde o primeiro dia da gestação através do pré-natal. E aqui é importante ressaltar que, talvez, o trabalho mais importante do obstetra seja justamente cuidar do pré-natal, que envolve uma série de exames e orientação nutricional para que o feto se desenvolva com saúde. O objetivo desse tratamento é que a gravidez não apresente risco para a mãe nem para o feto. Além disso, seguir a orientação do obstetra e ter um bom acompanhamento pré-natal também reduz as chances de aborto.

A gestação é um tempo único, um tempo de proteger e também de sentir-se protegida, tempo de se preparar para receber o melhor presente da vida.

A obstetrícia, enquanto conjunto de práticas, teve sua origem no conhecimento acumulado pelas parteiras – aqui a minha homenagem às parteiras de todo o Brasil, que hoje são treinadas, são preparadas para agirem realmente como parteiras, recebendo instrumental adequado, material adequado para fazer um parto com segurança –, sendo a participação destas predominantemente feminina. Desconhecem-se registros na literatura feitos pelas parteiras em relação aos primórdios da sua prática.

Um dos paradigmas que existiam na assistência ao parto era que a parturição se devia a um processo natural, fazendo com que, por muito tempo, a prática médico-cirúrgica permanecesse latente, bem como a participação masculina no parto – na assistência ao parto é relativamente recente.

O nascimento da obstetrícia sob tutela cirúrgica direcionou um saber mais voltado para a técnica, deixando de lado as particularidades da gestação e do parto.

Eu não vou ler tudo, Senadora Marta, mas peço que seja considerado na íntegra este meu pronunciamento. Mas eu ainda vou fazer algumas observações sobre o tema, até porque eu fui o obstetra que fez o parto dos meus três filhos. Contrariando a recomendação ética, fiz o parto dos meus três filhos, fui obstetra da minha própria esposa.

Chamo atenção para um fato para valorizar essa especialidade. Trata-se de uma distorção sobre a qual é fundamental refletirmos.

Olhe quanto paga o SUS, Senador Vital, por um parto normal: R\$403. E quanto ele paga por uma cesariana? R\$545. Esse valor próximo ao da cesariana seria para estimular a prática do parto normal, mas teve efeito contrário, porque, sendo equivalentes os valores pagos para o parto normal e para a cesariana, é evidente que, tanto a paciente quanto o médico, optam pela cesariana. A estatística mostra que a incidência de cesariana no Brasil é muito alta, e está aqui a raiz do problema. O médico vai perder muitas horas num

parto normal, a mulher não quer passar tantas horas sofrendo contrações, e termina que a opção é pela cesariana, ainda que esta não seja a melhor opção.

É importante notar que, nos planos de saúde, não muda muito. O valor de um parto normal num plano de saúde é de R\$973 e o de uma cesariana é de R\$1.445. Estou chamando a atenção para valores ainda que não seja essa a ênfase do médico. A preocupação maior do obstetra não é quanto ele vai receber depois de fazer um parto, uma cesariana ou qualquer procedimento que vise resguardar a vida de suas parturientes e dos recém-nascidos, mas é evidente que, infelizmente, isso causa uma distorção na atuação dos profissionais dessa área.

Peço o registro desses dados e espero futuramente abordá-lo profundamente.

Sr^a Presidente, também peço que conste como parte do meu pronunciamento de hoje a relação dos médicos obstetras do meu Estado de Roraima. É uma homenagem a todos aqueles que ainda hoje praticam a obstetrícia no meu Estado. Se eu estivesse ainda exercendo a profissão, seria o obstetra mais antigo do Estado, mas, como não o faço mais, homenageio todos os que ainda estão lá exercendo essa prática que considero uma das mais bonitas da medicina: você tem a vida da parturiente nas suas mãos e, ao mesmo tempo, tem a vida do recém-nascido.

Repito: foi para mim uma grande honra, ainda que tenha contrariado as recomendações, ter sido obstetra da minha própria esposa, ter feito o parto dos meus três filhos.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, no dia 12 de abril, é comemorado o Dia do Obstetra, profissional responsável pelo fato mais importante na vida de uma mulher, o nascimento de um filho, de uma nova vida.

A obstetrícia é o ramo da medicina que estuda a reprodução na mulher. Investiga a gestação, o parto e o puerpério nos seus aspectos fisiológicos e patológicos. O obstetra é o médico especialista que cuida do desenvolvimento do feto, além de prestar assistência à mulher nos períodos da gravidez e pós-parto (puerpério). O termo “obstetrícia” vem da palavra latina “obstetrix”, que é derivada do verbo “obstare” (ficar ao lado). Para alguns, seria relativo à “mulher assistindo à parturiente” ou “mulher que presta auxílio”.

O santo protetor dos recém-nascidos é São Zenão de Verona, e já que o obstetra é, na maioria das vezes, o grande responsável pelo nascimento de um bebê, a mesma data foi reservada para homenagear este profissional.

São Zenão de Verona nasceu por volta do ano 300 d.C. na Mauritânia, norte da África. Conta a lenda que, ainda recém-nascido, as fadas, por travessura, o roubaram e colocaram em seu lugar uma criança feia. Ele foi bispo da cidade de Verona, na Itália, e também é considerado o padroeiro das crianças que estão aprendendo a andar e dos pescadores. São Zenão morreu no dia 12 de abril de 371.

O médico acompanha a gravidez desde o primeiro dia da gestação através do Pré-Natal, que envolve uma série de exames e orientação nutricional, para que o feto se desenvolva com saúde. O objetivo do tratamento é que a gravidez não apresente risco para a mãe nem para o feto. Além disso, seguir a orientação do obstetra e ter um bom acompanhamento Pré-Natal também reduz as chances de aborto.

A gestação é um tempo único. Um tempo de proteger e também de sentir-se protegida. Tempo de se preparar para receber o melhor presente da vida.

A obstetrícia, enquanto conjunto de práticas tócológicas, teve sua origem no conhecimento acumulado pelas parteiras, sendo a participação destas predominantemente feminina. Desconhece-se registros na literatura feitos pelas parteiras em relação aos primórdios da sua prática. Um dos paradigmas que existiam na

assistência ao parto era que a parturição se devia a um processo natural, fazendo com que, por muito tempo, a prática médico-cirúrgica permanecesse latente, bem como a participação masculina no parto.

O nascimento da obstetrícia sob tutela cirúrgica direcionou um saber mais voltado para a técnica deixando de lado as particularidades da gestação e do parto. O fórceps obstétrico foi o evento influenciador na aceitação da obstetrícia como uma área técnica e científica, onde foi incorporado o conceito de que o parto era perigoso e a presença de um médico era imprescindível, inaugurando o estopim da disputa profissional entre médicos e parteiras.

No Brasil, o declínio da prática da parteira no final do século XIX ocorreu quando se instalou o paradigma médico de que a atenção ao parto é estritamente intervencionista. Ginecologia e Obstetrícia constitui 11,8% das sessenta e cinco especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina como especialidades médicas.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

34717030	HISTERECTOMIA COM ANÉXECTOMIA UNI OU BILATERAL	1.089,97	1.600,25
34719032	AMPUTAÇÃO CÔNICA DE COLO DE ÚTERO COM COLPECTOMIA	927,53	1.378,09
35001011	PARTO NORMAL	403,08	973,90
35006013	PARTO COM MANOBRAS	401,08	973,90
35007010	PARTO COM ECLAMPSIA	338,72	973,90
35008016	CIRURGIA DA PRENHEZ ECTÓPICA	437,31	1.138,53
35009012	CESARIANA	545,73	1.445,75
35011017	HISTERECTOMIA PUERPERAL	463,92	1.518,50
35012013	LAPAROTOMIA PARA HISTERORRAFIA	376,13	881,91
35013010	EMBRIOTOMIA	216,66	973,89
35014016	CURETAGEM POS ABORTO	171,07	391,85
35015012	TRATAMENTO CIRÚRGICO DA INVERSÃO UTERINA AGUDA POS PARTO	419,64	1.087,67
35016019	REDUÇÃO MANUAL INVERSÃO UTERINA AGUDA POS-PARTO	127,57	391,85
35017015	DESCOLAMENTO MANUAL DA PLACENTA	157,81	391,85
35018011	CERCLAGEM DO COLO UTERINO	157,98	391,85
35019018	SUTURA DE LACERAÇÕES DO TRAJETO PELVICO	138,64	391,85
35025018	PARTO NORMAL - EXCLUSIVAMENTE PARA HOSPITAIS AMIGOS DA CRIANÇA	424,20	1.157,65
35026014	CESARIANA - EXCLUSIVAMENTE PARA HOSPITAIS AMIGOS DA CRIANÇA	591,63	1.322,94
35027010	PARTO NORMAL EM GESTANTE DE ALTO RISCO	571,48	1.339,12
35028017	CESARIANA EM GESTANTE DE ALTO RISCO	848,51	1.519,35
35031018	INTERCORRENCIA OBSTÉTRICA NA GRAVIDEZ EM GESTANTE DE ALTO RISCO	473,81	1.000,97
35032014	INTERCORRENCIA OBSTÉTRICA EM ATENDIMENTO SECUNDÁRIO A GESTANTE DE ALTO RISCO	388,61	1.000,97
35080019	PARTO NORMAL SEM DISTÓCIA REALIZADO POR ENFERMEIRO(A) OBSTETRA	399,69	833,88
35082011	CESARIANA COM LAQUEADURA TUBÁRIA EM PACIENTE COM CESARIANA(S) SUCESSIVA(S)	443,68	1.380,54
35084014	CESARIANA COM LAQUEADURA TUBÁRIA EM PACIENTE COM CESARIANA(S) SUCESSIVA(S)	561,09	1.380,54
35085010	CESARIANA COM LAQUEADURA TUBÁRIA EM PACIENTE COM CESARIANAS SUCESSIVA(S) A	686,11	1.380,54
35086017	ASSIST AO PERÍODO PREMONITÓRIO E AO PARTO NORMAL SEM DISTÓCIA EM CENTRO DE	311,79	342,81
35087013	ASSISTÊNCIA AO PERÍODO PREMONITÓRIO E AO PARTO NORMAL SEM DISTÓCIA EM CENT	315,39	365,86
35088010	ESVAZIAMENTO UTERINO POS ABORTO POR ASPIRAÇÃO MANUAL INTRA-UTERINA (AMIU)	124,83	218,45
36001023	CAUTERIZAÇÃO DA CÔRNEA	22,93	95,55
36001040	CAPSULECTOMIA DO CRISTALINO	161,19	462,00
36001058	RETIRADA DE CISTICERCO INTRA-OCULAR	619,17	902,95
36001066	SUTURA DE ESCLERA	161,19	445,35
36001074	ENUCLEAÇÃO DO GLOBO OCULAR	161,19	580,35
36001082	CICLODIALISE	310,57	580,22
36001104	RETINOPEXIA PRIMÁRIA	639,80	1.005,24
36001112	TRATAMENTO CIRÚRGICO DO ESTRABISMO	405,68	636,96

CRM	NOME	ESPECIALIDADE
148	MAGNÓLIA DE SOUSA MONTEIRO ROCHA	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
498	GREGÓRIO ENRIQUE SILVA BORDONES	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
1092	ANDRÉ CHAVES DE CASTRO SANTOS	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
45	ODETE IRENE	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
62	WILSON FRANCO	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
90	LÚCIO ELBER LICARIÃO TÁVORA	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
96	FRANCINEA RODRIGUES DE MOURA	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
99	MARIA DE JESUS VIEIRA DE CARVALHO	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
101	PAULO ROBERTO DE LIMA	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
133	JOSÉ MOZART HOLANDA PINHEIRO	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
138	MARCOS A. CHAVES CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
145	MÁRIO CÉZAR CALEGARI	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
166	SULAMITA FERREIRA	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
176	EUGÊNIA GLAUCY MOURA FERREIRA	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
327	TOMÁS SEGUNDO ESPINOSA HURTADO	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
328	RITACLEY BARBOSA DE CASTRO	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
329	ALDA REGINA GONÇALEZ MENDES	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
384	SÔNIA MARIA COELHO	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
421	SIMEI MONTEIRO AYRES DE OLIVEIRA	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
535	MURILO MORAES MELLO	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
737	EMÍLIA MARIA FREITAS ALEXANDRINO	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
809	MARIA CATIA MENDES RODRIGUES	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
823	CARLOS ROBERTO CASTRO VIEIRA	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
870	MARCELO WANDERLEY DE MELLO	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
876	SYMONE SOUZA SILVA	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
964	GECEL FERREIRA	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
1018	JORDANA PATRÍCIA MELO LIMA	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
1054	JORDÂNIA DE SOUZA THOMÉ GUEDÊLHA	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
1158	WILSON MORAIS	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
1240	LUCIANA CABUS ARCOVERDE	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
1242	SANDRA VASCONCELOS ROCHA	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
965	FERNANDA ROSA PENNA PELLIZZETI	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
1160	CRISTIANE GRECA DE BORN	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA C/ ÁREA DE ATUAÇÃO EM MEDICINA FETAL
1286	HUGO ALBERTO SAYAN NAPURI	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA C/ ÁREA DE ATUAÇÃO EM MEDICINA FETAL
221	JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO FILHO	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA C/ ÁREA DE ATUAÇÃO ULTRAS.GINECOLOGIA E E OBSTETRÍCIA
651	ELIZABETE CRISTINA OLIVEIRA LEITÃO	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA C/ ÁREA DE ATUAÇÃO ULTRAS.GINECOLOGIA E E OBSTETRÍCIA
252	ALCIONE LIRA DE MESQUITA	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA C/ ÁREA DE ATUAÇÃO ULTRAS.GINECOLOGIA E E OBSTETRÍCIA
327	TOMÁS SEGUNDO ESPINOSA HURTADO	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA C/ ÁREA DE ATUAÇÃO ULTRAS.GINECOLOGIA E E OBSTETRÍCIA
494	ELIZABETH DE LA T. C.P. SABOYA CHACON	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA C/ ÁREA DE ATUAÇÃO ULTRAS.GINECOLOGIA E E OBSTETRÍCIA
549	ORLANDO DE JESUS BASTARDO ROBERT	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA C/ ÁREA DE ATUAÇÃO ULTRAS.GINECOLOGIA E E OBSTETRÍCIA
1228	RONNYE EDER GONÇALVES MOREIRA	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA C/ ÁREA DE ATUAÇÃO ULTRAS.GINECOLOGIA E E OBSTETRÍCIA

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Belas palavras sobre a profissão do obstetra, Senador Mozarildo Cavalcanti!

Concedo a palavra ao Senador Wilson Santiago, como orador inscrito.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy, Srs. Senadores, demais Srªs Senadoras, companheiros desta Casa, considero o Programa Universidade para Todos, o ProUni, Senador Eduardo Suplicy, uma das melhores iniciativas tomadas pelo Governo Federal na última década. E tenho boas razões para isso. A principal delas reside no fato de que o Programa identifica e corrige, ao menos em parte, uma desigualdade muito grande existente nas condições de acesso ao ensino superior no Brasil. É que, infelizmente, não bastassem os obstáculos naturalmente decorrentes da pobreza, os estudantes carentes, em sua maioria egressos da escola pública, ainda apresentam menor nível de preparação escolar em comparação com os que têm meios de estudar numa instituição particular de ensino médio. Esse é um dos motivos pelos quais o aluno pobre, de modo absolutamente injusto, tem menos chance de ingressar em uma universidade pública, Senador Vital do Rêgo.

Por isso, o ProUni reserva, junto às instituições de ensino superior privadas, vagas que serão disputadas apenas pelo segmento estudantil menos favorecido, por meio da nota obtida no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), obedecendo algumas das condições preliminares. Uma delas é que o pretendente ao benefício seja egresso da escola pública ou tenha cursado a escola privada na condição de bolsista integral. Outra condição é que a renda média familiar seja de até um e meio salário mínimo; nesse caso, o estudante está habilitado a receber uma bolsa integral de estudos, pelo período de duração do curso. Por sua vez, estudantes cuja família tenha renda média situada na faixa entre um e meio e três salários mínimo somente poderão ser contemplados com bolsas parciais, que são de 25% ou de 50% do valor da mensalidade, Senadora Marta Suplicy.

Os custos do Programa são suportados por incentivos decorrentes da compensação do Imposto de Renda da Pessoa Física, a Contribuição Sobre o Lucro Líquido das Empresas (CSLL) e PIS/Cofins. Trata-se, portanto, de um programa oneroso para o Tesouro Nacional, ainda que de forma indireta, ou seja, por meio da renúncia de receita.

Desde sua primeira edição, em 2005, até hoje, o ProUni já ofereceu mais de 1,1 milhão de bolsas de estudo, das quais 650 mil são integrais. São números

realmente significativos, que justificam a opinião que enunciei sobre o programa no início deste meu pronunciamento, quando o considerei uma das mais importantes iniciativas governamentais tomadas, com certeza, Senador Paulo Paim, nas gestões anteriores. Entretanto, alguns pontos do Programa merecem reparo, uma vez que consubstanciam problemas concretos que ele apresenta após seis anos de execução, a despeito da série de aperfeiçoamentos levada a efeito pelo Ministério da Educação, no decurso desse período.

Inicialmente, há certo desequilíbrio na participação relativa das bolsas integrais, em relação ao montante de benefícios distribuídos. É evidente que, ao consultar as estatísticas relativas ao Programa, esperaríamos encontrar uma significativa superioridade da modalidade integral sobre a parcial. Não foi isso, entretanto, que os números revelaram. De fato, Senador Vital do Rêgo e Senador Mozarildo Cavalcanti, de 2005 a 2010, ou seja, nos primeiros seis anos de execução do Programa, o montante de bolsas integrais representa pouco mais de 57% do total de estudantes beneficiados, especificamente os mais carentes. Isso significa que um contingente certamente mais numeroso de estudantes – ou seja, daqueles cuja renda média familiar mensal não ultrapassa um e meio salário mínimo – está sendo contemplado de modo inferior à sua representatividade no universo dos estudantes pleiteantes. Isso não é correto, todos reconhecemos. Mais ainda: segundo revelou o próprio Ministro da Educação, Fernando Haddad, à Comissão de Educação do Senado Federal, em 15 de março do mês passado, são justamente as bolsas parciais que vêm encontrando maior dificuldade em serem preenchidas. Certamente, colabora para esse quadro o receio que tem o estudante de não conseguir pagar o restante da parcela não coberta pela bolsa.

De um modo ou de outro, é esse fenômeno que vem fazendo com que, do total de um milhão, cento e trinta mil vagas oferecidas até hoje pelo ProUni, somente 800 mil venham se concretizando efetivamente em benefícios para os estudantes, especificamente os mais carentes deste País. Seria importante, portanto, Sr. Presidente Eduardo Suplicy, mudar essa situação.

Mas há outro problema que considero ainda mais sério, Sr. Presidente. O Programa, do modo como está formatado, corre o risco – ainda que contrariamente ao desejo de seus formuladores e gestores – de estimular negativamente o desenvolvimento das regiões mais carentes deste País.

Veja-se, por exemplo, o caso do meu Estado, a Paraíba. Com quase 2% da população brasileira, a Paraíba foi beneficiada, até o momento, com apenas 0,7% do total de bolsas distribuídas pelo ProUni. São

menos de oito mil estudantes beneficiados na Paraíba, em cinco anos de Programa, contra quase um milhão, cento e trinta mil bolsistas do total de fato existente pelo Brasil inteiro, conforme mostram os dados do próprio Ministério da Educação. Com esses números, fornecidos pelo próprio MEC, como falei anteriormente, estimo que a Paraíba venha recebendo pouco mais de um terço das bolsas a que teria direito, se considerado um critério mais correto e equânime de distribuição dos benefícios pelo território nacional. É muito pouco diante da necessidade de auxílio e apoio que têm os estudantes do meu Estado para crescer e se desenvolver sob condições objetivas de igualdade de oportunidades diante dos estudantes das demais regiões do País.

É este o apelo que faço, portanto, a S. Ex^a o Ministro da Educação, Fernando Haddad: reflita ponderadamente acerca desses meus argumentos, parte deles reconhecida pelo próprio Ministério, e verá que o que lhe ofereço é apenas meu apoio concreto em uma iniciativa que considero da maior relevância e a oportunidade de aprimorar as características que estruturam um programa tão importante quanto o ProUni, tanto para o Brasil quanto para os brasileiros.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB)

– Sr. Presidente, peço-lhe que me conceda só mais dois minutos, para eu concluir.

O Ministério, certamente, terá em mim um aliado pronto a auxiliá-lo no que estiver ao meu alcance, para dar efetividade ao maior número possível de bolsas integrais do ProUni, beneficiando mais a quem mais precisa, para fazer ainda com que a distribuição dos benefícios seja, no mínimo, justa e equivalente à representação demográfica de cada um dos diversos Estados da Federação.

Se incluirmos, Sr. Presidente, os critérios de seleção para os beneficiários, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado ou de cada região, a renda média das famílias da região, em comparação com a média nacional, e a participação dos estudantes e familiares no critério de escolha de quem será beneficiado, veremos, no mínimo, com certeza, dobrar o número de bolsas destinadas ao meu Estado, a Paraíba. E isso acontecerá exatamente por várias razões. A primeira delas é que a Paraíba é o segundo Estado mais pobre do Brasil, onde a população tem uma renda inferior à média nacional. E isso, com certeza, não só ameniza o acesso desses estudantes ao ensino superior, como também o acesso à universidade pública e à universidade privada, o que, com certeza...

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Senador Wilson Santiago, permita-me um aparte, quando for oportuno?

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a terá o aparte, pedindo a tolerância do Presidente.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Peço a tolerância do Presidente Eduardo Suplicy. Só quero deixar clara a importância do pronunciamento de V. Ex^a quando trata o ProUni como uma conquista do Governo Federal, da administração do Presidente Lula, continuando, agora, com a Presidenta Dilma. Também faz um apelo pelo nosso Estado da Paraíba, trazendo números importantes que mostram a real necessidade de o Ministério da Educação focar seus olhos em milhares e milhares de estudantes que precisam ingressar no ProUni, que atendem às expectativas e aos critérios, mas que estão ainda no aguardo de uma vaga, que nada mais é do que uma esperança aberta para uma vida melhor. Meu caro Senador Wilson Santiago, diariamente, V. Ex^a posta na Casa discursos importantes, para nosso júbilo.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Senador Vital do Rêgo.

É verdade que as deficiências da classe estudantil carente do Nordeste, especificamente do semiárido e, maior ainda, dos Municípios mais pobres, são muito grandes, Senador Suplicy. Por isso, nesta Casa, temos de fazer justiça. Esse é nosso dever e obrigação, como representantes do semiárido da Paraíba, repito, o segundo Estado mais pobre da Federação. Cada vez mais, há atendimentos e critérios diferenciados das demais regiões economicamente poderosas do País, especificamente no que se refere ao auxílio, à atenção aos estudantes pobres e ao acesso ao trabalho, ao primeiro emprego.

(Interrupção do som.)

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB)

– Por essa razão, agradeço a atenção a todos, especialmente à Senadora Marta Suplicy, porque tenho certeza de que V. Ex^a e todos que aqui estão se sensibilizam, de fato, com a intenção de contemplarmos as regiões mais pobres com maior número de bolsas de estudo, para atender aos estudantes carentes daquelas regiões. Tenho a certeza de que esse tema terá o apoio da grande maioria dos integrantes desta Casa, por uma questão de justiça e de solidariedade. Com isso, juntos, construiremos um País melhor.

Era só isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a todos, aos que me apartearam e aos que pretendiam apartear-me, como a Senadora Marta Suplicy, o Senador Geovani, o Senador Paim e muitos

outros, mas o tempo está esgotado. Teremos, em outra oportunidade, com certeza, o dever e o direito de sermos aparteados.

Durante o discurso do Sr. Wilson Santiago, a Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senador Wilson Santiago...

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – ...pela defesa da educação na Paraíba.

Tem a palavra, pela ordem, a Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – É uma comunicação inadiável, Senador, e estou fazendo uma permuta com o Senador Borges, que me antecedeu.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Senador Geovani Borges então...

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ele permutou comigo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem palavra V. Exª para uma comunicação inadiável.

Se me permitem os Senadores, gostaria de me inscrever, porque há uma terceira vaga, para uma comunicação inadiável também.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Espero eu chegar aí.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Só quando eu sair da Mesa.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Só quando sair da Mesa.

Caros Senadores e Senadoras, primeiro eu quero parabenizar a Comissão de Direitos Humanos e a Senadora Angela Portela pela iniciativa da criação da Subcomissão da Mulher, na Comissão de Direitos Humanos.

Senador Paim, foi um grande feito, porque acredito que, apesar de termos grandes conquistas como a Presidência da República e tudo mais, nós temos gargalos na questão da condição feminina, como o combate à violência, a questão de creche, a parte educacional, o salário, o trabalho, que ainda fazem ser necessária uma Subcomissão para que possamos ter um espaço para discutir e transformar as ações em realidade. Nós temos hoje leis boas – o País não precisa de mais nenhuma lei nesse sentido –, mas o

que não temos é a execução dessas leis, a tradução dessas leis em ações.

Essa Subcomissão pode acompanhar e até sugerir aprimoramentos para que consigamos, desde a Lei Maria da Penha, que foi uma enorme conquista... A Ministra do Supremo, Carmem Lúcia, hoje presente na instalação da Subcomissão, disse que os Congressistas não tinham a dimensão, como ela, do impacto da Lei Maria da Penha. Nós temos, pois, que estar vigilantes e tentar entender melhor como essa lei pode ser aplicada. Nós sentimos que, muitas vezes, ela ainda não consegue dar conta de problemas que aparecem.

Inclusive, em qualquer execução de uma lei, você vai percebendo e vai podendo ter esse aprimoramento. Essa era a primeira parte da comunicação que queria fazer.

A outra parte da minha comunicação eu a faço com muita alegria nesta Casa. Quando assumi a vice-presidência, houve um certo estranhamento com a tentativa de manter mais rígidas as falas, mas quero dar uma boa notícia: a partir da manutenção das falas nos períodos em que elas são definidas pelo Regimento – dez minutos para oradores inscritos, cinco para comunicações inadiáveis, cinco para liderança, é claro que com uma certa flexibilização –, tivemos aqui um aumento muito grande do número de oradores inscritos em relação ao ano passado.

Eu me regozijo com isso, porque sei que, se de um lado tivemos alguns constrangimentos com a nova atitude, por outro lado, tivemos mais Senadores e Senadoras podendo falar, podendo se expressar, o que é uma forma muito mais democrática.

Os números são os seguintes: tivemos, em 2010, 42 sessões e, neste ano, 39 – um pouquinho menos. Tivemos 217h e 23 minutos, em 2010, e, este ano, 192 horas e 45 minutos. Isso muda bastante o número de Senadores e Senadoras que puderam se expressar. Em 2010, foram 631, com muito mais horas utilizadas e, este ano, 669 com muito menos horas utilizadas. Então, estamos podendo fazer, na Casa, um trabalho mais efetivo, com menos horas, e 38 Senadores a mais fizeram os seus pronunciamentos. A média de oradores por sessão subiu de 15 para 17,2.

Eu espero que a gente continue assim; espero contar com a boa vontade dos Senadores e das Senadoras.

Sei que você, que está me assistindo em casa, também tem uma diversificação de temas, referentes ao Brasil, nacionalmente, mas referentes aos Estados, onde as pessoas se conectam mais, podem acompanhar mais o seu Senador.

Muito obrigada, ficando no tempo, com um minuto a quem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito boa notícia, Senadora Marta Suplicy, sobre o resultado de maior disciplina para todos falarem.

O Senador Paulo Paim tem a palavra como orador inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimos todos os Senadores.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a, hoje, participou comigo de um debate na Subcomissão de Previdência e Trabalho, e todos que estavam lá deram um alerta sobre a precariedade da fiscalização dos fundos de pensão. O eixo foi o debate do Aerus. Um comandante ganhava em torno de R\$12 mil a R\$14 mil e, hoje, ganha R\$150,00. O próximo a decretar uma situação também de emergência vai ser o Portus. E, lá, foi listada uma série de fundos de pensão, inclusive a situação delicada, inclusive, da Previ.

Entendo que essa reunião, Sr^a Presidente, não foi contra ninguém, mas foi falado muito da falta de fiscalização dos fundos de pensão.

Nós tomamos uma série de medidas para tentar buscar o direito dos aposentados e pensionistas do Aerus de receber a sua aposentadoria integral. Vamos conversar, ainda, com o Ministério da Previdência; vamos ao Supremo Tribunal Federal, numa iniciativa proposta pela Senadora Ana Amelia, acatada por todos. Estarei com V. Ex^a no Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, Sr^a Presidenta, quero destacar – e o Senador Rollemberg está no plenário – que vamos encaminhar juntos, lá na Comissão de Direitos Humanos – V. Ex^a e também a Deputada Erundina –, um debate sobre a reforma política e os movimentos sociais. V. Ex^a, em nome da Frente Parlamentar, com o movimento popular com foco em reforma política. Já aprovamos esse requerimento. V. Ex^a, hoje, confirmou a presença, e nós faremos esse debate. Entendemos que a reforma política tem de ter o viés, a opinião do movimento social. E a Frente Parlamentar que V. Ex^a lidera aponta nesse sentido. Por isso faremos esse debate.

Sr^a Presidenta, como eu não estava aqui na sexta-feira, porque fui ao Rio Grande e, depois, fui a Santa Catarina, quero falar, rapidamente, sobre o que aconteceu no Rio de Janeiro – e não é só o caso do Rio de Janeiro. Nós vimos agora, pela televisão, que duas pessoas passaram num carro, simplesmente atirando. Feriram seis jovens, mataram um e foram para um outro ponto da cidade. Vimos um fato semelhante a esse aqui em Brasília, conforme os dados que recebi aqui.

Eu não vou fazer todo esse pronunciamento, que tenho na íntegra, com dados e com números, mas quero dizer que eu estou preocupado e levantei duas

questões. Não sou contra tudo o que se está fazendo, que vai na linha do desarmamento, e mesmo o próprio plebiscito me é simpático. Eu, que sou favorável à candidatura avulsa e sou contra o voto obrigatório, tenho um viés da democracia de forma muito ampla e por isso não sou contra o plebiscito.

Quero dizer, também, que, ainda neste fim de semana, ao falar com alguém que é ligado a essa área da fabricação de armas, ele me disse: “É muito mais fácil, Paim,” – e eu propus isso – “nós fazermos uma chamada câmara de conciliação, chamarmos os empresários desse setor, chamarmos o governo, chamarmos a sociedade civil nessa câmara de conciliação e construirmos um entendimento de que a produção de armas seja destinada somente ao Estado”.

O que eles vendem internamente, segundo eles mesmos dizem, é muito pouco. Assim, poderíamos construir um pacto pelo desarmamento, incentivando que as pessoas continuem a devolver as armas, mas também construindo uma saída negociada, sem, necessariamente, se passar por um plebiscito.

Acho que nós temos de fazer alguma coisa, sem sombra de dúvida – o Congresso Nacional, a sociedade civil e o Executivo – e este pode ser um caminho: pacto contra a violência e pela paz.

Por outro lado, eu não quero fazer o debate dessa questão da violência – não só nas escolas, mas também nas ruas – somente na linha do desarmamento ou não, se vai ter menos armas ou mais armas. Vamos propor – e vai ser nesta segunda-feira – um debate na Comissão de Direitos Humanos, para o qual vamos chamar psiquiatras, psicólogos, psicanalistas, enfim, aqueles que estudam em profundidade, Senador Mozarildo, essa questão da mente humana. Aonde chegamos, já que as pessoas saem atirando nas outras de forma covarde, um assassinando o outro? Que sociedade estamos construindo? Chamarei também, claro, intelectuais das nossas universidades, da Andes, para debatermos sob a ótica da educação, da recuperação.

Como me disse um psiquiatra, quando um jovem desses, sem nenhuma estrutura, chega a surtar, ele não tem nenhum apoio psicológico nem terá um psiquiatra para orientá-lo. Se nós não temos médicos para atender normalmente ao cidadão, calcule um psiquiatra ou um psicólogo.

Então, faremos esse debate com mais profundidade, para ver o que levou e está levando a isso. Não é só esse caso. No Brasil, temos dezenas de casos de jovens, ou mesmo de pessoas com mais idade, que saem matando as outras de forma covarde.

Senador Mozarildo, um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Paim, quero dizer que fiquei bastante motivado com essa ideia do pacto com os fabricantes de armas, porque, realmente, como V. Ex^a frisou, o grosso da produção de armas é justamente para os governos, para as instituições encarregadas da segurança. Então, se houver esse pacto, acabaremos com o gasto de energia, de novo, com a questão da campanha pelo desarmamento etc. Além desse pacto, que acho inteligentíssimo, acho fundamental pensarmos mais nas nossas fronteiras.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Contrabando, contrabando. V. Ex^a tem toda razão.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – O tráfico, o contrabando de armas é o grande abastecedor, na realidade. Se pegarmos como exemplo o caso isolado que aconteceu com esse assassino na escola em Realengo, veremos que ele comprou um revólver 38 de terceiros, o qual, como estava raspado, poderia estar perfeitamente legalizado. Então, acho que temos de pegar estes pontos: primeiro, só vender para Governos e instituições legalizados; segundo, cuidar das nossas fronteiras com muito empenho, daí porque eu, inclusive, apoio e sou entusiasta da CPI das fronteiras, aqui apresentada pelo Senador Marcelo Crivella. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado ao Senador Mozarildo.

Sr^a Presidenta, como terminei o trabalho na Comissão, agora eu vou almoçar. Sobraram três minutos.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não podemos fechar os olhos e ficar omisso diante de uma triste realidade que só vem à baila quando acontecem tragédias como a da escola Tasso da Silveira, na cidade do Rio de Janeiro, ou como o que aconteceu ontem, aqui mesmo na Capital Federal, no Centro Comercial Conic: após uma discussão na fila de um elevador um homem acabou sendo baleado na perna.

Em Santos – São Paulo, ontem, um carro preto passou e atirou em dois jovens num bairro e seis num outro, sendo que um dos jovens faleceu. Em Porto Alegre, hoje pela manhã, um jovem de 14 anos entrou armado numa escola e, tendo sido flagrado, foi levado ao Departamento Estadual da Criança e do Adolescente.

Poderia citar também, para exemplificar, tentativas e crimes de armas de fogo que acontecem diariamente nas mais longínquas cidades do nosso país. Quem é interiorano sabe muito bem o que estou falando.

Conforme levantamento feito pelo Ministério da Justiça, existem hoje cerca de 16 milhões de armas em circulação no Brasil. Dessas, 7,6 milhões (ou 47,6%) estão na ilegalidade.

Diante desse quadro, reitero que sou favorável à criação de uma Câmara de Conciliação do Desarmamento com a participação do governo federal e empresas fabricantes de armas que possibilite, assim, ao Estado, ser o único comprador da produção de armas no país, vedando o comércio de armas no mercado interno.

O que defendo, Sr. Presidente, seria nós realizarmos uma grande conciliação, um pacto contra a violência, um pacto pela paz, um pacto para salvar vidas.

Paralelamente temos que rever as políticas de combate ao contrabando e a entrada ilegal de armas no país, bem como, a realização de campanhas permanentes de conscientização contra o uso de armas de fogo.

Sr. Presidente, quero dizer que as sugestões que fiz aqui podem não solucionar o problema da violência e da criminalidade no Brasil, até porque, existem outros fatores importantíssimos diretamente ligados a esta questão.

Podemos citar como exemplo a falta de medidas eficazes que verdadeiramente enfrentem as gritantes disparidades sociais causadas, entre outras coisas, pela concentração de renda.

Outro ponto inquestionável é o da educação. Nos últimos oito anos foram realizadas importantes ações nesse campo. Mas, ainda precisamos qualificar o ensino, valorizar os professores, viabilizar ambientes adequados para as aulas, incentivar a pesquisa, a leitura, e assim por diante.

Srs. e Sr^{as}, não poderíamos deixar de falar, nesse debate, sobre o número de crianças e jovens que sentem a falta do pai ou da mãe. Esse é um fato real. Qual o apoio que estamos dando a nossa juventude?

Sr^{as} e Srs. Senadores, voltando a questão do desarmamento, que falava nesse pronunciamento, quero dizer que hoje pela manhã conversei com um representante das Indústrias de Armas e Munição. Explanei a minha idéia da criação da Câmara de Conciliação do Desarmamento.

Sugeri então a realização de uma audiência pública, aqui nesta Casa, para discutir o tema com a presença de representantes do governo federal, da indústria de armas e da sociedade civil.

Aproveito para informar que na próxima segunda-feira, dia 18, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, realizará audiência para discutir a violência nas escolas e nas ruas, afinal, que sociedade estamos construindo? A violência atual não tem limites. Queremos refletir e buscar soluções porque é inadmissível que nada seja feito e as pessoas continuem matando inocentes, seja no trânsito ou com armas.

Entendemos que a violência abrange um quadro bem maior do que a questão do desarmamento, como já exemplificamos antes.

Foram convidados para a audiência: Vincent De-fourney – Representação da UNESCO no Brasil, Yann Evanovick – Presidente da UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, Roberto Franklin de Leão – Presidente da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), Dr. Antonio Geraldo – Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria–ABP, Rosilene Correia – Diretora do Sindicato dos Professores do DF e coordenadora da Campanha “Quem bate na Escola maltrata muita gente” e Gícia de Cássia Martinichen Falcão – Subsecretaria para Educação Integral, Cidadania e Direitos Humanos

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Eduardo Suplicy deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Estamos no progresso, Paim.

Parabéns pelo seu discurso em relação ao combate à violência e à proposição da paz.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Srª Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está inscrito o Senador Suplicy para uma comunicação inadiável.

Senadora Vanessa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Sem revisão da oradora.) – Eu só gostaria, se V. Exª me permite, Senadora Marta, porque tenho de ir à Comissão de Infraestrutura, de fazer um registro que, para nós, do Amazonas, é muito importante.

Todos nós estamos acompanhando a tragédia acontecida no Japão, que ainda está em curso. Havia uma família do interior do Estado, composta por homens, mulheres e crianças, bem na área de risco. Eles foram transferidos pela Embaixada, pelo Consulado....

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Família do Amazonas?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Do Amazonas, que estava no Japão. Foi transferida para uma área mais segura e chegará, hoje, ao Brasil. Chegará, hoje, a Manaus, graças à ajuda do Governador do Estado.

Então, quero não só dar as boas-vindas à família, mulheres e crianças, que está voltando ao Brasil, mas publicamente fazer um agradecimento ao Governo do Amazonas, ao Governador Omar, que viabilizou o retorno desses amazonenses do interior.

Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É uma boa notícia, Senadora Vanessa.

Com a palavra o Senador Vital do Rêgo, pela Liderança.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Marta Suplicy, Srªs e Srs. Senadores, vou tratar, hoje, da Medida Provisória nº 528, de 2011, que corrigiu em 4,5% a tabela do Imposto de Renda da pessoa física, para os anos calendários 2011 a 2014.

Na exposição de motivos que acompanha a Medida Provisória, o Governo informa que a renúncia de receita decorrente da edição desta Medida Provisória será da ordem de R\$1,610 bilhão, em 2011, R\$2,360 bilhões, em 2012, e R\$2,580 bilhões, em 2013.

Se por um lado é alvissareiro constatar que a correção do Imposto de Renda elevará a renda disponível para as famílias consumirem e investirem, com efeitos multiplicadores inegáveis sobre a demanda agregada, por outro, causam desconforto e apreensão alguns pontos da compensação da perda de receita proposta pela Receita Federal.

Para compensar a perda de arrecadação calculada pela Receita, o Governo elevou o IOF nas compras com cartão de crédito no exterior e o IPI de bebidas, entre elas cerveja, refrigerante e água mineral.

Este é o enfoque que trago na tarde de hoje para o debate com V. Exªs.

Os decretos compensatórios, uma espécie de mini pacote tributário, mais do que dobraram o IOF para uso internacional do cartão, passando a alíquota de 2,38% para 6,38%.

No caso das bebidas, a alta média ficou em torno de 15%, e é justamente deste aumento de 15% que

quero me deter e, mais especificamente, no caso da água mineral, Sr^a Presidente.

Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), a expectativa é de um colapso no abastecimento, caso não sejam realizados investimentos em ampliação e adequação das instalações existentes.

Senador Wilson Santiago, 64% das cidades, ou seja, 1.896 municípios operam com sobrecarga, necessitando de R\$18,2 bilhões em investimentos em caráter de urgência.

Esse colapso pode acontecer nos momentos que antecedem nossos eventos globais, por exemplo, Copa do Mundo, Olimpíadas, etc.

O Presidente da Agência reconhece a necessidade desses investimentos.

Por esse contexto, por isso tudo, todas as questões de acesso à água assumem gravidade impressionante. O Brasil é o quarto maior produtor de água engarrafada do mundo. Cerca de 17 bilhões de litros são produzidos e consumidos anualmente.

No mundo, o setor cresce 7,5%. Já no Brasil, nos últimos anos, o crescimento é de 10%.

O consumo de água deve ser tratado não como uma atividade comercial, mas como uma questão de saúde pública. Água mineral, Senador Rollemberg, água mineral!

Daí o entendimento de que a Medida Provisória mais do que incorre em um equívoco quando inclui a água mineral no decreto compensatório, ferindo de morte a nossa economia.

Aqui não se trata de um produto de consumo eletivo, como é o caso do refrigerante, da cerveja. E essa sua penalização pode ser entendida como um grave equívoco que cabe a nós, Senadores e Deputados, consertar. Eu não estou falando de águas sofisticadas, de águas caras que muitas vezes estão nas grandes mesas da elite brasileira; eu estou falando da água engarrafada, do líquido que vai para bairros inteiros com dificuldades de encanamento, ausência de caixa d'água, restrições de saneamento das várias espécies.

Para se ter uma idéia – eu vou concluir –, temos municípios atingidos por catástrofes...

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Só mais dois minutos, Senadora querida – ... onde a ausência efetiva do Estado é grande, e o Estado é responsável pelo elevado índice de transmissão de diversos microorganismos, em que a água mineral é a mais do que necessária, mais urgente terapêutica médica; a mais urgente terapêutica médica.

Para se ter uma idéia, segundo a Associação Internacional de Águas Engarrafadas, o Brasil con-

some mais água mineral que a Itália, a Alemanha, a França e a Espanha. Fica atrás apenas dos Estados Unidos e México.

Ora, hoje, para a senhora ter uma ideia, Presidenta Marta Suplicy, um garrafão de água mineral, daqueles de 20 litros sai, da fonte, por R\$0,90. Por noventa centavos ele é abastecido na fonte. Sabe quanto custa ao consumidor, Senador Geovani? Cinco reais e sessenta centavos. Sai a R\$0,90 os 20 litros engarrafados, e o consumidor tem que pagar R\$5,60. Eu acho profundamente injusto. Por isso já estou preparando as medidas necessárias para discutir essa questão da água mineral como uma questão de saúde pública aqui neste Plenário.

A Medida deve estar chegando aqui, segundo os dados que a Secretaria me informa, no dia 5 de maio de 2011, para conhecimento de V. Ex^{as} e discussão sobre essa matéria, no sentido de aperfeiçoar a Medida Provisória, que tão bem chegou à Casa, com um aumento da questão do Imposto de Renda e medidas compensatórias. Da água mineral, não concordo. É injusto.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senador Vital do Rêgo.

E agora, com a palavra, o Senador Rodrigo Rollemberg, orador inscrito. Em seguida, o Senador Geovani Borges.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta desta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, Brasília foi surpreendida, no último domingo, por uma chuva fortíssima, com níveis muito acima das chuvas normais desse período na cidade, e com intensidade superior a todo o acúmulo do mês de abril até então. Foi uma chuva que provocou estragos enormes na cidade, não apenas no comércio da Asa Norte, mas especialmente na Universidade de Brasília, o que demonstra a necessidade de reformarmos, de reavaliarmos toda a infraestrutura de águas pluviais no Distrito Federal.

Este problema não é de agora, já é de alguns anos. Algumas áreas da Asa Norte especialmente, e também outros locais do Distrito Federal são alagados quando há chuva forte.

Neste momento especial, venho a esta tribuna, em meu nome, em nome da Bancada do Distrito Federal, para manifestar a nossa preocupação acerca das consequências desses alagamentos, especialmente na Universidade de Brasília.

As cenas do alagamento na nossa querida UnB, uma Universidade referência em todo o Brasil, uma instituição absolutamente indispensável ao desenvolvimento do Distrito Federal, ao desenvolvimento do

Brasil, são absolutamente chocantes. São absolutamente chocantes as águas acumuladas ao longo de várias quadras. As águas que não foram suportadas pelas galerias de águas pluviais no Distrito Federal provocaram uma enorme inundação, especialmente no ICC (Instituto Central de Ciências), o conhecido Minhocão.

Os prejuízos até este momento ainda não foram calculados, mas estão estimados em milhões de reais. São prejuízos no mobiliário, prejuízos em função da derrubada de paredes, de trabalhos desenvolvidos por pesquisadores, danificação de equipamentos de laboratórios, além de todo o estúdio da Rádio UnB e da TV UnB, que foram comprometidas por esse alagamento.

Na qualidade de coordenador da Bancada do Distrito Federal, nós já marcamos uma reunião da Bancada do Distrito Federal para amanhã, em que discutiremos quais são as providências emergenciais que a Bancada poderá tomar em apoio à UnB, para poder minorar esses prejuízos que são enormes.

A destruição dos equipamentos físicos nós conseguimos recuperar. Nossa preocupação é com o real dano provocado nas pesquisas, nos documentos, enfim, nas coleções dos pesquisadores que podem ter sido afetadas por esse alagamento na Universidade de Brasília.

Eu também quero solicitar ao Ministério da Educação uma atenção especial à Universidade de Brasília, garantindo os recursos necessários para minorar esses prejuízos. E quero cumprimentar o Ministério da Educação, que, por meio do Secretário de Educação Superior, professor Luiz Cláudio Costa, estará na UnB ainda hoje, em visita às suas instalações, compreendendo o alcance dos prejuízos, para que o Ministério de Educação possa contribuir para repará-los.

Este é o apelo. Assumo a Tribuna na tarde de hoje para fazer este apelo ao Ministério da Educação, ao Ministro Fernando Haddad, no sentido de seja muito sensível aos pleitos da Universidade de Brasília.

Nós sabemos as dificuldades por que passam as Universidades Federais em todo o Brasil, situação agravada pelos cortes orçamentários anunciados há poucos dias pela equipe econômica do Governo da Presidenta Dilma.

A UnB é uma universidade em expansão, está construindo um *campus* na cidade de Ceilândia, já há um *campus* em funcionamento na cidade de Planaltina e um *campus* na cidade do Gama. Portanto, necessita recursos adicionais para poder dar conta, reparar os prejuízos desse alagamento.

Mas é importante que Brasília aproveite esse episódio para fazer uma reflexão sobre a ocupação

das nossas bacias hidrográficas, dos nossos espaços urbanos. Esta cidade, que não convivia com esse tipo de problema até poucos anos atrás, hoje convive com os mesmos problemas das grandes cidades. Lamentavelmente, Brasília, de alguns anos para cá, passou a conviver de certa forma até rotineiramente com problemas antes ocorridos apenas em grandes cidades, como engarrafamento frequentes e entupimento das galerias de águas pluviais, provocando irreparáveis prejuízos ao patrimônio público.

Portanto, gostaria de registrar essa nossa preocupação. Já liguei hoje para o Reitor da Universidade de Brasília, José Geraldo, me colocando à disposição, colocando a Bancada do Distrito Federal à disposição da Universidade de Brasília. Mas faço este apelo ao Ministro da Educação para que o Ministério seja muito sensível aos pleitos da Universidade de Brasília neste momento muito difícil.

As aulas foram interrompidas por dois dias, até por uma questão de segurança e para que os professores e funcionários, com o apoio... E quero registrar aqui a solidariedade do DCE da Universidade de Brasília, que, em uma assembleia, ontem, decidiu participar das ações de limpeza e de recuperação da Universidade de Brasília. Portanto, há uma união da comunidade acadêmica e também de toda a classe política do Distrito Federal em função do que representa a Universidade de Brasília para a nossa cidade e para o nosso País.

Portanto, registro essa nossa preocupação e reitere o apelo ao Ministério da Educação para que atenda às reivindicações da Universidade de Brasília.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Rollemberg.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Geovani Borges.

Vou fazer uma brincadeira, Senador Paim, Senador Rollemberg. Não sei se foi por causa do êxito, como mencionei, que estamos tendo em manter esse regulamento, mas está todo mundo falando até menos. Não precisa tanto.

Com a palavra o Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Sr^a Presidenta, Senadora Marta Suplicy, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproximam-se as celebrações em torno da Semana Santa e essa proximidade nos remete às preocupações com um dos segmentos mais expressivos e importantes da economia, da geração de renda e emprego do meu Estado, o Amapá – a indústria da pesca.

As tradições culturais dessa celebração aquecem, naturalmente, em todo o Brasil e em diversas partes do mundo, o consumo de peixes; e isso, é claro, traz à tona e ao debate as conquistas e os enfrentamentos das famílias que vivem da pesca, sobretudo em Estados mais pobres e carentes de infraestrutura, como é o meu.

Na verdade, para os pescadores, esse é um dos períodos mais esperados do ano, momento que significa aumento da renda, da lucratividade. E é também quando mais nos damos conta dos anseios daquela categoria, das demandas pendentes e da necessária mobilização de uma estrutura nos pontos de venda e na política pesqueira.

É isso pois o que trago aqui a esta tribuna, em breve registro que busca tão somente acender o foco das atenções para a situação dos pescadores, na intenção de garantir-lhes os meios e o apoio necessário para a preservação de seu meio de vida.

A Agência de Pesca do Amapá (Pescap) iniciou 2011 falando sobre as tratativas e a elaboração de projetos para serem desenvolvidos ainda nestes primeiros meses de 2011, no Estado, visando planejar e desenvolver o setor pesqueiro, que é, indubitavelmente, um dos setores mais importantes para o desenvolvimento econômico do meu querido Amapá.

É um segmento que clama de forma constante por apoio e assistência, pela reorganização e dinamização do mercado de trabalho, uma vez que à figura de homens e mulheres muito simples, muito humildes, com pouca ou nenhuma instrução formal, juntam-se hoje os novos profissionais da área, que saem das academias, principalmente da Universidade Estadual do Amapá – aqui vai um abraço para o Deputado Edinho Duarte, autor do projeto de lei que tornou isso realidade –, igualmente interessados em dinamizar a atividade e dela tirar o máximo benefício no tocante ao desenvolvimento humano, social e tendo por escopo o respeito às leis ambientais.

Senhores, o Amapá é talvez o único Estado com um setor pesqueiro em potencial, com seus rios e lagos de águas interiores e estuários, onde deságua o rio Amazonas no oceano Atlântico, com cerca de 518 quilômetros. Nós temos espécies próprias da região, além das espécies oceânicas.

Nesse potencial econômico destacamos como principais áreas de exploração o Porto de Santana, o Arquipélago do Bailique, a Vila do Sucuriju, a Ilha de Maracá, a Foz do Cassiporé e a Costa do Amapá.

A piramutaba, a pescada, o filhote, a dourada, a guriyuba, o pirarucu, o tucunaré, o aruanã, o tamuatá são exemplos das riquezas de nossas águas e da

grandeza que podemos ocupar no cenário pesqueiro diante de todo o País.

Além dessas poucas espécies que aqui eu cito, o Estado do Amapá possui outras de grande valor de mercado, como o camarão da água doce, o caranguejo e o camarão rosa, cuja pesca industrial já alcança nível tecnológico avançado, desenvolvida por empresas locais e de outros Estados, destinando-se basicamente a produção ao mercado internacional.

É um segmento, portanto, que guarda em si um potencial incalculável, mas que ainda permanece subutilizado. Queremos e precisamos avançar daquele sistema produtivo artesanal, predominante na atividade pesqueira.

Clamamos ao Governo local a implementação de uma política pesqueira verdadeiramente dinâmica, eficiente e equilibrada, em que frigoríficos sejam entregues em maior número e em menor tempo às cooperativas de pesca dos nossos queridos municípios.

Não são poucas as empresas que já manifestaram interesse...

(Interrupção do som.)

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP)

– Isso traz cheiro de progresso, de trabalho, de renda e de notabilidade comercial para o nosso Estado e nossa gente.

Na pesca de água doce, nas áreas lacustres, caracterizada pela utilização de pequenas embarcações, com apetrechos de pesca de pequeno porte, à pesca em águas estuarinas e costeiras, tudo precisa ser encarado com força de mercado.

Precisamos discutir a elaboração de projetos para a instalação de infraestrutura que possibilite de maneira mais apropriada o embarque e desembarque de pescado no Estado, e assim atrair capital de empresas vindas de fora.

Aos pescadores artesanais temos que dar apoio e logística, com a inserção de crédito, tecnologias e novos conhecimentos para esses profissionais, sempre tendo em mente o equilíbrio entre o sustento humano, seu progresso e o meio ambiente, a fim de não se comprometer a diversidade de pescado.

O Amapá possui dez municípios costeiros, distribuídos em colônias...

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP)

– Já concluo, Srª Presidente.

E cooperativas de pescadores.

A pesca artesanal no Estado corresponde, atualmente, a mais de 90% de toda a captura efetuada nas áreas costeiras do Amapá e é realizada principalmente de forma artesanal, sendo que, geralmente, a mão-de-

obra utilizada é familiar, e a produção, na maioria das vezes, é de subsistência.

Temos municípios potenciais, como Calçoene, localizado próximo aos maiores rios produtores de peixes e crustáceos. Temos que vitalizar e dar corpo à Frente Parlamentar da Pesca, criada para transformar o potencial pesqueiro amapaense em uma potência nacional.

Hoje, o Amapá desembarca apenas cerca de 17 mil toneladas de pescado por ano, enquanto o vizinho Estado do Pará tem uma produção de 136 mil toneladas, a segunda maior do País, perdendo apenas...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Peço a V. Ex^a para terminar, Senador.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Vou concluir, Sr^a Presidente.

A Amazônia é um lugar para gigantes. Por isso, queremos o Amapá inserido nesse processo de grandeza.

Para concluir, Sr^a Presidente, não abusando da generosidade de V. Ex^a em me conceder esse tempo, solicito que considere o restante do meu pronunciamento como lido.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR GEOVANI BORGES

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, aproximam-se as celebrações em torno da Semana Santa e essa proximidade nos remete às preocupações com um dos segmentos mais expressivos e importantes da economia, da geração de renda e emprego de meu Estado, o Amapá – a indústria da pesca.

As tradições culturais dessa celebração aquecem naturalmente em todo o Brasil e em diversas partes do mundo o consumo de peixes e isso, é claro, traz à tona e ao debate as conquistas e os enfrentamentos das famílias que vivem da pesca, sobretudo em Estados mais pobres e carentes de infra estrutura, como é o meu.

Na verdade para os pescadores esse é um dos períodos mais esperados do ano, momento que significa aumento na renda da lucratividade.

E é também quando mais nos damos conta dos anseios daquela categoria, das demandas pendentes e da necessária mobilização de uma estrutura nos pontos de venda e na política pesqueira.

É isso pois o que trago aqui a essa tribuna, em breve registro que busca tão somente acender o foco

das atenções para a situação dos pescadores, na intenção de garantir-lhes os meios e o apoio necessário para a preservação de seu meio de vida.

A Agência de Pesca do Amapá (PESCAP) iniciou 2011 falando sobre as tratativas e a elaboração de projetos para serem desenvolvidos ainda nestes primeiros meses de 2011, no Estado, visando planejar e desenvolver o setor pesqueiro, que é, indubitavelmente, um dos setores mais importantes para o desenvolvimento econômico do meu querido Amapá.

É um segmento que clama de forma constante por apoio e assistência, pela reorganização e dinamização do mercado de trabalho, uma vez que à figura de homens e mulheres muito simples, muito humildes, com pouca ou nenhuma instrução formal, juntam-se hoje, os novos profissionais da área que saem das academias, principalmente da Universidade Estadual do Amapá, igualmente interessados em dinamizar a atividade e dela tirar o máximo benefício no tocante ao desenvolvimento humano, social e tendo por escopo o respeito às leis ambientais.

Refiro-me, por exemplo, aos Engenheiros de pesca que se formam este ano na Ueap, e cuja força de trabalho e de conhecimento científico, precisa ser inserida no setor, para benefício de todos. Senhores, o Amapá é talvez o único Estado com o setor pesqueiro em potencial, com seus rios e lagos de águas interiores e estuários, onde deságua o rio Amazonas no oceano Atlântico, com cerca de 518 quilômetros. Nós temos espécies próprias da região, além das espécies oceânicas.

Nesse potencial econômico destacamos como principais áreas de exploração o Porto de Santana, o Arquipélago do Bailique, a Vila do Sucuriju, a Ilha de Maracá, a Foz do Cassiporé e Costa do Amapá.

A piramutaba, da pescada, do filhote, dourada, guriuba, pirarucu, tucunaré, aruanã, do tamuatá são exemplos das riquezas de nossas águas e da grandeza que podemos ocupar no cenário pesqueiro diante de todo o País.

Além dessas poucas espécies que aqui eu cito, o Estado do Amapá possui sua costa rica em espécie de crustáceo de grande valor de mercado como o camarão da água doce e o caranguejo e o camarão rosa, cuja pesca industrial já alcança nível tecnológico avançado, desenvolvida por empresas locais e de outros estados, destinando-se basicamente a produção ao mercado internacional.

É um segmento portanto que guarda em si um potencial incalculável mas que ainda permanece subutilizado. Queremos e precisamos avançar daquele sistema produtivo artesanal, predominante na atividade pesqueira.

Clamamos do governo local a implementação de uma política pesqueira verdadeiramente dinâmica, eficiente, equilibrada em que frigoríficos sejam entregues em maior número e em menor tempo às cooperativas de pesca dos municípios.

Não são poucas as empresas que já manifestaram interesse em se instalarem no Estado para explorarem a pesca comercial.

Isso traz cheiro de progresso, de trabalho, de renda e de notabilidade comercial para o nosso Estado e nossa gente.

Na pesca de água doce, nas áreas lacustres, caracterizada pela utilização de pequenas embarcações, com apetrechos de pesca de pequeno porte, à pesca em águas estuarinas e costeiras, tudo precisa ser encarado com força de mercado.

Precisamos discutir a elaboração de projetos para a instalação de infraestrutura que possibilite de maneira mais apropriada o embarque e desembarque de pescado no Estado e assim atrair capital de empresas vindas de fora.

Aos pescadores artesanais temos que dar apoio e logística, com a inserção de crédito, tecnologias e novos conhecimentos para esses profissionais, sempre tendo em mente o equilíbrio entre o sustento humano, seu progresso e o meio ambiente, afim de não se comprometer a diversidade de pescado.

O Amapá possui 10 municípios costeiros, distribuídos em colônias e cooperativas de pescadores.

A pesca artesanal no Estado corresponde, atualmente, mais de 90% de toda a captura efetuada nas áreas costeiras do Amapá e é realizada, principalmente, de forma artesanal, sendo que geralmente a mão de obra utilizada é a familiar, e a produção, na maioria das vezes, é de subsistência.

Temos municípios potenciais como Calçoene, localizado próximo aos maiores rios produtores de peixes e crustáceos.

Temos que vitalizar e dar corpo à Frente Parlamentar da Pesca, criada para transformar o potencial pesqueiro amapaense em uma potência nacional.

Hoje, o Amapá desembarca apenas cerca de 17 mil toneladas de pescado por ano, enquanto o vizinho Estado do Pará tem uma produção de 136 mil toneladas, a segunda maior do País, perdendo apenas para Santa Catarina.

A Amazônia é um lugar para gigantes. Por isso queremos o Amapá inserido nesse processo de grandeza e progresso.

Durante recente reunião em Ferreira Gomes, o presidente da Frente Parlamentar da Pesca, Deputado Manoel Brasil, revelou que das 136 mil toneladas de peixe desembarcadas no Pará, cem mil delas são

procedentes da costa atlântica e dos rios amapaenses. E isso acontece porque o Amapá ainda não dispõe de estrutura para absorver, consumir e exportar todo o seu potencial pesqueiro. Fica aqui pois nossa saudação a todos os envolvidos nesse sonho de prosperidade, que vem através da mais antiga das atividades comerciais, atividade carregada de simbolismo religioso, cultural ...

Boa e oportuna a proximidade da Semana Santa. Como foi boa e santa a figura de Jesus Cristo e seus ensinamentos sagrados sobre a forçado trabalho e da valorização dos bens entregues a Deus para o bem estar do homem.

Fica aqui pois minha breve homenagem aos Pescadores comerciais do meu Estado, dos mais simples aos mais sofisticados e já inseridos em algum patamar de modernidade. A abundância de nossas águas e das espécies justificam de forma plena esse desejo de prosperidade.

Era o que tínhamos a registrar. – Senador **Geovani Borges**, PMDB-AP.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Geovani Borges, o restante do pronunciamento será considerado como lido.

Concedo a palavra à oradora inscrita Senadora Ana Rita.

Em seguida, pela liderança do Governo, o Senador Eunício Oliveira.

Senadora Ana Rita, tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, quero dedicar este discurso de hoje a todos os profissionais e usuários da política de assistência social.

É com alegria que falo desta tribuna o quanto foi feliz o governo do Presidente Lula e agora o da Presidenta Dilma, ao definir o combate à pobreza e à miséria como uma meta de governo, como um compromisso político e social a ser cumprido.

Segundo o IPEA, mais de dez milhões de pessoas deixaram a miséria nos últimos treze anos. Somam-se a esse dado as mais de trinta milhões de pessoas que ascenderam à classe média nos últimos oito anos.

É importante começar dizendo que nosso País está em um caminho de crescimento que tem sido impulsionado também pela empregabilidade e pela efetivação de políticas sociais capazes de garantir padrões mínimos de qualidade de vida para nosso povo. O desenvolvimento econômico não está sendo fomentado pelo Governo de forma dissociada do desenvolvimento social, pelo contrário, as estatísticas demonstram que há, sim, uma correlação positiva entre crescimento

econômico e ampliação de cidadania e melhoria da qualidade de vida da população.

É exatamente nessa ótica do desenvolvimento integral da sociedade, da distribuição de renda e redução do abismo econômico entre ricos e pobres que o projeto que aprovamos na última quinta-feira, na Comissão de Direitos Humanos, que tive a honra e o orgulho em relatar, trata. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 189, de 2010, encaminhado pelo nosso ex-Presidente Lula, modifica a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e institui o Sistema Único de Assistência Social, conhecido como SUAS.

Antes de mais nada, é importante fazer um breve relato do caminho que a assistência social trilhou até a proposta que o Senado está apreciando. Devo destacar a importância do avanço introduzido na nossa Constituição de 1988, que elevou a assistência social à categoria de Direito e Política Pública, no mesmo nível da saúde e da previdência, formando o tripé da Seguridade Social. Esse avanço possibilitou, em 1993, a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social, que veio materializar o direito já constitucional do acesso à assistência social, através de um Sistema Único descentralizado e participativo.

Com os alicerces do SUAS, lançados pela lei, iniciou-se um grande esforço de formulação do sistema, em muito fomentado pelas discussões desenvolvidas por profissionais da assistência social. Em 2005, com base nesses estudos e debates, o Ministério do Desenvolvimento Social cria o Sistema Único da Assistência Social, impulsionado pelas deliberações da III Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2004. Nos debates da Conferência, ficou muito clara a instituição do SUAS como prioridade para o desenvolvimento da assistência social no País.

Esse sistema organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é Proteção Social Especial, destinada às famílias e aos indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.

Através do SUAS, foram distribuídos em todo o País mais de sete mil Centros de Referência de Assistência Social, que conhecemos, Sr^{as} e Srs. Senadores, como CRAS, e dois mil Centros de Referência Especializada de Assistência Social, que são os CREAS, que prestam, diariamente, atendimento à população que necessita de assistência social, através de servi-

ços de proteção social básica e especial estruturados nos Programas de Atenção Integral à Família (PAIF), e Atenção Especializada às Famílias e Indivíduos (PAEFI), respectivamente.

Além disso, uma série de programas e benefícios já são articulados por meio do SUAS, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o PETI, o pro-Jovem, o Benefício da Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família.

Sr^a Presidente, não tenho dúvidas de que o SUAS é uma importante conquista da assistência social e da sociedade para a realização dos seus direitos, por ampliar a proteção social brasileira e por construir o conteúdo específico da assistência social.

Junto à estruturação do SUAS, buscou-se superar o problema do modelo de convênios para repasse de recursos entre os entes da Federação, com a adoção de um modelo de repasse via Fundo de Assistência Social, o que minimizou a descontinuidade na oferta dos serviços socioassistenciais e desburocratizou sobremaneira o processo de financiamento.

O principal recurso oferecido pela política de assistência social é o capital humano, ou seja, os profissionais da área de assistência social, como assistentes sociais, psicólogos e outros trabalhadores do SUAS, fundamentais para o atendimento às cidadãs e aos cidadãos em todo o País.

Temos a clareza de que os Estados e, especialmente, os Municípios, que são os principais responsáveis pela oferta dos serviços socioassistenciais, não possuem capacidade financeira para arcar, de forma isolada, com a contratação de equipes de referência, fundamentais para a consolidação dos serviços ofertados pelo SUAS.

A oferta dos serviços socioassistenciais só é efetiva se os CRAS, os CREAS e, sobretudo, a equipe de referência forem adequadas. E, para que esses instrumentos sejam realmente adequados, é fundamental maior provimento de recursos e maior participação da União nesse financiamento.

No entanto, Sr^a Presidenta, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, no caminho da consolidação do SUAS, observaram-se entraves jurídicos que impediam a utilização do cofinanciamento federal para o pagamento dos trabalhadores da assistência social, por exemplo, impedindo o fortalecimento do atendimento ao público por meio dos serviços já existentes.

Esses entraves demonstraram que, sem haver a criação cristalizada em lei federal, a implementação do SUAS estava juridicamente frágil, com sérios problemas para uma articulação plena de políticas de assistência social nos três níveis. E foi em resposta a

esses problemas que, em 2008, o Governo Federal encaminhou a proposta de criação do SUAS.

O projeto busca descentralizar a prestação da assistência social e estabelecer a gestão compartilhada entre os entes federativos, os Conselhos de Assistência Social e as entidades e organizações de assistência social, inserindo na Loas os objetivos centrais do SUAS: proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, tendo a área territorial local como base de organização e efetivação.

Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos nos três níveis de governo para a execução e para o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Um importante avanço apresentado pelo projeto é o estabelecimento das competências dos diferentes entes da Federação, União, Estados e Municípios, garantindo-lhes maiores recursos e articulação. Cada um deverá cofinanciar, por meio de transferência automática e obrigatória, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social.

A União ficará com a responsabilidade de realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social e de prestar auxílio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para desenvolverem suas políticas locais.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Dois minutos, para concluir, Senadora.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Srª Presidente. Já estou concluindo.

Conseguimos avançar também no estabelecimento da idade mínima de 65 anos para os idosos receberem o Benefício de Prestação Continuada, fixando-se em lei. Embora a lei atual estabeleça o direito ao BPC a partir dos 67 anos, na prática, já se utiliza a idade mínima de 65 anos. É uma mudança formal, mas que garante maior segurança jurídica aos beneficiários, já que está disposta no Estatuto do Idoso.

E, Srª Presidenta, o projeto fortalece, ainda, os Conselhos de Assistência Social, ao estabelecer que eles fiquem vinculados ao órgão gestor de assistência municipal. Essa vinculação garantirá a infraestrutura necessária para seu funcionamento, tanto do ponto de vista dos recursos materiais quanto dos recursos humanos e financeiros.

(A Srª Presidenta faz soar a campainha.)

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Srª Presidenta, Srs. Senadoras e Srs. Senadores, para finalizar, gostaria de dizer que, como assistente social, vejo, na criação do SUAS, o atendimento de uma das maiores

demandas da assistência social, que é uma estruturação mais eficiente dos aparelhos estatais de atendimento à população, bem como a ampliação e a otimização dos recursos financeiros. O projeto valoriza os profissionais que compõem as equipes de atendimento de populações em situação de vulnerabilidade.

A assistência social atua junto a quem mais precisa, a quem está em situação de grande vulnerabilidade e realmente necessita de amparo para recuperar sua cidadania, para superar a miséria e a exclusão social.

Portanto, Srª Presidente, o SUAS oferece apoio a quem se encontra, de fato, vulnerável, mas também esquematiza a situação de saída da situação de amparo estatal e auxilia os beneficiários a encontrarem alternativas para a superação dos problemas que os afligem.

Srª Presidenta, finalizando, realmente, quero pedir aos Srs. Senadores e às Senadoras que nos ajudem a aprovar o PL nº 189, de 2010, que ainda continua tramitando nas demais comissões, para que tenhamos, de uma vez por todas, o SUAS instituído e implementado em toda a plenitude que a assistência social necessita. Nossa população mais carente e vulnerável poderá receber o tratamento e o cuidado que precisam e merecem.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidenta.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Ana Rita.

Com a palavra, o Senador Eunício Oliveira, pela liderança do Governo.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho, mais uma vez, a esta tribuna, para falar de dois temas da maior importância para o meu Estado, Ceará. O primeiro deles diz respeito à inauguração do novo aeroporto da cidade de Camocim, que vai atender a toda a Região Norte e que, com certeza, fará o desenvolvimento daquele município, daquela região, levando turistas para conhecer o nosso belíssimo complexo de Jericoacoara.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Que alegria, interrompendo. Não posso interromper, mas realmente é uma boa notícia, Senador.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado, Senadora.

Tive a oportunidade, Senadora e Presidenta, de participar dessa maravilhosa cerimônia, na última sexta-feira, ao lado do Governo Cid Gomes, de uma grande platéia e de nossa bancada federal e estadual.

O novo aeroporto será uma peça fundamental para o desenvolvimento daquela região e do Estado

e vai impulsionar o turismo e os negócios, gerando emprego e renda ao nosso povo cearense.

Denominado Pinto Martins, em homenagem ao nosso aviador cearense, nascido naquele município, que fez o primeiro voo, a primeira travessia do Rio de Janeiro a Nova Iorque, esse aeroporto vai ter agora a capacidade de ajudar o desenvolvimento da região.

O projeto deixa o aeroporto apto a receber aeronaves de médio e até de grande porte, permitindo, inclusive, a realização de pousos noturnos e de decolagem também.

As obras foram recursos do Governo do Estado do Ceará. Aplicamos ali cerca de R\$5,2 milhões.

O outro assunto, esse mexe com o meu coração, porque essa fala se refere a algo que conseguimos construir no Estado do Ceará. Inauguramos, na sexta-feira passada, o primeiro hospital público de alta complexidade do interior do estado do Ceará construído em toda a sua história. Por isso esse hospital, além de ser um hospital regional e fundamental, servirá também como hospital-escola para o atendimento a todos os alunos das faculdades de Medicina daquela região.

Tive a honra de participar da inauguração desse grande centro de saúde no meu Juazeiro do Norte, na última sexta-feira, com a presença do Governador Cid Gomes e do nosso Ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Para a senhora ter uma ideia, esse hospital vai ter, já em funcionamento, cerca de 298 leitos e leva o nome de Monsenhor Murilo de Sá Barreto, que foi um sacerdote reconhecido não apenas no Nordeste brasileiro, não apenas no Ceará, mas em todo o Brasil pelos seus gestos de caridade.

Foram aportados recursos da ordem de R\$104 milhões na construção e R\$32 milhões em equipamentos de primeiríssima geração. Desses valores, R\$20 milhões são oriundos do Ministério da Saúde e o restante de recursos próprios do tesouro estadual.

Além disso, estão sendo implantados no Estado do Ceará 16 Centros de Especialidade Odontológica, os chamados CEO, em todo o Estado. Desses, 400 estão sendo instalados na minha querida região do Cariri. Além disso, ainda estamos construindo, com recursos do Estado e com a parceria do Governo Federal, 21 policlínicas, com oferta de até quatorze especialidades médicas, sendo que, dessas 21 policlínicas, sete estão sendo instaladas e construídas na região do Cariri.

Através da parceria também com o Governo Federal, estão sendo construídas 32 Unidades de Pronto Atendimento no Estado do Ceará, além da instalação do Serviço Médico de Urgência, Samu.

Já está também em construção um outro grande hospital regional de alta complexidade na região norte

do Estado, na cidade de Sobral. Também está em processo licitatório um outro hospital regional, que será erguido para atender às regiões do Sertão Central, do Sertão dos Inhamuns e do Canindé.

O Ceará, Sr^a Presidenta, após a conclusão de todos esses equipamentos, a instalação de todos esses equipamentos, da construção de todas essas unidades hospitalares, de assistência odontológica inclusive, ficará com a melhor rede de atendimento do Nordeste brasileiro, equiparando-se na saúde pública ao seu querido São Paulo, ao Paraná do nosso competente ex-governador Roberto Requião.

Por isso, eu não podia deixar de vir hoje a esta tribuna fazer esses dois importantes registros para o povo do Estado do Ceará. Muito obrigado, Sr^a Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Realmente, Senador Eunício, são duas notícias muito impactantes.

Acompanhei, como Ministra do Turismo, a instalação e fico feliz que esteja agora podendo funcionar esse aeroporto. E um hospital dessa complexidade realmente é sempre uma alegria para todo o povo, especialmente do Ceará. Parabênz.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra, o Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Com a palavra, a Senadora Ana Amelia.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cara Presidenta Marta Suplicy, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, visitantes da nossa Casa democrática, Casa da República, o Senado Federal, nossos telespectadores da TV Senado, hoje o meu Partido, Sr^a Presidenta, o Partido Progressista fez uma grande convenção reelegendo para comandar o nosso Partido nacionalmente o nosso Senador e nosso Líder da Bancada aqui no Senado, Francisco Dornelles, do PP do Rio de Janeiro.

Estavam presentes as grandes lideranças regionais, o auditório Petrônio Portela inteiramente lotado, com a presença do nosso Ministro Mário Negromonte, das Cidades, e de todos os segmentos do Partido.

Faço esse registro, porque, no momento em que Francisco Dornelles preside a Comissão Especial da Reforma Eleitoral, é muito significativo que o Partido tenha no comando desta agremiação, uma das maiores do País, um homem da estatura, da integridade e da ética de Francisco Dornelles que eu, como Senadora estreante, fico muito feliz e muito honrada de tê-lo como Presidente e também como Líder.

Queria também, antes de entrar no tema que me trouxe nesta tarde à tribuna, Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, lembrar que ontem à tarde aqui, neste mesmo microfone, nesta mesma tribuna, falei a respeito da importância que a visita da Presidenta Dilma Rousseff tem para a China na abertura de mercados para produtos brasileiros, sejam eles manufaturados, mas de modo especial de alimentos e, em particular, de carne suína.

Pois ontem e hoje pela manhã foram confirmados os frigoríficos, três deles de um total de onze, já credenciados a iniciarem as vendas para aquele gigantesco mercado que pode absorver a produção brasileira. E mais, como gaúcha, estou feliz, porque entre os frigoríficos credenciados está o Frigorífico Tchê, da cidade de São Luiz Gonzaga, pertencente à Cotrijuí, que é uma cooperativa com 18.400 sócios, de agricultura familiar, de médios agricultores. Isso vai, sem dúvida, representar um salto de qualidade e desenvolvimento, porque vai premiar o esforço feito até agora pelo comando da cooperativa, sob a liderança de Carlos Poletto, exatamente na abertura de mercados que vão significar uma nova etapa nesse processo de desenvolvimento da cooperativa. Cumprimento-o pelo que tem feito em relação exatamente à busca de novos mercados diante dos problemas do mercado interno e também tentando superar os problemas relacionados com o câmbio, cuja desvalorização da moeda americana provoca, sem dúvida, prejuízos para quem exporta.

Por isso, renovo nesta tribuna, Sr^a. Presidenta, a necessidade de que o Governo encontre políticas para desonerar o setor produtivo brasileiro, em particular as exportações.

Quanto mais não seja, quando se fala em carne suína, estamos falando em valor agregado: seria exportar o animal vivo, não recomendável do ponto de vista do desenvolvimento. Então, é muito importante que o Governo encontre os mecanismos para estimular uma produção e também as exportações como medida compensatória ao câmbio desfavorável.

Mas, o que me traz a esta tribuna hoje, Sr^a Presidente, é que hoje, 12 de abril, completam-se cinco anos da intervenção no Instituto Aerus de Seguridade Social, e as mais de oito mil famílias que, em tese, deveriam ser beneficiadas por esse fundo de pensão ainda esperam pelo desfecho favorável dessa longa, dramática e triste história.

No início dos anos 80, Sr^a Presidente, as empresas ligadas ao setor aéreo uniram-se na formação de um fundo de previdência complementar destina à previdência de seus funcionários, aeroviários e aeronautas. Com o aval do Governo, foi criado o Fundo Aerus, composto pelo patrocínio das empresas, pela

contribuição de seus assistidos e de uma taxa de 3% sobre o valor da receita das passagens aéreas.

Com o passar do tempo, com a falência de empresas aéreas, com as dificuldades financeiras da Varig, que era a maior empresa participante do Aerus, com o desligamento da TAM e o fim da contribuição advinda da receita das passagens aéreas, o fundo perdeu a sua liquidez.

Em 12 de abril de 2006, a Secretaria de Previdência Complementar fez a intervenção no Instituto Aerus. Desde então, os beneficiários desse fundo passaram a receber valores irrisórios que estão aquém das contribuições feitas no passado e que não permitem a manutenção de seu padrão de vida. Muitos comandantes tiveram de voltar ao mercado de trabalho, sujeitando-se a salários inferiores, exatamente para não perder a capacidade de sobrevivência nesse mercado competitivo, por conta do prejuízo que tiveram em função da falta de fiscalização, de responsabilidade do Governo.

Sofrem com isso, Sr^a Presidente, Srs. Senadores, mais de oito mil contribuintes, suas famílias e dependentes. Muitos deles, em torno de quatrocentos, já faleceram e não puderam desfrutar, em vida, do plano de previdência ao qual aderiram e para o qual contribuíram como recomendava a lei. Relatos dos beneficiários dão conta de que muitos, por terem de sobreviver com a ajuda de parentes, desenvolveram doenças psicossomáticas, como a depressão, resultado da situação financeira precária advinda do não recebimento dos valores que deveriam receber.

Sr^{as} e Srs. Senadores, este é um problema social muito grave e ele não vai ficar apenas nisso. Hoje pela manhã, na audiência pública organizada pelo Senador Paulo Paim na Comissão de Assuntos Sociais, na Subcomissão de Emprego, ficou visível que outros problemas desta mesma ordem vão acontecer envolvendo fundos de empresa estatais. Não é alarmismo nem terrorismo, é apenas a constatação de uma dura e dramática realidade.

A esperança de que o problema do caso Aerus seja resolvido é que motivou os aeronautas, os aeroviários e suas famílias a se mobilizarem hoje na Cinelândia, no Rio de Janeiro, a partir das 15 horas – já se passaram trinta minutos –, uma manifestação organizada pelo movimento Acordo Já. O mesmo movimento organiza uma manifestação no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo.

Essa manifestação, Srs. Senadores, Sr^a Presidente, é para sensibilizar o Supremo Tribunal Federal para que julgue ação de indenização por perdas tarifárias ocorridas nos anos 80 e 90, segundo a qual a Varig pode receber estimados R\$4 bilhões.

Atualmente, o processo está parado no Supremo Tribunal Federal, atendendo um recurso da Advocacia Geral da União. Desses R\$4 bilhões, muito será devolvido aos cofres públicos por conta de dívidas da companhia com a União, mas pelo menos R\$1,3 bilhão será destinado ao fundo Aerus, por determinação do Juiz Roberto Ayub, que conduziu o processo de recuperação judicial da nossa antiga e querida Varig. Esse recurso pode recompor parte da perda dos aposentados e ex-funcionários da companhia.

E é para solicitar uma notícia a respeito do andamento do processo – não se pressiona o Poder Judiciário – que amanhã, dia 13, às 18 horas, estarei numa audiência com a Ministra Carmem Lúcia, do STF, acompanhada dos Senadores Paulo Paim, do PT do meu Estado, e do Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná, tratando deste assunto.

Além disso, apoio integralmente o Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2010, de autoria do meu colega Paulo Paim, que autoriza a União a indenizar os aposentados e pensionistas vinculados a entidades fechadas de previdência complementar abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelas companhias aéreas.

Há cinco anos, Sr^{as} e Srs. Senadores, os beneficiários do fundo Aerus estão esperando uma solução para esse grave problema.

O governo, quando decidiu, por intermédio da Secretaria de Previdência Complementar, promover a intervenção no Instituto, assumiu a responsabilidade pelo pagamento das aposentadorias complementares dos beneficiários. Portanto, se não deseja cumprir o Acordo de Indenização por Perdas Tarifárias, deve prover a aposentadoria complementar dos contribuintes desse fundo, Sr^a Presidente.

O sistema de previdência complementar é forte no mundo todo, e precisa ser forte e ter credibilidade no Brasil para ser, inclusive, uma forma de fomentar o desenvolvimento.

No Brasil, os planos de previdência complementar, Sr^a Presidente, precisam ser ainda mais fortes, dado que o sistema de previdência oficial é deficitário e não oferece benefícios adequados para os brasileiros quando chegam à idade da aposentadoria.

Só iremos fortalecer a previdência complementar quando pudermos garantir segurança jurídica aos institutos.

Eu queria, Sr^a Presidente, pedir a sua generosidade na oferta do tempo para que eu possa ler aqui uma mensagem que recebi no meu Twitter, no meu *site*, do Eberardo Benz. Ele tem 79 anos, Sr^a Presidente, e escreve algo que peço que seja registrado nos Anais:

Trabalhei 43 anos na Varig e nunca presenciei [como agora] um caos com tantos atrasos e cancelamentos de voos, com dezenas de passageiros dormindo pelo chão dos aeroportos (...). Houve cancelamentos de voos, sim, quando a Varig dava seus últimos suspiros de vida, impostos pelo desgoverno de então, que inclusive negou um empréstimo do BNDES, com a frase pronunciada por um de seus ministros: “Para a Varig, não”!

Durante estes cinco anos de suplício [escreveu o Eberardo], os aposentados e pensionistas recorreram, através de seus representantes legais e sindicatos, a incontáveis contatos e reuniões em Brasília, a representantes da justiça, do governo, ministros, senadores, deputados, tentando serem ouvidos e entendidos para reverter essa situação desesperadora. Sempre foram bem recebidos, com palavras macias e encorajadoras de apoio e promessas de que iriam estudar o assunto e fazer todo possível para solucionar o impasse. Tudo em vão [diz ele desolado] As despesas das viagens e da estadia também foram e continuam sendo pagas pelas já minguadas aposentadorias recebidas do Aerus.

Mas esse homem de quase 80 anos, o Eberardo Benz, não perde a esperança e escreve ao final da mensagem que reproduzo aqui textualmente:

Espero e desejo imensamente que a nossa presidente Dilma tenha a sensibilidade e a força necessária para representar verdadeiramente o nome do partido ao qual pertence, o Partido dos Trabalhadores. Respeitar e atender as necessidades dos trabalhadores, aposentados e pensionistas, não só do Aerus, mas de todos, é o mínimo que um governo pode fazer para reconhecer o trabalho dos que verdadeiramente construíram o nosso país.

Sr^a Presidente, muito obrigada pela generosa concessão de tempo.

Antes de encerrar, gostaria apenas de registrar a presença neste plenário dos meus queridos correligionários gaúchos Otomar Vivian e Celso Bernardi, que estão na tribuna de honra assistindo a esta sessão.

Gostaria ainda de dizer, em nome do Senador Pedro Simon, do Senador Paulo Paim e em meu próprio, que desejamos o pronto restabelecimento de uma das melhores penas, de um dos melhores textos, de um colunista muito querido dos gaúchos: Paulo Santana, que está hospitalizado. Fez uma cirurgia, passa bem e será liberado na sexta-feira, mas ele deve estar muito

preocupado, porque o Paulo Roberto Falcão agora é técnico do Internacional, e ele, como gremista fanático, deve estar sofrendo um pouco. Talvez se recupere mais rápido!

Muito obrigada, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mais contundente do que a torcida do Corinthians, só o Grêmio com o Internacional, Senadora!

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Senadora Marta Suplicy, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o episódio da morte de doze crianças na Escola Tasso da Silveira, no bairro do Realengo, no Rio de Janeiro, chocou o País. Temos visto manifestações de solidariedade àquelas famílias, aos estudantes e aos professores daquela escola em todo o País, inclusive com repercussão internacional.

Muitas manifestações foram realizadas nos estádios de futebol, nos concertos de música. Entre as mais bonitas que testemunhei, está a manifestação de iniciativa da banda U2 perante mais de noventa mil pessoas, tanto no sábado quanto no domingo, quando os nomes das doze crianças foram mostrados antes da música final cantada pelo U2 e pelo Bono, sobretudo quando ele ali alertou para que pudéssemos viver num mundo sem tanta violência.

Quero saudar aqui a reação que os Líderes do Senado e o Presidente José Sarney, hoje, tiveram no sentido de que votemos um projeto que proponha um plebiscito, em outubro próximo, relativamente ao desarmamento.

Meu pai, Paulo Cochrane Suplicy, sempre disse aos seus filhos – éramos onze, perdemos dois, somos ainda nove – que ele não tinha e nunca quis ter armas em casa. Ele nos ensinou a respeitar as pessoas, a evitar brigas com as pessoas, por mais difícil que fosse a situação. Ainda hoje, tenho comigo esses ensinamentos, para evitar o uso da violência. Tenho sido assertivo e firme em minhas opiniões, mas sou inteiramente contra a violência, seja ela verbal, física ou psicológica, e nunca senti a necessidade de ter uma arma de fogo. Inclusive, pratiquei e aprendi boxe, pugilismo, mas, nos tempos em que aprendi essa modalidade e em que soube como me defender, sempre me senti com maior segurança para jamais utilizar a violência contra quaisquer pessoas.

Todos os dias, a mídia tem nos informado, à exaustão, os inúmeros casos de vítimas de violência, da violência doméstica, da violência no trabalho, nas ruas, nas escolas. Muitos desses casos terminam em mortes, e, em sua grande maioria, isso acontece por

que as pessoas tinham uma arma ao alcance das mãos. Se não estivessem armadas, muitas dessas mortes poderiam ser evitadas.

Aqueles que me conhecem sabem que sou um admirador dos homens e mulheres que têm transformado a sociedade, utilizando-se dos meios não violentos, como Mahatma Gandhi, Madre Teresa de Calcutá e Martin Luther King Jr. Devemos sempre lutar pelo que acreditamos com toda a nossa força, sempre procurando enfrentar a força física com a força da alma, das ideias.

O Estatuto do Desarmamento assegurou ao Poder Executivo os meios de controlar o comércio e o uso de armas de fogo. Além disso, também estimulou a população a entregar suas armas. Segundo o Ministério da Justiça, de 2004 a 2008, foram recolhidas 500 mil armas, e 1,5 milhão de armas foram regularizadas. Apesar de o Brasil continuar a registrar elevado número de mortes por armas de fogo, de acordo com o Ministério da Justiça, de 2004 a 2010, a taxa de mortalidade por armas de fogo caiu 8%.

É uma questão, pois, de bom senso. Basta lembrar quantas vezes observamos desavenças banais, que, certamente, poderiam ser resolvidas por meio do diálogo e da negociação, transformarem-se em tragédias irreversíveis. Diariamente, no trânsito pesado das cidades, muitos motoristas perdem a cabeça e, por pouco, não chegam a brigas físicas, que, às vezes, acontecem de fato. Se um deles tiver uma arma, a probabilidade de tragédia é altíssima. Portanto, para viver num Brasil mais seguro, teremos de fazer muito mais, para que nossa sociedade se torne mais justa e para que, em consequência, isso resulte em paz social.

Eis por que quero saudar a decisão do Presidente José Sarney, que, em conjunto com os líderes, propôs que nós todos votássemos a realização de um plebiscito nacional, a fim de que a população respondesse à seguinte pergunta: “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”.

Aqui, divirjo um pouco dos meus colegas, como do meu amigo Senador Roberto Requião, que, há pouco, me dizia que acha importante manter armas em casa, no caso de entrar alguém que queira assaltá-la.

Mas entendo que o povo, após receber informações mais claras sobre a questão, saberá optar pela proibição do comércio de armas em nosso País.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Meu pai sempre disse a seus filhos – éramos onze – que não tinha e que nunca

quis ter armas em casa. Ele nos ensinou a respeitar e a evitar brigar com as pessoas, por mais difícil que fosse a situação. Ainda hoje tenho comigo esses ensinamentos. Sou firme na defesa de minhas opiniões, mas sou inteiramente contra a violência, seja ela verbal, física ou psicológica e nunca senti necessidade de ter uma arma de fogo.

Todos os dias, a mídia nos informa à exaustão dos inúmeros casos de vítimas de violência: violência doméstica, violência no trabalho, violência nas ruas, violência nas escolas. Muitos desses casos terminam em mortes e, em sua grande maioria, isso acontece porque as pessoas tinham uma arma ao alcance da mão. Acredito que se não estivessem armadas, muitas dessas mortes poderiam ser evitadas.

Aqueles que me conhecem sabem que sou um admirador dos homens e mulheres que transformaram a sociedade utilizando-se de meios não-violentos. Apreendi a admirar as teses e os exemplos de Mahatma Gandhi, Madre Teresa de Calcutá e de Martin Luther King Jr., de que devemos lutar pelo que acreditamos com toda a nossa força, sem nos conformar com a lentidão das transformações, mas sempre procurando enfrentar a força física com a força das ideias.

O Estatuto do Desarmamento assegurou ao Poder Executivo os meios de controlar o comércio e o uso de armas de fogo. Além disso, também estimulou a população a entregar suas armas. De acordo com dados do Ministério da Justiça, de 2004 a 2008 foram recolhidas 500 mil armas e 1,5 milhão foram regularizadas. Apesar de o Brasil continuar a registrar um elevado número de mortes por armas de fogo, ainda de acordo com o Ministério da Justiça, entre 2004 e 2010 a taxa de mortalidade por armas de fogo caiu 8%.

É uma questão, pois, de bom-senso. Basta lembrar quantas vezes observamos desavenças banais que, certamente, poderiam ser resolvidas por meio do diálogo e da negociação, mas transformarem-se em tragédias irreversíveis. Diariamente, no trânsito pesado das cidades, por exemplo, muitos motoristas perdem a cabeça e, por pouco, não chegando a brigas físicas, que às vezes acontecem de fato. Se um deles tiver uma arma, a probabilidade de tragédia é altíssima. Para viver num Brasil mais seguro, teremos de fazer muito mais para que a nossa sociedade se torne mais justa e, em consequência, resulte na paz social.

Nos dias atuais é imprescindível tomarmos consciência que a paz é irreversível.

As armas nunca foram instrumento de vida. Devemos optar pela vida, o que significa optar pelo amor, optar pelo caminho da alegria e felicidade. Armas não trazem a paz!

Nesse sentido, avalio como positiva a reunião dos líderes partidários, na qual o presidente do Senado, José Sarney, apresentou proposta da realização de um plebiscito nacional a fim de que a população responda à seguinte pergunta: “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”. Entendo que o povo, após receber informações mais claras sobre a questão, saberá optar pela proibição do comércio de armas em nosso país.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Suplicy.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço. (Pausa.)

Não se encontrando no momento, com a palavra a Senadora Angela Portela

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Magno Malta com a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, enquanto a Senadora chega à tribuna, na ausência do Senador Ferraço quero fazer o registro de que estivemos, neste momento, com o Ministro da Justiça, que trabalha a campanha do desarmamento no Brasil, algo tão importante.

Quando vejo essas crianças que adentraram as galerias e já vão saindo – e há uma movimentação de crianças hoje; V. Exª estava acompanhando aqui do corredor –, quando vejo essa movimentação no Brasil, tendo em vista a tragédia do Rio de Janeiro, penso que é absolutamente importante que travemos este debate para que a sociedade brasileira tome uma posição nessa campanha do desarmamento.

Por esse motivo, o Ministro da Justiça, orientado pela nossa Presidente Dilma e focado neste assunto, recebeu a Comissão da Frente da Família, que tenho o prazer de presidir. E esta Comissão, juntamente com a assessoria do Ministro, vai auxiliar na linguagem e no material a ser levado às famílias brasileiras neste momento de enfrentamento da violência.

Era este o registro, Srª Presidente.

Agradeço.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para me inscrever para falar em nome da Liderança do PDT, por gentileza.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Acir Gurgacz está inscrito e, depois, o Senador Paulo Bauer.

Agora com a palavra a Senadora Angela Portela. Mas antes, Senadora, gostaria de saudar os alunos do 5º e 6º do Centro de Ensino Fundamental de Ceilândia, aqui do Distrito Federal. Vocês são muito bem-vindos. Podem vir frequentemente e falar para os amigos virem também para ver como funciona o Senado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de registrar aqui a presença no nosso plenário do Prefeito do Município de Porto Acre, no Acre, o Prefeito José Maria, do Partido dos Trabalhadores, e também a presença do Presidente da Câmara de Vereadores do Acre, Wanderson Pereira de Souza e dos Vereadores José Guilherme de Albuquerque – que é o Vice-Presidente da Câmara – e do Vereador Eldo Lima Penha, que é o Secretário da Câmara Municipal de Porto Acre.

Eles estão em Brasília justamente fazendo uma peregrinação nos Ministérios em busca da liberação das suas emendas para tocar adiante os trabalhos em benefício à comunidade de Porto Acre.

Gostaria, portanto, que fossem registradas essas presenças nos Anais do Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Já estão registradas, Senador Anibal Diniz.

Com a palavra a Senadora Angela Portela.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT–RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy, Srªs e Srs. Senadores, tenho a grata alegria de informar a este Plenário que, hoje, o Senado Federal instalou a Subcomissão em Defesa da Mulher, no âmbito da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Hoje, pela manhã, tivemos esta reunião, com a presença do Presidente do Senado, Senador José Sarney, com a presença da Ministra do Supremo Tribunal Federal, Carmem Lúcia; da nossa Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário; da Ministra da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Ministra Luiza Bairros; da Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes; bem como de Senadoras, Deputadas Federais, Deputados e Senadores.

Nesta manhã, nós nos sentimos muitos felizes, porque criamos um espaço de discussão onde iremos debater sobre a prevenção e o combate à violência doméstica e familiar, a inserção da mulher no mercado de

trabalho, o combate ao tráfico de mulheres, a ampliação da estrutura de creches nos Municípios brasileiros. Enfim, vamos discutir assuntos de interesse da mulher brasileira; vamos discutir também as implicações da Lei Maria da Penha e sua implementação. São assuntos que, de certa forma, ajudarão, contribuirão para a melhoria da qualidade de vida da mulher brasileira.

Para iniciar os trabalhos dessa Subcomissão, hoje mesmo fizemos a primeira audiência pública com a presença dessas autoridades do Poder Executivo, do Poder Judiciário e Legislativo. E, nessa primeira audiência, tivemos a oportunidade de realizar um debate enriquecedor sobre a Lei Maria da Penha e as dificuldades, especialmente no âmbito do Poder Judiciário, para punir os casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres com base nesta lei.

A partir de agora, a Subcomissão dos Direitos da Mulher será esse espaço para a discussão de temas prioritários para a bancada feminina, para a defesa e ampliação dos direitos das mulheres brasileiras. Obviamente sem prejuízo de outros importantes temas, vamos concentrar nossa atuação à frente da Subcomissão, neste primeiro momento, no debate a respeito de todas essas questões que frisei anteriormente.

Gostaria de destacar conquistas que considero extremamente importantes, principalmente iniciativas do Poder Executivo Federal, anunciadas recentemente pela nossa Presidenta Dilma Rousseff, para a prevenção do câncer de mama e de colo de útero, para ampliar de forma significativa o acesso das crianças brasileiras às creches e também para garantir uma gravidez mais tranquila e com total assistência do Poder Público, como ficou evidente no lançamento do projeto Rede Cegonha.

A Rede Cegonha inclui um conjunto de medidas para garantir, no Sistema Único de Saúde, atendimento adequado, seguro e humanizado desde a confirmação da gravidez até os primeiros anos de vida da criança.

Uma das novidades do projeto é a oferta pelo governo do auxílio-transporte durante todo o período pré-natal e de um vale-táxi para o deslocamento até a maternidade no horário do parto.

Com investimento de R\$9,4 bilhões até 2014, as medidas previstas na Rede Cegonha abrangem a assistência com foco na gravidez, no parto e pós-parto e também a assistência às crianças.

Um dos aspectos mais importantes do programa, em meu entendimento, é que o cronograma de implantação da rede priorizará as regiões da Amazônia Legal e do Nordeste, que têm os maiores índices de mortalidade materna e infantil.

Nos postos de saúde, será introduzido o teste rápido de gravidez. Confirmado o resultado positivo, será garantido um mínimo de seis consultas durante o pré-natal, além de uma série de exames clínicos e laboratoriais. Esta é uma conquista de enorme significado para os 61 milhões de mulheres brasileiras em idade fértil. Mas há outra iniciativa que quero também destacar e enaltecer.

A Presidenta Dilma Rousseff esteve em Manaus para lançar o programa de fortalecimento da rede de prevenção, diagnóstico e tratamento de câncer de mama e de colo de útero. Este é um problema que atinge milhões de brasileiras e que mata milhares de mulheres todos os anos, por conta do diagnóstico tardio e da falta de condições para o tratamento na rede pública.

O Governo Federal vai investir R\$4,5 bilhões, sendo R\$382 milhões no programa nacional de controle do câncer de colo do útero, R\$867 milhões para o programa nacional de controle do câncer de mama, R\$3,2 bilhões na ampliação e fortalecimento da rede oncológica e R\$24 milhões em informações à população.

A expectativa do governo é de que as ações beneficiem 3,8 milhões de mulheres por ano. A escolha de Manaus para o lançamento do programa não foi por acaso.

Sr^a Presidente, uma mulher na Região Norte, na nossa região, tem duas vezes e meia mais chances de ter câncer de colo de útero. Os dados do Ministério da Saúde apontam que a incidência de câncer de colo de útero na Região Norte é de 39,6 casos por 100 mil mulheres, mais que o dobro da média nacional, sendo o tipo de câncer mais frequente com 24,3% de todos os casos de câncer.

Pois não, Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senadora Angela, quero cumprimentá-la pela instalação da Subcomissão dos Direitos da Mulher, da Comissão de Direitos Humanos, e por V. Ex^a ter assumido a Presidência dessa Subcomissão. É até uma feliz coincidência que isso tenha ocorrido hoje, que é o Dia do Obstetra. O obstetra é exatamente aquele profissional que se preocupa de maneira ampla com a mulher. Não por acaso também V. Ex^a frisa aí a questão do Rede Cegonha. Acho que se nós tivéssemos em medicina esse cuidado com as mulheres, somado ao cuidado com as crianças, nós estaríamos eliminando pelo menos 70% dos problemas de saúde neste País. E espero que realmente essas políticas afirmativas... E V. Ex^a frisou muito bem, as mulheres da Amazônia e do Nordeste são as que mais sofrem, é onde existe incidência de câncer e tantas outras doenças em maior

número que nas outras regiões. Então quero me somar ao pronunciamento de V. Ex^a e dizer que estamos aí para trabalhar lado a lado em favor das mulheres, portanto, em favor dos homens. porque afinal de contas são elas que colocam os homens no mundo.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Mozarildo. O senhor, como médico, conhece muito bem as mazelas que a mulher brasileira enfrenta no que diz respeito ao diagnóstico do câncer de mama e de colo do útero.

Eu gostaria de destacar outra importante iniciativa do Governo da Presidenta Dilma para beneficiar a mulher e a criança brasileira. Trata-se da assinatura de convênios com 419 municípios para a construção de 718 creches já neste ano de 2011. A Presidenta também anunciou a edição de uma medida provisória para bancar o custeio dessas unidades, enquanto estiverem sem receber recursos do Fundeb.

Então, serão investidos R\$800 milhões na construção dessas creches, que fazem parte do Programa Proinfância, do Ministério da Educação, cujo objetivo é implantar e equipar seis mil creches de educação infantil, escolas de educação infantil em todo o País, ao custo de aproximadamente R\$6 bilhões até 2014.

Portanto, Sr^a Presidente, são três iniciativas complementares entre si e que asseguram às mulheres brasileiras total apoio do Poder Público, desde a confirmação da gravidez, no parto e pós-parto, assistência à criança nos dois primeiros anos de vida e, na sequência, a garantia de vaga nas creches, onde essas crianças poderão continuar o seu desenvolvimento físico e emocional, enquanto a mãe poderá voltar ao mercado de trabalho.

Por outro lado, no que diz respeito à saúde da mulher, o Governo ataca de uma vez só duas das mais dolorosas doenças do aparelho reprodutivo feminino, o câncer de mama e o câncer de colo do útero.

Quero, portanto, expressar minha solidariedade e apoio à Presidenta Dilma Rousseff, pois tenho a certeza de que estas iniciativas terão grande alcance, ao enfrentar alguns dos problemas que mais angustiam as mulheres brasileiras.

Na condição de presidenta da Subcomissão em Defesa da Mulher do Senado Federal, percebo que o Governo está caminhando na direção certa para oferecer às nossas mães e futuras mães a assistência adequada, humanizada e eficaz de que tanto necessitam.

Com essas conquistas asseguradas – para finalizar – acredito que poderemos, aqui no Senado e a partir da criação dessa Subcomissão em Defesa da Mulher, avançar ainda mais, defendendo a ampliação da licença maternidade para seis meses, aprovada aqui

no Senado e que está na Câmara, o direito à moradia, o acesso ao mercado de trabalho sem discriminação.

Principalmente, Sr^a Presidente, acredito que podemos avançar na aplicação da Lei Maria da Penha, com a efetiva criação de uma rede de proteção, com delegacias especializadas, defensorias, promotorias e juizados especializados, para por fim à violência doméstica e familiar contra a mulher e, evidentemente, à impunidade que dela decorre.

Então, para finalizar, queria aqui deixar a minha satisfação e a minha alegria por mais um instrumento criado para fortalecer o combate e a exploração das mulheres brasileiras.

Muito obrigada, Sr^a Presidente, pelo tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Parabéns, Senadora Angela Portela.

Concedo a palavra, pelo exercício da liderança, ao Senador Paulo Bauer, pela liderança da Minoria. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, pela liderança do PDT.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqui, registro a importância da visita do Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, ao Estado de Rondônia, no dia de ontem. Acompanhamos o Ministro durante sua passagem nos canteiros de obra das usinas de Jirau e de Santo Antônio, no rio Madeira. Conosco, estavam o Senador Valdir Raupp, o Presidente da Assembleia, demais Deputados, o Deputado Mauro Nazifi.

O Ministro demonstrou grande preocupação com o andamento das obras em Rondônia. Ele está preocupado com a situação dos trabalhadores, em primeiro lugar, e deixou isso claro ao afirmar a importância do tratamento humano e digno que deve receber cada homem e cada mulher que lá trabalham. Também deixou explícita sua preocupação com relação ao andamento das obras, que serão fundamentais para o aumento do fornecimento de energia limpa e segura, que as usinas do Madeira serão capazes de garantir não somente ao Estado de Rondônia, mas a todo o nosso País.

Faço minhas as palavras do Ministro Carlos Lupi, nosso colega, nosso Presidente do PDT, destacando que o Brasil precisa dessa energia para o pleno desenvolvimento de sua economia, mas os trabalhadores, assim como Rondônia, precisam ser tratados com muito respeito. Para o Ministro Lupi, o diálogo nas relações entre as empresas e os trabalhadores das usinas é fundamental.

Ontem, houve essa grande reunião entre trabalhadores e representantes das usinas, em que se destensionou o impasse que havia entre as partes para

se reiniciarem os trabalhos. Hoje, na usina de Jirau, foram reiniciados os trabalhos, assim como na usina de Santo Antônio, na semana passada. Entendo que foi um avanço muito grande. Foi importante o Ministro estar em Porto Velho, acompanhando as discussões, essa relação entre os funcionários, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e os consórcios que iniciaram aquela obra.

O mais importante foi o pedido feito ao Ministro, que reiterou não só ao Sindicato, mas, principalmente, às empresas que dessem preferência aos trabalhadores que moram no Estado de Rondônia, para evitar que pessoas de outros Estados distantes tenham de se deslocar, levando suas famílias ou deixando suas famílias, para irem trabalhar em obras importantes como essas, que são as usinas de Santo Antônio e de Jirau, em Porto Velho.

Sr. Presidente, é com enorme satisfação que ultrapassamos, na última semana, a marca de um milhão de empreendedores cadastrados no programa Microempreendedor Individual (MEI), lançado pelo Governo Federal em 1º de julho de 2009. Essa marca histórica foi ultrapassada no último dia 17 de março, quando a Receita Federal do Brasil registrou um milhão, quatro mil e setecentas e sessenta e quatro adesões. São trabalhadores em diversos setores, como jardineiros, funileiros, cabeleireiros, pedreiros, carpinteiros, vendedores ambulantes, enfim, profissionais que saíram da informalidade e que, hoje, emitem nota fiscal, geram renda para suas famílias, possuem direito à aposentadoria e contribuem, de forma legal, para o aquecimento da economia brasileira e para o crescimento do nosso País. É, com certeza, uma grande conquista!

Quero destacar, aqui, a grande mobilização dos sindicatos e das associações dos pequenos empreendedores e das pequenas empresas, que trabalharam, durante muito tempo, para estabelecer esse cenário de equilíbrio competitivo. Quero parabenizar também o Sebrae pelo esforço e competência na defesa dos empreendedores.

Destaco, ainda, o papel do Congresso Nacional na aprovação da legislação do Microempreendedor Individual, a Lei Complementar nº 128/2008, que contou com a contribuição de diversos parlamentares da Legislatura passada e de muitos que fazem parte da atual. Saliento, sobretudo, a grande sensibilidade do ex-Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff no tratamento que sempre deram para os mais necessitados, para os que realmente precisam da mão do Estado para se organizar e para crescer. Afinal, é isto que estamos proporcionando aos pequenos empreendedores: meios para que participem do mercado com melhores condições técnicas, legais e profissio-

nais. Que possam contrair crédito para investimento e crescimento de seus negócios!

Quem dera, cara Presidente, um dia, muitos desses pequenos empreendedores possam ser grandes empresários! Para que isso ocorra, apresentamos um projeto de lei no Senado Federal, o PLS nº 195/2010, ampliando o teto de faturamento dos microempreendedores dos atuais R\$36 mil para R\$72 mil e permitindo que os microempreendedores contratem não apenas um funcionário, mas, sim, dois funcionários.

Dados do Sebrae revelam que, hoje, no Brasil, existem muitos trabalhadores na informalidade. São trabalhadores que precisam participar em melhores condições da economia brasileira. Comemoramos, no dia 17 de março, um grande avanço. Afinal, retiramos um milhão de empreendedores da informalidade.

(Interrupção do som.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Vou concluir, Srª Presidenta.

Isso representa a geração de um milhão de empregos, contratados diretamente por esses empreendedores.

Creio que poderemos comemorar ainda mais, no próximo ano, se ampliarmos o teto de faturamento para R\$72 mil, com a possibilidade de contratação de até dois funcionários. Com isso, haverá potencial, em um ano, não somente para retirar mais um milhão de empreendedores da informalidade, mas também para gerar três milhões de empregos. São pessoas que terão mais acesso ao crédito, a benefícios sociais e fiscais, a direitos trabalhistas e a direito à aposentadoria, enfim, a uma vida mais digna.

Além disso, poderá haver um grande aumento na arrecadação com impostos, simplesmente porque o Governo brasileiro não abrirá mão de arrecadação dentro desse novo patamar, mas, sim, estimulará mais empreendedores a entrarem para a formalidade e a contratarem mais trabalhadores.

Peço, então, Srª Presidente, que olhem com atenção para o PLS nº 195/2010, que trata da ampliação do teto de faturamento do MEI. O referido projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e na Comissão de Assuntos Econômicos e aguarda apenas a apreciação deste Plenário. A Presidente Dilma Rousseff também já manifestou apoio ao nosso projeto, que, creio, ainda poderá ser aperfeiçoado no debate aqui, no Congresso Nacional.

Para finalizar, quero parabenizar esse um milhão de microempreendedores que já regularizaram sua situação e dizer aos demais brasileiros que ainda se encontram na informalidade e que querem trabalhar na legalidade que esse é o melhor caminho para crescer e

ajudar o nosso País a crescer. Isso será muito bom para o nosso País. Esse projeto será muito bom para este País e para os nossos brasileiros, Srª Presidente.

Muito obrigado por sua atenção.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Srª Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, eu encaminhei à Mesa um requerimento para que seja inserido em ata um voto de pesar pelo falecimento do jornalista Elpídio Reali Júnior, aos 71 anos, no dia 9 de abril último, bem como a apresentação de condolências à esposa, Amélia, às quatro filhas, Luciana, Adriana, Cristiana e Mariana, e aos cinco netos.

Se me permite encaminhar e justificar, eu gostaria de dizer que Reali Júnior, que nasceu em Bauru, iniciou muito cedo – aos 17 anos – sua atividade como jornalista esportivo. Ele, inclusive, conviveu com Pelé em Bauru e em Santos.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Tornou-se um jornalista e, adolescente, ele costumava entrar no gramado para entrevistar os jogadores de futebol.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Um minuto, Senador, para ler o requerimento, por favor. Já estamos na Ordem do Dia.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Com um enorme gravador nas mãos, ganhou o apelido de “repórter canarinho”, que logo lhe deu projeção Brasil afora.

Reali era repórter de rádio, mas trabalhou também em jornais e participou de programas de televisão. Seu primeiro jornal foi o carioca *Correio da Manhã*, sucursal de São Paulo. Depois, foi para *O Globo* e escreveu para os *Diários Associados*, sem nunca abandonar a Jovem Pan.

Conforme tão bem relata o seu colega, José Maria Mayrink, no *Estado de S. Paulo*, Reali foi procurar trabalho aos 16 anos, pois queria se casar com Amélia, com quem começou a namorar, ele com 14, ela com 13.

Na madrugada de...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Dois minutos para conclusão do requerimento, Senador.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pois bem; ao lado do Governador Ademar de Barros,

no Palácio dos Campos Elíseos, foi um dos poucos repórteres que reportou o que ali aconteceu.

Ele acompanhou todos os fatos políticos do País e do exterior, cobrindo todos os assuntos, mas, sobretudo, ele também foi um homem preocupado com a democracia, com a liberdade, com o respeito aos direitos humanos. E ali, em Paris, onde por mais de trinta anos foi correspondente de **O Estado de S. Paulo** e da *Jovem Pan*, ele cobriu os mais diversos assuntos, entrevistou as mais altas autoridades francesas e realizou reportagens de enorme repercussão aqui no Brasil.

Então, queremos homenageá-lo e transmitir à sua família os nossos sentimentos de pesar.

Solicito, Sr^a Presidente, que seja dada como lida na íntegra a minha justificativa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Suplicy, a Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado, com o qual compartilha, tendo conhecido e acompanhado o trabalho do brilhante jornalista Reali Júnior.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 400, DE 2011

Requeiro, nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do jornalista Elpídio Reali Júnior, aos 71 anos, no último dia 9 de abril, em São Paulo, bem como a apresentação de condolências à esposa, Amélia, e às quatro filhas, Luciana, Adriana, Cristiana, Mariana e aos cinco netos.

Justificação

Reali Júnior, como era conhecido, nasceu em Bauru, onde passou a infância. Depois de fazer o primeiro ano do curso primário em Santos, onde seu pai, Elpídio Reali – delegado de polícia e mais tarde secretário estadual de Segurança – trabalhou, mudou-se para São Paulo.

Conforme tão bem relata o seu colega José Maria Mayrink, no **Estado de S. Paulo** do dia 9 de abril, Reali foi procurar trabalho com 16 anos, pois queria se casar. Sem antecedentes na família ou padrinhos, mas com vocação precoce para o jornalismo, pediu ajuda a um amigo chamado Bauru que trabalhava na Rádio Panamericana, hoje Jovem Pan. Fez o teste, passou. Assim, aos 16 anos de idade, começou a trabalhar como repórter da Rádio Jovem Pan. O adolescente que entrava no gramado para entrevistar os jogadores de futebol com um enorme gravador nas mãos ganhou o

apelido de Repórter Canarinho que logo lhe deu projeção Brasil afora.

Reali era repórter de rádio, mas trabalhou também em jornais e participou de programas de televisão. Seu primeiro jornal foi o carioca **Correio da Manhã**, sucursal de São Paulo. Depois foi para a sucursal de **O Globo** e escreveu para os **Diários Associados**, sem nunca abandonar a *Jovem Pan*. Na madrugada de 1º de abril de 1964, no golpe ?? estava ao lado do governador Ademar de Barros no Palácio dos Campos Elíseos – um dos poucos repórteres que conseguiram entrar. Nos anos seguintes, acompanhou todos os principais fatos políticos do País, ao mesmo tempo que cobria outros assuntos.

Suspeito de ser comunista, o que sempre negou, ficou na mira da repressão e por isso achou melhor ir para o exterior. Foi para Paris, em setembro de 1972, trabalhar como correspondente da Jovem Pan. No ano seguinte, foi contratado pelo **Estado de S. Paulo**, por indicação de Ludembergue Góes e Raul Bastos, editores do jornal de passagem pela França, pouco depois da queda de um Boeing da Varig nas imediações do aeroporto de Orly. Reali deu à cobertura do acidente, no qual morreram o Senador Filinto Müller e o cantor Agostinho dos Santos, um enfoque bem brasileiro. Atribuiu a um cigarro aceso jogado no vaso sanitário do avião a fumaça que asfixiou os passageiros, descartando assim a versão do **Diário Clarín**, de Buenos Aires, que apostou na hipótese de atentado terrorista. A versão de Reali estava correta.

Descrever e analisar os acontecimentos da França e de outros países por onde andou com os olhos de um repórter brasileiro sempre foi uma preocupação de Reali. “Sempre escrevi sobre qualquer assunto, minha formação de jornalista autodidata, construída pedrinha sobre pedrinha, me dá essa possibilidade”, dizia.

Numa época de telecomunicações ainda precárias, transmitia o material por cabines públicas de telefone e brigava com os colegas por um terminal de telex. Não havia internet, as ligações telefônicas com o Brasil dependiam de tempo e sorte. Como também não existiam cartões de crédito, o repórter era obrigado a carregar dólares no bolso.

Na cobertura da guerra Irã-Iraque (1980-1990), o dinheiro acabou quando ele se encontrava em Amã, na Jordânia, depois de ter sido expulso de Bagdá. Sem condições de receber uma remessa de São Paulo, Amélia, sua mulher, teve de pegar um avião para Atenas, onde se encontrou com o marido para levar-lhe dinheiro.

Outras coberturas marcantes foram a da Revolução dos Cravos em 1974, em Portugal; a queda do franquismo na Espanha em 1975; a ascensão de Lech

Walesa, na Polônia, em 1980; e a morte da Lady Diana, entre outras. Às vésperas da revolução iraniana, fez uma entrevista exclusiva com o aiatolá Khomeini, exilado em Paris.

Mesmo escrevendo do outro lado do Atlântico, Reali foi vítima da censura que o Estado sofreu a partir da edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968. Foram censuradas as reportagens que fez sobre a meningite, em 1974, quando revelou que a produção de vacinas não conseguia atender a demanda brasileira. O governo do general Ernesto Geisel escondia a dimensão da doença e Reali mostrou que se tratava de uma epidemia nacional.

Enviado para a participar da cobertura da Rio 92, Reali teve um enfarte e foi parar no hospital no Rio de Janeiro, de onde viajou em seguida para São Paulo e recebeu três pontes de safena.

Reali sempre mereceu o respeito da direção do jornal **O Estado de S. Paulo** e da Rádio Jovem Pan. 'Conheci os 'meninos' nos tempos de futebol em que eu era repórter de campo no Pacaembu, e também quase um menino', disse o jornalista no livro **Às Margens do Sena**, referindo-se à geração dos Mesquita seus contemporâneos. Citou nominalmente Ruyzito, Rodrigo e Fernão (filhos de Ruy Mesquita), Marina (filha de Julio Neto) e Patrícia (filha de Luiz Carlos Mesquita). Na rádio, foi muito amigo dos Fernando Vieira de Melo, o pai e o filho.

Quando soube que estava com câncer no fígado, Reali retornou a São Paulo. Durante o tratamento, chegou a se submeter recentemente a um

transplante de fígado, mas no tratamento os resultados não foram os esperados. Reali passou dois anos entre seu apartamento e o Hospital Oswaldo Cruz. Mesmo quando de cama, continuava atento as notícias e pensando em arrumar as malas para reassumir seu posto em Paris.

Um dos jornalistas mais importantes do Brasil, deixou consternada toda a categoria de profissionais da imprensa em todo o País e no exterior, já que ele possuía grande prestígio internacional.

Em nota, a presidenta Dilma Rousseff lamentou a morte do jornalista: "A imprensa brasileira perdeu um de seus nomes mais emblemáticos com a morte de Elpídio Reali Jr.. Seus anos como correspondente de veículos de comunicação brasileiros em Paris foram marcados por grandes reportagens. Mais do que um repórter talentoso, o País perde um ilustre brasileiro. A seus parentes, amigos e admiradores envio meu sentimento de pesar e meu abraço fraternal", diz a Presidenta, em nota.

O corpo do jornalista Reali Júnior foi cremado, domingo, no cemitério da Vila Alpina, em São Paulo,

ao som de uma antiga transmissão sua, diretamente das margens do Sena, na **Maison de La Radio**.

Sala das Sessões, – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 401, DE 2011

Requeremos, nos termos do art. 160 c/c o art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da Sessão do próximo dia 5 de maio de 2011, quinta-feira, seja dedicado a comemorar os cento e oitenta e cinco anos de instalação do Senado Federal.

Sala das Sessões. **Bocópia**

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, solicito inclusão na Ordem do Dia do Requerimento nº 392, que tem como objetivo prestar homenagem aos 70 anos do Tribunal Superior do Trabalho. O requerimento é de nossa autoria, nos termos regimentais.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Será votado no final. Já está solicitado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) –

ORDEM DO DIA

Por entendimento de Lideranças, o item 1 será apreciado amanhã, que trata do trem-bala, o TAV.

Então, poderemos apreciar os itens 2, 3, 4, 5 e 6, porque são matérias administrativas, o que a Medida Provisória não tranca.

É o seguinte o item adiado:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2011 (Proveniente da Medida Provisória Nº 511, de 2010)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2011, que *autoriza a criação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. – ETAV; estabelece medidas voltadas a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; dispõe sobre a autorização para garantia do financiamento do Trem de Alta Velocidade – TAV, no trecho entre os Municípios do Rio de Janeiro – RJ e Campinas – SP; e dá outras providências.*

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 2:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 105, DE 2011 (Em regime de urgência)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2011, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc* Senador Francisco Dornelles, que *aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2010.*

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo discussão, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados *(Pausa.)* *Aprovado.*

Há sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final da matéria.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER Nº 115, DE 2011

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2011.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2011, que aprova a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2010.

Sala de Reuniões da Comissão, 12 de abril de 2011.

ANEXO AO PARECER Nº 115, DE 2011

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2011.

Aprova a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2010, nos termos da Mensagem nº 182, de 2010 (nº 374, de 2010, na origem), do Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 3:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 106, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2011, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles, que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2010.*

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo Senador ou Senadora interessado na discussão, declaro-a encerrada.

A matéria está em votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados *(Pausa.)* *Aprovado.*

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final. *(Pausa.)*

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER Nº 116, DE 2011

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2011.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2011, que aprova a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2010.

Sala de Reuniões da Comissão, 12 de abril de 2011.

ANEXO AO PARECER Nº 116, DE 2011

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2011.

Aprova a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2010, nos termos da Mensagem nº 291, de 2010 (nº 579, de 2010, na origem), do Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Encerrada a discussão.

Aprovada.

A matéria vai para a Câmara.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Item nº 4.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 107, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2011, Relator *ad hoc* Senador Dornelles, que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2011.*

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo Senadora ou Senador inscrito, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER Nº 117, DE 2011

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2011.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2011, que aprova a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2011.

Sala de Reuniões da Comissão, 12 de abril de 2011.

ANEXO AO PARECER Nº 117, DE 2011

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2011.

Aprova a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2011.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2011, nos termos da Mensagem nº 1, de 2011 (nº 704, de 2010, na origem), do Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Foi aprovada a redação final.

Vai à Câmara.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Agora, votação nominal.

Peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que se encontram na Casa a presença em plenário, pois teremos votação nominal. Vamos dar 5 minutos para poder prosseguir a votação nominal do Parecer nº 52.

Vou ler o parecer enquanto aguardamos a presença das Sras. e dos Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 5:**

PARECER Nº 52, DE 2011

Discussão, em turno único, do Parecer nº 52, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator Senador Aloysio Nunes Ferreira, sobre a Mensagem nº 55, de 2011 (76/11 na origem), pela qual a Senhora Presidenta da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Marcos Paulo Verissimo para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, na vaga do Sr. Fernando de Magalhães Furlan.

Discussão do parecer. *(Pausa.)*

Algum Senador ou Senadora quer discutir a questão? *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, passa-se à votação, que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Senadoras e os Senadores já podem votar. *(Pausa.)*

(Procede-se à votação.)

A Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra, V. Exª.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para pedir a V. Exª que proceda à convocação dos ilustres Senadores que estão neste momento numa audiência pública na Comissão de Infraestrutura, tratando exatamente de um dos assuntos da nossa pauta. Para que, já que estamos na Ordem do Dia, pudéssemos todos estar aqui, seria importante que essa audiência fosse suspensa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Peço aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes e em outras dependências da Casa que compareçam ao plenário, uma vez que estamos votando a escolha de autoridades e precisamos de votação nominal, com a presença dos Senadores aqui. É um apelo que a Presidência faz e que o Líder do PT, Humberto Costa, também está fazendo.

Peço também aos senhores líderes que façam, da mesma maneira, a convocação dos seus filiados. *(Pausa.)*

Renovo o apelo aos Srs. Senadores para comparecerem ao plenário. Estamos em processo de votação de autoridades e necessitamos da presença dos Senadores, uma vez que a votação será feita pelo painel, nominalmente. *(Pausa.)*

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para falar pela Liderança do PSDB, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Exª será atendido na forma do Regimento. *(Pausa.)*

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Sr. Presidente, eu sei que talvez seja inusitado, mas, enquanto esperamos quórum, V. Exª permitiria que eu fizesse algumas indagações à Mesa?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Perdão, Senador. Não estou ouvindo.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Nós estamos esperando quórum, não é verdade, Senador?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – É verdade.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Eu perguntaria a V. Ex^a se, nesse ínterim, eu poderia fazer uns questionamentos à Mesa sobre requerimentos de informação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pois não. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG. Sem revisão do orador.) – Assim, ganhamos um pouco de tempo.

Sr. Presidente, nós enviamos à Mesa quatro requerimentos. O primeiro solicita informações ao Ministro da Fazenda sobre a arrecadação e destinação da Cide. Esse requerimento de informações, Sr. Presidente, já está vencido, e nós sabemos que os ministros têm trinta dias para responderem aos nossos pedidos de informação. O Senado já ultrapassou esse período no primeiro requerimento.

Quanto ao segundo requerimento, o Senado também já ultrapassou o período regimental e nele solicito informações ao Ministro dos Transportes sobre a utilização de recursos oriundos da Cide.

No outro requerimento, Sr. Presidente, solicito informações ao Ministro do Desenvolvimento sobre a destinação de recursos do BNDES a empresas.

E, no quarto, solicito ao Ministro da Fazenda informações, junto ao Banco Central, sobre a entrada de moeda estrangeira no País.

São quatro requerimentos que fiz à Mesa, Sr. Presidente. Sei que V. Ex^a talvez não possa respondê-los de pronto, mas eu gostaria que, na próxima sessão, V. Ex^a possa me informar o que está acontecendo com esses requerimentos que enviei à Mesa já há bastante tempo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Itamar, acabo de determinar à Mesa que imediatamente possa fornecer as informações a respeito dos requerimentos de V. Ex^a.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Renovo aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes ou em outras dependências da Casa o apelo para que compareçam ao plenário, pois estamos em processo de votação nominal de escolha de autoridades.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que aguarde mais um pouco, porque os Senadores estão saindo da Comissão de Infraestrutura, onde estão discutindo acerca do trem-bala. Muitos deles já estão voltando.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido. *(Pausa.)*

Senador Renan Calheiros, V. Ex^a está inscrito para falar como Líder. Pergunto se quer usar da palavra agora ou depois que terminarmos a votação.

(Interrupção do som.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, está terminando a Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Vamos proceder à apuração. Em seguida, vamos fazer a nova votação e daremos a palavra a V. Ex^a, como Líder.

Vou proceder à apuração.

Está votando ainda o Senador Collor. Já votou.

Se todos os Senadores já votaram, vou encerrar a votação.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. O Fórum Catarinense está reunido ali no Anexo II e alguns Senadores estão chegando. Estão a caminho. Espere mais dois segundos, três. O Senador Luiz Henrique está a caminho, e mais alguns. Estão chegando.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Temos mais uma votação nominal, de maneira que poderíamos apurar esta votação e, na próxima, estarão presentes.

Vou proclamar o resultado. *(Pausa.)*

Infelizmente já apertei o botão de resultados.

Vou apertar o botão do painel.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 52, DE 2011 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. MARCOS PAULO VERISSIMO, PARA EXERCER O CARGO DE CONSELHEIRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - CADE.

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 12/4/2011

Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 12/4/2011 16:17:00
Encerramento: 12/4/2011 16:27:35

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PP	RS	ANA AMÉLIA	Votou
PT	ES	ANA RITA	Votou
PT	AC	ANIBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PR	MT	BLAIRO MAGGI	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	Votou
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	Votou
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	Votou
PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	Votou
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	Votou
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	Votou
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	Votou
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	Votou
PT	PE	HUMBERTO COSTA	Votou
PPS	MG	ITAMAR FRANCO	Votou
PP	RO	IVO CASSOL	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	Votou
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	Votou
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
PT	SP	MARTA SUPLICY	Votou
PSDB	SC	PAULO BAUER	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PDT	MT	PEDRO TAQUES	Votou
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	Votou
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	Votou
PMDB	PB	VITAL DO REGO	Votou
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	Votou
PT	BA	WALTER PINHEIRO	Votou
PT	PJ	WELLINGTON DIAS	Votou
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	Votou

Votos SIM : 44
Votos NÃO : 09
Votos ABST. : 01

Total : 54


Primeiro-Secretário

Presidente: MARTA SUPLICY

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 12/4/2011 16:27:37

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Votaram SIM 44 Senadores; contra, 9.

Houve uma abstenção.

Total: 54.

A indicação foi aprovada e será feita a devida comunicação à Senhora Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – **Item 6:**

PARECER Nº 53, DE 2011

Discussão, em turno único, do Parecer nº 53, de 2011, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora **ad hoc**: Senadora Vanessa Grazziotin, sobre a Mensagem nº 56, de 2011 (nº 77/2011, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ELVINO DE CARVALHO MENDONÇA para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, na vaga do Senhor César Costa Alves de Mattos.

Em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Sem oradores, encerro a discussão.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR)

– Sr. Presidente, quero informar o meu voto “sim” na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata vai registrar a intenção de voto de V. Ex^a.

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS)

– Sr. Presidente, gostaria de registrar meu voto, também, na votação anterior: “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – A Senadora Marisa Serrano, na votação anterior, votaria “sim”.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, na votação anterior o meu voto foi “sim”. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Paulo Paim, a Ata vai registrar a vontade de V. Ex^a.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, queria registrar o meu voto “sim” na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senadora Marta, voto “sim” na votação anterior.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Na votação anterior, queria registrar o meu voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata vai registrar.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Peço aos Srs. Senadores votarem para concluirmos a votação.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, na votação anterior, o meu voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Luiz Henrique, voto “sim”.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, na votação anterior, Ricardo Ferraço votou “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Voto “sim”, Ricardo Ferraço.

Vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Vou proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 53, DE 2011 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. ELVINO DE CARVALHO MENDONÇA, PARA EXERCER O CARGO DE CONSELHEIRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE.

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 12/4/2011

Num.Votação: 2
Hora Sessão: 14:00:00


Abertura: 12/4/2011 16:28:50
Encerramento: 12/4/2011 16:31:31

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PP	RS	ANA AMÉLIA	Votou
PT	ES	ANA RITA	Votou
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	Votou
PT	AC	ANIBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PR	MT	BLAIRO MAGGI	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	Votou
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	Votou
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	Votou
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	Votou
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	Votou
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	Votou
PT	PE	HUMBERTO COSTA	Votou
PPS	MG	ITAMAR FRANCO	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	Votou
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	Votou
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PT	SP	MARTA SUPLICY	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PSDB	SC	PAULO BAUER	Votou
PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PDT	MT	PEDRO TAQUES	Votou
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	Votou
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	Votou
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	Votou
PMDB	PB	VITAL DO REGO	Votou
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	Votou
PT	BA	WALTER PINHEIRO	Votou
PT	PI	WELLINGTON DIAS	Votou
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	Votou

Partido UF Nome do Senador Voto

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 46
Votos NÃO : 09
Votos ABST. : 01
Total : 56


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – SIM, 46; 09 votos NÃO.

Uma abstenção.

Total: 56.

A indicação foi aprovada e será feita a devida comunicação à Senhora Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – **Item 7**

REQUERIMENTO Nº 271, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 271, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, *sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007 (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2007), além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.*

Sobre o item 7, da pauta, há um requerimento de retirada assinado pelo Senador Acir Gurgacz, pedindo a retirada do **Requerimento nº 271, de 2011**, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007, que dispõe sobre as sociedades cooperativas.

Sem nenhuma manifestação contrária, dou o requerimento por aprovado.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 402, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 256, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 271, de 2011, que solicita a oitiva desta Comissão sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007, que dispõe sobre as sociedades cooperativas.

Sala das Comissões – Senador **Acir Gurgacz**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as demais matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

8

REQUERIMENTO Nº 280, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 280, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, *sobre o Projeto de Lei do Senado nº 561, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (fiscalização de*

contratos de obras e serviços de engenharia, arquitetura e agronomia).

9

REQUERIMENTO Nº 281, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 281, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, *sobre o Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (alterações no Fundo Nacional de Meio Ambiente).*

10

REQUERIMENTO Nº 282, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 282, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, *sobre o Projeto de Lei do Senado nº 632, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (benefícios fiscais a setores exportadores).*

11

REQUERIMENTO Nº 285, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 285, de 2011, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando que, *sobre o Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (promoções na carreira militar).*

12

REQUERIMENTO Nº 298, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 298, de 2011, de autoria do Senador Wellington Dias, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2011, por regularem a mesma matéria (institui o dia 13 de março, dia da Batalha do Jenipapo, no calendário das efemérides nacionais).

13

REQUERIMENTO Nº 299, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 299, de 2011, de autoria do Sena-

dor Humberto Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (altera o Código Penal).

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O primeiro orador inscrito como Líder é o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, se o problema é recorrente, a lógica que nos cabe é persistir, persistir, insistir no tema que mais angustia a sociedade brasileira, tanto nos grandes centros urbanos quanto nas cidades pequenas e médias, para as quais o crime está estrategicamente migrando. Refiro-me, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, à segurança pública ou à falta dela.

Nos últimos anos, assistimos estarrecidos a matanças, sequestros relâmpagos, chacinas, explosão de homicídios, extermínios, assassinatos de inocentes, assaltos cinematográficos e outras modalidades de barbárie, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu estou me referindo a um assunto que foi proposto por V. Ex^a. Eu peço um pouco a atenção de V. Ex^a para que nós possamos discutir um pouco e inserir o Senado nessa discussão.

Elas, Sr. Presidente, contaminam nossas cidades e encarceram as famílias brasileiras no medo e na insegurança. Atingem periferias e luxuosos condomínios com o mesmo pavor. Não distinguem, Sr. Presidente, suas vítimas, ricos e pobres, anônimos e celebridades.

As principais vítimas dessa guerra urbana seguem sendo os jovens, o futuro do Brasil. Estão exterminando, Sr. Presidente, nosso futuro diante de posturas no mínimo complacentes.

Todos se lembram do ônibus 174 no Rio de Janeiro, em junho de 2000, e seu trágico desfecho transmitido ao vivo pela televisão. Um *show* de horror, Sr. Presidente. Quem consegue se esquecer da jovem alagoana Eloá Cristina Pimentel assassinada de maneira covarde pelo namorado em 2008? Quem pode extrair da memória o caso mais chocante dos últimos anos, o que resultou na morte do jovem de seis anos, João Hélio, no Rio de Janeiro?

Agora, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a monstruosidade de um facínora na Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, no Rio de Janeiro, uma tragédia sem precedentes, provocada por um celerado, um psicopata que ceifou a vida de doze crianças, arruinou famílias e comprometeu psicologicamente todos que vivenciaram a tragédia.

Nunca, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nunca nos livramos dos fanáticos, nunca nos livramos dos loucos, mas temos, Sr. Presidente, todas as condições de dificultar o acesso deles aos meios que potencializam a tragédia. Atrás de todos esses casos está um único problema: a banalização e o fácil acesso à arma de fogo no Brasil.

Como todos se lembram, propus neste Congresso Nacional a proibição da venda de armas de fogo e munições. Em razão das resistências da bancada da bala, evoluímos, Sr. Presidente, para um referendo que, por 64% a 36%, optou pela continuidade da venda de armas no Brasil.

Foi uma campanha, Sr. Presidente, de desinformação, distorcida intencionalmente, onde o direito à propriedade, à liberdade individual foi confundido voluntariamente com o direito ao acesso às armas.

Mas a partir da derrota do referendo, graças ao inescrupuloso **lobby** da indústria de armas, houve, Sr. Presidente, uma lamentável mudança do padrão de comportamento no Brasil.

O número de armas comercializadas no nosso País dobrou de perto de 65 mil para 120 mil unidades. Como sempre, a grande maioria de armas fabricadas no Brasil, de baixo calibre, muitas vezes é exportada de mentirinha apenas no papel para países vizinhos, países limítrofes, que armam a criminalidade, infelizmente, internamente. Tanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que a última radiografia do Ministério da Justiça atestou a existência no Brasil de 16 milhões de armas, sendo 87% delas nas mãos da sociedade, das quais metade está na ilegalidade. São, portanto, armas ilegais. E como sempre, Sr. Presidente, estas armas foram adquiridas legalmente, mas acabaram nas mãos do crime no nosso País.

As campanhas de entrega voluntária de armas, que foram também propostas quando nós discutimos nesta Casa a lei que proibia, mas que dependia, a sua eficácia, de referendo, mediante consulta que nós iríamos fazer à sociedade, as campanhas que foram propostas e aprovadas pela sociedade, de entrega voluntária de armas, indenizações, e a própria fiscalização em um país continental, infelizmente se mostraram insuficientes para acabar com o problema. Hoje, por iniciativa louvável do Presidente José Sarney, a quem eu parabeno, em meu nome e em nome da nossa bancada, o Senado Federal dá mais uma resposta ágil à sociedade.

Como fez em oportunidades recentes. O Colégio de Líderes aprovou, e esta Casa certamente ratificará, a votação em urgência urgentíssima de um plebiscito para autorizar o Congresso Nacional a proibir a venda de armas e munições no Brasil. Desta forma, só po-

deriam adquirir e portar armas as Forças Armadas, as Polícias, as guardas municipais, as guardas penitenciárias, as empresas de segurança e transporte de valores, entidades desportivas e moradores de áreas ermas, longínquas, distantes, afastadas.

Fui, Sr. Presidente e Srs. Senadores, autor do primeiro referendo brasileiro e, portanto, respeito todas as consultas à sociedade. Mas isso, sinceramente, não as transforma em cláusulas pétreas,

(Interrupção do som.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – ...imutáveis, em cláusulas sagradas. A sociedade muda, Sr. Presidente e Srs. Senadores, e as leis, que sofrem também a erosão do tempo, devem acompanhar as mudanças da sociedade. Precisamos sem demora encarar o problema da segurança pública começando pelo mal maior: a banalização das armas de fogo. Em seguida, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, precisamos enfrentar o problema da insegurança e mudar, mudar mesmo, radicalmente mudar o modelo para combater a criminalidade que, lamentavelmente, no Brasil continua ascendente.

O Sr. Wilson Santiago (Bloco/PMDB – PB) – Senador Renan Calheiros, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Eu não sei se posso permitir...

O Sr. Wilson Santiago (Bloco/PMDB – PB) – Regimentalmente pode.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Antes, eu queria dar o aparte ao Senador João Pedro, porque equivocadamente eu havia dito que não poderia. Mas como S. Ex^a está falando depois da Ordem do Dia, então tem um tempo maior, em seguida, V. Ex^a aparteará.

O Sr. Eduardo Braga (Bloco/PMDB – AM) – Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Eu vou dar o aparte ao Senador Wilson e ao Senador João Pedro. Ou melhor, ao Senador João Pedro e ao Senador Wilson.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Antes, porém, como são muitos os apartes e eu gostaria de contemplar a todos, eu gostaria de avançar um pouco neste texto que considero importante, Sr. Presidente, para trazer a discussão de novo para esta Casa e para apoiar essa iniciativa de V. Ex^a, que é fundamental, porque ela inverte a lógica.

Da outra vez, aprovamos a proibição da venda de armas no Brasil, mas cuja eficácia dependeria do referendo, da consulta à sociedade. Agora, V. Ex^a, com o plebiscito, com a consulta vai saber da sociedade se nós podemos proibir, no Congresso Nacional, a venda de armas.

Aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, e já concedo o aparte a Vs. Ex^{as}, Senador Wilson Santiago e Senador João Pedro, faço um pequeno parêntese para sublinhar que o Senado Federal está atento e tem demonstrado muita sensibilidade e rapidez neste assunto.

Quando o crime organizado explodiu os muros das penitenciárias paulistas em 2006, esta Casa votou com agilidade e competência um pacote de 11 projetos inadiáveis. Mais recentemente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aprovamos a mudança do Código de Processo Penal, que está em fase de sanção presidencial depois que tramitou na Câmara dos Deputados.

Mesmo elogiáveis, as iniciativas brotadas de casos específicos, concretos podem cobrir temporariamente uma hemorragia. Entretanto, Srs. Senadores, são insuficientes para estancar a sangria. A ferida pode até cicatrizar, mas, por dentro, uma latência infecciosa ameaça o desempenho do organismo.

Temos reagido por espasmos.

Sem dúvida, é louvável a iniciativa de V. Ex^a, necessária. Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, carecemos, com urgência, de novo modelo de segurança para o País, com organicidade, com financiamento.

Não há absolutamente nenhum sentido no que vejo, por exemplo, no meu Estado. Um Estado que vive uma explosão da criminalidade; é hoje um dos mais violentos do País. Lá, convivemos com a redução do gasto com a segurança pública ano após ano. Isso não pode continuar.

Nós precisamos de definições claras, de competências, principalmente, em relação ao financiamento. Um modelo que seja pensado e discutido detalhadamente pelas instituições públicas e por organismos da sociedade civil, conhecedoras do tema.

Defendi no Ministério da Justiça, defendi aqui no Parlamento e continuo defendendo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma sincera vinculação de recursos, ainda que temporária, para a segurança pública no Brasil.

Temos vinculação de recursos para a educação, temos vinculação de recursos para a saúde. Nós precisamos ter uma vinculação, mesmo que temporária, para a segurança pública. Vinculamos até os salários. Os economistas não gostam de vinculações, mas essa vinculação, mesmo que temporária, precisamos fazê-la. O Brasil exige que façamos essa vinculação.

Eu defendo também, Sr. Presidente – eu já disse isto aqui e queria repetir –, a proibição de contingenciamento de verbas destinadas a segurança pública. Mais que defender: temos, na Ordem do Dia, Senador Aécio, uma proposta de emenda à Constituição, cujo relator foi o Senador Tasso Jereissati e cujo autor sou eu, que está aguardando ser pautada pelo Senado Federal há anos. Precisamos pautá-la; essa discussão da segurança pública tem de ser enfrentada. O art. 144, da Constituição Federal, nem sequer foi regulamentado. Não há uma definição de competência e muito menos de financiamento. E isso nós precisamos rapidamente fazer.

Ouçó, com muita satisfação, o Senador João Pedro. Depois, ouvirei o Senador Wilson Santiago, o Senador Eduardo Braga, o Senador Vital do Rêgo e o Senador Randolfe Rodrigues.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Renan, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e pela proposta do plebiscito. Acho que é uma mudança de eixo nesta discussão. Parabenizo-o também pela iniciativa, lá atrás, do referendo – V. Ex^a foi autor. Mas nós precisamos, lamentavelmente, impactados por essa tragédia no Rio de Janeiro. Então, quero concordar com o mecanismo do plebiscito, porque ele chama a sociedade, mas muda a lógica do debate. Nós precisamos fazê-lo com profundidade. Quero, para ilustrar o aparte neste cumprimento ao pronunciamento e à propositura que faz porque também toca no mito de que as armas no Brasil passam pelas fronteiras: as duas armas dessa tragédia foram produzidas no Brasil. Então, precisamos tocar nisso e na munição. Esse criminoso tinha 100 balas. Nós precisamos fazer esse debate com tranqüilidade, sem emoção, mas precisamos garantir para o nosso povo, para os estudantes tranqüilidade. Não pode haver essa farra, este número de 2010: mais de 120 mil armas comercializadas. Parece-me que V. Ex^a apresentou o número de 160 mil. É um número que assusta quem luta e quem faz da política a preservação e o zelo pela vida. Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Agradeço a intervenção de V. Ex^a, o aparte e a colaboração a este discurso. É fundamental que este debate e esta discussão se aprofundem. Não dá mais para conviver com essa insegurança. Precisamos dar as respostas. O Senado já deu resposta. O Presidente Sarney, pela sua iniciativa de propor o plebiscito, dá novas respostas.

Eu acho, Sr. Presidente, que isso precisa configurar uma agenda para que nós possamos mudar radicalmente o que está acontecendo hoje com a segurança pública no nosso País.

Senador Wilson Santiago, rapidamente, eu queria ouvir V. Ex^a.

O Sr. Wilson Santiago (Bloco/PMDB – PB) – Senador Renan, parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento que faz e por estar preocupado com a questão da segurança pública, especificamente a do Estado de V. Ex^a, assim como também a de todo o Brasil. A preocupação de V. Ex^a de fato chamou a atenção de toda a Casa porque reflete em toda a população brasileira. V. Ex^a, não só por ter sido Ministro da Justiça como também um dos Parlamentares desta Casa que sempre agiram nesse sentido, defende a segurança pública e também os direitos dos próprios cidadãos brasileiros. Da mesma forma o Presidente Sarney, quando apresentou essa proposta do plebiscito. Portanto, queremos parabenizar V. Ex^a e dizer que o Brasil, a sociedade brasileira não concorda mais com a situação que aí está no que se refere à segurança pública: temos hoje, no Brasil, em torno de oito mil armas. Oito mil armas! Então, com certeza, o plebiscito será essencial para dificultarmos a venda de armas, diminuirmos ou até, se possível, acabarmos com a venda de armas no Brasil e com isso nos focarmos na segurança à população brasileira. Parabéns a V. Ex^a e parabéns a todos, inclusive ao Presidente Sarney, por essa preocupação no que se refere à segurança pública do cidadão brasileiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a. Muito obrigado pelo aparte. Senador Eduardo Braga.

O Sr. Eduardo Braga (Bloco/PMDB – AM) – Senador Renan Calheiros, eu gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa e pela oportunidade do discurso e das proposições. Quero também parabenizar o Senado da República pela posição que o nosso Presidente, o Presidente José Sarney, adotou no dia de hoje com relação ao plebiscito. E quero destacar, neste aparte, exatamente a lógica que V. Ex^a, ainda há pouco, demonstrou, de que não estamos simplesmente repetindo o que já aconteceu quando da proposta de V. Ex^a, com a experiência que teve no Ministério da Justiça. O que está sendo feito e proposto agora é a inversão da lógica; ou seja, a população brasileira, num plebiscito, dizer ao Congresso Nacional se defende ou não o desarmamento da Nação brasileira. Quero destacar também que a proibição de venda de armas é absolutamente necessária para que se possa ter sucesso numa política de segurança pública no Brasil. E V. Ex^a abordou um tema extremamente importante. Em qualquer pesquisa de opinião pública realizada hoje neste País, segurança pública está seguramente entre os dois temas mais preocupantes e mais importantes para o povo brasileiro. Não dá, portanto, para não termos verbas descontingenciadas para a segurança pública.

Na propositura que V. Ex^a encaminha, de haver verbas vinculadas para a segurança, eu acrescentaria uma sugestão: que fossem vinculadas e que não pudesse haver contingenciamento desses recursos, porque verbas vinculadas, mesmo assim, acabam sendo contingenciadas no decorrer do exercício. E estamos vendo uma preocupação muito grande com relação a isso. Já há precedente e já há legislação que aprovam nesse sentido. Acho que essa é uma decisão muito importante. E, para finalizar, gostaria que, nessas proposições que o PMDB encampa por meio de sua liderança, representada por V. Ex^a neste momento, aqui, na tribuna do Senado, que se colocasse também a questão das nossas fronteiras, porque a proibição de venda de armas dentro do Brasil pressupõe uma atividade de fiscalização e de repressão nas nossas fronteiras para que as armas não sejam contrabandeadas, tal qual o narcotráfico, que acontece pelas nossas fronteiras. O que vimos no Rio de Janeiro, essa tragédia, é a ponta de um grande *iceberg* que o Brasil precisa enfrentar, que não pode mais ser deixado de lado. Só enfrentaremos isso com o desarmamento, com uma política de segurança pública que tenha recursos vinculados, e não contingenciados, e com uma política de fronteira. Parabéns a V. Ex^a. Hoje, V. Ex^a traz um tema extremamente importante. O Senado adota isso, tenho certeza, como um tema prioritário, louvando a iniciativa do Presidente Sarney com o plebiscito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Recolho com muita satisfação o aparte de V. Ex^a, as informações, as sugestões. É fundamental que possamos convergir no sentido de uma proposta para substituir esse modelo ineficaz, esse modelo de segurança pública, ou de falta de segurança pública, vigente no nosso País.

Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero parabenizar o Senador Renan Calheiros neste momento pelo brilhante pronunciamento, também, parabenizar o Presidente Sarney, que levantou esse tema, e dizer que perdemos uma grande oportunidade, em 2005, quando realizamos o plebiscito; o poder financeiro, naquela eleição, naquele plebiscito, que foi uma verdadeira campanha, falou mais alto, financiou o referendo, que foi financiado pelas indústrias de armamentos. Creio que só vamos aprovar um referendo pelo desarmamento se houver uma política forte de segurança pública, se a população brasileira tiver confiança na segurança pública, aí sim eles vão querer o desarmamento. Parabenizo V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a. V. Ex^a tem absoluta razão, a

retirada das armas de circulação é o primeiro passo para que possamos avançar nesse modelo sugerido por V. Ex^a, pelo Senador Eduardo Braga e pelo Senador Wilson Santiago.

Senador Pimentel.

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – Senador Renan, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento sobre esse tema, saudar o nosso Presidente José Sarney pela iniciativa do plebiscito e dizer que precisamos fazer um grande debate com a sociedade brasileira sobre que tipo de segurança pública nós precisamos, se é necessário manter a comercialização de armas como é feito hoje. Temos uma série de dados que demonstram que quanto mais armas na mão da população, mais violência. A estatística feita pelo Ipea sobre a mortalidade juvenil no Brasil, em 2010, demonstra exatamente isso, uma mortalidade muito alta naquelas regiões onde tem um potencial maior de porte de armas. E um dado interessante: em 2010, das armas apreendidas, 79% eram armas compradas no mercado nacional, com compradores identificados; e que, depois da arma furtada não houve o cuidado de se fazer o boletim de ocorrência e nem foram tomadas as medidas necessárias. Portanto, esse nosso discurso de que a entrada de armas é feita pela fronteira, em parte, é verdade, mas os levantamentos feitos em 2010 demonstram outra fonte. Temos uma parcela, sim, em torno de 21%, que são de armas contrabandeadas que entraram pelas fronteiras; mas 79% referem-se a armas fabricadas no Brasil, comercializadas normalmente e que, depois, por algum motivo, foram furtadas, a exemplo das duas armas com as quais esse monstro assassinou aqueles jovens no Rio de Janeiro, comprando uma arma que havia sido furtada há 21 anos. Portanto, só o desarmamento é capaz de promover maior segurança para a nossa sociedade e, a partir daí, tornar possível que uma nova providência seja tomada. Podemos pensar num período de dez anos de desarmamento e, depois, voltar a discutir. Mas, na situação em que nos encontramos hoje, com a quantidade de armas irregulares, passando de mão em mão, de pessoas que não têm qualquer condição de ter uma arma, só leva à tragédia como a do Rio de Janeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Senador Pimentel, muito obrigado. O aparte de V. Ex^a só ilustra muito bem essa intervenção que estamos fazendo aqui.

Senadora Marta Suplicy.

A Sr^a Marta Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero parabenizar V. Ex^a e também ao ilustre Senador Presidente desta Casa, José Sarney, pelo plebiscito. Quando ocorrem tragédias do porte dessa como a

que presenciamos, existe geralmente um açodamento em se fazerem leis, que geralmente são equivocadas, porque são feitas num ambiente de grande emoção, com as pessoas transtornadas, e que vão muito além do que seria possível. Eu até ouvi: “vamos pôr controladores de metal na porta das escolas”; coisas absurdas desse tipo, que não serviria para nada a não ser aterrorizar mais crianças. Eu acredito que o plebiscito é o momento em que o País está maduro para voltar a essa ação. Nós perdemos na votação anterior, de forma muito triste, porque nós teríamos melhores condições, hoje, de fazermos frente a essa questão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – V. Exª tem absoluta razão. Os exemplos estão dados. Todo país do mundo que reduziu a criminalidade deu um importante e insubstituível passo, que foi retirar parte das suas armas de circulação. Eu já disse aqui e queria repetir: você não tem muito o que fazer com esses facinoras, com esses loucos, mas o papel do Poder Público, do Estado, é dificultar o acesso dessas pessoas às armas. Muito obrigado.

A Srª Marta Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador, eu acho que temos, sim, o que fazer com essas pessoas, principalmente com relação ao sistema mental: ter pessoas que possam acolher essas pessoas. O que nós vimos acontecer – e deve haver muitas pessoas como essa neste País, e que não se sintam inspiradas –, é que as famílias, principalmente as mais carentes, podem ter condição de percepção, mas não têm condição de buscar o auxílio para essas situações. Então, nós temos o que fazer. Nós temos, agora, que não só lidar com a questão das armas – e aí louvo, de novo, a iniciativa de V. Exª –, mas temos condição real de atendimento a pessoas emocionalmente perturbadas, com o nível dessa pessoa que cometeu esses assassinatos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – V. Exª tem razão.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Senador, V. Exª me concede um aparte?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Em seguida darei o aparte a V. Exª, Senador Rodrigo. O Senador Vital está aqui nos pedindo há bastantes tempo, assim como o Senador Randolfe. Ouvirei V. Exª também com muito prazer.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Só para dizer a V. Exª, Senador Renan, que a monopolização das atenções do seu pronunciamento é o retrato que faz V. Exª como intérprete do luto da Nação brasileira...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Muito obrigado.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – ... do choro, das lágrimas, das saudades das famílias atingidas pelo monstro de Realengo. Mas V. Exª não faz apenas o retrato da tragédia, V. Exª aponta soluções e comunga, como toda a Casa, num gesto político, novamente monolítico, apoiando a sugestão do Presidente Sarney de propor um plebiscito à Nação para oferecer ao Congresso poderes de desarmar o Brasil. São oito milhões de armas irregulares, nas mãos de tantos quanto este, que podem atacar a sociedade vítima de uma ação pouco interpretativa ou pouco interpretada ao longo do tempo quando da campanha passada. Esperamos nós que o gesto do Presidente Sarney quando, de pronto, chamou e convocou os Senadores para a unidade política da propositura seja a frente parlamentar em defesa do desarmamento que nós devemos instalar nesta Casa com a unidade de todos aqueles que a compõem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Recolho, com prazer, o aparte de V. Exª. Muito obrigado.

Senador Randolfe Rodrigues.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Senador Renan, eu queria cumprimentar V. Exª e o Presidente Sarney por, no momento adequado, propor que nós convoquemos novamente a sociedade brasileira a ir às urnas. Creio que este momento da sociedade brasileira, momento deste terrível trauma na vida nacional ocorrido no Rio de Janeiro, é o momento correto e adequado para mobilizarmos e despertarmos novamente este debate sobre o desarmamento. Ao conjunto de dados que os colegas Senadores apresentaram aqui é importante destacar mais um: 70% dos homicídios cometidos no Brasil hoje são cometidos com armas de fogo. E a quantidade de mais de oito milhões de armas nas mãos de pessoas em que o Estado brasileiro não tem controle, não tem conhecimento, é o dado mais concreto e claro que demonstra que precisamos de uma radical e imediata mobilização de desarmamento da sociedade brasileira. O momento político é outro, e tenho certeza de que não podemos – em especial em relação aos acontecimentos do Rio de Janeiro – ficar parados. Ficarmos quietos não é a melhor alternativa. O Congresso Nacional teria duas alternativas neste momento: omitir-se ou tomar uma medida. E dentre as medidas todas que têm surgido, não acredito nas falácias de colocar detector de metais nas escolas, ampliar a segurança das escolas, colocar policial militar nas escolas... Meu Deus do céu, não podemos transformar as escolas, que são um espaço da educação, em presídios públicos, em *bunkers*. A escola tem que continuar sendo espaço da educação. E nós temos, é lógico, que tomar um conjunto de medidas, não só

o desarmamento e tampouco a medida do plebiscito, que, inclusive, acabei de assinar e que os Senadores acabaram de assinar, convocando o plebiscito já para outubro deste ano. É lógico que temos que debater também o desarmamento das fronteiras, temos que debater um conjunto de medidas, mas é fundamental rearticularmos a bandeira do desarmamento no Brasil. V. Ex^a foi o coordenador aqui da Frente Parlamentar “Por um Brasil sem armas”. É fundamental rearticularmos essa frente parlamentar e, eu diria agora, Senador Renan, convocar a sociedade civil para que dessa frente participe. Então, esse conjunto de medidas – e aí é importante essa resposta que o Congresso Nacional está dando neste momento –, esse conjunto de medidas é urgente e necessário. A convocação de plebiscito, embora no nosso ordenamento constitucional não caiba a figura de revocabilidade, é, na prática, um plebiscito revocatório da decisão do referendo de 2005. Considero urgente e imediata a rearticulação da frente parlamentar e da frente da sociedade civil por um Brasil sem armas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte e pela contribuição.

Senador Rodrigo.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Senador Renan, quero cumprimentar V. Ex^a pelo seu pronunciamento e pelo seu posicionamento, quero me associar aos demais Senadores ao cumprimentar o Presidente Sarney pela iniciativa de propor um projeto autorizando a convocação de um plebiscito para a população fazer esse debate e se pronunciar, mas queria registrar que é claro que isso não vai evitar gestos extremos e infelizes como esse, mas, certamente, vai contribuir para reduzir muito as manifestações de violência, cada vez mais comuns no nosso País. Eu diria que, além de proibir o comércio ilegal de armas, é fundamental fortalecer o policiamento nas nossas fronteiras e, para isso, garantir e aparelhar cada vez mais a Polícia Federal, como também as nossas Forças Armadas. Também é fundamental garantir que o nosso sistema público de saúde, que anda tão precário, que já está precário no que se refere à saúde mental... Em alguns Estados a situação é absolutamente lamentável, como é caso, infelizmente, do Distrito Federal. Então, eu diria que, além dessas medidas, é fundamental que todos nós busquemos alternativas para fortalecer o sistema de saúde mental no Brasil. Cumprimento V. Ex^a por seu posicionamento e por sua iniciativa neste momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg. É muito importante a sua participação. Precisamos mesmo formar

um coro aqui, ampliá-lo, aprofundar o debate para que tenhamos respostas concretas, como essa sugerida pelo Presidente Sarney.

Senador Romero Jucá. (*Pausa.*)

Senador Wellington Dias.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Senador, quero aqui saudar o Presidente pela iniciativa e V. Ex^a por trazer esse debate. Pela forma profunda como V. Ex^a o apresenta é que todos nós estamos aqui aparteados-o. Creio que o Brasil inteiro não só se chocou, mas é como se tivéssemos acendendo a luz vermelha para o tema grave do crescimento da violência, a violência do trânsito e a violência de outras formas, principalmente com arma de fogo e outras armas. Creio que a política de desarmamento foi colocada no momento, no debate... Inclusive, a forma como foi feita a pergunta já era uma forma muito ruim para quem ia responder. Creio que realizar esse plebiscito de um modo que a gente dê à população a oportunidade do debate e da decisão é um caminho importante. Cito o exemplo da redução que tivemos ali, naquele primeiro momento, em que medidas muito eficazes foram tomadas naquele instante. Também em relação à mudança na política, em relação ao álcool, em relação ao *crack*, e outras drogas, enfim, que são fundamentais.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Boa parte dos problemas que nós temos hoje, tanto no trânsito como nas outras formas de violência também, tem a ver com a desagregação familiar e com as drogas: drogas legais e drogas ilegais. Então, quero aqui parabenizá-lo e fazer um registro ainda. Eu acho que a gente precisa rever a forma fácil com que se soltam pessoas, ou seja, há uma regra na lei e, às vezes, por uma vírgula, por um problema lá, já vira uma razão para soltar alguém, e, no dia em que se soltam presos, há um novo assassinato. Lembro, para encerrar aqui, a minha querida Teresina, lá no Piauí. Nós tínhamos o Comandante Prado, que era nosso Comandante, Secretário Robert Rios, e o meu Chefe de Gabinete Militar, que era o Coronel Carlos Augusto. Houve um momento em que ele dizia: “Neste instante, nós vamos ter agora uma queda no número de homicídios”. Nós chegamos a passar 19 dias em Teresina sem homicídios. Lá na frente, ele me diz: “Vamos começar a ter de novo homicídios. Por quê? Porque, de uma vez só, soltaram não sei quantas pessoas que já tinham, vamos dizer assim, processos em andamento, de acusações por homicídios, inclusive com provas incontestes. Então, quero parabenizá-lo e dizer que vamos estar juntos aqui nessa luta para reduzirmos a violência no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL)

– Muito obrigado, Senador Wellington, pelo aparte, pela contribuição.

Senador Romero.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PMDB – RR) – Senador Renan, quero também somar minha voz a todas as vozes que aplaudiram V. Ex^a, que registraram a importância do discurso, a importância de se levantar o tema. Louvo a iniciativa de V. Ex^a, e tenho acompanhado o esforço, a ação de V. Ex^a, debatendo a questão do desarmamento há muito tempo neste País.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL)

– Obrigado.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PMDB – RR) – Essa é uma cruzada, uma cruzada importante. E o projeto do Presidente Sarney que, de certa forma, representa todos nós na intenção de colocar o tema para ser discutido, é, sem dúvida nenhuma, um fato extremamente importante na data de hoje. Eu fiz questão de assinar o projeto conjuntamente, porque acho que esse é um tema que tem que ser discutido. Nós temos que discutir desarmamento, nós temos que discutir a questão da ação da polícia, a ação do Poder Público, não só na questão do desarmamento em si, mas na questão do combate à violência de todos os tipos. Portanto, V. Ex^a está de parabéns ao trazer esse tema, na tarde de hoje. Quero, realmente, somar minha voz à voz de todos aqueles que clamam neste País por uma ação forte no sentido de conter a violência para construirmos no Brasil uma cultura de paz.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) –

Muito obrigado mesmo ao aparte de V. Ex^a, e as ações a que V. Ex^a se refere, as iniciativas que foram levadas adiante aqui neste Congresso Nacional, sobretudo nesta Casa do Congresso Nacional; que contaram, em todos os momentos, com o apoio indiscutível da sua liderança, da sua capacidade de convencimento, sem a qual, sinceramente, nós não teríamos, naqueles momentos, como avançar.

Sr. Presidente, já encerro.

As estatísticas da violência no Brasil, todos aqui citaram, são aterradoras. Nos últimos 20 anos, o número de assassinatos no nosso País cresceu aterrorizantes 273%. São dados, Sr. Presidente – a que o Senador Pimentel se referiu aqui muito bem, citou outros números, que agradeço –, da Organização das Nações Unidas.

Eu recolho o aparte do Senador Walter Pinheiro e, em seguida, encerrarei a intervenção, Presidente Sarney, com os agradecimentos a V. Ex^a.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Senador Renan, eu quero dizer que V. Ex^a traz, de forma, eu diria, mais do que oportuna, mas enfática, a questão desse tema da segurança. E principalmente

V. Ex^a ajusta a esse tema mais do que a lógica – como muita gente levanta muitas vezes – de medidas a partir de fatos, de atos, ou de coisas que nos chocam, mas V. Ex^a parte para uma proposta mais estruturante. Sim, o plebiscito é importante, é uma espécie, eu diria, até de mutirão, para que nós produzamos aqui uma espécie de “revogue-se e cumpra-se”. Eu não sei se seria necessário mais um compêndio ou um lote de leis, ou se não seria necessário cumprirmos as que existem e, portanto, com atitudes mais firmes. Mas, além de contribuir com essas questões, V. Ex^a vai mais fundo: vai na raiz, vai na estruturação dessa questão, que é amarrar, orçamentária e financeiramente, as questões e os encaminhamentos para tratar esse tema na mesma principalidade com que nós tratamos temas essenciais.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – A segurança se relaciona diretamente com a vida; portanto, ela é tão essencial ou até, poderíamos dizer, mais do que aquilo que inclusive acontece para se preparar a vida. A segurança é algo que é preventivo, que é cuidador, que zela por um bem que para todos é o bem maior: a vida. Portanto, V. Ex^a toca no eixo estruturante, que julgo muito importante, que é o debate que demos a esse tema quando da elaboração do Orçamento, quando das discussões sobre a questão da LDO. E que não fiquemos só naquela lógica de que segurança é ajustar equipamentos, é comprar mais veículos, ou coisa do gênero. Mas é uma política que vai desde a questão da preparação profissional, da capacitação, até as medidas mais extremas do ponto de vista da segurança. Portanto, quero parabenizar V. Ex^a por isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL)

– Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – Por tocar na essência para dizermos: “Isto é uma questão estruturante, estruturante de vida”. Parabéns, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL)

– Agradeço sinceramente a V. Ex^a.

V. Ex^a tem absoluta razão: a segurança pública conjuga inteligência, investimentos em equipamento, pessoal, políticas, códigos, reformas dos códigos, atualização. Ou seja, nós precisamos reagir mesmo a esses fatos, dar essas respostas. O bom seria que nós já tivéssemos feito essas coisas, mas muitas vezes essas coisas não podem ser feitas preventivamente. É importante que aconteça um fato para que, em cima dele, nós possamos ter uma reação consequente do Parlamento no aprimoramento da instituição, da própria legislação.

Senador Petecão.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco/PMN – AC) – Senador Renan, acompanhando atentamente seu pronunciamento, desejo parabenizar V. Ex^a por trazer a esta tribuna, a esta Casa, um debate da maior importância. Hoje, na reunião de líderes, o nosso Presidente Sarney já expressava a sua preocupação e essa proposta de um plebiscito. É uma proposta que, com certeza, todos os Senadores aqui nesta Casa vão apoiar. Só espero que no plebiscito não ocorra o que aconteceu lá no meu Estado: nós acabamos de aprovar um referendo, mas, infelizmente, a vontade do povo não foi respeitada. Mas um tema que eu trago aqui, Senador Renan, é a respeito da situação da fronteira no nosso País.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco/PMN – AC) – Eu moro no Acre, e nós temos um exemplo muito claro: naquela fronteira ali com a Bolívia, hoje, qualquer cidadão acreano, ou brasileiro, que queira ter acesso a qualquer tipo de arma na Bolívia encontra uma situação muito fácil. Então, é preciso que se aumentem as fiscalizações nas nossas fronteiras. Para se ter uma ideia, lá no meu Estado, nós não temos uma Superintendência da Polícia Rodoviária Federal. Ora, a Polícia Rodoviária Federal hoje, no Estado do Acre, depende do Estado de Rondônia. Ou nós vamos fortalecer a segurança – seja o Exército, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Militar –, ou nós vamos dar condições para que as nossas polícias possam trabalhar com eficiência, com garantia, ou então nós vamos ficar aqui só “chovendo no molhado”. Então, eu queria parabenizá-lo por trazer esse debate neste momento, um momento tão importante, um momento tão sofrido por que o nosso País está passando, pela dor das vítimas daquela barbárie que foi o assassinato daquelas crianças naquela escola. Parabéns, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Muito obrigado, Senador Petecão, pelo seu aparte. V. Ex^a toca, com muita legitimidade, num assunto que também é uma chaga do nosso País. Nós temos que enfrentar esse problema das fronteiras, levantar as informações, ouvir as pessoas e definir uma política, e o que nós precisamos fazer para guardar melhor as nossas fronteiras contra o crime organizado. Outro dia, eu conversava com o Senador Marcelo Crivella e ele defendia a necessidade de uma comissão parlamentar de inquérito para que nós pudéssemos fazer esse levantamento. Eu não vejo dificuldades para que isso aconteça. No que depender do PMDB, no que depender do Bloco que eu tenho a satisfação de liderar nesta Casa, no Congresso Nacional, eu acho, Sr. Presidente, que nós devemos fazer, sim, esta comissão parlamentar

de inquérito para levantar essas informações, ouvir as pessoas, os governadores, as lideranças comunitárias, ouvir todos, para que esse problema deixe de ser um problema amanhã e nós tenhamos soluções que sejam soluções oportunas, coerentes, consequentes com o momento e com as dificuldades que nós vivemos. Eu vou encerrar, mas antes queria ouvir, para minha satisfação, o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Senador Renan Calheiros, quero aproveitar o discurso de V. Ex^a para, exatamente, esclarecer qual é a nossa posição a respeito desta questão. A nossa posição, que deve ser também a posição do nosso Partido, é favorável à tese: plebiscito é um exercício democrático que faz bem à democracia, politiza, conscientiza, promove o debate. Não só em relação a esse tema, mas devemos adotar a prática. Apenas discordo que seja realizado neste ano por uma razão prática: não há previsão orçamentária. Se não me falha a memória, o referendo custou ao País R\$400 milhões em 2005. Por estarmos em fase de contenção de despesas, creio que o adequado seria a realização desse plebiscito nas eleições municipais de 2012, quando poderíamos ter o debate paralelamente à campanha eleitoral. Obviamente, defendemos a tese de que o desarmamento deve alcançar especialmente os marginais. O Estado tem sido impotente. V. Ex^a lembra bem que os crimes ocorrem, a marginalidade atormenta nos grandes centros urbanos, mas ela começa lá na faixa de fronteira. Se o Estado não se organizar para combater o contrabando de armas, corremos o risco de desarmar os homens de bem e deixar armados os bandidos, os marginais perigosos. Essa é uma questão que não pode ser ignorada. Enfim, quanto à tese, defendemos o plebiscito não só nessa questão. Que se faça plebiscito em relação a outras questões fundamentais para o País, porque se trata de um aprimoramento democrático.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Muito obrigado. V. Ex^a coloca questões que realmente precisam ser discutidas. Não tenho dúvidas de que, sob a liderança do Presidente Sarney, vamos construir uma convergência neste assunto e nos outros também.

O Sr. Roberto Requião (Bloco/PMDB – PR) – Senador Renan, também me inscrevo para um aparte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Senador Anibal.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco/PT – AC) – Senador Renan, quero me somar ao esforço de V. Ex^a, ao esforço do Presidente Sarney no sentido de aprofundarmos, sim, essa discussão a respeito da necessidade de a sociedade brasileira tomar uma decisão sobre essa questão do porte de armas. O que temos que fazer para a sociedade de bem é reforçar, cada vez mais, a

cultura de paz, porque os estudos científicos e técnicos mostram que a presença de arma nas mãos de pessoa de bem, na realidade, não lhe assegura garantia de que ela vai estar protegida. Na realidade, as armas têm que ser utilizadas pelas Forças Armadas. E o combate ao crime, o combate ao tráfico é algo que tem que ser reforçado com todo vigor. Agora, verdadeiramente, temos que fortalecer a cultura de paz, que é a cultura própria do brasileiro, e tentar encontrar um mecanismo que possa diminuir ao mínimo a presença de armas, com a facilidade que se tem hoje. As regiões de fronteira têm que ser fortalecidas, sim. Sabemos que, mesmo em nosso Estado, sofremos com a facilidade da travessia pela fronteira seca que existe com o Peru e Bolívia, mas não é só essa a questão. Acabamos de ouvir o Senador João Pedro demonstrar que as armas utilizadas nesse trágico, nesse horrível crime que aconteceu no Rio de Janeiro eram de fabricação nacional. Portanto, não foram importadas. Então, na realidade, nós nos somamos a esse esforço e temos de buscar, sim, uma resposta que seja construída com todo o povo brasileiro e que possamos sensibilizar o povo brasileiro a reforçar a sua cultura de paz, que é a nossa vocação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL)

– Senador Anibal, agradeço muito o aparte de V. Ex^a.

Senador Roberto Requião, ao fim e ao cabo recolho o aparte de V. Ex^a para encerrar a minha intervenção.

O Sr. Roberto Requião (Bloco/PMDB – PR) –

Senador Renan, eu lhe peço este aparte com a autoridade de ter sido o primeiro Governador que montou um esquema real de desarmamento e recolhimento de armas perdidas e não registradas no Estado. Com recursos do Tesouro do Paraná, eu criei um programa para devolução de armas indenizadas pelo Estado de uma forma consistente, tão ou mais consistente que o valor que os portadores de armas ilegais teriam no tráfico paralelo com as quadrilhas e com pessoas sem habilitação e sem registro. No entanto, Senador, eu quero lembrar de algumas proibições semelhantes que já ocorreram no mundo. A primeira delas foi a proibição da bebida alcoólica nos Estados Unidos. Em vez de livrar a população do consumo do álcool, a proibição organizou a máfia americana, de tão triste memória; quadrilhas agindo no mercado paralelo. Posteriormente à volta da legalização, elas se transformaram em quadrilhas para vender segurança e influenciaram de forma pesada no crime organizado nos Estados Unidos. Posteriormente, Senador Renan, a Rússia fez a mesma coisa e a proibição da bebida alcoólica criou a máfia russa. A legalização posterior não desmontou as quadrilhas organizadas durante aquele momento. Sou

contra o porte de arma de uma forma radical. Defendo a posse de arma nas residências como uma forma de defesa da família. Eu gostaria que V. Ex^a imaginasse um plebiscito ao contrário do que ocorreu. Se, em vez dos mais de 60% a favor da manutenção da posse e do porte, tivéssemos 60% contra, nós estaríamos colocando 40% da população brasileira na ilegalidade; nós estaríamos definitivamente organizando, já não na marginalidade, mas acessível às pessoas sérias, um mercado paralelo, porque esses 40% não abririam mão de terem, em suas casas, uma arma para defesa de suas famílias. Não é só arma de fogo que mata; é o tacape, a borduna, a faca, o veneno. Os instrumentos de agressão existem desde os primórdios da humanidade. O que nós precisamos, mais do que uma proibição que se revelará irrazoável e impossível, é avançar no processo civilizatório. Não deveríamos ter é wellingtons e as armas deveriam ser todas legalizadas. Hoje, por exemplo, a legalização de uma arma se torna tão difícil por parte do Exército brasileiro que conduz as pessoas de bem, definitivamente, à ilegalidade. Precisávamos é saber quem tem arma, onde elas estão, a qualquer momento, e eliminar de circulação essas armas sem registro, mas imaginarmos que vamos conseguir o banimento, que a população ameaçada e insegura vai abrir mão da defesa de suas casas e de suas famílias, mesmo com uma eventual maioria da proibição conseguida num momento de pânico, como o momento que vivemos agora, isso nos levaria só a uma legislação de pânico – como todas as legislações de pânico – absolutamente ineficaz. E nós teríamos aí 30%, 40% ou 49% da população brasileira jogada na ilegalidade por ter, e não abrir mão de ter, uma arma para proteção de sua residência. Perdoe-me o aparte, mas é o entendimento que eu tenho e o coloco com a autoridade de quem fez a maior campanha de desarmamento da história do Brasil, no Governo do Estado do Paraná.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Eu agradeço o aparte do Senador Requião. Eu conheço o ponto de vista do Senador Requião com relação a essa matéria.

Para que nós possamos avançar no sentido da aprovação do plebiscito, nós precisamos conversar com todos, definir convergências, estabelecer uma proposta que possa ser consensual. E o Senador Requião, mais do que qualquer um, não tenho dúvida, vai colaborar para que isso efetivamente aconteça.

No Brasil, Senador Requião, nós temos problemas maiores. Nós não temos 11% da população do Planeta e temos exatamente 11% dos crimes que acontecem no mundo. Porque aqui no Brasil, exatamente porque não há controle, porque não há critério, porque não há

fiscalização, porque não há policiamento das fronteiras, as armas de fogo matam mais. As armas matam mais. E se as armas potencializam essas tragédias, nada melhor do que nós fazermos um controle rígido: controlarmos a venda, o porte, o uso e, sobretudo, a fabricação.

O que existe hoje, essa máfia da indústria de armas que existe hoje no Brasil está, entre outras coisas, acostumada a exportar armas, a exportar armas no papel, contabilmente, e essas armas circulam livremente, internamente, para aumentar a possibilidade de o brasileiro ser assassinado, possibilidade maior do que em qualquer outro país.

Então, Senador Requião, isso precisa ser discutido mesmo. Mesmo! Mesmo! Porque aqui, no Brasil, as condições são diferentes.

V. Exª fez no Paraná, e os resultados o demonstram, uma campanha de desarmamento, talvez a mais eficiente de todo o Brasil, e isso é muito bom! Mas o exemplo de V. Exª no Paraná não pode ser levado para os outros Estados brasileiros. Lamentavelmente, foi uma experiência quase isolada. Então, a experiência de V. Exª no Paraná não vai esvaziar a necessidade que nós temos de controlar a arma de fogo no nosso País.

O Sr. Roberto Requião (Bloco/PMDB – PR) – Senador Renan, se me permite só uma complementação. A verdadeira pressão que eu recebi no Paraná foi de indústrias de armas estrangeiras que queriam vender armas estrangeiras para as Polícias Civil e Militar do Paraná. Quando nós dávamos preferência à fabricação nacional, a ideia era desmontar a indústria de armamento no Brasil, que é fundamental para a existência do próprio Exército brasileiro, das Forças Armadas brasileiras. Agora, se estamos tratando de proibir o porte, de tirar as armas de circulação, você tem aí um companheiro. Mas eu não me somo a um plebiscito que pode levar a uma inviabilidade absoluta e à marginalização de uma parte da população, que será colocada na ilegalidade sem razão alguma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Por exemplo, V. Exª levanta o aspecto de poder ter arma em casa. Quando nós votamos a proibição de armas, houve uma evolução consequente, natural, para que as pessoas pudessem ter arma em casa. Mas isso não foi levado em consideração, porque a confusão que se fez publicitariamente de má-fé foi deliberada, no sentido de que ter direito a usar arma era uma coisa que tinha a ver com direito individual, tinha a ver com democracia. E o País, lamentavelmente, acabou decidindo uma coisa contrariamente ao que acontece, ao que está acontecendo, e que tem vitimado tanta gente.

Senador Cassol, vou recolher o aparte de V. Exª, porque vou ter que encerrar, o Presidente Sarney já me solicita rapidez.

O Sr. Ivo Cassol (Bloco/PP – RO) – Mais um minutinho só, por gentileza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Com muita satisfação.

O Sr. Ivo Cassol (Bloco/PP – RO) – Eu só queria agradecer e aproveitar para dizer, nobre colega, Senador Renan, que sou contra esse plebiscito em que estão trabalhando. Em primeiro lugar, nós precisamos é colocar nas nossas faixas de fronteira o Exército brasileiro e a Polícia Federal, pegar esse dinheiro que se vai gastar para fazer o plebiscito para cuidar das nossas fronteiras. As armas passam por lá! Rondônia tem 1.470km de faixa de fronteira. Nós fizemos a Operação Muralha. Veio arma para o Rio de Janeiro, passou pela cidade de Ji-Paraná. Não podemos aceitar isso não, gente! O que estamos fazendo? Estamos desarmando o cidadão de bem e deixando as armas nas mãos dos bandidos. Está aí o que aconteceu na semana passada no Rio de Janeiro! Da mão de quem que saíram aqueles dois revólveres? Da mão de vagabundo, da mão de pessoa safada, ladrão! Então, estamos fazendo o inverso nessa situação. O que precisamos é desarmar os bandidos. Os critérios que já existem hoje para comprar uma arma, ter uma arma em casa, ter um porte de arma, os critérios de acompanhamento pela Polícia Federal tornam difícil tudo isso. É difícil! E o que tem acontecido? As indústrias estão passando arma por essas faixas de fronteira, e nós não temos nada. Então, visitei o Comandante do Exército brasileiro, o General Enzo, semana passada, e lá discutimos isto: por que não o nosso Exército Brasileiro cuidar de toda a faixa de fronteira? Por que não pegarmos a Força Aérea Brasileira e colocarmos nessas faixas de fronteira? Temos o Estado de Mato Grosso, temos o Estado de Rondônia, o Estado do Acre, o Estado do Amazonas. Então, acho que temos de cuidar dessas faixas de fronteiras, usando o pouco dinheiro que o Brasil tem, já que estamos em crise, em vez de desarmar quem já está desarmado, que é o povo de bem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Agradeço o aparte de V. Exª. V. Exª coloca essa questão das fronteiras. Por todos foi dito aqui que esse realmente é um dos problemas que precisam ser resolvidos.

Mas o problema maior é que temos no Brasil 16 milhões de armas de fogo. Dezesseis milhões! Oitenta e sete por cento dessas armas de fogo estão nas mãos da sociedade, e a metade dessas armas são ilegais! É por isso que elas matam mais no Brasil do que em qualquer outro país do mundo.

Eu já disse, vou repetir e quero encerrar: nós não temos 11% da população do Planeta, mas temos 11% dos crimes que acontecem no Planeta. Isso é um horror, não podemos ser complacentes com isso. É preciso mudar, e isso só vai mudar quando recolhermos todas essas posições, inclusive as posições divergentes, que eu respeito – respeito todas as posições, as divergentes, inclusive –, para fazer uma proposta consequente para o Brasil, que acho que é o pensamento do Presidente José Sarney.

Parabéns, Presidente, pela iniciativa de V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Antes, quero agradecer ao Senador Renan Calheiros e aos demais aparteados as referências feitas à iniciativa que tivemos, expressando o sentimento da Casa e da Nação no sentido de tomarmos uma iniciativa capaz de reagir à violência dentro do País.

Agradeço, também, a todos os Senadores que referendaram o projeto que acabei de apresentar, que será lido na Mesa do Senado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, parabéns.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Presidente Sarney, apenas para pedir a V. Ex^a que faça constar em Ata: por ocasião da votação do segundo indicado para o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), o Sr. Elvino de Carvalho Mendonça, como Conselheiro, eu havia me deslocado novamente para a audiência pública da CI, que discutia o projeto do trem-bala, e não estava presente na hora da votação. Votei no primeiro indicado e não no Sr. Elvino, e eu gostaria que constasse o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Da Ata constará a manifestação de V. Ex^a. Todos nós sabemos que V. Ex^a é um Senador extremamente assíduo. Se não esteve presente é porque estava realmente trabalhando dentro da Casa em outro setor.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues. Em seguida, o Senador Alvaro Dias.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – V. Ex^a tem a palavra por 20 minutos, conforme o nosso Regimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, dirijo-me à tribuna do Senado, nesta tarde, para relatar as informações que acabei de receber das chuvas no meu querido Estado do Amapá. As informações que recebi, nesta tarde, dão conta de que seis Municípios do Estado do Amapá foram afetados pelas fortes chuvas que têm ocorrido e que são típicas desta época do ano na Amazônia.

Ocorre, Sr. Presidente, que, neste período, neste ano, a intensidade das chuvas tem-se mostrado bem maior do que a ocorrida em anos anteriores. As informações que temos são de que, lamentavelmente, a tendência das cheias dos rios do Amapá é a de ocorram no mês de maio. Neste ano, não tenho dúvida, mais um reflexo das dramáticas mudanças climáticas que estamos vivendo em todo o País, a intensidade das chuvas desencadearam um conjunto de enchentes no Estado do Amapá, em especial nos rios Calçoene, no norte do Estado, no rio Amapari, na região central do Estado, e no rio Araguari, na região do Araguari, nos Municípios de Porto Grande e Ferreira Gomes.

Tive a notícia de que o governador do Estado assinou hoje dois decretos de situação de emergência nos Municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande.

É no Município de Ferreira Gomes, Sr. Presidente, a situação mais dramática. As notícias que tenho dão conta de que o Bairro do Matadouro, às margens do rio Araguari, está totalmente submerso e 50% do Bairro Central também foi afetado.

Segundo informações do Prefeito de Ferreira Gomes, com quem conversei ainda há pouco pelo telefone, temos 1.273 pessoas atingidas pelas enchentes no rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes. Dessas 1.273, 200 pessoas estão desabrigadas. A situação em Ferreira Gomes é particularmente dramática, porque a cidade fica às margens do paredão que é a barragem da hidrelétrica de Coaracy Nunes. E por conta em especial da vazão da barragem, a Eletronorte é obrigada a abrir as comportas da barragem, o que acaba, combinado com as chuvas que caem nas cabeceiras do rio Araguari e com a influência do sistema de marés do rio Amazonas, ampliando a situação de enchente no Município de Ferreira Gomes.

A mesma situação ocorre no Município de Porto Grande. A informação que tive, ainda há pouco, do prefeito daquele município é de que há 20 famílias desabrigadas, além de toda a região ribeirinha do município, também às margens do rio Araguari, ter sido atingida pela enchente.

O Prefeito Bessa, daquele município, tem organizado toda a equipe da prefeitura e da defesa civil,

que estão trabalhando no atendimento à população daquele município. As enchentes também anteriormente já tinham atingido os Municípios de Serra do Navio e Pedra Branca, na região central do Estado, localizada nas proximidades do rio Amapari.

No Município de Pedra Branca, temos a informação de que dez famílias foram atingidas pelas cheias do rio Amapari, mas a situação naquele município já se encontra controlada.

No Município de Serra do Navio, temos a informação de que 129 pessoas estão recebendo ajuda da prefeitura e que as pessoas foram atingidas pelas enchentes do rio naquele município. A prefeita de Serra do Navio, inclusive, se deslocará amanhã aqui para Brasília.

No Município de Calçoene é onde a situação está mais controlada. Temos a informação de 40 famílias afetadas, e a prefeita clama, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, pela resolução imediata da construção do muro de arrimo daquele município, que é uma medida já solicitada há muito tempo ao Ministério das Cidades, mas ainda não houve o deslocamento dos recursos necessários para esta providência.

É também de alerta a situação no Município de Laranjal do Jari, que é um município do sul do Estado, o terceiro município do Estado, às margens do rio Jari, um município que, inclusive, se constituiu a partir da organização no final dos anos 60 do Projeto Jari naquela região do Amapá, um município que já tem tradição de enchente.

A prefeitura já decretou estado de alerta no Município de Laranjal do Jari. E é importante a mobilização da defesa civil para a situação naquele município.

Tive contato, ainda há pouco, com o Comandante da Defesa Civil no Estado do Amapá, que nos informou sobre a necessidade de reforçar o suprimento de cestas básicas para atender os municípios já atingidos pelas enchentes e para, ao mesmo tempo, atender as prováveis enchentes que virão, uma vez que fomos informados pela meteorologia que as chuvas continuarão na região das cabeceiras dos rios Jari, Araguari e Amapari, além de haver a combinação lamentável desse sistema de chuvas com o sistema das marés, que influenciam também o rio Amazonas.

Em especial, no Município de Ferreira Gomes, já é urgente a necessidade da mobilização da defesa civil. E aqui é um apelo que faço. Tenho tentado, na tarde de hoje, o contato com a defesa civil no Ministério da Integração Nacional, e até ainda há pouco não tive resposta. Quero aqui alertar: é urgente a mobilização da Defesa Civil Nacional para apoiar a Defesa Civil do Estado do Amapá e para apoiar os desabrigados das cheias ocorridas nesses seis municípios daquele

Estado e das cheias que virão, porque, advirto, a continuação das chuvas na região provavelmente, lamentavelmente, incorrerão em novas enchentes. E é por isso que o Município de Laranjal do Jari já se encontra em estado de alerta.

É fundamental o deslocamento de água potável, alimentos, combustível e viaturas de apoio, em especial para o Município de Ferreira Gomes, que, neste momento, repito, é o município em situação mais grave.

Então, quero, Sr. Presidente, fazer esse alerta e fazer, daqui da tribuna do Senado Federal, um apelo à Defesa Civil Nacional, ao Ministério da Integração Nacional para apoiar os esforços da Defesa Civil do Amapá. Advirto ainda que a liberação – e tive essa notícia ainda há pouco –, por parte do Governador do Estado de R\$500 mil para suprir a necessidade dos municípios atingidos pela enchente, que esse contingente e que essa quantidade de recursos são insuficientes para a situação atual e para a situação que poderá ocorrer nos municípios que ainda poderão ser afetados pelas enchentes no Estado do Amapá.

Então, é fundamental fazer aqui esse apelo à Defesa Civil, ao Sistema de Defesa Civil Nacional, alojado, alocado no Ministério da Integração Nacional.

Sr. Presidente, é a situação do Amapá. Recentemente, o Senador Petecão informou sobre as enchentes na cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre. A mudança constante do sistema de chuvas e de secas no seu Estado, Sr. Presidente, o Estado do Amazonas, é reflexo das dramáticas mudanças climáticas que nós da Amazônia estamos sofrendo.

Ninguém mais do que nós que estamos na Amazônia sabe as consequências da degradação do meio ambiente, ninguém mais do que nós sabe da ameaça que representa a modificação do Código Florestal; e o relatório que está no Congresso Nacional, que está na Câmara dos Deputados, de alteração do Código Florestal, que implicará na ampliação do desmatamento, em especial na Amazônia. Essas dramáticas mudanças climáticas na Amazônia é um lamentável reflexo das mudanças climáticas que estamos assistindo por todo o planeta.

Por isso eu diria, Presidente, fazendo minhas as palavras que ouvi recentemente do Senador Cristovam Buarque, na Comissão de Relações Exteriores, ao chamar nossa atenção, ao aprovarmos uma subcomissão da Comissão de Defesa e Relações Exteriores para debater as mudanças climáticas, para o mais importante encontro que vai ocorrer nesta década no Brasil, que não é a Copa do Mundo, em 2014, nem as Olimpíadas de 2016 – por mais importantes que sejam –; o encontro mais importante que sediaremos aqui no Brasil será o encontro de 2012, no Rio de Janeiro, a

Rio +20, que será realizada 20 anos depois da Conferência Mundial do Meio Ambiente, de 1992.

Esta conferência mundial do meio ambiente de 2012 fará um balanço dos avanços ou dos retrocessos que ocorreram pós 1992; dos avanços e retrocessos que tivemos na Agenda 21, dos avanços e retrocessos que tivemos – e me parece que, embora tenhamos avançado no sentido de termos uma forte e importante legislação ambiental, por outro lado, temos visto aprofundar dramaticamente as alterações climáticas no Planeta e isso temos sentido concretamente, temos sentido na tragédia que afetou o Rio de Janeiro, temos sentido concretamente nas dramáticas alterações climáticas ocorridas na Amazônia, na ampliação da intensidade das chuvas, porque essa é a decorrência natural das mudanças climáticas. Temos o aprofundamento da intensidade dos climas: as secas passam a ser mais fortes, as chuvas passam a ser mais intensas.

Amanhã, vamos apreciar aqui a medida provisória que deverá aprovar a empresa férrea para operação do trem-bala no Brasil, que é uma das medidas preparatórias aos eventos que teremos em 2014 e 2016. A Olimpíada será importante, a Copa do Mundo é importante, mas é de fundamental importância para o mundo, Senador Mozarildo, esse encontro de 2012 que teremos no Rio de Janeiro. Temos que fazer um balanço do que tem ocorrido de 1992 para cá; temos que fazer um balanço do regime das mudanças climáticas e temos que fazer uma reflexão e uma autocrítica do que nós, aqui do Senado da República, da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, temos feito para evitar esta tendência de agravamento das mudanças climáticas.

Não me parece que, por exemplo, alterar a legislação florestal, ampliar o desmatamento na Amazônia, não me parece que amplificar as tendências de agravamento das mudanças climáticas seja medida que corrobore, que vá na mesma mão de reduzirmos os dramáticos impactos das mudanças climáticas em todo o mundo.

Nós, já é dito por todos os cientistas, chegamos, lamentavelmente, ao ponto de não retorno do conjunto das mudanças que nós, humanos, fizemos no mundo desde o advento da revolução industrial, no Século XIX. Não podemos aprofundar e continuar essa tendência.

Como Senador da Amazônia, e sentindo o clamor do povo do meu Estado, sentindo o dramático relato que ouvi, ainda há pouco, de dois prefeitos municipais que têm suas cidades com o regime das águas dos rios ocupando o conjunto de suas cidades e, ao mesmo tempo, não tendo contingente e estrutura necessária para dar respostas, me vem uma reflexão de

que temos que fortalecer, temos que tomar um conjunto de medidas.

Primeiro, são medidas de prevenção; primeiro são medidas para refletirmos e compreendermos que o conjunto das mudanças que nós já incentivamos no mundo já possibilitou que a radicalidade de momentos de enchentes e de momentos de secas cheguem a graus extremos como esses que temos atingido. E, ao mesmo tempo, é necessário refletirmos que é fundamental termos medidas para essa nova realidade.

A Defesa Civil Nacional tem que estar preparada para apoiar e ajudar os municípios mais pobres, os cantos mais pobres do Brasil, que sofrerão com o agravamento das medidas climáticas. Lamentavelmente muitos desses cantos do País não terão condições concretas de responder ao conjunto dessas mudanças climáticas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu já conversei com a Mesa, há um requerimento de minha autoria para uma sessão de homenagem aos idosos que eu aponte para o dia 25, segunda feira, das 11 horas às 14 horas, para não trazer nenhum prejuízo para a sessão da tarde, quando os Senadores usam a tribuna.

Se V. Ex^a puder colocar em votação, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – A secretaria está providenciando o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – O Senador Alvaro Dias é o próximo orador, pela liderança.

Vou pedir permissão de V. Ex^a para ler três requerimentos.

Requerimento nº 392, de 2011, do Senador José Pimentel e de outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial no dia 23 de maio destinada a comemorar os 70 anos da instalação da Justiça do Trabalho no Brasil.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Requeremos, nos termos dos arts. 160 e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tem-

po destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão do dia 5 de maio de 2011, quinta feira, seja destinado a comemorar os 185 anos de instalação do Senado Federal. Vários Senadores, Senador José Sarney, Presidente da Casa, lideranças e outros Senadores.

Em votação o Requerimento nº 401, de 2011.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – **Requerimento nº 260**, do Senador Paulo Paim e outros Senadores, solicitando que o tempo dos oradores do Período de Expediente da sessão do dia 25 de abril seja destinado a comemorar o Dia Nacional dos Aposentados e Pensionistas.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu propus o horário das 11 horas da manhã para que não haja prejuízo para os oradores inscritos na sessão desta segunda à tarde.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – A Secretaria está tomando algumas providências. Em seguida, nós vamos votar.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Com a palavra V. Ex^a.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é apenas uma comunicação. Queria informar que morreu nesta terça-feira a Sr^a Yolanda Marques Goulart, de 95 anos, irmã do ex-Presidente João Goulart. Ela estava internada no Centro de Tratamento Intensivo do Instituto de Cardiologia em Porto Alegre e sofria de problemas cardíacos. Yolanda era a última irmã viva do ex-Presidente da República e dois anos mais velha que Jango, que morreu, como se sabe, em 1976. Ela era mãe de sete filhos. O corpo está sendo velado na Capela D do Cemitério São Miguel e Almas, em Porto Alegre, e o enterro da última irmã do Presidente João Goulart será às 18 horas de hoje na capital gaúcha.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Registrado o voto de pesar e a Mesa também compartilha da condolência e da solidariedade à família.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC. Sem revisão do orador.) – Presidente, só para comunicar que na votação do Plenário, eu votei com a orientação da bancada, do meu bloco.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – A Ata desta sessão registrará o voto de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias, que dispõe de vinte minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente Senador João Pedro, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu sei que não há necessidade de repetir – há concordância absoluta em relação a isso –, mas de qualquer maneira afirmo que o modelo político que temos é superado, é retrogrado, é condenado reiteradamente em todas as eleições, em qualquer pesquisa que se realize, de opinião pública, se constatará que há uma condenação do modelo político vigente no Brasil. É uma das causas essenciais do desencanto que campeia, generalizando-se em relação às instituições públicas, partidos políticos e políticos de forma geral. Eu entendo que, ao lado da corrupção na atividade pública, o modelo ultrapassado que temos é uma das causas essenciais do desencanto. Estamos atrasados, debatemos isso há muito tempo, e não chegamos à propalada reforma.

Não conferimos ao País um modelo político compatível com as aspirações da sociedade brasileira.

E agora? Constitui-se comissão no Senado, constitui-se comissão na Câmara dos Deputados e gera-se uma expectativa a respeito de um novo modelo para o País.

Não sou daqueles que estimulam a geração de expectativa exagerada. É evidente que creio na aprovação de alguns itens que possam significar reforma, mas não acredito em reforma de profundidade. O tema é complexo, os interesses difusos contrariam a esperança de que possamos ter brevemente um novo modelo político no País.

Temos um presidencialismo forte e, no presidencialismo forte somente quando há vontade política da Presidência da República as reformas acontecem de fato. Não vejo manifestação de disposição política da Presidência nesta hora a favor de uma reforma política de profundidade no País.

Portanto, o PSDB não vai assumir o ônus de um eventual fracasso dessa reforma. Somos minoria. Todos nós conhecemos a maioria que temos no Congresso Nacional, e não há como assumir a responsabilidade por eventual fracasso. Mas temos o dever de participar do debate. Temos a responsabilidade de contribuir com as nossas propostas. Além das propostas já conhecidas que são debatidas diariamente, apresentei hoje um projeto de lei que considero fundamental, embora entenda terá ele dificuldades de aceitação no Congresso Nacional.

O projeto que apresento estimula a adoção das eleições primárias pelos partidos políticos no País.

Não estamos impondo um modelo de escolha porque a Constituição confere autonomia aos partidos políticos. A eles cabe a definição do processo de escolha dos seus candidatos, mas o projeto estimula, motiva e estabelece normas regulamentadoras para a realização das primárias.

Eu considero um dos equívocos essenciais do modelo político vigente no País a ausência da população do ato primordial da escolha dos candidatos majoritários pelos partidos políticos.

Constantemente, ouvimos a crítica: “os partidos não selecionam, os partidos escolhem candidatos com fichas sujas”. E isso é realidade! Há Partidos cartoriais, há diretórios municipais e estaduais cartoriais, impondo.

A população não é consultada. Está completamente ausente nesta hora e depois é convocada a decidir. A militância partidária é ignorada, os Partidos são siglas para o registro de candidaturas. Os Partidos não são programáticos, não estão organizados. Os partidos sequer sabem, de modo geral, quantos filiados possuem, e os filiados são absolutamente afastados das decisões partidárias.

A militância mais ativa é convocada apenas para homologar as candidaturas impostas pelas cúpulas partidárias – sem generalizar, mas de modo geral.

Portanto, o que queremos é ampliar a participação democrática; é democratizar o processo de escolha nos partidos políticos, valorizando a militância, convocando-a a se constituir em artífice do processo eleitoral e responsável pelo sucesso e insucesso do projeto de poder que o partido adota como alternativa para o País, para o Estado e para os Municípios. Certamente, se adotássemos as primárias como modelo de escolha, teríamos organização partidária, teríamos cadastramento de filiados, teríamos campanhas por filiações em massa e teríamos uma militância ativa e partícipe do processo eleitoral, um avanço, sem dúvida, com a oxigenação da vida partidária brasileira e, certamente, a busca de uma acomodação política por parte daqueles que atuam na atividade no País.

O que estamos pretendendo? Estabelecer que a campanha eleitoral, nessa fase de primárias, admita que o candidato peça votos sem que isso se constitua em crime eleitoral; que a imprensa tenha a liberdade de veicular os fatos e promover debates entre os postulantes; que a Justiça Eleitoral possa ser convidada pelo partido político a administrar o processo, fiscalizando-o. A campanha começaria no dia 1º de abril, porque, Senadora Ana Amelia, estamos levando em conta a participação daqueles que ocupam cargos executivos e têm como data para desincompatibilização exatamente o dia 1º de abril. A campanha pros-

seguiria até o primeiro domingo de junho, quando se realizariam as eleições primárias, antes, portanto, da realização das convenções partidárias que homologariam as candidaturas eleitas nesse processo.

Concedo um aparte à Senadora Ana Amelia.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT -- AM)

– Não cabe o aparte, Senador Alvaro Dias. V. Exª está falando pela Liderança e não cabe aparte. Cabe?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu gostaria muito de conceder um aparte à Senadora Ana Amelia e, neste período de vinte minutos, cabe aparte, regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT -- AM) – Perdão, perdão, perdão. Cabe o aparte.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Cabe. Então, a Senadora Ana Amelia tem o aparte.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT -- AM) – V. Exª tem a palavra, Senadora. Desculpe.

A Srª Ana Amelia (Bloco/PP – RS) – Agradeço, Presidente, pela flexibilização do Regimento. Isso é um ato democrático de V. Exª. Eu lhe agradeço muito por essa gentileza. Senador Alvaro Dias, estamos exatamente entre duas ideias antagônicas: uma com lista fechada para votar, em que o partido manda e tem uma posição muito forte sobre a sua base; e esta, de fazer uma prévia, que abre espaço para, como V. Exª usou, a oxigenação partidária, a mobilização, a participação do partido, inclusive atraindo novos filiados a esse debate interno que pode ajudar muito, especialmente dentro de um sofisticado processo que V. Exª está abrindo no seu projeto, de que a Justiça Eleitoral esteja vigilante, atenta e participando também de todas as etapas dessa discussão interna. Quero cumprimentá-lo porque, quanto mais o partido político for fortalecido – seja por lista fechada, seja por primárias, seja por prévias internas –, todo processo que tiver como objetivo final o fortalecimento da agremiação, estaremos contribuindo decisivamente para o fortalecimento da própria democracia brasileira. É o único jeito de uma reforma eleitoral que vamos ter, de pequeno ou médio porte, poder ajudar-nos a tornar o nosso processo eleitoral bem mais representativo da vontade popular. Obrigada, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu é que agradeço a V. Exª, que traz uma contribuição importante a este debate.

Veja, Senadora Ana Amelia, que nos Estados Unidos há um grande exemplo. É evidente que temos as nossas peculiaridades, mas o Presidente Obama jamais seria presidente não houvesse as primárias. Ele não era o candidato preferido do seu partido; ele conquistou a preferência na campanha das eleições primárias.

E veja que a sua principal concorrente, Hillary Clinton, hoje é a sua principal coadjuvante, principal ministra. Isso significa que esse processo trabalha a favor da unidade partidária. Obviamente, há que se respeitar a decisão da maioria: no caso brasileiro, da militância partidária; no caso dos Estados Unidos, que extrapola até a militância partidária. Mas seria um avanço a modernização do nosso processo, e, certamente, nós despertaríamos vocações políticas se isso ocorresse.

Especialmente para a oposição, a campanha das primárias seria adequada inclusive para se encontrar o melhor discurso de oposição. O que a população quer como oposição? Um discurso mais contundente ou um discurso mais generoso? A oposição teria espaço também para debater o Governo, como os partidos do Governo teriam também espaço para debater os seus feitos à oposição, para desmistificar, eventualmente, a imagem que possa o Governo edificar à custa da manipulação da informação ou do **marketing** oficial, quase sempre mantido com o dinheiro público. Enfim, certamente nós poderíamos descobrir talentos numa campanha das primárias, valores no anonimato que poderiam surgir para a popularidade. Portanto, sem dúvida, seria um avanço notável na atividade pública brasileira, na atividade política do nosso País.

Além disso, preocupam-me alguns equívocos do nosso modelo que permitem corrupção eleitoral. Vou citar um deles: a coligação na majoritária. Alguns partidos participam da coligação e levam, como seu patrimônio, não o programa partidário ou o prestígio eleitoral, mas o tempo de televisão. E há aqueles que vendem o tempo de televisão. Abre-se um processo de corrupção: partidos se colocam no balcão de negócios e esperam pela melhor proposta. Isso é imoral! Isso é promíscuo!

Por essa razão, apresentei um projeto que impede a contagem do tempo, para efeito de espaço no rádio e na TV, do partido coligado. O partido pode se coligar, mas não leva o tempo de televisão. A distribuição do tempo na televisão e no rádio passa a ser diferente. Se bem que eu gostaria até de avançar mais, que os espaços de TV e rádio fossem utilizados para o debate, não para a apresentação de belos espetáculos cenográficos, com marqueteiros especializados que ganham fortunas e com efeitos especiais à la Spielberg, que encantam a população e vendem um produto que nem sempre é o melhor produto, porque, no caso da busca do poder, do mandato eletivo,

o que vale é conteúdo, é postura ética, não a plástica que se possa conferir aos programas, especialmente os de televisão. Nós não avançamos ainda em relação a isso. O ideal seria estabelecermos normas que possibilitassem a ampliação do espaço para o debate durante a campanha eleitoral.

Enfim, muitas são as questões. Advogo, por exemplo, o voto facultativo. A comissão constituída pelo Presidente Sarney rejeitou a proposta. Mas há projeto de minha autoria em tramitação. Seria um ato de modernidade e de respeito ao eleitor. Afinal, quem tem que ter a competência para convencer o eleitor a votar somos nós que disputamos eleições. Ou nós assumimos que não temos competência... Obviamente, aqueles que usam do aparelhamento para fazer votos, que usam de artifícios escusos para convencer o eleitor não admitem a hipótese do voto facultativo. Mas, sem sombra de dúvida, eu imagino que o voto facultativo seria importante para valorizar a participação do eleitor, respeitando-o, e para aprimorar o processo democrático.

São muitas as questões que envolvem esse debate. Esperamos poder avançar pelo menos alguns passos na direção daquilo que podemos considerar o ideal, porque, de certa forma, não há muito otimismo de nossa parte em relação ao produto final desse debate. Com toda sinceridade, não acredito que o debate da reforma política neste momento, no Congresso Nacional, vá oferecer ao País um modelo compatível com as aspirações do nosso povo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. João Pedro deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Alvaro Dias.

Passamos, de imediato, à Senadora Vanessa Grazziotin, a quem o Senador Eduardo Suplicy cedeu o lugar.

Em seguida, falará o Senador Walter Pinheiro e, depois, o Senador Wellington Dias.

Enquanto S. Ex^a vai à tribuna, leio aqui **Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2011**, que convoca plebiscito sobre a comercialização de armas de fogo e munições no Brasil.

O projeto vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

É o seguinte o projeto:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 109, DE 2011

Convoca plebiscito sobre a comercialização de armas de fogo e munições no Brasil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É convocado, nos termos do art. 49, XV, da Constituição Federal e da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, plebiscito de âmbito nacional, para consultar os eleitores sobre a comercialização de armas de fogo e munição no território nacional.

Art. 2º O plebiscito de que trata este Decreto Legislativo realizar-se-á no primeiro domingo do mês de outubro de 2011, para deliberar sobre a seguinte questão: “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”.

Art. 3º O Presidente da Mesa do Congresso Nacional dará ciência da aprovação deste ato convocatório ao Tribunal Superior Eleitoral, para os efeitos previstos no art. 8º da Lei nº 9.709, de 1998.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em outubro de 2005, os brasileiros foram chamados a se pronunciar sobre a proibição do comércio de armas e munições no País.

Naquele momento, o eleitorado se manifestou contra essa proibição. Trata-se, certamente, de decisão soberana da vontade popular, cujo respeito se impôs.

Em consequência daquele resultado, a comercialização de armas e munições foi legalmente mantida no Brasil.

O fato é que, mantido o comércio, o país passou a assistir ao aumento da venda de armas e munições. Segundo dados da Diretoria de

Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro, que tem a missão institucional de controlar essa comercialização, citados por toda a imprensa, em 2001 foram vendidas 566.200 armas. Com o início da discussão em torno do Estatuto do Desarmamento – a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – o número de armas comercializadas no país caiu para 313.200, em 2002, e para 115.900 em 2003. No primeiro ano de vigência do Estatuto, foram vendidas apenas 63.600 mil e, em 2005, 68.000.

A partir do resultado do referendo, a venda de armas passou a crescer significativamente, atingindo 81.200 em 2006, 92.700 em 2007, 133.700 em 2008 e 116.900 em 2009.

Ora, é sabido que o comércio legal acaba se tornando fonte de fornecimento de armas para o crime, com pouca ou nenhuma função para a defesa do cidadão honesto, apesar da falsa impressão de segurança que a posse de uma arma costuma proporcionar.

Assim, nesse momento em que fatos da maior gravidade, envolvendo armas de fogo, ganham as manchetes da imprensa de todo o país, horrorizando a população, como o monstruoso massacre de doze crianças na Escola Municipal Tasso da Silveira, no Rio de Janeiro, temos que ter a responsabilidade de perguntar novamente ao povo brasileiro o que fazer.

Não se trata de desrespeitar a opinião do povo, mas de ouvi-lo novamente. Afinal, as opiniões mudam, a realidade se transforma e há todo um novo contexto envolvendo a matéria.

Desta forma, estamos apresentando esse projeto de decreto legislativo, convocando plebiscito, a ter lugar no primeiro domingo de outubro de 2011, para que a população decida sobre a comercialização de armas de fogo e munição no território nacional.

O plebiscito permitirá não apenas que o povo decida o que achar melhor, como ensejará, com certeza, um debate amplo com a sociedade civil sobre o tema, com significativo efeito pedagógico.

furtar.

Trata-se de decisão da qual o Congresso Nacional não pode se

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ SARNEY

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998.Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art.
14 da Constituição Federal.**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A soberania popular é exercida por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, nos termos desta Lei e das normas constitucionais pertinentes, mediante:

- I – plebiscito;
- II – referendo;
- III – iniciativa popular.

Art. 2º Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

§ 1º O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

§ 2º O referendo é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.

Art. 3º Nas questões de relevância nacional, de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, e no caso do § 3º do art. 18 da Constituição Federal, o plebiscito e o referendo são convocados mediante decreto legislativo, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional, de conformidade com esta Lei.

Art. 4º A incorporação de Estados entre si, subdivisão ou desmembramento para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, dependem da aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito realizado na mesma data e horário em cada um dos Estados, e do Congresso Nacional, por lei complementar, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas.

§ 1º Proclamado o resultado da consulta plebiscitária, sendo favorável à alteração territorial prevista no *caput*, o projeto de lei complementar respectivo será proposto perante qualquer das Casas do Congresso Nacional.

§ 2º A Casa perante a qual tenha sido apresentado o projeto de lei complementar referido no parágrafo anterior compete proceder à audiência das respectivas Assembléias Legislativas.

§ 3º Na oportunidade prevista no parágrafo anterior, as respectivas Assembléias Legislativas opinarão, sem caráter vinculativo, sobre a matéria, e fornecerão ao Congresso Nacional os detalhes técnicos concernentes aos aspectos administrativos, financeiros, sociais e econômicos da área geopolítica afetada.

§ 4º O Congresso Nacional, ao aprovar a lei complementar, tomará em conta as informações técnicas a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 5º O plebiscito destinado à criação, à incorporação, à fusão e ao desmembramento de Municípios, será convocado pela Assembléia Legislativa, de conformidade com a legislação federal e estadual.

Art. 6º Nas demais questões, de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o plebiscito e o referendo serão convocados de conformidade, respectivamente, com a Constituição Estadual e com a Lei Orgânica.

Art. 7º Nas consultas plebiscitárias previstas nos arts. 4º e 5º entende-se por população diretamente interessada tanto a do território que se pretende desmembrar, quanto a do que sofrerá desmembramento; em caso de fusão ou anexação, tanto a população da área que se quer anexar quanto a da que receberá o acréscimo; e a vontade popular se aferirá pelo percentual que se manifestar em relação ao total da população consultada.

Art. 8º Aprovado o ato convocatório, o Presidente do Congresso Nacional dará ciência à Justiça Eleitoral, a quem incumbirá, nos limites de sua circunscrição:

- I – fixar a data da consulta popular;
- II – tornar pública a cédula respectiva;
- III – expedir instruções para a realização do plebiscito ou referendo;

IV – assegurar a gratuidade nos meios de comunicação de massa concessionários de serviço público, aos partidos políticos e às frentes suprapartidárias organizadas pela sociedade civil em torno da matéria em questão, para a divulgação de seus postulados referentes ao tema sob consulta.

Art. 9º Convocado o plebiscito, o projeto legislativo ou medida administrativa não efetivada, cujas matérias constituam objeto da consulta popular, terá suspensa sua tramitação, até que o resultado das urnas seja proclamado.

Art. 10. O plebiscito ou referendo, convocado nos termos da presente Lei, será considerado aprovado ou rejeitado por maioria simples, de acordo com o resultado homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 11. O referendo pode ser convocado no prazo de trinta dias, a contar da promulgação de lei ou adoção de medida administrativa, que se relacione de maneira direta com a consulta popular.

Art. 12. A tramitação dos projetos de plebiscito e referendo obedecerá às normas do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Art. 13. A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

§ 1º O projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto.

§ 2º O projeto de lei de iniciativa popular não poderá ser rejeitado por vício de forma, cabendo à Câmara dos Deputados, por seu órgão competente, providenciar a correção de eventuais impropriedades de técnica legislativa ou de redação.

Art. 14. A Câmara dos Deputados, verificando o cumprimento das exigências estabelecidas no art. 13 e respectivos parágrafos, dará seguimento à iniciativa popular, consoante as normas do Regimento Interno.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 1998; 177ª da Independência e 110ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Renan Calheiros

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 19.11.1998

Título IV
Da Organização dos Poderes

Capítulo I
Do Poder Legislativo

Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional



Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI - mudar temporariamente sua sede;

VII - fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

XIII - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

XIV - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Também, em sessão anterior, foi lido **Requerimento nº 260, de 2011**, do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial, no Senado, no dia 25 de abril, destinada a comemorar o Dia Nacional dos Aposentados e Pensionistas.

Votação do Requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Será no dia 25 às 11 horas da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Senadora Vanessa Grazziotin com a palavra.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, companheiros e companheiras, o que me traz à tribuna no dia de hoje é falar a respeito dos problemas de energia enfrentados sobretudo pelo meu Estado do Amazonas, não só pela capital, a cidade de Manaus, mas pelo interior como um todo. Entretanto, antes de entrar no assunto, quero abrir dois parênteses e, rapidamente, falar acerca de dois assuntos.

O primeiro deles diz respeito à atuação do Ministério da Saúde em relação à política de assistência integral à saúde da mulher. Pela primeira vez na história do País nós temos uma mulher à frente do principal cargo, que é a Presidenta da República. E a Presidenta Dilma tem sido extremamente bem avaliada nesses primeiros dias de seu Governo, tem sido uma unanimidade da opinião pública quanto ao fato de que, mesmo nesses primeiros dias de Governo, a Presidenta que substitui um Presidente extremamente carismático, que deixou o cargo com uma grande aprovação popular, tem conseguido, já nesses primeiros dias de Governo, imprimir uma característica muito própria de governar.

Isso é muito importante, não só para a Presidência da República, mas é importante para as mulheres, porque é um grande exemplo que ela dá para o Brasil, para o mundo inteiro, da capacidade que têm as mulheres de enfrentar grandes desafios e fazer com que as coisas aconteçam e que os problemas sejam resolvidos, Senadora Ana Amelia.

Ela tem, nesses primeiros dias, orientado muito o seu Governo no que diz respeito a estabelecer uma política voltada para as mulheres e, sobretudo, para a inclusão das mulheres no processo social. No Ministério da Saúde, as primeiras grandes ações, Senador João Pedro, têm sido exatamente a busca da ampliação da assistência integral à saúde da mulher.

O Ministro Alexandre Padilha hoje teve uma reunião ao meio-dia com a bancada feminina do Congresso Nacional, deputadas e senadoras, uma reunião com uma presença muito importante de parlamentares daqui do Senado, assim como da Câmara. Nessa reunião, ele apresentou algumas das medidas que vem adotando no que diz respeito à assistência à saúde da mulher, entre elas as ações de fortalecimento do combate ao câncer de colo de útero e ao câncer de mama. E a outra medida debatida com o ministro diz respeito à Rede Cegonha. É um conjunto de ações que vão melhorar, e muito, a assistência no Sistema Único de Saúde para a mulher gestante. E isso é muito importante, porque talvez seja o momento mais sublime, não das mulheres, mas da humanidade, a gestação de uma nova pessoa, de um novo ser humano. Dessa forma, o Estado brasileiro tem que procurar dar integral assistência necessária às mulheres.

Entre as medidas que compõem as ações do programa Rede Cegonha, estão as que não entram exclusivamente na assistência à saúde. Esta prevê um mínimo de seis consultas, prevê a possibilidade do atendimento médico adequado, prevê a possibilidade de exames importantes que têm que ser feitos durante o período pré-natal. Mas há medidas que não se restringem à área da saúde. Por exemplo, dentro do programa Rede Cegonha, faz parte a garantia do transporte da mulher para que ela possa fazer os seus exames, para que ela possa consultar médicos ou médicas. Então, a gestante recebe do Poder Público um vale transporte e, no final da gestação, um vale maior que lhe garante o transporte em veículo particular até o hospital ou unidade de saúde onde ela terá a sua criança, para que o parto seja providenciado.

No debate com o ministro, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, eu sugeri a ele que fosse incluída, de forma mais enfática, dentro do programa Rede Cegonha, a assistência farmacêutica. E assim digo não apenas pela minha formação profissional como farmacêutica, mas pela minha condição de mulher, de ter vivenciado já a maternidade. Nós todas sabemos que, dentro da cesta de medicamentos do SUS, os nutricêuticos, os complementos alimentares, não são previstos, não compõem a cesta de medicamentos. E isso talvez seja o que mais a gestante precisa durante esse período. Ela precisa ter acesso a complexos vitamínicos, a ferro, a potássio, para que possa ter uma gestação saudável.

O ministro, que já havia tocado no assunto, ficou extremamente sensibilizado, assim como sua equipe, de tal forma que isso deverá ser regulamentado de forma mais clara, para que a mulher possa ter essa complementação alimentar durante o pré-natal.

Então, quero aqui cumprimentar o Ministro Padilha, sobretudo em relação aos avanços na área de saúde, especialmente na área da saúde à mulher.

O segundo tema, Sr. Presidente, antes de eu entrar na questão energética, diz respeito à Medida Provisória nº 529, assinada pela Presidenta Dilma no último dia 8, um dia depois da tragédia ocorrida em Realengo. Aliás, foi a própria Presidenta que, em homenagem às crianças que se foram em Realengo, suspendeu a realização do ato político em que anunciaria, e efetivamente anunciou, essas medidas relativas aos empreendedores individuais do Brasil e empreendedoras individuais.

A Medida Provisória nº 529 representa, assim como a própria lei do empreendedorismo individual, Senador Paim, um grande passo na luta pela inclusão de trabalhadores e trabalhadoras do Brasil inteiro, porque sabemos que uma parcela significativa desses trabalhadores são autônomos, sobrevivem com suas próprias habilidades. Ou são manicures, ou são cabeleireiras, ou são vendedoras autônomas, ou são doceiras, ou são vendedoras, enfim, exercem uma série de atividades que não lhes dava a possibilidade de inclusão no sistema formal da organização do trabalho de nosso País.

A lei foi um grande avanço. E a lei previa o quê? Para quem trabalha, empreendedor individual, no setor de indústria e comércio, a lei previa uma contribuição de 11% para a previdência social e mais R\$1,00 de recolhimento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é um imposto estadual. Para aqueles que trabalham ou aquelas que trabalham no setor de serviços, os mesmos 11% para a previdência social e mais R\$5,00 para o ICMS. Com a mudança proposta por meio da Medida Provisória nº 529, a contribuição da previdência social, que era de 11%, passará para 5%, mantendo-se o mesmo patamar, R\$1,00 e R\$ 5,00, para o ICMS. Ou seja, um ganho significativo para brasileiros e brasileiras muito importante, o que significa dizer que os mais de um milhão que já foram inseridos e regularizados como empreendedores individuais em breve poderão ser dois milhões, três milhões, que é exatamente tudo o que nós queremos garantir.

E o pagamento da previdência não significa apenas o processo de formalização e a possibilidade de acessar uma aposentadoria. Significa uma proteção durante todo o período laboral, ou seja, a mulher trabalhadora, empreendedora individual que engravida e que é autônoma tinha que passar a gestação toda trabalhando; se incluída no sistema, formalizada como empreendedora individual, ela terá direito, como todas as trabalhadoras, à licença maternidade. Assim como

aqueles que adoecem, que precisam se ausentar momentaneamente do trabalho, também poderão ter a proteção da previdência social.

Então, essa diminuição de 11% para 5% vai significar exatamente o seguinte: hoje – hoje não, porque a medida provisória vigora desde o dia 8, quando foi publicada no Diário Oficial –, mas, até então, a contribuição dessas trabalhadoras e trabalhadores para a Previdência era em torno de R\$59,40; ela vai passar para R\$27,25, ou seja, menos da metade, o que significa dizer que, para um trabalhador autônomo separar R\$27,00 e mais R\$1,00, R\$28,00 e pouco, não é muito, é possível. Isso vai fazer com que se amplie, num curto espaço de tempo, tenho certeza absoluta, o ingresso desses trabalhadores, dessas trabalhadoras no sistema formal de trabalho do Brasil.

E quero concluir esta parte, registrando aqui deste plenário que, na semana passada, aprovamos, na Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, a CAE, um requerimento de minha autoria que solicita a criação de uma subcomissão permanente para tratar de assuntos relativos a micro e pequenas empresas e empreendedorismo individual. Essa subcomissão deverá ser instalada em breve. O requerimento foi aprovado por unanimidade, e nós teremos condições, por intermédio do Senado, de contribuir muito com o Governo brasileiro no acompanhamento dessas questões, Deputado Átila Lins.

Mas, enfim, tendo falado desses dois assuntos, eu quero utilizar a maior parte do meu tempo para entrar no assunto que diz respeito à energia no Estado do Amazonas. Todos nós sabemos que o Brasil é um país líder na geração de energia no mundo.

Nós temos uma das energias mais seguras, mais baratas. A grande matriz energética brasileira é a energia hidráulica, a energia gerada a partir de hidrelétricas – grande parte da nossa energia. Depois, nós temos energia vinda do gás, vinda de combustíveis fósseis. De tal forma que o Brasil avançou também muito no processo de interligação do sistema energético nacional. Apenas com exceção de parte da região Norte do País, da Amazônia ocidental, todas as outras regiões brasileiras, o Sul, o Sudeste, o Nordeste, o Centro-Oeste e parte do Norte fazem parte do sistema elétrico brasileiro, o sistema interligado. Ou seja, as grandes hidrelétricas, as médias, as pequenas compõem um sistema único de geração que abastece grande parte do País, com exceção de alguns poucos Estados e, dentre esses poucos Estados que ainda sobrevivem com um sistema isolado, está o Estado do Amazonas, que até há pouco tempo tinha apenas uma matriz energética significativa, que era a queima de óleo diesel ou de óleo combustível nas termelétricas.

Então, essa era a nossa única forma e a nossa única matriz energética, até que, há pouco tempo, a partir do governo do Presidente Lula, da construção do gasoduto Coari-Manaus, nós estamos podendo gerar parte da nossa energia por meio de outra matriz, que é o gás natural, mais barato, mais econômico e ecologicamente mais correto também. Então, uma parte da cidade de Manaus hoje já tem energia gerada por intermédio do gás natural.

Alguns Municípios do interior, em torno de seis Municípios que ficam no entorno da construção e do gasoduto, também receberão energia elétrica por meio do gás, o que fará com que esses Municípios tenham a sua possibilidade de desenvolvimento extremamente valorizada. Municípios como Manacapuru, Anamã, Caapiranga, Beruri, Anori, enfim, vários Municípios daquela região passarão a ter energia também a partir do gás natural.

Entretanto, nós temos, no Estado do Amazonas, que é a maior unidade da Federação, 61 Municípios e nós entendemos que é preciso que o Ministério de Minas e Energia nos ajude a construir uma solução que abranja o conteúdo de todos os Municípios do Estado do Amazonas. E nós temos o entendimento de que, para a situação de Manaus, dos Municípios da região metropolitana, dos Municípios que vivem no entorno de Coari e dos Municípios do médio Amazonas, nós podemos resolver esse problema de geração e de distribuição de energia por meio não só do gás natural produzido no próprio Estado do Amazonas, que é o maior produtor do Brasil de gás em terra firme – a maior reserva de gás em terra firme do Brasil está exatamente no Amazonas.

Então, nessas regiões, Manaus, seu entorno, Coari, seu entorno, e no médio Amazonas, que seria o Município de Parintins e seu entorno, nos Municípios de Nhamundá, de Boa Vista do Ramos, nós teríamos a solução do gás natural e da energia gerada a partir de Tucuruí.

Tucuruí é, hoje, a maior hidrelétrica genuinamente brasileira. Em breve, com a conclusão das obras de Belo Monte, não será mais nem terá mais esse *status*. Mas hoje é a maior hidrelétrica. E há muitos anos nós lutamos para que a outra parte da região Norte também receba energia produzida na hidrelétrica de Tucuruí. O linhão que liga Tucuruí à cidade de Manaus já está sendo construído. Entretanto, ficamos preocupados, extremamente preocupados, com notícias que vez ou outra vinham dando conta de que esse linhão não ajudaria no abastecimento de energia elétrica nos Municípios onde passaria, a exemplo de Parintins, que é, para as características do Amazonas, um grande Município; o Município do Senador João Pedro, que

realiza uma das maiores e mais bonitas festas típicas, folclóricas, do nosso País, que é a festa do Boi Bumbá, que acontece no final do mês de junho. Portanto, Parintins é um Município não apenas rico em relação a sua capacidade de produção cultural, mas é um Município muito rico também em relação a sua capacidade de produção de vários insumos, principalmente aqueles extraídos da floresta.

Em audiência que alguns membros da bancada tiveram com o Ministro de Minas e Energia, há pouco tempo, confirmou-se que o linhão de Tucuruí, a energia de Tucuruí servirá também aos Municípios do interior, Parintins e Municípios da redondeza, o que é uma grande notícia.

Há, de nossa parte, um outro pleito. Estão sendo construídas, no Estado vizinho de Rondônia, duas grandes hidrelétricas, as hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau. E muito próximo a essas hidrelétricas nós temos Municípios no Estado do Amazonas. Nós temos o Município de Humaitá, ligado por rodovia à cidade de Porto Velho, 100km, salvo engano, uma estrada totalmente asfaltada; de Humaitá podemos ir a Lábrea, que é um outro Município importante do nosso Estado, a Apuí e a outros Municípios.

Da mesma forma como lutamos e estamos conseguindo que a energia de Tucuruí não apenas abasteça Manaus, mas um determinado grupo de Municípios do interior, nós queremos – e vamos lutar muito, e tenho certeza de que vamos conquistar – energia de Jirau e Santo Antônio para os Municípios da calha do rio Madeira no Estado do Amazonas, mesmo porque tanto a hidrelétrica de Jirau como a hidrelétrica de Santo Antônio estão sendo construídas no rio Madeira, um rio que não banha apenas o Estado de Rondônia, mas banha o Estado do Amazonas. Portanto, nós temos que ter parte.

Eu acho que já ficou para trás aquela ideia de que o empreendimento pode ser feito na Amazônia, mas o benefício do empreendimento feito na Amazônia cabe somente aos Estados do Sul e do Sudeste.

Essa concepção ficou para trás. E não há nada, absolutamente nada, que possa explicar hidrelétricas de tamanha importância sendo construídas na nossa região que não colaborem, que não ajudem e que não gerem energia sequer para os Municípios do interior.

Portanto, eu estou muito otimista. Tenho certeza absoluta de que jamais a Presidenta do nosso País, a Presidenta Dilma, que já foi Ministra de Minas e Energia, a quem devemos muito no que diz respeito à construção do gasoduto Coari-Manaus, e não só isso, há outras soluções, tenho certeza de que ela jamais aceitaria uma situação destas: gerar energia no rio Madeira e essa energia não servir aos Municípios

da calha do rio Madeira, tanto do Estado de Rondônia como do Estado do Amazonas e de outros Estados da nossa região.

Aí eu completo um pouco o ciclo do interior – Senador João Pedro, eu já concedo um aparte a V. Ex^a –, completamos aí o ciclo do interior, na busca da resolução e de uma solução definitiva para geração de energia para o nosso Estado, porque, sem energia, nós não vamos a lugar nenhum.

A ex-Senadora Ideli, Ministra da Pesca, passou quatro dias conosco, debatendo a potencialidade da piscicultura, da pesca, no Estado do Amazonas, e saiu de lá empolgada. Agora, não há desenvolvimento nesse setor se não houver energia. Não há! É impossível que isso aconteça. Então, nós precisamos de energia em Manaus e em todos os Municípios do interior. E a solução se encontra onde, Senador Paulo Paim? Para os Municípios, repito aqui, de Manaus e do entorno, Coari-entorno, Parintins-entorno, energia da hidrelétrica de Tucuruí e gás natural; para os Municípios do rio Madeira, energia das hidrelétricas do rio Madeira. Assim nós solucionaríamos o problema de quase 90% da população. Os demais, vamos continuar com sistemas isolados agora, por enquanto, mas sistemas isolados seguros.

E antes de conceder o aparte ao Senador João Pedro, eu queria aqui introduzir outro elemento: nós vivemos um problema sério de distribuição de energia na cidade de Manaus. Nós temos, por dia, na cidade de Manaus, no mínimo três, quatro apagões. Todos os dias. E não é problema de geração. É um problema de distribuição. E eu penso que o Governo Federal, que tem toda a boa vontade em resolver esse problema, tem que dar sequência ao debate que já desenvolve hoje, de uma nova formatação para a direção do sistema elétrico da nossa região. Alguns anos, sob a coordenação do Ministro Lobão, foi criada uma empresa, que juntou as seis federalizadas, dos seis Estados cujas empresas são federais: Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Alagoas e Piauí. Uma empresa que junta esses seis Estados, com uma única Diretoria. A empresa é correta, porque nas compras feitas por uma empresa se consegue preços melhores. Todos os procedimentos são vantajosos a essas empresas, entretanto uma diretoria não dá conta, uma única diretoria não dá conta de cuidar de realidades tão diferentes. E Manaus, aliás, o Amazonas, o nosso Estado, Senador João Pedro – e aqui está o Senador Wellington –, é o único Estado desses seis que tem a parte de distribuição e também de geração. É o único. É o único. Tenho conversado muito com os servidores do setor lá do meu Estado, e a ideia seria a seguinte, Senador Wellington, Senador João Pedro: para o Amazonas, que tem a distribuição

e a geração, não vamos precisar de um diretor, talvez seja o próprio diretor da Eletrobrás, para cuidar de geração. Mas, para a distribuição, nós precisamos de uma diretoria local com um certo grau de autonomia, para tomada de decisão, porque os problemas de Manaus são inimagináveis! E são problemas que se estendem por meses, Senador João Pedro. Tenho certeza que V. Ex^a, que se dedica muito a esse assunto, deve concordar comigo. Nós precisamos resolver com urgência o problema do apagão na cidade de Manaus.

Concedo o aparte a V. Ex^a e, em seguida, ao Senador Wellington Dias.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senadora Vanessa, V. Ex^a faz um pronunciamento estruturante. Sem resolver a questão da energia para o Estado do Amazonas, o nosso futuro, eu não tenho dúvida, estará comprometido. Então, temos hoje uma energia basicamente a diesel, com um custo elevadíssimo para distribuir esse diesel pelos 61 Municípios. Então, a saída é o linhão. Lamento que V. Ex^a não tenha estado presente, porque estava em uma atividade...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas V. Ex^a estava representando muito bem a nossa bancada do Amazonas, Senador.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Mas nós precisamos acompanhar essa obra, que considero histórica, de fazermos a ligação. V. Ex^a está fazendo uma avaliação e apresentando uma outra alternativa para o lado Oeste do Amazonas, chamando atenção para o rio Madeira, para as hidroelétricas do rio Madeira. V. Ex^a abordou também o eixo Coari/Manaus. Nós pudemos ali contemplar oito Municípios com gás da Petrobrás. Eu não tenho dúvida de que precisamos acompanhar essa pauta da população do Amazonas: energia. Penso que é uma prioridade. Quero parabenizá-la pela reflexão que está fazendo, apontando saídas. Nós precisamos permanentemente acompanhar o Ministério das Minas e Energia. O Ministro Lobão é muito aberto, acessível ao debate. S. Ex^a vem acompanhando. Eu gostaria de colocar na preocupação de V. Ex^a a gestão no Amazonas. Eu acho que falta gestão também. Preciso colocar o dedo nesse item. Em Manaus, não pode, com o parque industrial que temos, com uma população espalhada – são dois milhões de habitantes, praticamente –, ter esses apagões diariamente. V. Ex^a faz uma denúncia, cobra providências – e quero concordar – e aponta saídas, para um futuro bem próximo, para a nossa economia, para a qualidade de vida. Sem esse linhão, teremos um futuro comprometido. Então, parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador João Pedro. Eu aqui quero dar o testemunho de que, de fato, foi V. Ex^a que

liderou a audiência com o Ministro Lobão, para tratar do linhão de Tucuruí, esse linhão que vai chegar a Manaus, mas que precisa também abastecer municípios do interior, a sua Parintins, Nhamundá, Boa Vista do Ramos. E nós só vamos parar quando formos ao município inaugurar a energia da hidroelétrica.

Quanto à gestão, V. Ex^a tem plena razão. Tenho esperança de que o Senador Wellington vai falar sobre isso também, porque o Estado do Piauí vive um problema semelhante ao nosso – não sei se com tantas dificuldades, não sei se lá em Teresina acontecem tantos apagões como na cidade de Manaus, por falta de subestação, por falta de distribuição. E nos falta quem permaneça em Manaus e cuide desse problema no dia a dia.

Concedo o aparte a V. Ex^a, concordando e agradecendo desde já o aparte do Senador João Pedro.

Senador Wellington.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Sou eu que agradeço a V. Ex^a. Nós podemos fazer um concurso de onde tem mais apagão. E vou além. Estou inscrito inclusive, por isso que estou feliz aqui, porque creio que temos que fazer, Senadora Vanessa, Senador João Pedro, uma agenda com o Ministro de Minas e Energia e com o Presidente da Eletrobrás, juntos, Amazonas, Piauí, Alagoas, enfim, os Estados...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Acre, Rondônia e Roraima.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Ou seja, fazer uma agenda para tratarmos desse tema. É um caos a situação do meu Estado. Estive agora em Teresina e nas regiões de Paulistana, de Patos, de São Raimundo Nonato, no sul do Estado. Eu saí, estava sem energia, para uma viagem, mais ou menos às seis da manhã, e rodei por vários pontos que também estavam sem energia. Então, é uma situação a desses Estados. Por quê? Porque não tem como comandar um sistema de energia distribuidor no Amazonas do Rio de Janeiro; não tem como comandar um sistema de distribuição de energia para o Piauí do Rio de Janeiro. Já tratamos disso. Tratei disso anteriormente, e a proposta é de que se tenha mesmo um diretor, com superintendências, que tenha condição de autonomia em determinadas coisas. O nível local, hoje, não pode trocar um transformador, é uma coisa escandalosa. Então, quero me somar a V. Ex^a e fazer a proposta de que esses Estados – são sete...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Seis.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – São seis Estados. Que possamos ir ao Ministro de Minas e Energia juntos – essa mesma cobrança está na Câmara dos Deputados –, vamos Deputados e Sena-

dores juntos, quem sabe com os Governadores que queiram ir, para tratarmos desse tema. Esse é um tema de interesse do povo desses seis Estados. Por isso, quero aqui elogiar V. Ex^a por trazer esse tema à pauta, porque eu já ia fazê-lo. Pronto, já economizei. E estou feliz, porque juntamos Norte e Nordeste para dar uma solução. Muito obrigado.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Agradeço também, da mesma forma, a V. Ex^a, Senador Wellington.

Acho que muito mais importante que os nossos pronunciamentos – o pronunciamento do Senador João Pedro, o seu pronunciamento e o meu pronunciamento – são as ações concretas que podemos realizar. Eu me recordo que nossas bancadas – a do Piauí, a de Alagoas, a do Acre, a de Roraima e a do Amazonas – acompanharam todo o processo de criação dessa nova empresa, a empresa que reunia as seis federalizadas, em seis Estados de duas regiões diferentes. O Ministro Lobão nos pediu à época um voto de confiança. E não apenas os Parlamentares, os Senadores e Deputados, mas os Governadores todos – V. Ex^a era Governador à época – deram um voto de confiança ao Ministro Lobão. Hoje, já temos um período passado suficiente para que cheguemos a algumas conclusões.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu concluo já.

Uma delas: a empresa única é importante? É, porque barateia custos. Agora, a forma de gestão, como disse o Senador João Pedro, não está correta. Eu me lembro que o Dr. Decat, que hoje é o Diretor-Presidente de Furnas, era Diretor da Eletrobrás, ele cuidava, dirigia, era o presidente dessas seis federalizadas. Ele passava um dia no Amazonas, outro dia no Piauí, outro dia em Roraima. Não há como!

Não há como. Não há como. Não há! Nós somos sabedores de que há um processo de mudança em curso, e acho que nós temos de interferir nesse processo para o bem do Brasil, para o bem dos nossos Estados e para o bem das nossas regiões.

Então, Senador Wellington, vamos sair daqui, vamos pegar o telefone e vamos marcar audiência com o Ministro, que é membro desta Casa e é uma pessoa sensível, extremamente sensível a esse problema que nós estamos vivendo. E eu achava que era só o Estado do Amazonas e, principalmente, a cidade de Manaus, mas o Piauí também vive muito esse problema. E não pode, não pode, neste momento, a sétima economia, o Brasil, permitir que qualquer uma de suas Unidades da Federação sofra problemas de apagão e de falta de energia elétrica.

Então, a sugestão de V. Ex^a não apenas está aceita, mas nós três – Senador João Pedro, V. Ex^a e eu – cuidaremos muito perto disso. Possivelmente, se não nesta semana, na semana que vem, deveremos estar novamente, Senador João Pedro, com o Ministro Lobão para tratar da gestão de energia, da distribuição de energia nesses seis Estados.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Meus cumprimentos, Senadora Vanessa Grazziotin, pelo pronunciamento.

Passamos a palavra de imediato, agora como Líder, ao Senador Walter Pinheiro. Em seguida, ao Senador Wellington Dias e, na sequência, ao Senador João Pedro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui dizer, Sr. Presidente, antes de mais nada, que o debate aberto aqui, nesta tarde de hoje, acerca da questão da segurança, principalmente a partir do fato que, eu diria, chocou todos, o Brasil, o mundo – aliás, fato que vem se repetindo, em determinadas etapas, com esse mesmo traço: a agressão, a invasão de espaços públicos e a retirada da vida de pessoas inocentes, sonhadoras...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Walter Pinheiro, foi uma falha minha: vou só prorrogar a sessão por mais uma hora.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Portanto, eu diria que este é um momento ímpar para a gente discutir alternativas. Creio que o plebiscito é uma alternativa positiva, meu caro João Pedro, mas nós deveríamos ir ao encontro das iniciativas, principalmente estruturantes, desse processo, colocar na ordem do dia essa questão da prevenção, da segurança, do investimento nessas áreas, mas, principalmente, a lógica do investimento, a atração de recursos para aplicarmos em diversos lugares deste País, sob a ótica de políticas públicas, para não ficarmos somente nas ações de segurança, sejam elas bélicas, de equipamentos, seja lá o que for, mas que a gente possa entender que o que será capaz de modificar comportamentos como o daquele jovem que praticou a tragédia na escola em Realengo são políticas públicas. São jovens que vivem à margem, jovens que se envolvem com drogas, jovens que perdem, inclusive, sua expectativa futura, meu caro Paim. Então, não adianta ocuparmos espaço, colocarmos detector de metais, ocuparmos os morros, seja lá o que for, se não entrarmos nesses lugares com políticas públicas: educação, cidadania, cultura, esporte, lazer. Nossa juventude precisa disso.

Morei a vida inteira num bairro chamado de pobre em Salvador, o Uruguai, e tínhamos o nosso campinho

ali. O primeiro lugar que a ocupação urbana toma é a praça de esportes nossa, é o campo feito por nós, ou, numa linguagem do bom “baianês”, o lugar onde a gente “batia um baba”. Então, a gente perde logo esse lugar. É natural. Então, a juventude vai buscando alternativas. Essa desagregação urbana e essa degradação das relações tem levado, cada vez mais, ao caminho que eu diria do embrutecimento, da ação cada vez mais perversa, e isso vai ganhando contornos de violência, de práticas desse absurdo.

E aí a gente assiste ao jovem fazer aquilo e, em seguida, ele tira sua vida. O Augusto Jorge Cury escreve diversos livros sobre essa questão da vida. Há uma série belíssima que ele escreve que trata da inteligência de Cristo, fazendo uma análise profunda do mestre da sensibilidade, do mestre do amor, do mestre da vida. Em um de seus livros – não nessa série, mas em outros livros em que ele trata exatamente dessa questão da vida –, Jorge Cury cita uma expressão que sempre me chamou a atenção, dizendo que o suicida não quer tirar sua vida, ele quer se livrar da dor.

Então, imaginem: aquele jovem que praticou aquilo, quando ele vai para a prática da retirada da sua vida como consequência, é exatamente o momento em que ele experimenta a dor, a dor de ter praticado a tragédia, a dor de ter tirado a vida de jovens inocentes. Portanto, ele age ali exatamente na linha do que sobejamente bem descreve Jorge Cury, que é retirando a sua dor, e, naquele momento, ele elimina a sua vida, como expectativa de se livrar daquela dor, que naquele momento o devia estar agonizando, trazendo-lhe problemas – portanto, dor que também vinha sendo experimentada ao longo de toda uma trajetória, a dor da solidão, a dor das dificuldades, enfim, essas coisas todas que vão embrutecendo um jovem para praticar aquilo.

Portanto, quero aqui encerrar essa etapa, dizendo que o fundamental é que nós discutamos como enfrentar situações como essa com políticas públicas. Não se faz ação pública senão com priorização do orçamento, com priorização dos gastos, com priorização dos investimentos.

Acho que foi muito importante a forma como o Senador Renan Calheiros abordou essa matéria, para além de plebiscito – vamos fazê-lo –, para além de medidas, de ver quais projetos existem ou não, para além de tomar atitudes e botar isso, aquilo ou aquilo outro. Vamos tratar essa matéria como essencial, determinante, estruturadora. E não se faz isso, meu caro Moka, se não priorizarmos isso na linha do orçamento como questão central, tratando disso como quem trata veementemente a defesa da vida.

É isso que eu queria colocar nessa primeira etapa, Sr. Presidente, para, num segundo momento nesta tarde, dizer que fiquei perplexo com essa história desse artigo anunciado, meu caro João Pedro, para a próxima quinta-feira. Eu nunca vi isso não. “Amanhã vou escrever, vai sair na quinta.” O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso critica a existência da oposição numa relação com o “povão”. Isso mesmo. Eu achei estranho esse negócio. E o faz de forma pejorativa. E aconselha o PSDB, se quiser continuar fazendo oposição, a se distanciar da classe média. Eu até digo que fiquei perplexo. Não sei o que levou o ex-Presidente da República Fernando Henrique a fazer essa afirmativa para tentar classificar isso.

E diria mais ainda: eu só vi afirmativa desse porte em uma época em que o ex-Presidente da República General Batista Figueiredo dizia que gostava mais de cavalo do que de povo, numa demonstração absurda da forma como alguns governantes tratam essa matéria. Setores da oposição, permanentemente, têm dito aqui, com ironia, que o Brasil não foi descoberto por Lula. Efetivamente, nós não temos afirmado isso em hora alguma. Não tem sido essa a afirmativa utilizada pelos defensores do Governo Lula ou pelos membros da base. Mas me soa estranho quando um ex-Presidente escreve um artigo “a ser publicado” em revista de interesse nacional que a situação pode se complicar se a Presidente Dilma se aproximar desses setores que ainda resistem ou que resistiam ao Governo Lula.

Portanto, basta a gente ver aqui, e eu quero me ater muito mais a isto, ao que aconteceu com essa história da classe medida brasileira.

A nova classe média brasileira é fruto da redução da desigualdade, meu caro Pimentel. Isso não surgiu por geração espontânea. Isso não veio do acaso. Portanto, essa injustiça promovida contra o nosso companheiro Lula é não querer levar em consideração as políticas produzidas e promovidas durante o Governo dele, que prepararam exatamente esse caminho. Esse patrimônio é o patrimônio dos partidos que formavam a base do Governo Lula, reafirmado – digamos assim – nas urnas quando, nas eleições passadas, escolheram a Presidente Dilma como chefe da nossa Nação.

Ora, eu diria que foi feita uma opção muito clara entre esse passado – e aí me refiro a um passado que até não está tão distante e que teve Fernando Henrique como timoneiro – e o presente, com o nosso Presidente Lula. Um passado – embora considere revivido por alguns setores numerosos da oposição de hoje, inclusive o PSDB – cuja trajetória nem mesmo o ex-Presidente reivindica.

Também acho que assiste razão ao ex-Presidente quando afirma, em seu artigo a ser escrito, a ser publi-

cado – escrito efetivamente deve estar –, que, enquanto o PSDB e seus aliados insistirem disputar com o PT a influência sobre os movimentos sociais ou o povão, eles falarão sozinhos.

Ora, vamos para os dados, meu caro João Pedro, que acho que é mais interessante que qualquer coisa – e quero usar números do jornal *O Estado de S. Paulo*, para não dizer que são números nossos, da Liderança do PT no Senado ou da nossa publicação *Informes*, da bancada do PT na Câmara, ou até do nosso jornal.

De acordo com reportagem do dia 23 de março deste ano, assinada pela jornalista Márcia de Chiara, a distribuição dos brasileiros por classes socioeconômicas mudou nos últimos cinco anos – portanto, dentro do período dos oito anos. Essa distribuição deixou de ter aquele formato da pirâmide tradicional, meu caro João Pedro, típica de países pobres, com grande contingente de pessoas com baixa renda ou coisas do gênero. Essa distribuição socioeconômica agora é mais equilibrada entre os extratos sociais, frequente em países desenvolvidos.

Segundo a reportagem, isso foi constatado pela sexta edição da pesquisa O Observador Brasil 2011, espécie de radiografia do mercado de consumo, executada pelo instituto Ipsos Public Affairs, a pedido da Cetelem BGN, do grupo financeiro francês BNP Paribas.

A pesquisa confirma números que hoje estão obviamente no sentimento do povão desprezado por FHC.

São números que contam a história do seu dia a dia. Portanto, basta a gente ver, caro Líder Romero Jucá, que é uma questão fundamental. Produtos que só faziam parte do imaginário do povo, como fogões, geladeiras, televisores e automóveis, podem ser adquiridos por nova parcela da sociedade.

A pesquisa ainda confirma a mudança de formato da distribuição das classes socioeconômicas entre 2005 e 2010. Isso ocorreu em razão do ganho de renda, o que levou a uma grande mobilidade social do País.

Só no ano passado, quase 31 milhões de brasileiros ascenderam socialmente. Desses, cerca de 19 milhões saíram das classes D e E e engrossaram a grande classe média, a classe C. Perto de 12 milhões de brasileiros pularam da classe C para as classes A e B, meu caro Romero. Coisa boa, meu grande Benedito de Lira, nosso Bené, o povo do interior de Alagoas, do interior da Bahia tendo oportunidade de acessar algo que só era pensado quando se deslocava para a cidade grande. Na Bahia, Bené, quando o sujeito ia para Salvador, ele dizia assim: “Eu vou para a Bahia” – isso quando saía do interior. A luz no interior era no velho candeeiro. Agora, temos o Luz para Todos, a luz

chegando ao sertão, permitindo funcionar um motor, permitindo acesso aos bens de consumo.

A classe C já representava, no ano passado, mais da metade (53%) da população brasileira de 191,7 milhões de pessoas. Em 2009, a fatia da classe C era de 49%, e, em 2005, primeiro ano do Governo Lula, era de 34%. Portanto, crescimento durante o período de governo.

Já nas classes D e E responderam em 2010 algo em torno de 25% da população, ante 35% no ano anterior e 51% em 2005. Então, o peso de D e E de 51% em 2005 foi reduzido para 25% em 2010. Por quê? Porque esse povo da classe D e E migrou para classe média, Benedito, passou a ter a possibilidade de um ganho melhor, trabalho, renda, aquisição de bens. No sentido oposto, a participação das classes A e B está aumentando. Cinco anos atrás elas representavam 15% da população. Esse índice subiu para 16% em 2009. O que significa dizer que gente da classe C passou para A e B. Então, não temos aquela história que todo mundo diz: “Ó, isso ficou concentrado”. Ao contrário, nós fomos alterando, como diz a reportagem de *O Estado de S. Paulo*; jornal *O Estado de S. Paulo*, não o nosso, a literal alteração da estrutura da tradicional pirâmide. Portanto, isso vai criando outro ambiente.

Observa-se que democraticamente a pobreza está sendo reduzida e substancialmente, sem impedir ainda que em ritmo muito menor, e não podia ser diferente, ou não teríamos ascensão social, que as classes mais favorecidas para que elas continuassem crescendo.

Outro resultado relevante da pesquisa é que, em 2010, houve ganho da renda disponível em todas as classes sociais, todas, especialmente para os extratos mais pobres. A renda disponível é aquela que sobra no orçamento das famílias depois que todas as despesas são pagas. É basicamente o sinônimo de consumo para as classes sócias de baixa renda.

Eu me recordo, Benedito de Lira, que meu pai brincava e dizia assim; “O dinheiro que o sujeito mais pobre ganha, ele não bota no colchão; ele joga para barriga”. Então, vai para o consumo. E isso a gente assistiu agora nos dados da economia, quando o varejo no interior de diversas cidades do Nordeste, puxou a nossa economia para cima; e, obviamente, traz consigo o atacado. Consequentemente impulsiona a indústria. Por isso tivemos o crescimento da indústria em época de crise, inclusive em 2009.

Dessa forma, a gente poderia dizer taxativamente que, no ano passado, sobraram em média R\$ 368,00 por mês no orçamento das famílias, que eu diria que é uma cifra 60% maior do que no ano de 2009. Portanto, foram as classes D e E que registraram os maiores ga-

nhos de renda disponível no período, essa classe que foi saindo, se movimentando, adentrando o mercado.

Por isso que na semana passada a nossa Presidente pode comemorar, meu caro Pimentel, um milhão, um milhão de microempreendedores individuais aderindo a um programa que V. Ex^a teve oportunidade de relatar na Câmara, teve oportunidade de pilotar o processo no Ministério da Previdência. Muita gente dizia que nós estávamos fazendo um estardalhaço. Nós estávamos olhando exatamente para essa turma da economia que vivia na periferia, que vivia na marginalidade, meu caro Jayme Campos, e que precisaria ter mais do que a mão do Governo; precisava de política pública para se inserir no contexto, ir para a esfera da Previdência, gozar dos benefícios de ter a sua atividade reconhecida como atividade laboral, legítima, sair daquele processo pleno de ter de correr. Quantas vezes, Pimentel, nas ruas de Fortaleza, o ambulante botou o saco nas costas e tome-lhe pé correndo porque vinha o rapa para tentar pegar os nossos dignos vendedores ambulantes, camelôs, comerciantes.

Portanto, agora nós os chamamos de empreendedores individuais, cadastrados, registrados e com direitos. Portanto, isso é importante. É ascensão econômica e social, isso significa oportunizar a essas pessoas o caminho do crescimento. E aí é importante trazer dados – vou encerrar, Sr. Presidente, este meu pronunciamento –, segundo Carneiro Filho, vice-presidente da Cetelem. BGN, em 2010 a renda disponível dos mais pobres atingiu R\$104,00, com um crescimento de 70% em relação a 2009, meu caro Jucá. Isso não é uma ação qualquer; isso é mexer exatamente na base da economia.

Essa é a verdadeira política de distribuição de renda! Essa é a verdadeira ação de pensar num país para crescer, investir em infraestrutura, desenvolvimento sustentável, mas ter como horizonte, ter como pilar básico o desenvolvimento social. Incluir! Isso é que é verdadeiramente repartir o bolo. Eu ouvi aqui no ano passado aqui uma conversa: “Não, deixa o bolo crescer. Deixa o bolo crescer”. O que nós estamos fazendo aqui é repartindo esse bolo e vendo exatamente o crescimento da economia.

Concedo um aparte ao Senador Benedito de Lira.

O Sr. Benedito de Lira (Bloco/PP – AL) – Nobre Senador Walter Pinheiro, fico muito feliz em ouvir V. Ex^a na tarde/noite de hoje, quando V. Ex^a faz uma retrospectiva de tudo aquilo que este País já teve oportunidade de viver e vivenciar. E com a passagem do Presidente Lula pelo governo do Brasil as coisas mudaram consideravelmente. O exemplo que V. Ex^a dá da Bahia é o exemplo que eu dou de Alagoas. Em algumas oportunidades eu vi, com muita tristeza, algu-

mas pessoas da minha cidade de Maceió catando lixo para se alimentar. Uma coisa terrível! Após a presença do Presidente Lula no governo, isso desapareceu. A classe excluída, que não tinha três refeições por dia, passou a ter. V. Ex^a fala no programa, nos mais distantes povoados da região do interior dos nossos Estados, das nossas cidades, onde as pessoas viviam sob iluminação da luz de candeeiro, ou com querosene ou exatamente com azeite. Era uma coisa inacreditável em pleno século XX e XXI. Hoje, eu fico muito feliz quando ando no meu Estado, por mais distante que seja, no casebrezinho, está lá na porta um poste de luz e um bico de luz dentro de casa. A mesma coisa, nobre Senador, é o que deve acontecer com o Governo da Presidenta Dilma. Lá no seu Estado, como no meu, provavelmente nos Estados mais pobres do Brasil, e até nos mais ricos, as pessoas ainda bebem água que não presta, água impréstável. Eu fico muito triste quando vejo, por exemplo, no semiárido do meu Estado, que é bem pequeno, nobre Senador Walter Pinheiro, um sertanejo tomando água de barreiro. Então, é preciso que a Presidenta Dilma possibilite aos brasileiros tomarem água potável, como a água que se toma em Brasília, que se toma em São Paulo, que se toma no Rio Grande do Sul, porque o brasileiro do Rio Grande do Sul, o brasileiro de Brasília ou o de São Paulo é o mesmo brasileiro da Pariconha de Alagoas, é o mesmo brasileiro da cidade mais pobre da Bahia. Por isso, nós precisamos nesta Casa, nobre Presidente Paim, fazer com que a Presidenta Dilma leve muito a sério este programa: Água para Todos. Ele é importante, inclusive para ajudar a saúde pública preventiva no Brasil. Eu quero cumprimentar V. Ex^a por essas manifestações. E eu queria aqui parabenizar o ex-Presidente Lula, que, na verdade, foi um benfeitor deste País e, particularmente, do meu Estado das Alagoas. Muito obrigado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Benedito de Lira.

Eu quero continuar falando exatamente dessa grande transformação. Essa maior renda disponível entre as camadas mais pobres foi equivalente a um total de recursos da ordem de R\$1,4 bilhão dispensado para o consumo.

Poderia aqui, sem medo nenhum de errar, meu caro João Pedro, afirmar que aí está uma comprovação da sustentação da nossa economia, de um novo mercado interno. Isso foi o que praticamente nos deixou imunes naquela grande crise mundial de 2008, que se arrastou por 2009, e que até hoje deixa sequelas nas maiores economias do mundo.

Portanto, eu poderia aqui ainda ficar descrevendo diversas dessas relações, dessas pesquisas, o

que aconteceu, por exemplo, com o salário dos trabalhadores, como é que depois dos mais pobres, até as classes mais ricas, A e B, registraram taxa de crescimento, a classe média, os seus ganhos, o que significou a movimentação da renda disponível da classe C, que era de R\$204,00 e subiu para R\$243,00 no ano passado, portanto, um acréscimo de 19%, e, assim, registrando algo como quatro vezes a mais do que a inflação do período.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero encerrar e dizer que essa movimentação trouxe a um outro debate no País. Todo mundo nos cobra hoje a situação dos aeroportos. Eu pergunto: o que fizeram, no passado, com a infraestrutura no Brasil?

Sobre essa movimentação a que eu me referi aqui, de classes, essa distribuição de renda, pesquisa divulgada hoje pela *Folha* diz que metade dos brasileiros planeja uma viagem internacional nos próximos doze meses. Metade dos brasileiros! Imaginem o que é isso.

A movimentação de aviões, o número de carros nas nossas cidades, a aquisição de bens, de imóvel, da casa própria, de ter oportunidade, Benedito de Lira, do sujeito estar em casa e ter o seu eletrodoméstico. Eu venho de uma família muito humilde e me recordo que no período em que a TV surgiu, meu caro Pimentel, lá em casa a gozação era a seguinte: a gente ia assistir ao “televizinho”. Eu andava com um banquinho de madeira que era para ir para a janela da casa do vizinho para ver televisão. Hoje, nós temos essa oportunidade espalhada por todos os cantos.

(Interrupção do som.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O acesso – vou concluir, meu caro Presidente – a esses bens de consumo, o acesso à educação, à escola, e aqui eu quero encerrar salientando o grande trabalho que fez o nosso Governador do Estado Jaques Wagner, que pegou essa política nacional e disse: “Nós precisamos interiorizar isso, levar água, saúde, educação, segurança, emprego, renda para o interior da Bahia”.

E quero encerrar contando um episódio que me chamou muito a atenção: o pessoal filmou um casal no interior da Bahia, meu caro Jayme Campos, e o casal discutia. Na casa deles, tinha chegado água e energia. E a mulher dizia assim: “Não, mas para mim o mais importante é a água”. Aí o marido dizia: “Que nada, o importante para mim foi a luz que chegou.” Isso o diálogo, solto, nós deixamos lá correr à solta.

(Interrupção do som.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – E o marido insistia – vou concluir, meu caro Jayme – o esposo daquela sertaneja dizia: “Nada, o mais importante é a luz, eu ligo aqui o meu radinho, minha televi-

são". E a mulher dizia: "Que nada, agora tu vai poder dormir, se não tivesse água tu ia dormir sujo. Nem eu queria dormir com você!"

Então, é o diálogo de duas pessoas que passaram a ter contato pela primeira vez com dois benefícios importantes.

E aí eu me recordo muito bem de quando Lula esteve na Bahia para inaugurar o ponto 150 mil do Luz para Todos. A mulher chegava no interruptor, Benedito, apertava e dizia: "Meu Deus, o que é isso?" E ela não se conformava: apagava e acendia, apagava e acendia. E ela disse: "Lula, sabe qual é a minha alegria? Minha alegria agora é que eu posso ver meu menino inteiro. Eu de noite ia com o candeeiro, enquanto eu alumiava a cabeça eu não via os pés; enquanto eu alumiava os pés, eu não via o rosto. Agora eu posso ver minha criança inteira".

(Interrupção do som)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Imagina o que é isso do ponto de vista da satisfação! Para mim e para você, Benedito, que, mesmo vindo até de origem – no meu caso, origem humilde – a gente sempre teve luz em casa. É fácil uma pessoa que tem tudo isso dizer que isso é bobagem. Mas para quem passou a vida inteira numa completa escuridão, sem acesso a esse bem, ela é uma conquista que não é possível a gente mensurar. É essa alegria que nos faz ter a certeza da continuidade dos avanços desse brilhante projeto que começou no Brasil com Lula. Lula não descobriu o Brasil, mas esse projeto de transformação começou, sim, com Luiz Inácio Lula da Silva, e, com certeza, com Dilma nós vamos avançar muito mais daqui para frente.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente, e quero encerrar minhas palavras – o Senador Benedito de Lira quer também se posicionar – dizendo que é nessa esteira de alegria que a gente deposita a nossa confiança.

Durante o discurso do Sr. Walter Pinheiro, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Na tarde de hoje, esta Casa teve algumas votações e eu, por compromissos em alguns Ministérios, deixei de participar das votações.

Assim, eu gostaria de comunicar a V. Ex^a e a Casa que o meu voto está incluído no voto do meu Partido na tarde de hoje.

Eu gostaria de fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Registro o voto de V. Ex^a...

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concedo, pela ordem, a palavra à Senadora Lúcia Vânia e, posteriormente, ao Senador Romero Jucá.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, da mesma forma, eu gostaria de registrar também o meu voto na sessão de hoje à tarde, favorável aos indicados do Cade.

Eu gostaria também, Sr. Presidente, de me inscrever pela Liderança do PSDB.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Registraremos em Ata a manifestação de V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, a inscrição pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela Liderança do PSDB, V. Ex^a está inscrita.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para fazer um registro. Pela Liderança do Governo, quero registrar, em nome do Governo e em meu nome pessoal, que acabou de ser implantada, na Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar Mista dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. Essa Comissão Mista funcionará no Senado e na Câmara. No Senado, será coordenada pela Senadora Lídice da Mata e na Câmara, pelas Deputadas Teresa Surita e Érika Kokay.

Eu, como Líder do Governo, faço parte dessa frente, porque considero fundamental a continuidade de um trabalho de resgate, não só de combate à violência, como nós estamos vivendo neste momento, mas de uma série de desafios que as crianças e adolescentes têm no Brasil, que vão da questão da falta de oportunidade, da gravidez na adolescência, dos abusos sexuais. Enfim, são diversos desafios e problemas que essa frente pretende enfrentar no trabalho não só de confecção de leis, mas também acompanhando o Go-

verno Federal, os governos estaduais e as prefeituras, nesse trabalho de atuação junto a essa população.

Fico, portanto, feliz de fazer parte dessa frente e registrar o trabalho que será feito, com certeza, com responsabilidade por todos os Parlamentares, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados, que farão da atuação desse frente uma bandeira importante em defesa das crianças e dos adolescentes do Brasil.

Era este o registro que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Por favor.

A Mesa cumprimenta o Senador Romero Jucá pela criação dessa frente para o Brasil e, sobretudo, para as nossas crianças.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro registro o meu voto acompanhando a Liderança do Governo no dia de hoje. Em seguida, peço a minha inscrição como Líder do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – V. Exª está inscrito após a Senadora Lúcia Vânia e o Senador José Pimentel, que já está na tribuna.

Concedo a palavra ao Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para contribuir. O Senador Alvaro Dias falou por vinte minutos pela Liderança do PSDB. Eu estava presidindo quando S. Exª falou. É claro que V. Exª é o Presidente e pode conceder a palavra aos Senadores. Mas quero contribuir com a Mesa, porque o Senador já falou pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A informação de V. Exª será observada na forma regimental.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao ilustre Senador José Pimentel, por vinte minutos.

Senador João Pedro, pela informação da Mesa, V. Exª tinha permutado, pela ordem de inscrição, com o Senador José Pimentel. Essa é a informação do Secretário da Mesa Diretora. Imagino que V. Exª não vá questionar, até porque imagino que gostaria de ouvir o pronunciamento do Senador José Pimentel.

Após o Senador José Pimentel, vão fazer uso da palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Inácio e, depois, a Senadora Lúcia Vânia. Pela observação feita

pelo Senador João Pedro, o Senador Alvaro Dias já falou, como Líder do PSDB.

Com a palavra o ilustre Senador José Pimentel, por vinte minutos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, inicialmente, quero agradecer ao nosso Senador João Pedro por ceder o seu espaço, a fim de que pudéssemos falar antes dele. Vou ser bastante rápido, neste pronunciamento.

Começo registrando que a nossa Presidenta Dilma Rousseff, na última quinta-feira, dia 7 de abril, concedeu o certificado do milionésimo empreendedor individual. Ou seja, um milhão de empreendedores individuais.

O Brasil iniciou esse processo em fevereiro de 2010, formalizando os nossos empreendedores individuais, os camelôs, os feirantes, os pipoqueiros, os borracheiros, as manicures, os cabeleireiros, um conjunto de homens e mulheres. Tínhamos feito um grande trabalho, no ano de 2007, por iniciativa do nosso ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ali foi feito um grande levantamento sobre o mundo do empreendedorismo e identificamos 11 milhões de homens e mulheres que tinham seus pequenos negócios e interesse em crescer, em desenvolver. Para poderem crescer, precisavam ser formalizados. Pretendiam fazer a fidelização da sua clientela e não tinham local certo, porque o fisco, o “rapa”, como nós conhecemos os fiscais da prefeitura, tomava suas mercadorias e eles tinham de, regularmente, mudar de local.

Eles também queriam e não podiam ter acesso ao crédito formal porque não tinham CNPJ e terminavam se socorrendo do agiota ou do cartão de crédito. E tanto o cartão de crédito como o agiota praticam taxas de juros escorchantes, então essas pessoas terminavam tendo muitas dificuldades para se desenvolver.

Em 2008, o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado, aprovam uma legislação, a Lei Complementar nº 128, criando o empreendedor individual. Esse processo se inicia em fevereiro de 2010 e agora, em abril de 2011, já temos mais de um milhão de pessoas formalizadas. Hoje, temos em torno de um milhão e cinquenta mil empreendedores individuais.

Nesse ato em que a nossa Presidenta Dilma Rousseff fazia a entrega do certificado para esse milionésimo empreendedor, ela também editou a Medida Provisória nº 519, que chegou aqui no Congresso Nacional e está tramitando. Nessa medida provisória, ela reduz ainda mais as contribuições do empreendedor individual. Na sua criação, lá em 2008, nós já

determinamos que eles teriam imposto zero para o Governo Federal.

Portanto, esse um milhão de empreendedores individuais têm zero de imposto para o Governo Federal. Ele emite a sua nota fiscal e não paga um centavo de imposto para o Governo Federal. Se é do setor do comércio ou da indústria, ele contribui com R\$1,00, a título de ICMS, para o governo estadual, independentemente do montante que venda naquele mês, desde que o somatório anual não ultrapasse R\$36 mil. E, se é do setor de serviços, ele é isento desse R\$1,00 e paga R\$5,00, a título de ISS.

Lá em 2008, nós aprovamos alterações na contribuição previdenciária, para que ele possa ter direito a todos os seus benefícios previdenciários. Se ela é empreendedora, tem direito a um salário-maternidade quando ganha a sua criança. Se adoecem durante a sua vida laboral, durante a sua vida antes da aposentadoria, eles têm direito à licença-saúde ou à licença por acidente de trabalho. Quando chegam à terceira idade, têm direito à aposentadoria por idade, e, quando Deus os leva, seus dependentes têm direito à pensão por morte. Esse montante foi reduzido para 5%.

Até 2008, eles contribuía com 20%. Nós reduzimos, em 2010, para 11%, e, a partir de maio de 2011, esse montante será reduzido para apenas 5%. Eles contribuirão com R\$27,25 se são do comércio e da indústria, a título de ISS, e contribuem com R\$1,00, a título de ICMS.

Portanto, a sua carga tributária, que antes era da ordem de 35%, em média, quando se formalizava a empresa, cai para R\$28,25, valor para que possamos trazer para a formalidade esses 11 milhões de homens e mulheres que têm seus empreendimentos, têm seus negócios e querem crescer. E o Governo brasileiro, o Congresso Nacional são fortes parceiros nesse processo.

Nós queremos chegar, em março de 2012, comemorando dois milhões de pessoas formalizadas nesse setor. E, nesse esforço, o principal parceiro político nosso é o Sebrae. O Sebrae é quem faz toda a parte de esclarecimento, toda a parte de diálogo direto, um trabalho muito forte para que possamos chegar a esses dois milhões de empreendedores individuais.

Agora, a nossa Presidenta também encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei que cria a Secretaria Nacional da Micro e da Pequena Empresa, com *status* de ministério, vinculada à Presidência da República. Esse projeto de lei está na Casa, e nós queremos, até julho de 2011, antes do recesso, aprová-lo tanto na Câmara quanto no Senado, para que possamos ter um processo de organização cada vez maior

para esse segmento, responsável por 80% de todos os trabalhadores com carteira assinada no Brasil.

Se nós pegarmos os 2,5 milhões de empregos formais que geramos só em 2010, há um saldo positivo comparado com o que tínhamos em janeiro daquele ano. E, desses 2,5 milhões de empregos gerados em 2010, 1,3 milhão de empregos, ou seja, mais de 50% desses 2,5 milhões foram gerados pelas empresas que têm até quatro empregados, ou seja, até quatro funcionários, que são as micro e as pequenas empresas do Brasil.

Se nós formos analisar os 4,8 milhões de micro e pequenas empresas que temos neste setor, nós tivemos 1,985 milhão de empregos novos em 2010 daqueles 2,5 milhões, ou seja, 79,4% de todos os empregos formais a mais gerados em 2010 vêm da micro e da pequena empresa, que são aquelas que têm até 99 empregados e faturamento anual em torno de R\$2,4 milhões.

Portanto, essa estrutura que o Governo brasileiro, com o apoio do Congresso Nacional, está montando no Brasil é exatamente apoiada nesse setor, que é gerador de emprego, que é o criador do mercado nacional de massas. E, quando nós analisamos os 35,4 milhões de pessoas que ascenderam na pirâmide social de 2006 para cá, criando a conhecida nova classe média, a sua ampla maioria está vinculada à micro e à pequena empresa do Simples Nacional.

Portanto, o Congresso Nacional e o Governo brasileiro fizeram uma revolução silenciosa quando aprovaram a Lei Complementar nº 123, em dezembro de 2006. A sociedade brasileira fez um grande debate no processo eleitoral de 2006, em que reconduziu à Presidência da República o melhor e o maior Presidente de toda a nossa história, que se chama Luiz Inácio Lula da Silva. E, após a sua reeleição, nós criamos base social e força política para criar o Simples Nacional, que aprovamos em dezembro de 2006 e entrou em vigor em julho de 2007. Ali, em julho de 2007, nós tínhamos apenas 1,337 milhão de micro e pequenas empresas formais no Brasil. Essas empresas tinham uma mortalidade média de 50% nos seus dois primeiros anos de formalizadas. Com esse processo, depois de cinco anos, chegamos agora, em março de 2011, a 4,8 milhões de micro e pequenas empresas formais no Brasil. E o processo do Simples Nacional também trouxe toda uma simplificação na criação, na reformulação e na baixa desse setor.

Essa lei também fez um sistema de unificação de oito tributos numa única contribuição. Desses oito tributos, seis deles são do Governo Federal, mais o ICMS, que é referente aos Estados, e o ISS, que é o principal tributo das prefeituras. Esses oito impostos foram con-

solidados numa única guia de recolhimentos, e eles passaram a ter imposto zero sobre a contribuição patronal da Previdência Social. Nessa Previdência Social, que era considerada falida, a Previdência contributiva, que é a Previdência urbana, nos anos de 1990 e até 2007, nós precisávamos, em média, de R\$15 bilhões por ano para fechar as contas da Previdência pública urbana. Ou seja, depois do que arrecadávamos e do que pagávamos, ainda faltavam R\$15 bilhões para que fechássemos essas contas.

Eu tive a felicidade e a oportunidade de ser Ministro da Previdência Social nomeado pelo melhor Presidente da nossa história, Luiz Inácio Lula da Silva, e aí fizemos uma segunda grande revolução silenciosa: àquela Previdência, já em 2008, faltou apenas R\$1,4 bilhão para fechar suas contas urbanas. Em 2009, o que nós arrecadamos foi suficiente para quitar todas as obrigações do ano da parte urbana, e ainda tivemos um saldo positivo de R\$3,6 bilhões. E nós aproveitamos para iniciar o pagamento do passivo judicial previdenciário urbano, que era resultado da negação de direitos das décadas de 1980 e 1990. E nós fizemos acordo em mais de um milhão de processos em 2009.

Nesse 2010, no último ano, entre o que arrecadamos na parte urbana e o que pagamos, tivemos um saldo positivo de R\$7,8 bilhões a mais entre o que nós arrecadamos e o que nós pagamos, e aproveitamos esse montante para fazer mais acordos no passivo judicial previdenciário, que, lá em 2007, era da ordem de 5,8 milhões de processos, processos que se arrastavam no Poder Judiciário há 15 anos, há 20 anos.

E, com essa estrutura montada pelo Estado nacional, com a participação do Congresso Nacional, do Governo Federal, se não fizermos nenhuma mudança significativa até 2022, a Previdência pública urbana continuará tendo saldo positivo entre o que nós arrecadamos e o que nós pagamos na parte urbana.

Já a Previdência rural, esta, com a contribuição do trabalhador, é um pequeno percentual sobre a comercialização da sua produção. Esta Previdência sempre precisará de subsídio da sociedade brasileira.

Portanto, já em 2009, na contabilidade pública, no Orçamento Geral da União, quando o Congresso Nacional o aprovou, já fizemos a separação das contas da Previdência urbana e da Previdência rural, que é a Previdência especial, e aquela ideia que sempre se dizia que a Previdência tinha um rombo é mera falácia. Tem rombo para aqueles que querem a privatização da Previdência pública brasileira.

Exatamente por isso, por determinação, por orientação do nosso ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fizemos a separação da sua contabilidade, e qualquer homem, qualquer mulher, neste País, querendo

acompanhar as contas da nossa Previdência pública, verá que lá está escriturado o que é Previdência contributiva e o que é Previdência em que a contribuição é um mero percentual sobre a comercialização, para tirar do discurso brasileiro de que a Previdência pública urbana tem dificuldade.

Aquela Previdência também tinha um problema muito complicado, que era o atendimento aos nossos contribuintes. Nós recebíamos filas em pleno 2003, 2004, 2005, e essa era a história da Previdência na década de 80, na década de 90. As filas do INSS eram fruto de referência em vários comentários ou todas as vezes em que se falava em um péssimo serviço público. As pessoas chegavam ali por volta de nove, dez da noite, dormiam na fila, marcavam a sua posição pelos postes de luz e, quando chegava cinco, seis da manhã, quando alguém ia servir uma xícara de café ou visitar, ele dizia: "Estou a oito, a dez postes de luz de distância da porta do INSS."

Hoje, essa mesma Previdência não tem mais fila e atende em até meia hora. Esse contribuinte, esse trabalhador chegava à nossa agência por volta de sete, oito da manhã. Depois de dormir na fila, recebia uma senha para voltar dali a 180 dias para poder receber o seu salário-maternidade, no caso das trabalhadoras que ganhavam as suas crianças; para receber a sua pensão por morte, no caso dos dependentes, ou para poder começar a receber a sua aposentadoria. É verdade que há efeito retroativo, mas a qualidade de vida, o sofrimento era muito grande.

E nessa Previdência, com os mesmos funcionários, com os mesmos trabalhadores, nós fizemos uma grande mudança. Aprovamos aqui no Congresso Nacional o Cadastro Nacional de Informações Sociais. Com esse sistema, cada trabalhador tem hoje o seu extrato previdenciário, fiscaliza o Estado nacional, fiscaliza a Previdência, e, baseado nesse documento, nós concebemos o seu benefício previdenciário.

Portanto, aquilo que levava 180 dias para poder chegar aos nossos guichês, agora é feito em apenas meia hora. E tudo isso foi feito sem nenhuma consultoria externa, tudo com servidores da Casa, funcionários concursados, deixando claro que, quando o Estado nacional oferece as condições, oferece os meios, o servidor público responde numa perspectiva muito acima do planejamento que fizemos.

Tudo isso faz parte do crescimento do mundo do trabalho. Nosso governo, de 2003 para cá, já gerou 15,8 milhões de empregos, empregos de verdade, com carteira assinada, comparando com o saldo que tínhamos em janeiro de 2003. E, neste 2011, no ritmo dos empregos formais que estamos gerando, vamos chegar ao final do ano com um saldo positivo superior a dois

milhões de novos empregos, e grande parte desses empregos vem das micro e pequenas empresas.

É por isso que temos também um outro projeto de lei tramitando no Congresso Nacional que eleva o teto de enquadramento do empreendedor individual de R\$36 mil para R\$48 mil, que eleva o teto da micro e da pequena empresa de R\$2,4 milhões para R\$3,6 milhões.

Estamos fazendo um diálogo muito forte com os 27 governadores, com o Confaz, que é o Conselho dos Fazendários Estaduais, para que possamos ter uma unidade na aprovação. Aprovando na Câmara, aprovando no Senado, que possamos, em 1º de julho de 2011, quando completaremos cinco anos da vigência da Lei Geral para as Micro e Pequenas Empresas, comemorar essas mudanças com a ampliação do empreendedor individual, com a criação da Secretaria da Micro e da Pequena Empresa e com a aprovação desta lei que atualizará o sistema geral da micro e da pequena empresa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento V. Exª, Senador José Pimentel, como sempre homem sábio, inteligente e oportuno em seus pronunciamentos aqui nesta Casa.

Pela ordem de inscrição, vamos conceder a palavra ao ilustre Senador Inácio Arruda, pela liderança do PCdoB.

Com a palavra, o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no próximo final de semana, 15, 16 e 17, sexta-feira, sábado e domingo próximos, o meu Partido, o Partido Comunista do Brasil, realizará o 7º Encontro Nacional que trata da organização partidária.

É uma movimentação do Partido no sentido de examinar a estrutura partidária, o seu funcionamento em todas as áreas da nossa atividade, especialmente a nossa presença nos movimentos sociais, no movimento sindical brasileiro, no movimento juvenil, a participação das mulheres na vida partidária e na política, que é muito significativa para o nosso Partido. Veja que é o PCdoB que proporcionalmente tem o maior número de mulheres em sua bancada – no caso do Senado, temos um Senador e uma Senadora. É meio a meio a nossa participação no Senado Federal pelo estímulo que o Partido busca dar à participação das mulheres na vida política.

Consideramos essa discussão e esse debate interno muito importante, especialmente porque é um ano em que nós nos preparamos, na participação ativa dos movimentos sociais, nas lutas reivindicatórias,

para uma batalha especialíssima para nós e ainda num processo de acumulação da nossa experiência nessa área, que é a disputa para as eleições do ano de 2012; uma eleição municipal em que nós pretendemos ter uma participação na disputa dos governos municipais bem mais ativa do que todas que nós já tivemos em eleições para as prefeituras municipais.

É um momento, então, muito rico para o nosso Partido, é um momento de preparação, de discussão de como o Partido tem que se posicionar para que não só possa atrair lideranças que se convençam da importância do seu programa, um programa partidário que cada vez liga mais as questões concretas da vida do povo, da luta, para que se tenha um projeto de Nação que esteja muito ligado com este anseio de que o nosso País possa percorrer este caminho que foi aberto pelo nosso Presidente Lula e que segue com a nossa Presidenta Dilma Rousseff, que é o caminho do crescimento, do desenvolvimento, como compreender os gargalos, os obstáculos que estão à nossa frente.

Então, o encontro partidário é uma rica oportunidade para que a gente possa compreender melhor o nosso País, como um Partido transformador; um Partido revolucionário, um Partido socialista, como ele se liga a este desejo de ter uma Nação próspera, desenvolvida, com o povo vivendo feliz.

Acho que é esse, digamos assim, o centro das nossas discussões. Como ter um Partido arrojado para contribuir com as batalhas políticas que o nosso País vivencia.

E ao mesmo tempo, Sr. Presidente, em que nós realizamos esse encontro, eu quero registrar que vamos ter o aniversário de uma pequena cidade, lá no noroeste do Estado do Ceará. Infelizmente não poderei estar presente a essa grande festa popular, na cidade do Graça. É uma pequena cidade no sopé da Serra do Ibiapaba – Ibiapaba é uma região bonita e é uma das maiores produtoras de flores do Brasil, aquela serra. Ali, encravada no sopé do Ibiapaba, está o Município de Graça, dirigido pela Prefeita Augusta Brito, uma jovem talentosa, competente, criativa, determinada e que, no seu Município, que completa nesta sexta-feira 24 anos de existência, é um Município bem novo. Graça tem na Prefeita Augusta, do PCdoB, uma pessoa com essa competência, criatividade, que, nas suas iniciativas, resolveu criar o PAC do Graça, porque essa cidade precisava romper com os índices de desenvolvimento humano que eram lastimáveis em todos os indicadores: mortalidade, infraestrutura urbana, saneamento, educação. Todas essas áreas eram áreas muito precárias no Município.

E Augusta, compreendendo o que ocorria no Brasil, o que ocorria no nosso Estado do Ceará, resolveu

também criar um movimento que permitisse à cidade elevar a condição de vida do seu povo. E conseguiu. Conseguiu com a contribuição do nosso Presidente da República Lula, que fez grandes investimentos no Município. Nós buscamos contribuir, ajudando a nossa Prefeita a alcançar esses resultados.

E eu quero, nesta oportunidade, mandar um abraço caloroso para a população do Graça, por meio da sua Prefeita Augusta, para que ela continue com esse seu dinamismo, com essa sua disposição de trabalhar mais e mais por aquela gente, pelo povo daquele pequeno Município do sopé da serra do Ibiapaba.

Então, Sr. Presidente, faço esse registro, ligando, digamos assim, uma coisa à outra. Ao mesmo tempo em que estamos reunidos no 7º encontro do nosso Partido, que discute a organização do nosso Partido, para os embates que o Brasil vive, as pelepas do nosso País, que tenho certeza é a mesma de V. Exª, que é a pelepa para o desenvolvimento, para o progresso, para se desfazer de amarras. Eu imagino só um debate que está em curso no nosso País, sobre a questão do Código Florestal, um item: não há – para se ver o zelo do nosso País – nenhuma nação no mundo, exceto o Brasil, que tenha reserva legal. Só o Brasil.

Então, como que a gente pode, ao mesmo tempo que garante esses objetivos de preservar o meio, de garantir os rios, os riachos, os lagos, a floresta, garantir uma questão primordial para o nosso povo, que é ter um projeto de desenvolvimento ousado, capaz de elevar a qualidade de vida e colocar o nosso País, no cenário político internacional, numa situação de igualdade com as grandes nações do mundo, o Brasil que é já uma dessas nações.

Nós somos o quinto em população, o quinto em território, temos uma gente criativa, capaz, e nós não podemos perder esse grande momento que o País vive.

Por isso, Sr. Presidente, faço este registro do nosso 7º encontro partidário, de organização do nosso partido, e, ao mesmo tempo, quero deixar registrados os parabéns à população da cidade do Graça, essa grande pequena cidade do sopé da serra da Ibiapaba.

Um abraço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento o Senador Inácio Arruda. V. Exª foi muito feliz, quando usou essa expressão “pelepa” para buscar o desenvolvimento e o progresso do Brasil.

E hoje eu posso aqui de público confessar, com muita alegria, que eu estive no Ministério da Educação, quando lá fui pleitear duas creches para a cidade de Alta Floresta e fui recebido pelo Dr. Leopoldo, e as coisas me parece que estão mudando. Facilitou sobremaneira e me parece que vai acontecer de

fato um grande programa de atendimento às nossas crianças: serão construídas seis mil creches, 1,5 mil creches por ano.

Nesse caso, aqui de público tenho de falar, por meio da TV Senado, cumprimentar a flexibilização, por meio do MEC, em relação à construção dessas creches, diante de uma exigência que era enorme e que muitas vezes inviabilizava a construção.

E V. Exª foi muito feliz também, Senador Inácio, quando falou sobre o Código Florestal brasileiro.

Temos hoje, capitaneado, presidido pelo Deputado Aldo Rebelo, que, indiscutivelmente, para mim foi a maior revelação, sobretudo uma grata surpresa, e sobretudo demonstrou que é um grande brasileiro, um grande nacionalista, está defendendo aquilo que é direito do povo brasileiro... A terra nada mais é do que um bem social da nossa população. Entretanto, há uma discussão ampla. Esperamos que cheguemos até o mês de julho tendo aprovado esse código, sobretudo para oferecer segurança jurídica àqueles que produzem e constroem a grandeza do Brasil.

O seu partido está de parabéns, principalmente por ter a pessoa do Deputado Aldo Rebelo, esse grande e valoroso brasileiro que defende os interesses nacionais.

Eu não posso deixar de dar aqui o meu testemunho e certamente o testemunho de milhões de brasileiros que têm acompanhado a sua luta no sentido de defender os interesses principalmente daqueles menores, ou seja, daqueles menos afortunados que trabalham, produzem e que, lamentavelmente, não estavam sendo tratados com dignidade e com respeito.

V. Exª está de parabéns.

Concedo, com muita honra, a palavra ao ilustre Senador do Estado do Rio de Janeiro, grata revelação da política brasileira, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu agradeço, Senador Jayme Campos, é um prazer falar para este Plenário numa sessão presidida por V. Exª. V. Exª é Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, a qual tenho a honra de integrar, e V. Exª está sempre procurando caminhos para que saíamos dessa dicotomia aqui no plenário, o centro de debate só de situação e oposição.

Mas eu assumo a tribuna hoje, Senador, Inácio Arruda, Senador Petecão, do Acre, para falar depois dos cem dias do Governo da Dilma, para fazer uma avaliação do momento que o País atravessa, do papel do Governo frente aos novos desafios, da oposição, porque, com a declaração recente do Presidente Fernando Henrique Cardoso de que a oposição precisa achar um centro para sua atuação – e eu concordo,

vou falar nisso mais à frente – e também com o discurso do Senador Aécio Neves, na semana passada, que tentava dar uma linha para as ações da oposição. Primeiro, dizer que a Presidenta Dilma tem um grande desafio pela frente, e eu queria muito que esse debate saísse às vezes do embate situação e oposição, porque houve uma clara alteração na conjuntura econômica internacional do último período. O que houve? Desvalorização crescente da moeda chinesa, da moeda americana, problema do câmbio e um problema inflacionário no mundo inteiro: elevação do preço internacional das *commodities*. Aqui neste debate a gente tem enfrentado sempre com a oposição a acusação de que estamos vivendo este novo momento porque houve uma suposta ganância, farra fiscal no último ano do governo do Presidente Lula. Nós temos refutado aqui insistentemente, defendido a herança do governo do Presidente Lula por vários números: o país cresceu 7,5% no último ano; 15 milhões de brasileiros com carteira assinada; o crédito, que era de 22%, caiu no Governo Fernando Henrique Cardoso, chegou a 45%. E quais os instrumentos para medir se nós estamos na ganância? Nós sempre colocamos aqui os números em cima da relação da dívida com o PIB.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o Governo, e a relação da dívida com o PIB era perto de 60%. Hoje está em 40%. O déficit nominal no governo do Presidente Lula, inferior a 3% – eu sempre estou repetindo isso. A Comunidade Europeia, a luta nos países europeus hoje, é para que os países se enquadrem em menos de 3%. Eram 6% no Governo Fernando Henrique Cardoso, não é? Eu, não foi por uma nem duas vezes, mas por várias vezes, nós entramos no debate aqui dizendo que o debate não era em cima de valores nominais. Não dá para dizer que a dívida pública aumentou de 900 bilhões para 1 trilhão e 400. Nós temos que fazer a avaliação na sua relação com o PIB.

Temos um estudo do Ministério da Fazenda, os dados do balanço do ano passado, trouxemos para cá. Sabemos que nos últimos oito anos a receita líquida cresceu em relação ao PIB 1,4% e a despesa cresceu em relação ao PIB sim: 2,3%. Agora, 2% foi no aumento da transferência de renda para as famílias, política de transferência de renda do Governo Federal; 0,4% foi no crescimento do investimento e 0,2%, aumento no custeio de saúde e educação, nas escolas técnicas e universidades que foram ampliadas.

E apresentamos um argumento de que houve uma variação na questão de gasto com pessoal em relação ao PIB de 2002 a 2010, uma redução de 0,26% do PIB. Ou seja, nós refutamos o argumento de que a crise, o momento novo da economia, o que nós esta-

mos enfrentando tem a ver com pretensa ganância do último ano de governo do Presidente Lula.

Até porque não podemos deixar de levar em consideração o cenário que se abateu no mundo inteiro com a crise econômica de natureza recessiva. E o Presidente Lula fez com razão, com correção uma série de medidas, medidas essas para colocar a economia no rumo do crescimento econômico, como as isenções do IPI, que começou no final de 2008 e foi até março de 2010.

Eu até, certa vez em um debate, falava que se querem dizer que foi para eleger a Dilma, eles têm pelo menos de admitir que surgiu uma crise econômica de natureza recessiva e o Governo deu a sorte de ser em um ano eleitoral. Alguém no Brasil defendia que cortássemos as isenções de IPI antes de março de 2010? Eu não vi ninguém, não vi um líder da oposição dizendo que era para cortar, que era hora de recuar em relação à isenção do IPI.

Esse é o primeiro ponto.

E faço questão de dizer que se discutíssemos de Estado a Estado com os governadores da oposição – e tivemos um debate aqui com o Senador Aécio -, nós mostraríamos que os gastos desses governos estaduais aumentaram naquele último ano de eleição. Infelizmente, há uma cultura política neste País, segundo a qual concentram-se nos quatro últimos anos da administração os gastos no último período. Isso acontece em prefeitura e em governos de estado.

Mas tirando esse debate da questão fiscal, tirando esse debate da briga situação e oposição, temos um grande desafio pela frente. A Presidenta Dilma sabe disso, está sendo muito firme. A discussão da inflação é real, e o problema para a nossa indústria com a questão do câmbio também.

E não há saída simples para essas questões.

Quero aqui saudar a posição do Banco Central. Eu acho que em relação ao relatório trimestral da inflação, a posição do Banco Central foi apropriada, correta. Primeiro, o relatório trimestral da inflação faz uma caracterização minuciosa sobre do que trata essa inflação. Nós tivemos elevação dos preços das *commodities* em mais de 70%. Uma parcela dessa inflação está ligada à elevação do preço internacional das *commodities*. Outra parcela, está ligada a elementos sazonais. Janeiro, fevereiro... Infelizmente, também é uma cultura neste País os governantes não darem reajuste do transporte no ano da eleição e concederem o aumento um ano antes. A elevação do preço do transporte público em São Paulo afetou a economia, assim como o material escolar.

E há um terceiro, que ninguém quer esconder: a inflação de demanda, principalmente nos serviços.

Aqui, temos uma questão central, que foi a mudança no padrão estruturante da economia brasileira: uma massa enorme, de mais de 20 milhões de pessoas, que estavam fora do mercado de consumo, passou a fazer parte desse mercado de consumo, entrou na classe média. Isso pressiona, sim.

Por isso eu acho que a discussão do Banco Central é um aperfeiçoamento importantíssimo. Se fosse em outro momento da história, a posição do Banco Central teria sido: “Vamos elevar a taxa de juros com força”.

O Banco Central, com calma, sem querer derrubar a economia, sem querer apontar no centro da meta de inflação deste ano, modificou a sua política e jogou para o próximo ano. E nós vamos buscar o centro da meta no outro ano.

Isso é fundamental. Imaginem como estaria a situação da nossa indústria hoje! A dificuldade para os exportadores é tremenda! Temos de encontrar um caminho para defender a nossa indústria. Se, além do problema do câmbio, tivéssemos aumentado com mais força os juros?!

Aqui, entra o papel da oposição. Fernando Henrique Cardoso é um grande quadro político. Neste momento de perplexidade sobre o que fazer da oposição, assumi esta tribuna para dizer que acho que o Presidente Fernando Henrique Cardoso está certo em relação ao rumo da oposição. Eu vejo uma política completamente zigzagueante no plenário desta Casa. No discurso do Senador Aécio Neves, ele falou de um balanço histórico com o PT: “Ah, o PT, lá atrás, não assinou a Constituinte, não apoiou Tancredo”. Nós sabemos disso e reconhecemos isso na nossa história. Nós somos um partido que começamos uma história de luta contra o regime, quase com uma posição semianticapitalista, como falou Fernando Henrique Cardoso no texto. E admitimos isso.

O PT foi evoluindo, assumindo espaço, administrando Governo. Faltou fazer a mea-culpa dois oito anos em que foram oposição ao nosso Presidente Lula aqui. ProUni: foram para a Justiça, contestar no STF. Oposição contra o Bolsa Família. Ainda agora, Sr. Presidente, neste mandato da Presidenta Dilma, votaram aqui até contra a Autoridade Pública Olímpica. Mas a discussão que faltou no discurso do Aécio é colocada pelo ex-Presidente Fernando Henrique. Faltou o Senador Aécio Neves falar qual a linha por onde caminhar a oposição. Eu concordo integralmente com a tese do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Eu queria explicitar isso aqui, porque estão achando que falta o verdadeiro debate aqui dentro.

Na votação do salário mínimo, qual a posição – e isso está ligado ao que falou o Presidente Fernando Henrique Cardoso – da oposição? A oposição, nos

corredores, discutia conosco a tese de que esse plano de recuperação do salário mínimo não era sustentável a longo prazo. A discussão aqui era esta: isso, daqui a cinco, seis anos, vai dar problema fiscal para o Governo; imaginem a inflação do próximo ano se tiver um aumento de 13%. No entanto, na hora de virem para o plenário, em vez de assumirem aquela que seria a posição correta deles, de responsabilidade fiscal e preocupação com a inflação, eles tentaram ocupar um discurso e um espaço que eram nossos em relação às centrais sindicais, ao movimento sindical.

Não falo só lá. Entro na discussão sobre este momento da economia, para conceder um aparte ao Senador Wellington. Agora mesmo, na discussão deste momento da economia, há uma pressão, com razão, de boa parte do mercado, preocupada com a inflação. E é uma parte que se expressa nos jornais, dizendo: “Puxa, essa mudança da política do Banco Central não é correta. Está demonstrando fragilidade no combate à inflação”. Eu discordo disso, mas essa posição se expressa. Pois bem, aqui, a oposição critica, mas também diz que é contra aumentar a taxa de juros. A posição consequente dessas pessoas seria dizer o seguinte: “Se nós achamos que há perigo de descontrole inflacionário, temos de defender medidas mais duras do Banco Central”.

Então, concedo um aparte ao Senador, pelo Piauí, do Partido dos Trabalhadores, Wellington Dias.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Senador Lindbergh, eu quero aqui dizer três coisas importantes. A primeira, acho que tem razão V. Ex^a. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso dá uma declaração que está resumida na capa de uma das revistas: “A oposição tem de esquecer o povão.” E eu acho que isso é coerente com o que aconteceu ao longo da história. Primeiro, esqueceram o povão. Basta ver a política de previdência. A coisa que a gente mais via neste Brasil era gente tendo a previdência cortada para poder ajustar as contas do Governo. Cortava-se dos velhinhos, dos aposentados. Salário congelado; situação de não atendimento de milhares de brasileiros na lamarina; milhares de brasileiros sem condições de água; pessoas abandonadas porque não havia condições de atendimento às pessoas com deficiência, e assim, para colocar algumas coisas do povão. Então, eu quero aqui dizer que é coerente a fala dele nos rumos que ele apresenta. Mais do que isso, eu acho que, se a gente for pegar para comparar – foi o que eu propus aqui ao Senador Aécio – qualquer área – escolha uma área, qualquer área; vai ser a área da educação? –, nós estamos dispostos a comparar oito anos de mandato do Presidente Fernando Henrique com os oito do Presidente Lula. É na saúde – uma

área que, reconheço, há muito problema -, é o grande desafio? Nós vamos discutir o que era e o que foi possível o Presidente fazer, de 2003 até 2010, e que prossegue agora nas mãos da Presidente Dilma, para encontrar caminhos? É na economia? É na política internacional? É no controle da inflação? É nos juros? Escolha um tema. Escolha um tema e vamos debater. Hoje aqui, o nosso Senador do PMDB trouxe o tema da segurança. Vamos discutir, ô Renan Calheiros, vamos discutir o tema! Então, eu quero aqui dizer que há um dado que acho é o que mais dá dor de cotovelo por lá: a aprovação do Presidente Lula no final do mandato. Ou seja, ele não só fez, como também teve o reconhecimento do povo: 80% de aprovação. É para dar dor de cotovelo mesmo, não tem para onde correr! O que eu quero aqui colocar é que nós queremos tratar do presente e do futuro. Qual é mesmo a proposta? Eu não vi nenhuma. Veja a proposta que ele apresentou aqui em relação a repassar as rodovias federais para os Estados. Ora, essa é uma proposta que ele fez em 2006, numa lei que veio a regulamentar no último mês de mandato, repassando dinheiro na verdade para décimo terceiro dos Estados. Então, aí, há um bocado de governadores que não sabe como fecha essa conta: todo ano tem de prorrogar, dar mais prazo, porque não fecha essa conta. E os Estados querendo repassar as rodovias estaduais para o Governo Federal. Então, eu quero aqui dizer a V. Ex^a que a gente realmente precisa de um debate. É importante ter a oposição, mas é importante também a gente saber pelo menos o que a gente está contestando, ter pelo menos uma proposta clara para a gente definir. Então, quero parabenizá-lo pela forma didática com que discursa aqui, inclusive sobre os rumos da economia. Eu acredito que as medidas estão sendo feitas – uma cesta de medidas, e não apenas centradas nos juros altos. Se eu pudesse resumir o que V. Ex^a está dizendo, pegando esse ponto da inflação, qual era a lógica anterior? Era a lógica da especulação. De um lado, qual é a saída para poder controlar a inflação? Aumenta o juro, entra mais dinheiro de especulação; derruba o câmbio. Qual é a solução de novo? Aumenta novamente o juro. Então, é algo insustentável. Portanto, acho que está correta a política econômica também, do Banco Central e do Ministério da Fazenda, que acho que vai permitir que a gente tenha as condições de uma inflação controlada e crescimento econômico. E o grande desafio é este: ter controle de inflação, ter um câmbio adequado para nossas políticas externas e ter crescimento econômico. É isso que gera emprego, é isso que gera renda. Eu estava há pouco com o Ministro Lupi, tratando do ProJovem do Piauí. Queremos é mais emprego, porque é isso que muda a realidade do nosso povo. É isso

que quer o povão, e é para ele que temos de trabalhar como prioridade. Muito obrigado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Wellington Dias, quero agradecer o aparte de V. Ex^a.

Eu queria chamar a atenção para um ponto da entrevista do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que eu acho que tenta dar um rumo à oposição, com sua experiência, mas há um ponto da entrevista, da fala, do artigo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso que coloca uma preocupação defensiva, um medo de um acerto do Governo, quando ele diz: “Dilma, com estilo até agora contrastante com o do antecessor, pode envolver parte das classes médias. Essas mantiveram certa reserva diante do Lula”.

Vejo esse movimento do ex-Presidente também querendo segurar uma fatia que ainda acompanha as teses do PSDB, uma preocupação por acertos, por uma nova abordagem da Presidenta Dilma Rousseff.

Agora, vejo também este ponto: o que foi o governo dele, a marca do governo dele? Foi responsabilidade fiscal, controle de inflação. E vamos ser francos: isso foi completamente abandonado pelo PSDB no último período, na campanha de José Serra e aqui na atuação no plenário.

O que acho é que o debate político tinha que estar mais claro, e acho que a oposição – está certo Fernando Henrique nisso – tinha que assumir suas posições com mais clareza. Volto a dizer: no debate do salário mínimo, tentaram fazer populismo. Não conseguiram se enraizar mesmo em setores populares, ligados ao movimento sindical. E estão perdendo suas bandeiras históricas.

Concedo agora um aparte ao Senador paraibano Wilson Santiago.

O Sr. Wilson Santiago (Bloco/PMDB – PB) – Senador Lindbergh, V. Ex^a traz na noite de hoje alguns pontos e algumas comparações de que todos os brasileiros têm conhecimento no que se refere ao governo Fernando Henrique, o governo do PSDB, e ao governo do PT. Com clareza, nós identificamos essa diferença em todos os setores, no setor educacional, quando o governo do PSDB abandonou a educação...

(Interrupção do som.)

O Sr. Wilson Santiago (Bloco/PMDB – PB. *Fora do microfone.*) – ... no que se refere principalmente à educação superior. Testemunhamos no governo Lula uma verdadeira...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, o som.

O Sr. Wilson Santiago (Bloco/PMDB – PB) – Falou no PSDB, até o microfone para. Senador Lindbergh,

como bem disse anteriormente, vejo a preocupação de V. Ex^a em continuar contribuindo para que o Brasil vá para frente, fazendo, em alguns momentos, a comparação entre o governo Lula e o governo do PSDB. Nós identificamos com facilidade os avanços que trouxe o governo do Presidente Lula e continuados com a Presidente Dilma. Em todos os setores. Quando eu falava anteriormente da educação, com facilidade ou com clareza se identifica o avanço na área educacional no Brasil. Especificamente a educação superior, quando o governo interiorizou as ações, e a criação de universidades pelo interior do Brasil, dobrando as universidades públicas no que se refere à área de tecnologia. Enfim, em todos os setores educacionais. Só isso já justifica o avanço de um governo que não tinha curso superior e nem tem, comparado a um governo considerado como do alto escalão da educação e da cultura brasileira. Então, todos nós testemunhamos. Esse exemplo que cito não é diferente nos demais setores: setor de geração de emprego, setor de estabilidade da economia, setor de avanços no que se refere à valorização do salário mínimo, setor de infraestrutura. Enfim, em todos os setores, nós não temos nem comparação, porque o avanço do governo do Presidente Lula foi além de tudo aquilo que esperava a grande maioria da população brasileira. Para esse debate, seria importante ter mais tempo. Infelizmente, o tempo é curto não só para pontuarmos, como também para discutirmos esse assunto, com a presença da oposição, fazendo comparações com números – não com invencionice, mas com números. Tenho certeza de que basta identificar e procurar, Sr. Presidente João Vicente, em qualquer um dos setores, digo até em qualquer um dos habitantes deste País, que você, com facilidade, identifica a diferença, e a alegria e o reconhecimento do povo brasileiro. A comprovação está nas pesquisas, estive nas pesquisas de opinião pública e continua na mente e na consciência de cada cidadão brasileiro. O Presidente Lula contribuiu com o avanço em todos os setores. Nós temos certeza de que essas comparações retiram de qualquer um qualquer dúvida que porventura exista em qualquer um desses setores. Parabéns a V. Ex^a. Vamos, em outra oportunidade, repito, com números, para acabar, de uma vez por todas, com essa dúvida por parte de alguns da oposição. Por parte da população, não se tem dúvida, onde reconhecemos, com clareza, que o Governo Lula, que o Governo Dilma não só avançou como está avançando e será, com certeza, também um dos maiores governos deste País.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Agradeço muito, Senador Wilson Santiago, o aparte. Um abraço a nossa Paraíba.

Quero finalizar o meu discurso, repetindo o que eu já havia dito antes. De fato, o quadro econômico preocupa, tem que ser enfrentado com muita firmeza. Aqui, Senador Wellington Dias, este ano, de janeiro a março, entrou mais de 40% da quantidade de dólares que entrou no País durante todo o ano passado. Foi uma enxurrada. E, veja, o Governo tomou medidas macroprudenciais importantes em dezembro: aumentou o compulsório dos bancos, querendo diminuir a oferta de crédito, diminuiu os prazos de financiamento. Mas o que vimos... Quero chamar a atenção para esse montante de recursos que, nos meses de janeiro, fevereiro e março, entraram no País. Instituições financeiras e bancos compraram posições a 1% ao ano e vieram emprestar aqui no Brasil a mais de 12%. Então, é preciso medidas concretas.

O Governo acertou ao aumentar o IOF, agora 6%, pelo prazo de dois anos, mas temos que enfrentar esse problema. Não é uma tarefa simples. Por isso, quando a gente pergunta a opinião da oposição... Todo mundo sabe que esse problema do câmbio não é simples. Ninguém aqui quer falar em desindustrialização, ninguém aqui quer falar em prejuízos aos nossos exportadores, mas o quadro não é simples, porque temos inflação, por um lado, e, por outro, temos essa sobrevalorização do real.

Contudo, tenho convicção de que a Presidenta Dilma, com muita calma, paciência, persistência, vai colocar o Brasil para crescer no limite. Qual é o limite? Responsabilidade no combate à inflação. É isso que está expresso em todas as suas posições, e acho que esse relatório trimestral de inflação do Banco Central é um fato alvissareiro, veio ajudar, porque a indústria não aguentava mais, além do problema do câmbio, ter outra pancada nas taxas de juros. E a gente tem que deixar essas medidas macroprudenciais, o ajuste com o aperto fiscal que houve, terem efeito na economia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Lindberg Farias, o Sr. Jayme Campos deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Vicente Claudino, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Concedo a palavra, pela Liderança do PMN, ao Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras presentes ainda nesta noite de hoje, gostaria de fazer dois registros. Primeiro, prestar minha solidariedade ao povo do meu Estado, ao povo da minha Capital, Rio Branco, que está sendo afetada por uma grande enchente do rio Acre, que

já atingiu vários bairros da capital. E aqui eu poderia citar o bairro da Cidade Nova, da minha querida Cidade Nova, Taquari, Triângulo Novo, Baguari dentro do Taquari, Ayrton Senna, Seis de Agosto.

Ontem já usei da tribuna para fazer aqui um apelo para que o Ministério da Integração, por meio da Defesa Civil Nacional, possa ajudar tanto a Prefeitura de Rio Branco, o Prefeito Angelim, como também o Governo do Estado, o Governador Tião Viana. Este é um momento em que todos temos que nos unir, dar as mãos para poder amenizar o sofrimento daquelas famílias que perderam os seus pertences – geladeira, cama. Hoje recebi vários telefonemas de pessoas pedindo que nós aqui em Brasília fizéssemos alguma coisa. Aqui fica a proposta para que toda a bancada do Acre, os Deputados Federais e os Senadores, faça uma visita ao Ministro, tentando sensibilizá-lo, para que possa dar uma atenção especial ao nosso Estado.

Há outro tema, Sr. Presidente, que trago a esta tribuna: hoje foi um dia que com certeza vai ficar marcado na história do Acre.

Hoje foi feito um movimento popular, um movimento suprapartidário, que reuniu milhares de pessoas, no terminal urbano. Recebi a informação dos organizadores desse movimento que foi colhida mais de duas mil assinaturas, quase três mil assinaturas de pessoas que estavam ali prestando apoio e solidariedade. Há um movimento que vejo como um dos mais justos que já foi feito no nosso Estado, que é o movimento para baixar os impostos da conta de luz do Estado do Acre. Para vocês terem um ideia, a nossa conta de luz no Acre é uma das mais caras do Brasil. E o nosso Estado é um Estado pobre, nós temos que reconhecer isso. Cinquenta por cento da população vive do Bolsa Família. Vivemos numa situação muito difícil no Estado. E nós temos uma tarifa de energia caríssima. O ICMS cobrado no nosso Estado é de 25%. Como eles cobram por dentro, fazem uma conta que só eles entendem, chega a 33% e quando embutem o PIS, Cofins, Cosip, os nossos encargos chegam a 40%. Eu conversava com alguns Senadores aqui, e o Senador Eduardo Amorim disse que ele estava achando que o imposto lá em Sergipe era caro, 17%. Então eu lhe disse que o nosso chega a 40%.

É impossível qualquer empresário instalar-se no nosso Estado. No Piauí, Senador Wellington, é 25%? No Acre chega a 40%. Eu recebi várias denúncias de empresários comerciantes que estão fechando as suas portas por não aguentar mais conviver com essa situação. Essa situação está-se agravando tanto que surgiu esse movimento. Eu queria registrar hoje no movimento a presença da Fecomercio, a Fieac, a Associação de

Bairros, a OAB. Até a OAB está mobilizada, porque a população não aguenta mais.

Aqui gostaria de fazer um registro especial: temos uma jornalista que tem um programa de rádio, um programa de uma audiência maravilhosa, Eliane Sinhasique, que é uma pessoa que inclusive esteve no Ministério já, lembro por conta da nossa CPI de conta de luz. Para o Acre esse CPI não serviu para nada. Em alguns Estados a conta de luz chegou a baixar. Lembro que Eliane Sinhasique várias vezes veio a Brasília, várias vezes, para pedir, implorar, gritar, espremer. Ela dizia: “Pelo menos o direito de espremer não vão me tirar”. Eu queria aqui parabenizá-la pela luta, pela garra, que ela tem demonstrado ao se empenhar nesse movimento.

Então fica aqui este registro: é importante que o Governo do Estado tenha sensibilidade e não deixe a situação piorar tanto, porque essa discussão não tem partido. Conta de luz mexe no bolso de todo mundo, do PT, do PCdoB, do PMN, do PMDB. Não conheço um que esteja satisfeito com essa tarifa que é cobrada no nosso Estado.

Então, ficam aqui os nossos parabéns aos Deputados Estaduais que estiveram presentes. Tive a informação de que foi um número bastante representativo de parlamentares. E aqui quero dizer que eu era Deputado Estadual quando foi aumentada essa tarifa. Tenho que fazer uma *mea culpa*. Mas quando nós aumentamos a tarifa da conta de luz, o Estado passava por uma situação difícil. Eu me lembro, porque foi no governo do então Governador Jorge Viana, que nós estávamos recebendo um Estado com três folhas de pagamento atrasadas. Foi preciso fazer um sacrifício na Assembleia, da qual eu era Presidente. Fizemos um enfrentamento com os marajás. Tínhamos servidores da Assembleia que ganhavam R\$20 mil, R\$30 mil. Nós tivemos, junto com o Deputado Polanco, a Deputada Analu, o Deputado Edivaldo, vários parlamentares, nós tivemos que fazer o enfrentamento, porque nós precisávamos economizar, porque o Estado estava praticamente inviabilizado. Foi quando o Governador pediu que nós fizéssemos também um sacrifício e aumentássemos essa conta de luz. Mas aquilo era um momento; hoje o momento por que o Estado passa é outro. Está na hora de o Governador Tião Viana fazer um gesto para a população. Não é um governo do povo? Por que não ouvir o povo? O povo está indo para as ruas. E isso vai crescer. Tenho certeza de que esse movimento vai crescer muito mais.

Então, aqui fica o meu apoio, a minha solidariedade. Infelizmente, não pude estar no movimento porque estava aqui em Brasília, mas podem ter certeza de que é um movimento que eu apoio. Podem contar comigo,

nós vamos estar juntos. Eu, sempre que for preciso, sempre que puder, virei a esta tribuna por entender que esse movimento é apenas um grito da população, porque houve a CPI da Conta de Luz no Acre, isso foi discutido lá na Assembleia, e nada foi feito.

Então, Presidente, finalizo agradecendo o espaço e, mais uma vez, pedindo que a Defesa Civil nacional possa dar uma atenção especial ao nosso povo, que está pedindo socorro, pois as águas do rio Acre têm subido muito nesses últimos dias.

Ficam aqui também meus parabéns para esses guerreiros que estão à frente desse movimento porque fazer movimento no Acre é difícil, muito difícil. Mas os meninos, o pessoal lá arregaçou as mangas e foi para as ruas e eu tenho fé em Deus que esse movimento vai crescer muito mais e nós vamos sensibilizar o Governador Tião Viana. Estou me colocando à disposição para participar do debate junto com o Ministério de Minas e Energia, com quem for preciso. Não estou aqui querendo sacrificar as finanças do Estado. Nada disso. Nós queremos é achar uma saída para podermos, se Deus quiser, baixar essa carga tributária que está sufocando o povo acreano.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Vicente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, povo do Piauí e do Brasil, eu serei breve na minha fala, mas queria registrar que, neste último final de semana eu tive oportunidade de visitar, no meu Estado, algumas regiões, além de tratar, em algum momento, da reforma política, de alguns temas que são de interesse nacional, e tive oportunidade de visitar também algumas obras importantes, obras do Programa de Aceleração do Crescimento concluídas. Estive, com o Governador Wilson Martins e com outras lideranças, com o Presidente da Assembléia, Deputado Temístocles Sampaio, lá na região de Paulistana, para visitar a obra da barragem de Poço de Marruás, uma obra feita pelo Programa de Aceleração do Crescimento.

Fiz questão de ir lá por uma razão simples. No começo do meu governo, ainda como Governador, em 2003, essa obra tinha sido licitada e tomamos a decisão de retomá-la. E foi graças à inclusão no PAC, pelo Presidente Lula, que conseguimos concluí-la.

Enfrentamos, naquela época, Senador João Vicente, uma oposição que fez, inclusive, denúncias ao Tribunal de Contas da União dizendo que não tinha água ali para encher aquela barragem. Agora, tive a felicidade de visitar a obra, que foi concluída no ano

passado, em 2010, sangrando. Depois da barragem de Boa Esperança, é o segundo maior reservatório de água no Piauí, 293 milhões de metros cúbicos, uma bela obra, no semiárido, numa região que não tinha alternativa para abastecer cidades como Patos, Caridade, Jacobina, Simões, Curral Novo, para citar aqui cidades beneficiadas com aquela obra, uma obra que está ao lado da ferrovia Transnordestina, também em obras. Vinda lá do porto de Pecem, do porto de Suape, no entroncamento de Salgueiro, em Pernambuco, em direção a Eliseu Martins, passa exatamente nessa região de Simões, Caridade, Curral Novo, ali entre a cidade de Jacobina e a cidade de Paulistana. Um gigantesco canteiro de obras, com milhares de pessoas trabalhando, até a cidade de Eliseu Martins.

Temos que resolver, Senador João Vicente, um problema ali entre as cidades de Conceição do Canindé, São Francisco de Assis, Bela Vista, Simplício Mendes, Paes Landim, São Miguel do Fidalgo, até Ribeira do Piauí, trecho, de mais ou menos oitenta quilômetros, sobre o qual a Justiça tomou a decisão de que a indenização da área tem que ser assunto da Justiça Federal, não da Justiça Comum, como acertaram em todas as outras comarcas.

Então, creio que a solução tem que acontecer agora até o mês de maio para podermos ter toda a obra em andamento, cumprir o cronograma, para termos, até o ano de 2012, a Presidente Dilma inaugurando essa bela obra para o Piauí, para o Nordeste, para o Brasil.

Ali, vi a BR-407, que era um bagaço de estrada, também pronta. Não só foi feita a reconstrução, como foi toda ela recapeada. A BR-020, a 316, também na mesma região, também pronta. De lá, tive a possibilidade de viajar para a região de São João do Piauí, São Raimundo Nonato, vendo também várias cidades com cem por cento de energia elétrica, faltando muito pouco para terminar outras que estamos cobrando para terminar este ano.

Anda hoje, recebi, aqui, Senador João Vicente, o seu correligionário – sei que V. Ex^a viaja muito lá para Regeneração também –, o Prefeito de Regeneração, colocando lá a presença do Luz para Todos praticamente em todas as comunidades.

Na cidade de São João do Piauí, visitamos uma outra obra, que é um linhaô que também traz energia, reforço de carga elétrica, para aquela região, que vai dar suporte ao programa Luz para Todos.

Visitei a obra da BR-020, da construtora Sucesso, que faz lá, com um contingente humano muito grande, essa obra que liga a região da serra da Capivara, de São Raimundo Nonato, à Bahia, saindo em Campo Alegre de Lourdes, lá na Bahia, passando em frente

ao Cefet, ao instituto federal, também já em funcionamento, assim como o de Paulistana e o de São João do Piauí, onde já foi resolvida a situação do terreno.

Ou seja, pudemos acompanhar a obra de Penitenciária, a obra do Samu, obra relacionada às Unidades de Pronto Atendimento, um conjunto de obras importantes que muito nos alegram.

Enfim, estive conversando com o Governador Wilson Martins para que a gente trate da liberação de cerca de R\$150 milhões, relativos a créditos do Estado com a União, para a retomada de um conjunto de outras obras em parceria com o Governo do Estado, como a estrada que vai de Itaueiras em direção a São Raimundo Nonato, Dirceu Arcoverde, outros trechos para Bonfim, em direção a Várzea Grande, Várzea Branca, até a cidade de Anísio de Abreu, outros trechos em diversas regiões do Estado, o trecho de Oeiras a Simplício Mendes, o trecho relacionado aí a José de Freitas até Cabeceiras, e esse recurso é essencial para retomar não só essa obra de rodovias, mas um conjunto de outras obras, como de campo de futebol, de quadras poliesportivas, universidade aberta, unidades básicas de saúde, enfim, que são essenciais para o desenvolvimento e a qualidade de vida no nosso Estado. E eu quero, assim, dizer da alegria de poder viajar pelo meu Estado e ver um conjunto de ações ou que estão em andamento, gerando emprego, ou que foram concluídas, e cobrar para que tenhamos agilidade. Amanhã, vamos estar com a Ministra Izabella, do Ministério do Meio Ambiente, com o Secretário do Tesouro e a Caixa Econômica Federal, para que tenhamos a liberação desses recursos que são essenciais para a retomada de todas essas obras.

Eu queria, por fim, registrar aqui também, Senador Amorim, a alegria de hoje termos dado um passo importante na Subcomissão do Desenvolvimento do Nordeste, oportunidade em que, com o apoio de V. Ex^a, que trabalha com toda a dedicação pelo Nordeste, pelo Estado de Sergipe, e que ali apresentou, inclusive, importantes requerimentos, para que tivéssemos as condições de dar continuidade a esse trabalho. Eu quero aqui agradecer-lhe e dizer do nosso trabalho para o desenvolvimento do Piauí e, junto com o Piauí, o desenvolvimento do Nordeste. Não queremos ser uma ilha de desenvolvimento. Acreditamos na necessidade de desenvolvimento do Brasil, mas desenvolver essa região de grande potencial, que é a região nordestina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim, pela Liderança do PSC.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje ocupo esta tribuna para falar de um assunto favorável, mas agradável, qual seja, o turismo em meu Estado, Sergipe. E o faço inspirado pela estreia, nesta semana, da novela Cordel Encantado, da Rede Globo de Televisão.

Esta novela terá inúmeras locações realizadas nas proximidades do Município de Canindé do São Francisco, que fica na extremidade norte de Sergipe, na margem sergipana do Rio São Francisco, onde foi construída a usina hidrelétrica de Xingó e se formou o Cânion que leva o mesmo nome. Pujante em sua beleza, este foi um lugar muito bem escolhido para emoldurar a arte brasileira, traduzida em nossas novelas.

Tão logo assumi meu mandato de Senador, de imediato tratei de solicitar a minha participação na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, muito bem presidida pelo entusiasmado alagoano Senador Benedito de Lira, e na qual fui eleito, para auxiliá-lo como Vice-Presidente.

No âmbito desta Comissão, outro grande Senador, o amigo Wellington Dias, do valoroso Estado do Piauí, entendeu por bem, e com ele todos os demais membros concordamos, em criar a Subcomissão do Nordeste, composta por cinco membros titulares e outro tanto de suplentes.

Esta Subcomissão do Nordeste tem ritmo acelerado de trabalho. Temos marcada a abertura das visitas aos Estados para o dia 9 de maio e as demais já estão agendadas. Os Estados nordestinos, além de Minas Gerais e Espírito Santo, integrantes da área de atuação da Sudene, superintendência de enormes serviços prestados à Pátria e que não poderia ter saído senão da mente visionária de Celso Furtado.

Sugeri, dentre os assuntos a serem abordados sobre Sergipe, a inclusão do tema turismo, uma das maiores vocações do meu Estado e, com certeza, do nosso País.

Sergipe, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem peculiar conformação geográfica. É pequeno em extensão territorial e de tal forma configurado que todas as suas oito microrregiões e cidades são próximas da capital Aracaju.

Canindé do São Francisco, que se encontra próxima ao Cânion de Xingó, por exemplo, é acessada em panorâmico trajeto de cerca de apenas duas horas.

O turismo em Sergipe suscita riquezas e divisas para o Estado, além de gerar milhares de empregos diretos e indiretos. Temos paisagens deslumbrantes, monumentos históricos e uma explosão de sabores, cores e sons.

É de fundamental importância para nós incrementar o *trade* turístico do nosso Estado, com ações como: obras de conservação e duplicação de nossas estradas, desenvolvimento do polo hoteleiro e uma maior divulgação não apenas do nosso litoral, mas das nossas cidades históricas, do sertão e das nossas festas populares, a exemplo do São João, um dos mais tradicionais, com certeza, do Nordeste do nosso País.

No ramo de turismo de negócios, ainda neste fim de semana, aconteceu um ciclo de debates entre empresários, o Secretário de Estado do Turismo, Élder Batalha e o Diretor-Presidente da Emsetur – Empresa Sergipana de Turismo, José Roberto de Lima Andrade, em evento promovido pela Associação Comercial e Empresarial de Sergipe – Acese, presidida pelo competente e amigo Alexandre Porto.

Dentre as reivindicações apresentadas, estão a reforma do Aeroporto de Aracaju e a construção de um melhor centro de convenções.

Nesse particular, estamos trabalhando arduamente para que Sergipe sedie, em 2013, o LX Congresso Brasileiro de Anestesiologia, com previsão de participação de mais de 3.500 profissionais, médicos especialistas da área, além de 200 palestrantes dos mais diferentes cantos do mundo.

O turismo de lazer, que se integra ao de negócios, se distribui entre as belezas do nosso litoral, com cerca de 163 quilômetros de extensão, vai desde a foz do rio São Francisco, ao norte, à foz do rio Real, ao sul. Repleto de belas praias, com grandes faixas de areia e águas mornas, apresenta estuários e manguezais de rara beleza.

O nosso complexo arquitetônico, histórico e cultural de cidades seculares, como Laranjeiras e São Cristóvão – 4ª cidade mais antiga do País –, onde a Praça São Francisco é hoje Patrimônio Cultural da Humanidade, é mais um polo de atração turística.

No sertão, com sua flora e fauna peculiares, destacamos, mais uma vez, o Cânion de Xingó e o Museu Arqueológico de Xingó, além de inúmeras atrações e possibilidades de desvendar a região. A facilidade de acesso permite ao turista, em pouquíssimo tempo, deslocar-se da realidade praieira para instantes de convívio com um clima e um ecossistema absolutamente diferentes.

Não poderia encerrar este pronunciamento, Sr. Presidente, sem fazer um convite a todos os brasileiros para que conheçam Sergipe, para que visitem o nosso Estado e desfrutem de nossas riquezas naturais, da nossa história, da nossa cultura e do convívio com nossa gente, simples mas acolhedora.

Sergipe é terra de paz e queremos dividir isso com todos os brasileiros, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na tarde de hoje, tivemos uma audiência pública na Comissão de Infraestrutura para discutirmos o projeto do trem de alta velocidade. Esse projeto pretende interligar as cidades de Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro. Ressalto a importância e a oportunidade do debate. A Medida Provisória nº 511, de 2010, que trata do assunto, foi aprovada na Câmara dos Deputados na semana passada e chega ao Senado com graves limitações de tempo para discussão, pois seu prazo para apreciação vence já nesta sexta-feira, dia 15 de abril.

Não há dúvida de que nosso País necessita de mais e melhores recursos de transportes. Há enormes carências advindas do baixo volume de recursos investidos ao longo das últimas décadas. Em geral, menos de 0,2% do PIB, quando o necessário seria pelo menos 0,5% do PIB para manter e expandir, ainda que de modo modesto, a infraestrutura de movimentação de pessoas e cargas.

Especificamente em relação ao transporte de passageiros, não há dúvidas de que o projeto de um trem de alta velocidade poderia trazer benefícios múltiplos: no campo ambiental, na capacitação da engenharia nacional e mesmo na melhoria de nossa autoimagem, com uma iniciativa que desse visibilidade no cenário mundial ao bom momento vivido por nossa economia.

Disse na Comissão que a engenharia financeira por trás do trem de alta velocidade, entretanto, traz muitas preocupações.

O custo total da obra está sendo previsto em R\$34,63 bilhões, dos quais a União se dispôs a entrar com R\$3 bilhões, diretamente, por meio de empresa pública específica. Além disso, o BNDES se ofereceu para financiar o projeto em até R\$20 bilhões – recursos que estão sendo aportados pelo Tesouro Nacional –, com taxa de juros subsidiada, carência de 6 meses e prazo de pagamento de 30 anos.

Todos esses fatores certamente serão discutidos aqui, amanhã, em plenário, quando da votação do projeto.

A Comissão de Infraestrutura, cumprindo o seu papel, antecipou-se ao debate, encaminhando o assunto com representantes do Governo e com especialistas.

Devo dizer aos senhores que o debate foi um debate acirrado, um debate importante, e que criamos, com esse debate, elementos suficientes para que amanhã possamos fazer a nossa opção.

Devo também comunicar que hoje participei do II Enerlivre no Centro de Convenções Brasil 21, em Brasília.

Esse II Encontro de Negócios entre Agentes do Mercado de Livre Contratação de Energia está discutindo, hoje e amanhã, os cenários futuros e o dia a dia do ambiente de contratação livre de energia. Seu objetivo é fortalecer uma visão competitiva para o desenvolvimento da matriz energética brasileira.

Como conferencista, tive a oportunidade de afirmar que os problemas relativos à infraestrutura na geração e na transmissão de energia elétrica podem inviabilizar o parque industrial do País.

Considere, ainda, que a essencialidade da energia elétrica torna a cadeia de geração e venda dessa energia uma garantia de arrecadação de tributos, o que torna a questão tributária um ponto central dessa discussão.

Destaco que, como insumo fundamental na indústria de base, a energia condiciona os preços dos produtos acabados, pelo que a redução dos custos da energia poderá impactar, de forma benéfica, toda a economia.

Aqui no Senado, a primeira oportunidade concreta que teremos de aproximação do tema será a discussão da Medida Provisória nº 517, de 2010, que, entre outras ações, prorroga a Reserva Global de Reversão, a RGR, até 2035.

É inconcebível que o setor elétrico seja frustrado em sua longa espera pela extinção desse encargo, que deveria ter sido excluído das contas de luz desde 1º de janeiro de 2011.

Já não é sem tempo que esse encargo retome o caminho da modicidade tarifária, tão importante para aumentar a competitividade do País no cenário internacional.

A Comissão de Infraestrutura certamente colocará em sua agenda a discussão desse assunto da mais alta relevância para esta Casa.

Agradeço, Sr. Presidente, e agradeço a gentileza de me ceder seu espaço. Quero também agradecer por este momento, esta oportunidade de poder descrever a nossa ação hoje na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Lúcia Vânia, o Sr. João Vicente Claudino, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ivo Cassol.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO)
– Agradecemos à Senadora Lúcia Vânia.

Agora usará da tribuna o Senador João Vicente Claudino, do PTB, pelo tempo que achar conveniente.

Mas, antes, eu gostaria de cumprimentar os alunos do estágio que visitam a Câmara dos Deputados e também o Senado, que são de vários Estados da nossa Federação brasileira. É a primeira semana que irão estudar o processo legislativo brasileiro. Sejam bem-vindos, sintam-se em casa e uma feliz Páscoa para vocês, semana que vem.

Com a palavra, o Senador João Vicente.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Senador Ivo Cassol, queria também registrar a presença do Prefeito Elmano Férrer, de Teresina; do suplente do Senador Ciro Nogueira, do seu partido, Senador José Amauri, aqui presente, e fazer hoje, aproveitando a presença de tantos universitários, uma discussão sobre o ensino superior no Brasil, em cima de dados que nós colhemos, e transpor um pouco de um registro para o nosso Estado do Piauí.

A revista **Veja**, na edição passada, trouxe uma nota interessante. O economista Jim O'Neill, importante membro da Agência **Goldman Sachs** e criador do termo Bric, reportava que o Brasil, assim como os outros países membros do grupo, perdeu seu *status* de país emergente, devendo ser colocado em uma categoria à parte. Ao mesmo passo, na data de hoje, a agência **Fitch Ratings** elevou a classificação do Brasil, colocando nosso País no segundo nível da classificação de grau de investimento dessa renomada agência.

Com isso, o Brasil já possui grau de investimento nas três maiores agências de classificação de risco do mundo: a **Fitch**, a **Moody's** e a **Standard & Poor's**.

Sr. Presidente, também concordo que o Brasil já não é mais um País emergente. O Brasil já emergiu e já navega com desenvoltura e competência invejáveis ao lado dos países mais desenvolvidos.

Amadurecemos muito e crescemos com responsabilidade. Ganhamos o respeito internacional. Contudo, a virtude do vencedor está em reconhecer as suas fraquezas e tentar superá-las. E, devemos reconhecer, o Brasil ainda tem muitos problemas, e um dos problemas graves que devemos enfrentar é a educação no nosso País. Este é um tema que tem me trazido, com certa frequência, a esta tribuna.

Não quero, com isso, disputar o título de São Jorge da causa da educação com o Senador Professor Cristovam Buarque, Senadora Marinor, até porque ninguém representa melhor esta causa do que o próprio Senador Cristovam Buarque. Porém, acredito que a educação deveria ser a causa de todos.

De acordo com a matéria publicada recentemente no **Brasil Econômico**, somente 13,8% dos jovens

entre 18 e 24 anos do País estão matriculados em alguma instituição de ensino superior. Infelizmente, índice menor do que países como o México, Chile ou até mesmo a Turquia.

Eu tive uma formação mais voltada para a área econômica. Minha família tem tradição no setor empresarial do Nordeste. Tenho procurado dar especial atenção aos problemas que afligem o setor produtivo deste País, porque entendo ser ele o responsável pela geração de riqueza e dos empregos que tanto precisamos. Todavia, sempre pude enxergar a relação entre o acesso ao emprego e a formação educacional.

Sr. Presidente, um País que está em pleno processo de crescimento não pode se dar ao luxo de não preparar seus jovens para o futuro. Em breve, teremos déficit de profissionais em nosso mercado, o já chamado apagão profissional ou apagão da mão de obra, tema que já abordei desta tribuna e sempre tenho trazido a esta Casa, quando, ao falar das obras do PAC, fazia relação com a escassez de mão de obra especializada com que nos defrontamos em alguns setores.

Além disso, não podemos apenas nos contentar com o acesso ao ensino. É preciso que este aprendizado seja de qualidade. Digo isso com tristeza, porque, divulgado um **ranking** com as 100 melhores instituições de ensino superior no mundo, o Brasil não figura dentro dessa lista. Divulgado numa reportagem, Senadora Marinor, pela **Folha de S.Paulo**.

Concedo um aparte a V. Ex^a.

A Sr^a Marinor Brito (PSOL – PA) – Na semana passada, Senador, eu fiz um pronunciamento na tribuna desta Casa preocupada com as metas e com os recursos que o Governo pretende dispor para enfrentar e aprovar nesta Casa o Plano Nacional de Educação. Uma das preocupações que eu levantei foi exatamente essa, e falei diretamente ao Ministro de Educação, na Comissão de Educação. Não adianta a expansão universitária sem qualidade, sem recursos para estruturar a universidade, para ter centro tecnológico, para ter biblioteca, para ter uma estrutura como as melhores universidades do mundo têm. Nós não vamos nunca nivelar os índices educacionais do Brasil, que são discrepantes, considerando as regiões brasileiras – na minha região, na Amazônia, no Pará, nós temos os piores índices educacionais do Brasil. Mas o Governo não vai conseguir enfrentar essa discrepância, se não melhorar essas metas, se não encontrar uma forma, seja por meio do aumento do percentual do PIB de 7% para 10% – e aí o Governo faz uma comparação com os países da Europa, com os países do primeiro mundo. Ora, os países do primeiro mundo gastam de 7% a 8%, mas têm estrutura, não precisam construir escolas, não precisam fazer concurso público, não

precisam iniciar processos de qualificação, não precisam investir nas universidades para os próprios professores. Até hoje, mesmo depois de termos lei que obriga o Governo a qualificar os profissionais para que não exista no Ensino Fundamental nem no Ensino Médio nenhum profissional sem o nível superior, nós não conseguimos atingir esse patamar. Então, como podemos pensar em educação de qualidade neste País? Como podemos pensar em utilizar um percentual do PIB e querer comparar com países de primeiro mundo, onde os níveis educacionais são os maiores do mundo? Ou nós investimos em infraestrutura e nivelamos essa matriz organizativa educacional, para que possamos dizer: existe hoje no Brasil um sistema nacional organizado. Isso não existe. Os professores de alguns estados, para terem direito ao PIB, tiveram que monitorar os bastidores do Supremo semana passada, porque alguns governadores se acham no direito de não pagar o piso unificado nacional. Então, que País é esse? Como vamos pensar o desenvolvimento do País com essa lógica perversa que tem permeado a educação no nosso País, sobretudo num processo quase sem possibilidade de freio, que é o processo de privatização do ensino no Brasil? No eixo do centro do País, Sul e Sudeste, 70% das universidades são privatizadas hoje. Nós estamos com uma lógica diferente na Região Amazônica, graças a Deus, por conta do descaso. Porque, senão, estaríamos com os mesmos percentuais. Temos cerca de 30% do ensino privatizado lá. O que é bom. O que é bom. Mas foi por mero acaso. Agradeço o aparte a V. Ex^a.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI)

– Quero concordar plenamente com a opinião de V. Ex^a. Realmente é uma triste realidade que temos que conhecer. A educação tem verdadeiramente que fazer parte das discussões do dia a dia e se tornar prioridade efetiva. Dentro do ensino superior, tanto na Amazônia como no Piauí, cresceu o ensino privado até pela lacuna do ensino público. Mais presente, mais aberto, uma estrutura mais acessível, que esse ensino, essa universidade se tornasse cada vez mais ampla e atendesse dentro do ensino da extensão, da pesquisa, na sua amplitude da sua função educacional.

Então, Senadora Marinor, quero incorporar plenamente o aparte de V. Ex^a. Essa é a discussão que temos que ter, uma luta diária aqui no Senado Federal.

Talvez eu esteja mais decepcionado com essa informação, porque, no meu Estado do Piauí, sempre tive as melhores referências com relação ao ensino em geral. No Ensino Médio, temos grandes exemplos de instituições que sempre se destacaram dentro das avaliações nacionais, como também o ensino público, por intermédio da Prefeitura de Teresina, que hoje é

a capital com melhor referência de educação entre as capitais do Nordeste. O mesmo não vem acontecendo com o ensino superior em algumas situações. A Universidade Federal do Piauí, que já oferece quatro cursos de doutorado e outros 23 de mestrado, além dos cursos tradicionais de formação de ensino superior, isto para atender uma demanda sempre crescente de estudantes do Piauí e de outros estados, temos observado melhoria na qualidade de ensino, mas há carências importantes.

Semana passada, recebi um documento dos estudantes do curso de Psicologia do Campus de Parnaíba. Nesse documento, eles cobravam um pronunciamento nosso aqui no Senado. Lá se trata de uma realidade bem difícil: dentro do curso de Psicologia, faltam testes psicológicos essenciais à formação, faltam professores. Atualmente, o curso está sem 13 disciplinas e orientações para o estágio profissionalizante, o TCC. Há livros e outros materiais constantes em pregões, desde 2008, que jamais chegaram à universidade, àquele campus de Parnaíba, que é a segunda cidade do Piauí; a inexistência da maioria dos livros que compõem a literatura básica do curso; o não funcionamento do Serviço-Escola de Psicologia, por falta de material, de móveis, de profissionais necessários.

Essa é uma triste realidade, que temos que cobrar, que combater.

Ao mesmo tempo, com a mesma qualidade e competência, temos a nossa Universidade Estadual, a UESPI, precursora do desenvolvimento regional por meio da educação de nível superior. Contudo, vivemos um momento conturbado em nossa universidade estadual. Ao longo da história, a nossa UESPI, nascida da iniciativa pioneira de grandes visionários e amparada pela coragem e determinação, tem vencido obstáculos e transposto barreiras, mas os obstáculos estão cada vez maiores e as barreiras cada vez mais intransponíveis. Reconhecida como uma instituição séria e sempre promissora, a UESPI está passando por uma crise sem precedentes. Os professores, até alguns dias em greve, suspenderam a greve em respeito aos alunos da instituição. Todavia, a possibilidade de uma nova paralisação ainda não está completamente afastada. São reivindicadas melhorias estruturais para a instituição e também aumento salarial para os professores.

Todos entendemos que uma grande instituição de ensino se faz através de um trabalho consistente, persistente e continuado e que, para isso, é preciso investir no seu quadro funcional. Ademais, é preciso investir na produção científica. A pesquisa científica, a inovação tecnológica devem ser realidades importantes da nossa UESPI.

Também registro um *e-mail*, Presidente Ivo Cassol, de um aluno da cidade de Picos – que é a terceira cidade do Piauí –, o aluno Paulo Ricardo, que fala da situação do curso Bacharelado em Direito, naquela cidade, com biblioteca deficiente, laboratórios, inclusive de acesso à informática, também carentes para que aquela instituição se desenvolva.

E nós vemos aqui o quanto é agonizante a situação da UESPI no Estado do Piauí. É claro que, para todos nós, a magnitude do compromisso que a UESPI assumiu com a nossa sociedade que de forma concreta tem mudado e continuará mudando a realidade cultural, social, política e econômica do nosso Estado. A UESPI entrou com força, garra e determinação na educação superior. Sempre em consonância com as políticas nacionais de ação inclusiva, estimulando um olhar externo sem deixar a cada momento de apresentar uma visão mais adaptada à nossa realidade regional. São ações múltiplas que só se tornarão verdadeiras pela dedicação e entrega das pessoas que fazem aquela instituição de forma nobre construir a história da UESPI.

E peço aqui, faço um apelo ao Governador do Estado, que dedique especial atenção à causa da nossa Universidade Estadual.

Era o que eu tinha a registrar nesta noite.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Obrigado, Senador João Vicente.

E também se inscreveu a Senadora Marinor Brito, do PSOL do Pará.

Tão logo passar os trabalhos para o João Vicente, nosso Senador, usarei da palavra; em seguida, V. Ex^a fará uso da tribuna. *(Pausa.)*

O Sr. Ivo Cassol deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Vicente Claudino, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento os Srs. Senadores, a Sr^a Senadora Marinor Brito, deixo o nosso abraço para os prefeitos presentes aqui na Casa, aos estudantes, que também estiveram por aqui, cumprimento o povo do nosso Brasil, mas especialmente, Sr. Presidente, deixo o nosso abraço ao povo do meu Estado, Estado de Rondônia que sempre tem me acolhido de braços abertos.

Eu ouvia atentamente V. Ex^a, Sr. Presidente, no uso da palavra, quando o senhor colocava os dados e a preocupação com a educação em seu Estado e também com o nível superior.

Eu fui governador por dois mandatos, melhoramos a qualidade de ensino no nosso Estado extraordinariamente, mas eu sei que também tem muita coisa para fazer para frente.

Desde o primeiro dia do mandato como governador em 2003, eu ajudei a nossa Universidade Federal, construindo um anexo no *campus* da União de Porto Velho, para que o curso de Medicina não parasse, uma vez que a falta de médicos no Brasil é grande. Antes de ter assumido o Governo do Estado de Rondônia, eu fui prefeito da cidade de Rolim de Moura, e lá, Senadora Marinor, eu lutei como prefeito para levar o curso de Agronomia para a minha cidade. Pegamos uma escola agrotécnica, fizemos um trabalho múltiplo e a parceria com a UNIR. Eu recebi na semana passada documentos e fotos dos vereadores da minha cidade de Rolim de Moura, da comunidade de Rolim de Moura, e infelizmente é vergonhoso ver como se encontra aquele *campus*. O trabalho dos professores é extraordinário. O trabalho do pessoal da equipe também é extraordinário. E nós estamos apurando os demais **campi** no Estado de Rondônia, e a maioria deles está capenga.

Nós precisamos continuar investindo na educação, para ela cada vez mais ser maior, mais forte, e nosso País poder chegar em nível de Primeiro Mundo.

Em breve ocuparei novamente esta tribuna para trazer dados. Desde o **campus** de Guajará Mirim, do **campus** de Porto Velho, de Cacoal, Rolim, Vilhena e demais **campi** do nosso Estado. Não só para criticar, mas também para auxiliar e poder ajudar, para que as pessoas, para que os nossos acadêmicos que lá vão, que participam, na verdade, futuramente, possam ter condição de dar continuidade à oportunidade que ora eles têm.

Mas hoje ocupo esta tribuna, primeiramente, para parabenizar todos os nossos parceiros de partido do PP. Nós tivemos hoje a convenção nacional. Estiveram presentes aqui prefeitos, deputados federais, senadores, no auditório do Senado, comandados pelo nosso Senador e Líder Francisco Dornelles, ao mesmo tempo, com o Ministro das Cidades, Mário Negromonte, presidentes de partidos dos quatro cantos do Estado de Rondônia, além de vereadores, deputados estaduais, lideranças do meu Estado, como a liderança que é a ex-prefeita de Espigão do Oeste, Lúcia Tereza, ex-deputada estadual, uma pessoa determinada, arrojada, parceira nossa de partido.

E a minha alegria, Sr. Presidente, foi usar a tribuna naquele momento para defender mais uma vez a reeleição do nosso Presidente, do nosso Senador, para que continuasse comandando o PP no Brasil.

Por que a reeleição do nosso eterno ministro, Senador e Líder nosso, Dornelles? É muito simples.

É que eu conheci o PP do passado. O PP do passado com certeza não dava orgulho para os afilhados dos quatro cantos lá de Rondônia, porque ficou manchado de corrupção, ficou manchado nas páginas dos jornais e televisões. Sem contar o partido em âmbito nacional, o caixa que havia eram dívidas e mais dívidas para pagar.

E na gestão do Presidente Dornelles, com sua humildade, sua simplicidade, com os parceiros que fizeram essa recuperação do partido nesses anos todos, quero aqui parabenizar todos os companheiros de partido, que trouxeram de volta a credibilidade, trouxeram de volta a moral, para estimular mais pessoas a ingressar no partido como aconteceu comigo há dois anos.

Mas, além disso, é saber que o Presidente Dornelles trabalha muito e ainda com dinheiro em caixa, enquanto no passado sequer havia dinheiro em caixa para poder trabalhar.

Então, parabéns pela recondução, por mais dois anos, à presidência do nosso partido, nosso Senador, e toda a nova diretoria que está compondo o Partido Progressista do Brasil.

Participando dos eventos, dos compromissos de Senador, participei também de uma audiência pública, hoje à tarde, na qual debatíamos o trem que chamam de bala. De repente esse trem pode ser até o trem tataruga, mas eu queria que fosse o trem a jato, o trem foguete, que fosse muito mais rápido. Eu sou da base do governo, trabalhamos para dar condições para que a Presidente Dilma possa colocar em prática os projetos de interesses nacionais.

Mas eu vejo essa medida provisória, eu vejo esse projeto do trem-bala com preocupação, Sr. Presidente. Por que vejo com preocupação? Porque estão colocando como valor estimado 35 bilhões de reais, quando na verdade o projeto executivo não existe. Só existe um projeto básico no papel, e, pela experiência de outros países com 258 obras de tal magnitude, em mais de 240 obras estourou-se o orçamento em mais de 40% do valor contratado.

Eu vejo o BNDES arrumar 20, 25, 30 bilhões com tanta facilidade para uma obra dessas! Não sou contra, de maneira nenhuma, o Rio de Janeiro, sou a favor do Rio de Janeiro, o que eu puder ajudar o Rio de Janeiro, São Paulo, o Estado de São Paulo, Campinas, vocês têm na pessoa do Senador Ivo Cassol um aliado. Mas ao mesmo tempo nós temos que fazer uma reflexão.

Se nós temos hoje dificuldade para cumprir com as emendas já empenhadas, já contratadas com todos os Municípios da Federação brasileira, com os vinte Estados da Federação brasileira, estão sendo cancelados

bilhões de reais, por falta de recursos; se ao mesmo tempo foram contingenciados mais de 50 bilhões de reais... E, aí, com a falta de infraestrutura, ou falta de recursos, com os nossos portos, os nossos aeroportos, as nossas BRs – vejam a BR-364, que está numa situação precária em vários trechos, a duplicação em vários trechos. Estive hoje à noite com o Diretor do Dnit, Dr. Pagot, que é um profissional, um técnico capacitado, arrojado, determinado, preocupado com as rodovias brasileiras e ao mesmo tempo se debate muitas das vezes com as dificuldades que vêm pela frente.

Se o BNDES tem esses 25 bilhões, por que não melhorarmos a nossa infraestrutura? Nós estamos aí próximos da Copa do Mundo, 2014 está chegando, e nem os estádios estão completos ainda, não estão prontos. E os nossos aeroportos? Eu dizia para o Senador Blairo Maggi quantos anos fazia que estavam mexendo no Aeroporto de Cuiabá. Ele falou que há dez anos. E ainda está no começo, está pela metade. Ao mesmo tempo, nós assistimos e vemos vários outros aeroportos com a mesma dificuldade.

A infraestrutura está faltando, e não é por falta de garra da equipe do Governo. Muitas das vezes é por falta de recursos. Eu sou a favor de que temos de pensar no futuro, mas precisamos ter mais tempo para trabalhar e estudar as medidas provisórias aqui nesta Casa. Não temos, no meu entendimento, pela maneira como está acontecendo, a rapidez com que precisamos votar e aprovar.

E como estão em outros países obras dessa magnitude? Como estão na China? E por falar em China espero que a nossa Presidente, além de ampliar as relações comerciais com o Brasil, com o grupo de empresários junto, levando a carne do nosso produtor, principalmente a carne de porco... Imaginem, se a China começar a comer de verdade carne de boi! Rondônia e Mato Grosso vão conseguir melhorar muito e vai ser bom para todo mundo, porque temos uma pecuária forte, como os demais Estados.

Quem sabe a nossa Presidente do Brasil, a Presidenta Dilma possa trazer da China os empreendedores que irão fazer esse trem-bala? E não colocarmos dinheiro do BNDES. Tudo bem! Não é dinheiro do Orçamento, e sim do BNDES? Ótimo, mas a que preço vamos colocar esses recursos nesses investimentos? Pelo menos, a equipe que participou dessa audiência pública não nos deu segurança de como será o pagamento; se a obra é viável. Sabemos que haverá passageiros, porque o movimento entre São Paulo e Rio é muito grande. Precisamos de mais dados. São muitas serras a serem cortadas, são muitos gargalos que há pela frente. São muitas situações críticas, Sr. Presidente, que temos de observar antes e num todo.

Ao mesmo tempo, precisamos duplicar muitas rodovias. Por mais que as rodovias gastem, quantos bilhões estão sendo investidos em nossa infraestrutura, em nossas rodovias? Por que não pegar parte desse dinheiro do trem-bala e colocá-lo no trem tartaruga e fazer a ferrovia de Sapezal para levar a soja até Porto Velho, para que não tenhamos 1.800 carretas pondo em risco todas as famílias?

Dizia também o Senador do Mato Grosso do Sul: “Por que não termos também aquela produção do Mato Grosso do Sul em parte escoada por trem, como já acontece, interligando os quatro cantos do País por ferrovia?”

Mas está faltando recurso. E, com certeza, o trem de carga mesmo sendo lento tem um custo/benefício muito maior do que outra situação.

Sei que muitos representantes do Rio estão trabalhando para que amanhã se possa aprovar essa medida provisória. Mas é bom toda equipe técnica analisar com carinho porque, dos 35 bilhões, 25 bilhões são do BNDES.

Eu vejo que o BNDES fala em 2 bilhões, 20 bilhões com tanta facilidade. E vejo muitos empresários pequenos ou de porte médio terem dificuldade para ter acesso a esse dinheiro; enquanto os grandes têm facilidades no acesso aos recursos.

Então, é esta Casa que tem de tomar providências e entrar em ação. É com isso que estamos trabalhando diuturnamente.

Sr. Presidente, hoje, fiz um aparte ao Senador que defendia um plebiscito para que a população brasileira vá às urnas novamente, para que se desarme mais ou se desarme menos, como reação ao que aconteceu. No aparte que fiz ao Senador, eu disse que eu, Senador Ivo Cassol, sou contra mais um plebiscito. O povo do Brasil já decidiu; o povo decidiu que arma é proibido e que, para andar armado, precisa-se ter autorização, porte, registro, sendo que a burocracia para tirar esses documentos na Polícia Federal é muito grande.

Ao mesmo tempo, o povo brasileiro e os Senadores assistiram ao que aconteceu na semana passada! A arma que matou aquelas doze crianças e atingiu várias outras crianças e adolescentes não foi registrada; era uma arma que estava na mão de bandido. O que precisamos fazer, sim, nesta Casa, Senadora e Sr. Presidente, é botar, na faixa de fronteira, a Polícia Federal e o Exército para não deixarem entrar mais arma para cá. No meu Estado, há 1.470 quilômetros de faixa de fronteira. Passa arma constantemente de lá para fomentar o crime no Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, o Governador fez um trabalho bonito nos morros e entrou nas favelas. Mas não adianta só fazer esse trabalho, Governador Sérgio Cabral! Precisamos com-

bater na raiz, de onde sai o mal! É a droga que passa pelas fronteiras nossas e fomenta a criminalidade nos grandes centros. É isso que tem de fazer!

Vamos pegar o dinheiro que gastariam para fazer o plebiscito. No passado, foram mais de R\$ 400 milhões...

A Srª Marinor Brito (PSOL – PA) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Daqui a pouquinho, Senadora, já lhe dou um aparte.

Vamos colocar esse recurso para o Exército brasileiro, para que ele possa montar e construir estruturas na divisa com Mato Grosso, com Mato Grosso do Sul, com o Paraná, com Rondônia, com Acre, com o Amazonas. Vamos colocar a nossa Força Aérea Brasileira, com nossos caças e helicópteros, também na faixa de fronteira.

Eu fui Governador, Sr. Presidente, e eu tinha que colocar a Polícia Militar, com os poucos policiais que tínhamos para coibirem o tráfico de droga e o tráfico de arma, enquanto a Polícia Federal tinha meia dúzia ou um pouco mais de policiais para poder cuidar de 1.470 quilômetros de faixa de fronteira.

O que precisamos não é mais desarmar o pessoal do bem. Temos de desarmar, sim, os bandidos, os criminosos, porque esses continuam armados, esses continuam andando para cima e para baixo, com arma a todo instante. É isso que precisamos.

Senadora Marinor – vou conceder um aparte a V. Exª –, defendo dessa maneira para podermos ter mais recursos, uma vez que somos contingenciados em todo Orçamento. Na nossa faixa de fronteira, precisamos coibir a droga. Junto com a droga, vem a arma. O que destrói um lar, uma família, hoje vemos... Filhos de amigos meus, de amigas minhas, com 14 anos, com 15 anos, com 16 anos estão viciados. Os pais não sabem o que fazer com os filhos viciados, drogados. E já não é só nos grandes centros que isso acontece. A droga não está só no Rio de Janeiro, não. A droga não está só em São Paulo. A droga está também em Rondônia, está nas escolas, está na zona rural, está em todos os lugares. Então, nós precisamos combatê-la lá na raiz.

Com a palavra a Senadora Marinor.

A Srª Marinor Brito (PSOL – PA) – Eu queria somar-me à parte do pronunciamento de V. Exª que diz respeito à falta de controle da Polícia Federal no combate ao tráfico de drogas. Aliás, traficar para o Brasil e do Brasil é a coisa mais fácil que existe: seja tráfico de armas, seja tráfico de drogas, seja tráfico de pessoas – que estão sendo levadas e trazidas para o trabalho escravo, levadas para a prostituição infanto-juvenil, meninas, meninos. É muito fácil traficar no País. Não é só a fronteira que não tem o controle da Polícia Federal.

Aqui mesmo, do Estado de Goiás, um dos polos do tráfico de pessoas, o principal polo, 18,9% das pessoas traficadas do Brasil saem do Estado de Goiás. Então, eu me somo ao pronunciamento de V. Exª no que diz respeito a esse desgoverno. Mas eu queria, se V. Exª me permitir, exercer o contraditório no que diz respeito ao plebiscito, por alguns motivos, Senador. Eu acho que nós temos a obrigação de refletir, cada vez mais, sobre essas temáticas, porque nós decidimos muitas vezes o rumo do ar que o povo brasileiro respira. Então, no País o número de homicídios aumentou, entre o ano de 2010 e 2011, 103%, a maioria dos quais com arma de fogo. Isso virou uma coisa tão rotineira na vida das pessoas, nas cidades, que, como V. Exª disse, em todas as cidades e não mais só nas capitais, que não choca mais o País. Isso não mobiliza mais as autoridades. Mas isso é parte do cotidiano. Jovens, negros, adolescentes estão matando e morrendo todos os dias nas cidades brasileiras. Não é um grupo de sete ou de onze crianças que estavam na escola, uma barbaridade que choca, que emociona, mas é parte da rotina do povo brasileiro estar matando e morrendo. Então, eu defendo os mecanismos de participação direta do povo nas decisões. Agora, sem que o Governo instrumentalize o debate, porque com todo e qualquer debate que aconteça de forma plebiscitária, sem que a população tenha a oportunidade de saber o lado bom e o lado ruim, onde está o nó crítico da questão, nós vamos ter resultados como os que nós tivemos. O povo brasileiro não teve a oportunidade porque houve uma campanha midiática muito favorável ao não desarmamento. E é o que dá: o não desarmamento beneficiou quem afinal de contas, senão o crime organizado, o tráfico de armas? Porque a Polícia Federal, o governo se escora nessa decisão plebiscitária, quando, na verdade, quem precisa mesmo ser desarmado é quem está patrocinando as mortes do povo brasileiro, seja com a facilidade de traficar a arma, seja com a facilidade de redistribuí-la aqui no País. E com certeza não é à minha casa que ela chega. Vai chegar na casa do traficante, vai chegar na casa do aprendiz de traficante, do vulnerável ao tráfico, que hoje é a maioria do povo brasileiro. Então, eu acho que a gente deveria refletir muito sobre isso, acho que precisamos monitorar essa questão. Não temos sequer um mapeamento dessa questão no Brasil. O Governo Federal negligencia a sua tarefa. A pesquisa que foi feita agora, encomendada pelo Ministério da Justiça, precisa ser destrinchada aqui neste Congresso, porque precisamos analisar esses dados e refletir sobre qual é o nosso papel ao tomar uma decisão, ao buscar reconstruir uma decisão para aumentar os mecanismos de participação do povo – aumentar com instrumentos.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigada, Senadora, pelo aparte.

A Srª Marinor Brito (PSOL – PA) – Eu é que lhe agradeço, Senador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu quero dizer a V. Exª que pactuo com parte do seu discurso. Quanto à outra parte... Nós já tivemos, há pouco tempo, um plebiscito. No meu ponto de vista, antes, Srª Senadora, de um novo plebiscito, nós precisamos tomar medidas enérgicas em relação às nossas faixas de fronteira, ao contrabando de arma, ao contrabando de drogas. E há outra coisa principal, Senadora: a senhora já percebeu, quando a senhora citou os índices de assassinatos, que a maioria é praticada com armas contrabandeadas?

Boa parte, na maioria disso aí, é difícil a senhora ver um crime passional. É difícil. Parte das armas usadas nesses crimes, infelizmente, Sr. Presidente, acabou saindo de dentro de uma delegacia, ou de dentro de um quartel, porque os bandidos são audaciosos, são encorajados a enfrentar a nossa polícia, a roubar as armas do governo, ou estadual ou federal, para depois usá-las na criminalidade, como já aconteceu em vários lugares no Brasil.

Então, antes que se faça um plebiscito... Porque não são as pessoas de bem que estão matando. Não são as pessoas numa briga de casal que estão usando arma dentro de casa e estão matando, porque podem pegar uma faca, um canivete, uma navalha, uma tesoura. Estou me referindo às mortes que ocorrem no Brasil, às mortes que estou acompanhando; esses assassinatos são fruto de roubos, de sequestro. Tínhamos que ter uma maneira de coibir que essas armas chegassem na mão desses traficantes.

Da mesma maneira, o trabalho que foi feito no Rio de Janeiro, nos morros. Quando tomaram conta dos morros, Sr. Presidente, o que aconteceu? Os traficantes que mandavam nos morros fugiram e se elitizaram. Vocês, o povo carioca, povo brasileiro, vocês acham que parou de ter droga no morro? Não.

Simplesmente eles pararam de mandar nos morros, mas a droga continua nos quatro cantos deste País. Se queremos combater a criminalidade, Senadora, precisamos, em primeiro lugar, combater o tráfico de droga. É ele que fomenta, é ele que sustenta a criminalidade, é o cidadão viciado que rouba a mãe, rouba o pai, rouba os vizinhos, faz qualquer coisa. Então nós temos que combater o problema na raiz. E por isso o meu chamamento: em vez de gastar esse dinheiro hoje, vamos usá-lo, vamos dá-lo às Forças Armadas; vamos construir estruturas nas faixas de fronteiras; vamos colocar equipamentos com esses milhões que vamos gastar para coibir a droga.

Vou dar um exemplo aqui para o Sr. Presidente, para encerrar, que já estou aqui há alguns minutos. Senadora, vou dar um exemplo para a senhora, que é do Pará. Com certeza, a droga não vem por navio dos Estados Unidos, não vem dos outros países; a droga sai daqui dos países vizinhos, dos países andinos. É com esse corredor que nós temos que acabar; é esse corredor que nós temos que aniquilar. Mas lá pelos navios, sim, pode ir outra coisa, as armas, porque, lá fabricam bastante. Com certeza, vêm para países como o Paraguai, vêm para países como a Bolívia e você consegue qualquer arma que quiser, de metralhadora a fuzil, de bazuca a não sei o quê.

No meu entendimento, nós precisamos, urgentemente, que esta Casa pegue as economias para colocar estrutura. Alguém diz o seguinte: “Mas o Exército brasileiro não está preparado”. Está, sim. Está, sim. Sabe por quê, Sr. Presidente? Porque ele está preparado para uma guerra.

Quando o Exército entrou no Rio de Janeiro, bandido correu para tudo quanto é lado. Eles não alisam, porque lavar cabeça de burro é perder água e sabão. Não adianta, os caras correm mesmo. Vocês viram a corrida que deu no morro, para tudo quanto é lado. Então é assim que tem que ser feito. É botar ordem na casa. Quando se tem ordem, tem respeito. É por isso que agradeço, mais uma vez, por essa oportunidade.

Quero aqui aproveitar para encerrar e dizer que, na próxima semana, depois da Páscoa, estou preparando um material completo sobre os oito anos que eu fiz no governo, quando, por várias vezes, dei aumento para os servidores. Eu queria ter dado muito mais aumento. Qual o governante que não quer melhorar o salário dos seus servidores? Quem não quer fazer isso? Quem de nós não quer pagar salário melhor para a empregada doméstica, para o motorista, para o assessor? Quem, no Senado, não quer ganhar mais? Quem que está me ouvindo, que está assistindo, não quer ganhar mais? Mas você tem que trabalhar dentro do limite.

E aí – pasmem –, esta semana eu vi que o Governo do meu Estado de Rondônia, esse Governo da nova Rondônia, do novo Governo, mandou um projeto de lei de 6% de aumento para a Assembleia Legislativa, dizendo que não podia dar mais aumento porque o ex-governador, o governo anterior, tinha deixado quase R\$200 milhões de dívida para um Estado que tem R\$6 bilhões. E botou como dívida para mim, para o João Cahula, nosso Governador, precatórios. Precatórios, todo mundo sabe, é dívida de governos incompetentes do passado. Nos meus oito anos eu paguei todas as dívidas e paguei ainda conta dos precatórios.

Mas colocaram como dívida. E colocaram o comparativo do que eu tinha dado de aumento. Mas eu quero

lembrar àquela administração do Estado de Rondônia que eu dei 4,5% de aumento e dei mais R\$200,00 para cada professor que estivesse na sala de aula. Só para a educação foram 18,48% que dei de aumento para os professores.

Para a Polícia Militar do meu Estado, no final de 2009, dei um aumento de 23,75%. Incorporei isso ao salário, incorporei essa gratificação ao salário e depois dei mais 4,5%.

Agora o novo Governo dessa nova Rondônia vem dizer para o povo do meu Estado que não pode dar aumento porque ficaram R\$169 milhões, porque está descontando muitas outras coisas.

Eu quero dizer mais. Sabe quanto deu de aumento de receita, que eu deixei, em janeiro e fevereiro? Deu R\$222 milhões a mais de arrecadação. Então, se tivesse ficado alguma dívida, com certeza, essa arrecadação em excesso daria para pagar e ainda sobrava dinheiro.

Mas quando mais fiquei triste hoje foi quando me ligaram da cidade de Buriti, a cidade onde o Estado tem o hospital – e olha que o Governador de Rondônia é médico... Levou o Jornal Nacional e mostrou para o Brasil que tinha fila em Porto Velho. É verdade, tinha fila, por causa das usinas. Todo mundo sabe disso. E na cidade de Buriti nós nunca deixamos faltar medicamento, nunca deixamos faltar nada, profissionais. Hoje, o hospital, infelizmente, se encontra sem condições. Os doentes estão pedindo a seus familiares para comprarem medicamentos. Não posso compactuar com isso, porque prometeram para Rondônia uma nova Rondônia, prometeram para o meu Estado um novo governo.

Então, estou aqui, nesta tribuna, chamando a atenção do governador do meu Estado para que tome providência urgentemente, com a sua equipe, porque está levando a cometer erros.

Governador Confúcio, você está cometendo erros!

Quero dizer mais aqui, Sr. Presidente: não existe secretário municipal ruim; existe prefeito ruim. Não existe secretário estadual ruim; existe governante ruim.

Sr. Governador, não dá mais para culpar os secretários. O senhor tem que tomar providências. É sua responsabilidade.

Veja a situação que está o João Paulo II, com filas e filas, com pacientes no chão. Não estão deixando a imprensa entrar e filmar. Na semana passada, o Deputado Euclides Maciel entrou com uma microcâmera e filmou os pacientes no chão. E cadê a parceria que iam fazer no interior? Espero que façam, porque quero aplaudir a administração. Agora, não vou aceitar, de maneira nenhuma – enquanto houve aumento de receita, mais de 20%, já que a média vai dar mais de 20% este ano, porque, só nos primeiros três meses,

já deu mais de 40% de aumento de receita –, dizerem que não podem dar aumento para os servidores porque ficou débito da Administração passada. Quem dera, Sr. Confúcio, se os débitos que deixamos para ti fossem iguais aos que o PMDB teu deixou para nós, iguais aos que o outro partido, do governador que foi parceiro seu, deixou para trás, deixando salários atrasados, deixando encargos sociais para trás. Encargos sociais nem pagaram. Quebraram o Beron. Hoje há hoje dinheiro em caixa porque foi o meu governo que pagou. Sem contar que não pagaram os fornecedores, não pagaram os prestadores de serviço, e com vários meses, como falei no começo, de salário atrasado.

Era essa reflexão que eu queria que o governador do meu Estado fizesse para parar de falar porcaria, para parar de falar asneira, para parar de ficar querendo culpar o meu time que fez parte daquele governo que moralizou aquele Estado, que consertou aquele Estado de bandido e ladrão que tinha lá, porque o governo deles, Presidente, que viciou. O Governo deles é que manteve, no passado. E eu enfrentei, denunciei. A mídia nacional, o Fantástico foi ao Estado de Rondônia... E muitas pessoas me chamavam de louco. “Esse Governador é louco, denunciando, fazendo isso. Não tem medo de morrer?” Quem não tem medo de morrer? Todo mundo tem. Mas eu não vou ficar aqui para semente, não. O povo me deu um cargo público, e é com esse cargo público que vou retribuir, com muita honra. Não vou ser mais um que passa pela vida política só para ter um cargo: “Fui isso, fui aquilo”. O cargo não me faz a cabeça, a posição não me faz a cabeça, o mandato é pela vontade de Deus e pelo voto da população. Foi por isso que moralizamos e consertamos esse Estado.

Espero que o Governador, a partir de agora, tome providências, arrume as estradas do Estado, comece a fazer, porque dinheiro tem. Dinheiro tem! Tem mais de R\$300 milhões em caixa, como já falei esses dias. Não estão pagando os fornecedores, para depois vender facilidades.

Portanto, Sr. Presidente, quero aqui deixar o meu abraço, agradecer pela compreensão de V. Ex^a, agradecer o aparte da Senadora Marinor Brito, dizer ao povo do Pará que, em breve, estaremos no Pará, em audiência pública da Subcomissão da Belo Monte, e aproveitar também essa oportunidade e desejar...

A Sr^a Marinor Brito (PSOL – PA) – A ida de V. Ex^a é uma honra.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Fico feliz. Olhe, me convide para jantar ou almoçar que farei questão de...

A Sr^a Marinor Brito (PSOL – PA) – O convite está feito, Excelência.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Então, está combinado.

A Srª Marinor Brito (PSOL – PA) – Eu vou até para a cozinha, se for necessário.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, agradeço de coração, mas quero aqui aproveitar uma semana antes da Páscoa e desejar ao povo brasileiro, ao povo do meu Estado uma feliz Páscoa, de muita paz, muito amor, muita alegria. Sei que é cedo ainda, o trabalho continua, mas, ao mesmo tempo, quero me colocar à disposição e parabenizar os servidores das usinas de Jirau e de Santo Antonio, que voltaram ao trabalho, pedindo sempre aos sindicatos que não deixem as vontades individuais sobrepor-se aos interesses nacionais, porque o que aconteceu no meu Estado não foi bom para a Nação, não foi bom para o povo de Rondônia. O povo de Porto Velho viveu momentos de terror, momentos difíceis, mas é um povo trabalhador, um povo aguerrido, um povo que acredita, um povo que faz.

Por isso, agradeço a oportunidade e deixo o meu abraço.

Até a próxima oportunidade, se Deus assim o permitir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Concedo a palavra à Senadora Marinor Brito.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, ouvintes, telespectadores da Rádio e TV Senado, funcionários da Casa, os que até este horário acompanham aqui os nossos pronunciamentos, estou vindo de Belém, não pude participar da votação nominal hoje porque, junto com a Universidade Estadual do Pará, com a Universidade Federal do Pará e o Movimento Xingu Vivo, realizamos um seminário chamado Energia e Desenvolvimento, a Luta contra as Hidrelétricas na Amazônia, numa reflexão teórica, científica, tendo por base os estudos feitos por diversas universidades brasileiras, por diversos cientistas que compõem hoje o painel de especialistas que debatem os impactos socioambientais e analisam as perspectivas energéticas brasileiras. E o debate feito por meio dos diversos instrumentos jurídicos que foram utilizados nesses vinte anos em relação a Belo Monte.

Por isso, não consegui chegar a tempo de participar da votação, mas fiz questão de vir registrar a minha presença e, mais do isso, dizer da minha preocupação, Senador, com uma movimentação política que me parece estar acontecendo no Senado Federal, espero que não seja verdadeira, no sentido de boicotar uma decisão da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, que aprovou uma diligência a Belo Monte no dia 16, no próximo sábado, portanto, para ouvir o outro lado

da história, para ouvir as comunidades tradicionais, os indígenas, os ribeirinhos, os pescadores, que não estão sendo ouvidos pelos diversos governos que se sucederam nesses últimos vinte anos, que não tiveram a oportunidade de participar, assim como os estudiosos da questão energética, a Academia Brasileira não foi ouvida no debate feito pelo Governo Federal quando definiu o modelo energético e a implantação das hidrelétricas, tendo a Região Amazônica, em especial o Estado do Pará, como celeiro da exploração dos recursos hídricos e da constituição de um modelo que sequer foi analisado cientificamente pelo Governo.

Lamentavelmente, os estudos socioambientais feitos até agora foram realizados a partir, pasmem, das empreiteiras que têm interesse e que estão envolvidas no projeto de Belo Monte. É a raposa tomando conta do galinheiro. É inusitado que o Governo brasileiro, que tem no seu plano plurianual a decisão de ocupar o espaço da Pan-Amazônia, da América Latina, como foco de comercialização de energia, não tenha tido o cuidado de delegar, de contratar cientistas, de contratar as universidades brasileiras para estudar os impactos deste ou daquele modelo – porque são vários modelos energéticos existentes no mundo. Nós poderíamos optar por vários modelos energéticos, até pelo mesmo, com custo muito menor do que o BNDES anuncia gastar na hidrelétrica de Belo Monte, gerando, segundo o painel de especialistas, muito mais energia do que vai ser gerada em Belo Monte.

Então, nós lamentamos que esse movimento, nestes últimos dias, tenha tirado o avião da Aeronáutica que estava previsto para levar os Senadores. Nós estamos nos organizando, com a dificuldade do transporte na Amazônia, para viajar em avião de linha, tendo de ficar muito mais tempo na região, o que já é um dificultador para o deslocamento dos Senadores. E Senadores da base do Governo que estavam absolutamente convencidos da importância e da necessidade de ouvir as comunidades tradicionais, nestes últimos dias, desistiram da viagem.

Com um, com dois, com meio, com quatro, com dez, com cinquenta, com oitenta e um, nós vamos a Belo Monte. E vamos ouvir. Eu vou exercer o meu papel de Senadora da República. Eu vou ouvir as comunidades tradicionais. Eu vou visitar a área e vou junto com o Ministério Público Federal, com a OAB, tanto a do Estado do Pará quanto a OAB nacional, com entidades nacionais que têm, sim, preocupação com o povo da Amazônia. Que não têm no lucro e na distribuição desse lucro entre os setores das elites brasileiras a sua prioridade.

O BNDES, que é o segundo maior banco estatal do mundo, que financia o projeto de Belo Monte, tem,

no seu projeto de financiamento das hidrelétricas, financiamento de hidrelétricas em outros países da América Latina – no Peru, por exemplo – a juros que o povo brasileiro não tem o direito de pagar, baixinhos, a 4% ao ano. Esse é um megaempreendimento, que envolve vários países da América Latina. E pasmem V. Ex^{as}: nós não temos o levantamento da necessidade energética do povo brasileiro. Esse debate tem sido feito de uma forma muito irresponsável e em nome do mito do apagão que o País vivenciou nesses últimos anos, mas nós nem sabemos se o que se gera de energia neste País, se ficasse no País a energia, seria ou não suficiente para atender ao povo brasileiro.

Vejam: a hidrelétrica de Tucuruí, até hoje, há mais de vinte anos instalada, não tem energia destinada aos sete Municípios da região. Há locais nos Municípios de Tucuruí, de Cametá, de Oeiras do Pará, de Baião, de Limoeiro do Ajuru que não têm energia elétrica, que ainda funcionam com motor, não tem 100% de energia na região. E aí nós temos que ficar calados, batendo palmas para o Governo Federal e para as empreiteiras por mais um anúncio de um megaprojeto para nossa região, uma região que já viveu o ciclo da borracha como a grande maravilha da geração de renda, emprego e desenvolvimento. E o que ficou na região? Uma região que já viveu os grandes anúncios de desenvolvimento com a Transamazônica, que até hoje não é asfaltada, que até hoje não foi concluída.

Agora, Belo Monte é o salvador da pátria; Belo Monte, que vai inundar uma região imensa; Belo Monte no rio Xingu, que passa por dois Estados que tem mais de trinta populações indígenas diferentes que vão sumir do mapa – vão sumir do mapa.

Nós não podemos ficar calados. Eu apelo aos Senadores da República, inclusive aos que se posicionaram contra a decisão da OEA, com notinhas prontas, sem refletir sobre por que o povo da Amazônia procurou a OEA.

Será que o povo da Amazônia está sendo ouvido em alguma esfera de Poder? Não, não está. A primeira ação contra a instalação de Belo Monte foi exatamente por isso, há 20 anos, porque não foi respeitada a Constituição Federal, que obriga que, para se fazer qualquer empreendimento em áreas indígenas, as populações indígenas devem ser ouvidas. Sequer foi aprovada no Congresso Nacional a decisão. E, felizmente, nós ganhamos essa ação. Foi até o Supremo, e nós ganhamos a ação.

De lá para cá, existem mais dez ações, e uma trás da outra tem derrotado a tese do Governo, sobretudo, quando se trata do descumprimento da lei, quando se trata do descumprimento dos itens que compõem os contratos assinados com as empreiteiras, a participação do Governo na estruturação das cidades da região de

Belo Monte, seja do ponto de vista do saneamento, das escolas, das unidades de saúde, dos hospitais.

Ora, temos uma região absolutamente vulnerável socialmente, com altos índices de desemprego, de violência sexual contra crianças e adolescentes. É o foco do tráfico de meninos e meninas para fora do País.

Infelizmente, o Governo não está preocupado com isso, porque, se estivesse, a Presidenta Dilma abriria as portas do Palácio para ouvir o povo daquela região, abriria as portas do Governo para ouvir os especialistas que têm, ao longo dos anos, pesquisado essa área e mostrado a incongruência desse projeto

Está em minhas mãos a Carta de Belém, que foi escrita hoje, num seminário realizado na Universidade Estadual do Pará que, como eu disse, foi parceira, junto com a Universidade Federal do Pará, e recebeu um grupo de especialistas na área: Dr. Guilherme Carvalho, Dr. Francisco Del Moral, que debateram sobre os modelos energéticos e a política de desenvolvimento para a Amazônia, e também o Deputado Edmilson Rodrigues, que foi o Deputado mais votado do Pará, Doutor em Geografia Humana pela USP, foi Prefeito por oito anos na cidade de Belém, Prefeito premiado nacional e internacionalmente, com gestão participativa, com um modelo de gestão que retirou das ruas as meninas e os meninos, foi o primeiro a implantar o Bolsa Escola, foi premiado em Dubai, por duas vezes, como o Prefeito Criança, foi premiado pelas melhores práticas de inclusão social.

Esse painel de especialistas que debateu hoje nos trouxe muitas reflexões, sobretudo a reflexão de que é preciso resistir e de que é preciso insistir com os Senadores da República, de que é preciso insistir com os Deputados Federais, com os Governadores dos Estados onde tem previsão de construção de hidrelétrica, com a Presidenta Dilma Rousseff, que esse projeto não pode descer goela abaixo do povo da Amazônia, que ele não pode ser implantado de qualquer jeito, como temos ouvido os Ministros se posicionarem. Não é de qualquer jeito! O povo da Amazônia tem que ter voz! O povo da Amazônia tem que ser ouvido!

Esta Carta de Belém, dentre outras reflexões, traz o alerta de que vamos resistir; vamos resistir até que o povo daquela região seja ouvido! Porque não queremos lá mais duzentas mil pessoas que estão se deslocando quando o Governo está anunciando a geração de vinte mil empregos, quando só na cidade de Altamira temos dezoito mil desempregados! Não queremos mais o espaço privilegiado pela vulnerabilidade social para injeção da droga naquela região. Não queremos mais as mazelas que o Estado brasileiro tem produzido para o povo brasileiro, à luz dos interesses internacionais dos grandes empreendedores, dos que têm a

facilitação do dinheiro público com juros baixos, para gerar fome, miséria e prostituição para o nosso povo. Não queremos mais!

Enquanto eu tiver voz aqui, neste Senado Federal, enquanto não vieram para cá, para o meu lugar, os fichas-sujas, eu vou continuar apelando às autoridades brasileiras em nome do povo da Amazônia.

Passo, agora, à leitura da Carta de Belém, que foi escrita e aprovada no dia de hoje, no seminário realizado na Universidade Estadual do Pará.

Carta de Belém em defesa dos rios, da vida e dos povos da Amazônia

Os participantes do seminário 'Energia e desenvolvimento: a luta contra as hidrelétricas na Amazônia', após ouvir professores e pesquisadores de importantes universidades afirmarem que Belo Monte não tem viabilidade econômica, pois vai produzir somente 39% de energia firme, 4,5 mil MW dos 11 mil prometidos. Afirmarem ainda que a repotenciação de máquinas e equipamentos e a recuperação do sistema de transmissão existente poderiam acrescentar quase duas vezes o que esta usina produziria de energia média, investindo um terço do que se gastaria na construção de Belo Monte.

Após ouvirem o procurador do Ministério Público Federal [Dr. Felício Pontes] falar sobre a arquitetura de uma farsa jurídica: falta de documentação, oitivas indígenas que nunca existiram, licenças inventadas e ilegais, estudos de impacto incompletos e que não atendem as exigências sociais, ambientais e da própria legislação. Após ouvirem o povo Gavião da Montanha, relatando a luta que até hoje travam contra a Eletronorte, que os expulsou de suas terras quando a hidrelétrica de Tucuruí começou a ser construída, tendo sua cultura seriamente ameaçada, enfrentando doenças e problemas sociais que antes não conheciam. Mostrando que sua luta já dura mais de 30 anos, e que até hoje não conseguiram sequer direito a uma nova terra.

Após ouvirem os movimentos e organizações sociais denunciarem que os povos do Xingu, agricultores, ribeirinhos, pescadores, indígenas, extrativistas, entre outros grupos, estão sendo criminalizados e simplesmente ignorados. Situação reconhecida pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, que solicitou ao governo brasileiro que pare a construção de Belo Monte enquanto os povos indígenas não forem ouvidos.

Após verem os exemplos históricos dos grandes projetos na Amazônia, inclusive exemplos mais recentes como o das hidrelétricas no rio Madeira, onde foi verificado desde o não cumprimento dos direitos trabalhistas, até mesmo trabalho escravo, levando os trabalhadores a se rebelarem contra a opressão que vinham há muito tempo sofrendo.

Afirmam que a UHE [Usina Hidrelétrica] Belo Monte não tem nenhuma sustentabilidade social, econômica, ambiental, cultural e/ou política, por isso representa uma insanidade.

Afirmam que o governo brasileiro trata hoje Belo Monte de forma obsessiva, irracional, movido unicamente pela necessidade de atender a interesses políticos e econômicos, em especial os das grandes empreiteiras.

Afirmam que é possível impedir a construção da UHE [Usina Hidrelétrica] Belo Monte, defendendo os rios, a floresta, as populações rurais e urbanas, a vida na Amazônia, no Brasil e no mundo.

Diante disso, os participantes deste seminário assumem os seguintes compromissos:

- fortalecer uma grande frente contra o barramento dos rios da Amazônia;
- fortalecer o movimento contra Belo Monte, inclusive criando novos comitês;
- cobrar um grande debate no Senado Federal, com a presença dos Senadores e povos do Xingu. [...]

Faço uma ressalva, exatamente porque o Governo não está ouvindo, o Congresso não está ouvindo, os Senadores estão criando dificuldades ou sendo pressionados a não irem a Belo Monte. Então, o povo do Xingu quer ser ouvido pelos Senadores e decidiu cobrar um grande debate no Senado Federal com a presença dos Senadores e do povo do Xingu.

A carta finaliza:

Belo Monte não!

Terra sim!

Viva o rio Xingu, vivo para sempre!

Viva os rios da Amazônia, vivos para sempre!

Belém, 12 de abril de 2011.

Essa é a carta escrita pelos ambientalistas, pelos movimentos sociais, pelos indígenas, pelos povos tradicionais, que participaram, no dia de hoje, conosco. Tive orgulho de estar numa mesa, colaborando com a discussão, junto com essas autoridades da área acadêmica, que nos deram uma lição de que é possível resistir, que nós temos elementos científicos fortes para

demonstrar e tentar sensibilizar as autoridades, sobretudo o Governo Federal, dessa forma insana como está sendo conduzido o processo de Belo Monte.

Não é à toa que a decisão da OEA foi favorável às populações tradicionais. Não é à toa que a decisão da OEA foi exigir do Governo brasileiro a paralisação das obras de Belo Monte.

E aqui quero deixar muito claro: não existe nenhuma contradição entre defender os rios da Amazônia, entre defender a vida e a vida dos povos da Amazônia e pensar o desenvolvimento da região, e pensar o desenvolvimento numa perspectiva sustentável. É possível, e temos instrumentos suficientes nas academias, nas pesquisas feitas Brasil afora, inclusive fora do País, que nos possibilitam, caso o Governo resolva refletir sobre essa questão, que o desenvolvimento na nossa região seja feito à luz dos interesses do próprio povo da região, e não a partir exclusivamente do lucro dos empreiteiros, que historicamente têm explorado o nosso povo, explorado a nossa região.

Agradeço a atenção do Senador, nosso Presidente em exercício nesta sessão.

Coloco-me à inteira disposição, através do nosso **blog**, do nosso *site*, para conversar com outras comunidades ribeirinhas, com outras comunidades indígenas, com as ONGs, com os que lutam em defesa do povo

brasileiro, para que possamos reforçar a luta em defesa dos rios da Amazônia, a luta em defesa do povo da Amazônia, do povo brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Quero parabenizá-la, Senadora Marinor Brito, pela atuação sempre firme na defesa dos interesses do grandioso...

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Está convidado a ir a Belo Monte.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Fico agradecido.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Vamos lá? Vamos a Belo Monte?

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Podemos ir. Vamos programar.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Faça isso. É sábado agora, dia 16.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Está certo.

Quero parabenizá-la pela defesa dos interesses do Pará, da Amazônia e dos povos que constituem o grande povo amazônida.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 403, DE 2011

“Requer ao Ministro de Estado da Defesa Nelson Jobim informações a respeito do andamento das obras de ampliação do Aeroporto Internacional de Macapá”

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro de Estado da Defesa Nelson Jobim:

- 1) Quanto já foi gasto nas obras de ampliação do Aeroporto Internacional de Macapá?
- 2) Quanto ainda deve ser gasto para conclusão das obras?
- 3) Qual a previsão orçamentária para a conclusão de toda a ampliação do aeroporto?
- 4) Qual a previsão para retomada das obras?
- 5) Qual o cronograma de realização da 1ª etapa da ampliação?
- 6) Qual a alternativa que será adotada pela Infraero para minimizar os transtornos no embarque e desembarque de passageiros durante o período das obras?

Sala das sessões,

Senador **RANDOLFE RODRIGUES**

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 404, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Aracy Moebius de Carvalho Guimarães Rosa, apresentando condolências à família.

Justificação

O Brasil está de luto com a perda da viúva do escritor João Guimarães Rosa, a Senhora Aracy Moebius de Carvalho Guimarães Rosa, que faleceu no último dia 3 de março.

Ela tinha 102 anos e sofria do Mal de Alzheimer. Dona Aracy prestou serviços ao Itamaraty, ao trabalhar no Consulado Brasileiro em Hamburgo, e é conhecida por ter ajudado muitos judeus, que fugiam do Holocausto, a entrarem ilegalmente no Brasil durante o governo de Getúlio Vargas. Ela tem o nome escrito no Jardim dos Justos entre as Nações, no Museu do Holocausto (Yad Vashem), em Israel e também é homenageada no Museu do Holocausto de Washington (EUA).

Rosa quando foi para a Alemanha, conheceu Aracy e se apaixonaram. Quando voltaram juntos ao Brasil, em 1942, Rosa e Aracy casaram-se por procuração, no México, já que ainda não era permitido o divórcio aqui. Eles ficaram juntos até a morte dele em 1967. Durante os quase 30 anos de romance, o escritor publicou toda a sua obra. O livro **Grande Sertão: Veredas** foi dedicado a Aracy, que detém os direitos integrais da obra.

O velório foi no Hospital Albert Einstein, Aracy já foi cremada no Crematório Horto da Paz. Dona Aracy ia completar 103 anos no dia 20 de abril.

Apresento hoje um requerimento para que o Senado Federal possa expressar, em meu nome e de todos os demais senadores, os nossos sinceros sentimentos de pesar pela morte dessa destacada brasileira. – Senadora **Lídice da Mata**.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 405, DE 2011

Nos termos do artigo 256, I do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada do requerimento nº 264, de 2011.

Sala das Sessões, – Senador **Luiz Henrique da Silveira**.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – A Presidência defere o requerimento.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 406, DE 2011

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro dos Transportes, as seguintes informações:

Quais os termos do convênio para a construção do “Terminal Pesqueiro de Manaus”, abrangendo desde a entidade conveniada, prazos, metas e objetivos, bem como o montante de recursos repassados pelo Ministério dos Transportes para a construção do referido terminal?

Houve contrapartida do órgão conveniado e a quem caberá a administração do terminal?

O Ministério integra alguns dos pólos da ação reivindicatória da área onde foi construído o terminal? Por ocasião da celebração do convênio, o Ministério tinha informações sobre o domínio do terreno onde foi construído o terminal?

Quais as ações que o Ministério tem desenvolvido para por em funcionamento o terminal pesqueiro?

Justificação

Em recente visita a Manaus, a Ministra da Pesca e Aquicultura, Senadora Ideli Salvatti, reconheceu o potencial da pesca no Estado do Amazonas e destacou a importância do “Terminal Pesqueiro de Manaus”, rechaçando a possibilidade da sua Pasta em administrá-lo em razão de litígio envolvendo o terreno onde foi construído o referido terminal. Para autoridades estaduais, por sua vez, o terminal, com capacidade de apenas 200 toneladas, tem uma estrutura incompatível com a demanda de Manaus, constituindo-se, na realidade, num posto de embarque e desembarque de mercadorias. A imprensa noticiou que foram gastos

recursos da ordem R\$ 14 milhões provenientes do Ministério dos Transportes.

É extremamente preocupante que o volume de recursos gastos na construção do terminal pesqueiro não tenha ainda previsão de funcionamento, nem tampouco atenda às reais necessidades daqueles que precisam do complexo para sua atividade.

Sendo assim, solicito que o Ministério dos Transportes preste as informações solicitadas para melhor avaliação da aplicação dos recursos envolvidos na construção do terminal e as consequências da sua inoperância.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

REQUERIMENTO Nº 407, DE 2011

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal solicito que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Defesa, as seguintes informações:

Como é de conhecimento geral, a fronteira do Brasil com a Bolívia sofre de falta de fiscalização policial e vários problemas decorrentes do tráfico de drogas. E o estado do Amazonas também sofre com a entrada de entorpecentes, sendo inclusive uma porta de entrada em razão das longas distâncias e da falta de pessoal para realizar a fiscalização de forma mais intensa.

De acordo com informações, o Brasil realizou com a Bolívia um acordo de cooperação contra o tráfico de drogas, a fim de combater a entrada dos mais diversos entorpecentes pelas fronteiras do país.

Nesse sentido, solicito as seguintes informações:

- As medidas que estão sendo tomadas para prevenir e coibir novas entradas de drogas pelas fronteiras;
- E se há planejamento previsto para realização de novas operações.

Sala das Sessões, 07 de abril de 2011

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 408, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 218, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados Votos de Pesar, aos familiares da Senhora Yolanda Marques Goulart, falecida nesta terça-feira, em decorrência de problemas cardíacos.

Mãe de sete filhos, ela era a última irmã viva do ex-presidente João Goulart. Estava internada há três dias no Centro de Tratamento Intensivo – CTI, do Instituto de Cardiologia em Porto Alegre (RS)

Sala das Sessões, 12 de abril de 2011. – Senadora **Ana Amélia**, Vice-Líder do PP.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União o **Aviso nº 266-GP-TCU, de 2011**, na origem, encaminhando ao Congresso Nacional cópia de deliberação daquele Tribunal constatando indícios de irregularidade grave com recomendação de retenção parcial de valores em obra que menciona.

A matéria será publicada no **Diário do Senado Federal** de 13 de abril do corrente.

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 266-GP/TCU

Brasília, 7 de abril de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

A fim de manter atualizadas as informações prestadas a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a respeito das fiscalizações de obras públicas, informo a Vossa Excelência que, consoante deliberação deste Tribunal, cuja cópia segue em anexo, foram constatados indícios de irregularidade grave com recomendação de retenção parcial de valores na seguinte obra:

- (PAC) BR-101/PE - Adequação Trecho Divisa PB/PE - Divisa PE/AL (TC 019.731/2009-3).

Por fim registro que esta Corte de Contas encontra-se a disposição de Vossa Excelência para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Respeitosamente, – **Benjamin Zymler**, Presidente.

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente,
Senhores Ministros,
Senhor Procurador-Geral,

Comunico aos eminentes pares que no dia 21-3-2011, ao atuar como Relator no TC 019.731/2009-3, adotei, com fulcro no **caput** do art. 276 do Regimento Interno/TCU, medida cautelar determinando que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) promova a imediata adequação dos preços praticados no âmbito do Contrato nº 104/2010, cujo objeto é a execução de obras de duplicação e restauração com melhoramento na Rodovia BR 101/PE, com vistas à eliminação de sobrepreço identificado em 23 itens da planilha de preços do contrato.

Após a realização de oitiva prévia junto ao DNIT e ao consórcio executor da obra, formado pela Construtora OAS Ltda. e pela empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A., o sobrepreço inicialmente identificado, no valor de R\$18.891.681,17, foi reduzido para R\$12.675.182,78. Logo, permanece a irregularidade e a consequente necessidade de atuação urgente do TCU, para evitar prejuízo ao erário.

Até o julgamento de mérito do processo, deverá o DNIT obedecer aos valores máximos sugeridos pela 2ª Secretaria de Fiscalização de Obras deste Tribunal (Secob-2), que foram por mim acolhidos, com relação aos 23 itens da planilha de preços do contrato que apresentaram sobrepreço, a exemplo dos serviços de “placa concreto cimento portland”, “subbase de concreto rolado” e “barreira simples pré-moldada de concreto”,

que representam, aproximadamente, 70% do sobrepreço global que mencionei anteriormente.

Além disso, os pagamentos já efetuados pelo DNIT ao Consórcio OAS-Mendes Júnior devem ser objeto de desconto em faturas vincendas, considerando eventuais diferenças que forem identificadas entre os valores pagos e os valores máximos constantes do despacho por meio do qual a medida cautelar foi adotada.

Destaco, ainda, que autorizei a Secob-2 a efetivar as audiências dos gestores envolvidos com as irregularidades identificadas na representação.

Submeto, nesta oportunidade, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno/TCU, para apreciação deste Plenário, a medida cautelar adotada com base no **caput** do referido artigo regimental, nos termos discriminados no despacho que fiz encaminhar aos Senhores.

TCU, Sala das Sessões 23 de março de 2011.
– Ministro **Luciano Brandão Alves de Souza**, – **Ubiratan Aguiar**, Ministro-Relator.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – O Aviso vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 66/2011/CAE

Brasília, 12 de abril de 2011

Assunto: Criação de subcomissão

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 8ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 5 de abril de 2011, foi aprovado o Requerimento nº 7 de 2011-CAE, cuja cópia segue anexa, para criação da Subcomissão Permanente das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual, com a finalidade de “examinar e debater os temas relacionados as micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual”.

Respeitosamente, Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

REQUERIMENTO Nº 7, DE 2011-CAE

Nos termos dos artigos 73 e 89 do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a criação de Subcomissão Permanente, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, destinada a examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Justificação

As micros e pequenas empresas representam 99,2% das empresas brasileiras. Emprega cerca de 60% das pessoas economicamente ativas do País. No entanto, respondem apenas por 20% do Produto Interno Bruto brasileiro.

Mesmo sendo essenciais para a economia brasileira e apesar de serem alvo de políticas específicas para facilitar sua sobrevivência, a existência de boa parte dessas empresas não ultrapassa dois anos.

A mesma preocupação temos que ter com aquelas pessoas que são consideradas, conforme a Lei Complementar nº 128/2008, empreendedor individual, que trabalham por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

Of. nº 67/2011/CAE

Brasília, 12 de abril de 2011

Assunto: Substituição de membros

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 9ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada nesta data, o Senador Cyro Miranda foi designado membro titular da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal em substituição ao Senador Aécio Neves, que passa a ser membro suplente dessa Subcomissão.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Ofício nº 26/2011-CMA

Brasília, 6 de abril de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a instalação, nesta data, da Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, conforme resultado a seguir:

• Membros titulares designados:

- Bloco de apoio ao governo: Senadores João Pedro – PT, Rodrigo Rollemberg – PSB e Delcídio do Amaral – PT;

- Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV: Senador Ivo Cassol – PP e Valdir Raupp – PMDB;

- Bloco PSDB-DEM: Senador Flexa Ribeiro – PSDB; e

- PTB: Senador Paulo Davim – PV.

• Membros suplentes designados:

- Bloco de apoio ao governo: Senadores Jorge Viana – PT e Pedro Taques – PDT;

- Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV: Senador Lobão Filho – PMDB e Eduardo Braga – PMDB;

- Bloco PSDB-DEM: Senador Aloysio Nunes Ferreira – PSDB; e

- PTB: Senador João Vicente Claudino – PTB.

- Eleição do Presidente: Senador Flexa Ribeiro.

- Eleição do Vice-Presidente: Senador Ivo Cassol.

- Designação do Relator: Senador Delcídio do Amaral.

Diante do exposto, solicito as alterações necessárias para conhecimento dos Senadores desta Casa.

Atenciosamente, – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da CMA.

Ofício nº 22/2011 – PRES/CAS

Brasília, 12 de abril de 2011

Assunto: Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da CASSAUDE/CAS

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 89, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que foi instalada, em Reunião Extraordinária realizada nesta data, 12 de abril do corrente ano, a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais.

Foram eleitos, em escrutínio secreto, Presidente, o Senador Humberto Costa, e Vice-Presidente, o Senador Eduardo Amorim, dessa Subcomissão para o biênio 2011/2012.

Cordialmente, – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – A Presidência designa o Deputado Otavio Leite, em substituição ao Deputado Duarte Nogueira, como membro titular, e o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Otavio Leite, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 529, de 2011, que “Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, no tocante à contribuição previdenciária do microempendedor individual”, de conformidade com o **Ofício nº**

357/2011/PSDB, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 357/2011/PSDB

Brasília, 12 de abril de 2011

Assunto: Indicação de membro de Comissão.

Senhor Presidente,
Indico a Vossa Excelência o Deputado Otavio Leite, como membro titular, e o Deputado Antonio Im-

bassahy, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a medida Provisória nº 529/11, que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, no tocante à contribuição previdenciária do microempreendedor individual.

Respeitosamente, – **Duarte Nogueira**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, DE 2011

Acrescenta inciso ao art. 23 da Constituição Federal para incluir a proteção aos pedestres e aos condutores de veículos não motorizados entre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 23 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIII:

“Art. 23.

XIII – proteger a circulação de pessoas e bens, garantindo, em especial, a segurança e o conforto dos pedestres e dos condutores de veículos não motorizados.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Dentre as questões urbanas, a da mobilidade requer uma especial atenção. A opção pelo modo de transporte motorizado individual é, sem dúvida, o maior responsável pela crise da mobilidade urbana hoje verificada especialmente nas cidades mais populosas.

A Constituição Federal de 1988, ao tempo em que considerou o transporte público como serviço essencial, transferiu para os municípios a responsabilidade de gerir esses serviços e também o trânsito. Porém, poucos municípios brasileiros tiveram as condições técnicas e financeiras de criar estruturas capazes de planejar, implantar e fiscalizar um sistema eficiente para atender as necessidades de mobilidade urbana.

O elevado crescimento do número de veículos em circulação – a frota brasileira praticamente duplicou nos últimos dez anos – explica em grande parte, o caos em que se transformaram nossas ruas e estradas. Mas, certamente, contribui para tanto a prioridade conferida ao transporte particular motorizado, em detrimento do transporte público (ônibus, metrô, veículo leve sobre trilho e trens urbanos) e da circulação de pedestres e ciclistas, por exemplo.

Os automóveis que ocupam mais de 80% dos espaços viários transportam menos de 30% das pessoas. O transporte coletivo, responde por cerca de 29% e a bicicleta por 2,7%. O maior grupo, 38,6% se desloca a pé. E as bicicletas, os ônibus e as faixas de pedestres são vistas como empecilhos para a fluidez do trânsito. Na verdade, o que se vê hoje é a privatização das vias públicas.

A maior parte das pessoas que se deslocam a pé o faz, por um lado, pela precariedade do transporte coletivo, por outro, pelo alto valor da tarifa, incompatível com sua renda familiar. Para muitos, principalmente aqueles que não têm direito ao vale transporte, representa reduzir a já precária qualidade de vida de sua família. E mais, têm dificultado o acesso a outros serviços essenciais, como saúde, educação, lazer e mesmo ao trabalho, limitando, portanto, sua plena participação social.

Os acidentes de trânsito configuram-se em outra face triste dessa mesma questão. Somados aos problemas de saúde causados pela poluição do meio ambiente, geram um custo anual de 12,3 bilhões de reais aos cofres públicos, dos quais, 78% são de responsabilidade dos automóveis. E mais, 52% dos leitos hospitalares, são comprometidos com pacientes vítimas de traumas, cuja principal causa são os acidentes de trânsito. Ao todo são 30 mil mortes, 350 mil feridos e 120 mil deficientes físicos a cada ano.

Chama atenção, particularmente, a incidência dos atropelamentos no conjunto dos acidentes fatais: pedestres e ciclistas constituem, respectivamente, 26% e 7% das vítimas. Isto, segundo estatísticas do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) obtidas entre 2002 e 2006. Em termos absolutos, os dados representam a morte de quase dez mil pedestres e perto de três mil ciclistas por ano.

A inexistência ou mesmo a inadequação das calçadas, como espaço conveniente para a circulação do pedestre, revela uma situação ainda mais grave. Para se ter a dimensão do problema, considerando informações da Associação Brasileira de Pedestres, na cidade de São Paulo, por ano, cerca de 100.000 pessoas são vítimas de quedas nas calçadas. São buracos, falta de pavimentação e inclinações indevidas que prejudicam a circulação da população, provocando ferimentos e vitimando especialmente as pessoas idosas, crianças, portadores de necessidades especiais e mesmo mães transportando seus bebês em carrinhos.

A calçada é parte da via pública e deve-se ter o mesmo cuidado que se dedica à rua: iluminação, sinalização, manutenção permanente evitando os buracos, etc. O Poder Público deve assumir a responsabilidade pela sua manutenção e implantação nos trechos onde há grande trânsito de pedestres.

É com o propósito de contribuir para a melhoria desse quadro que trazemos à avaliação do Congresso Nacional esta Proposta de Emenda à Constituição que, ao enfatizar a responsabilidade comum, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios quanto à segurança e ao conforto do pedestre e do ciclista, valoriza a vida humana cotidianamente ameaçada pela violência do trânsito.

Uma crônica de Carlos Drummond Andrade, publicada no Jornal do Brasil de 09/05/1982, denominada "Direito de Ir e Vir" retrata bem o drama do pedestre, que não é de hoje, apenas em muito se agravou. Segue um trecho do que diz o poeta:

"Outro dia fui ao médico e ele me perguntou se eu ando bastante a pé. *Muito* - respondi. - *Pois então ande mais ainda.*"

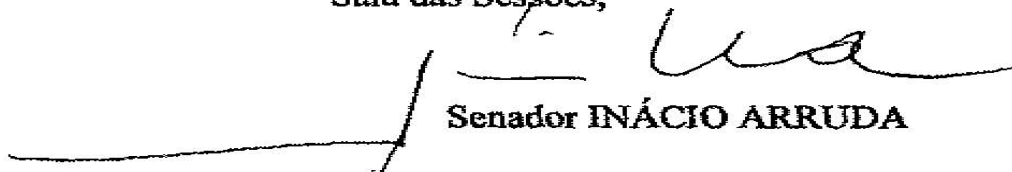
"O conselho é saudável, mas não sei como se possa andar com as calçadas e o leito das ruas cheios de veículos, sem uma beiradinha para o infeliz pedestre. Fomos definitivamente proscritos da cidade. E não temos para onde ir, pois o progresso chega ao interior, com seu cortejo de máquinas, desde o automóvel até a carreta, passando pela moto, a escavadeira, a britadeira e demais bichos mecânicos incumbidos de obstar o alegre movimento das pernas. Estava pensando na impraticabilidade da prescrição médica..."

.....

E o Poeta finda sua crônica dizendo: "Vamos trabalhar pela afirmação (ou reafirmação) da existência do pedestre, a mais antiga qualificação humana do mundo. Da existência e dos direitos que lhe são próprios, tão simples, tão naturais, e que se condensam num só: o direito de andar, de ir e vir, previsto em todas as constituições... o mais humilde e o mais desprezado de todos os direitos do homem. Com licença: queremos passar".

Essas são as razões que justificam a presente iniciativa, para a qual esperamos contar com o apoio dos membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões,



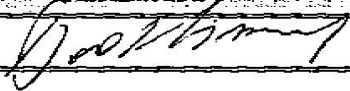

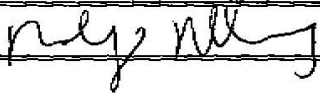
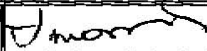
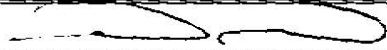
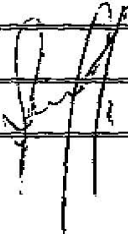
Senador INÁCIO ARRUDA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2011

Acrescenta inciso ao art. 23 da Constituição Federal para incluir a proteção aos pedestres e aos condutores de veículos não motorizados entre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Nome	Partido	UF	Assinatura
1. Acir Gurgacz	PDT	RO	
2. Aécio Neves	PSDB	MG	
3. Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	SP	
4. Alvaro Dias	PSDB	PR	
5. Ana Amelia	PP	RS	
6. Ana Rita	PT	ES	
7. Angela Portela	PT	RR	
8. Anibal Diniz	PT	AC	
9. Antonio Carlos Valadares	PSB	SE	
10. Armando Monteiro	PTB	PE	
11. Benedito de Lira	PP	AL	
12. Blairo Maggi	PR	MT	
13. Casildo Maldaner	PMDB	SC	
14. Cícero Lucena	PSDB	PB	
15. Ciro Nogueira	PP	PI	
16. Clésio Andrade	PR	MG	
17. Cristovam Buarque	PDT	DF	
18. Cyro Miranda	PSDB	GO	
19. Delcídio do Amaral	PT	MS	
20. Demóstenes Torres	DEM	GO	
21. Eduardo Amorim	PSC	SE	
22. Eduardo Braga	PMDB	AM	
23. Eduardo Suplicy	PT	SP	
24. Eptácio Cafeteira	PTB	MA	
25. Eunício Oliveira	PMDB	CE	
26. Fernando Collor	PTB	AL	
27. Flexa Ribeiro	PSDB	PA	
28. Francisco Dornelles	PP	RJ	
29. Garibaldi Alves	PMDB	RN	
30. Gilvam Borges	PMDB	AP	
31. Gim Argello	PTB	DF	
32. Gleisi Hoffmann	PT	PR	

Nome	Partido	UF	Assinatura
33. Humberto Costa	PT	PE	
34. Inácio Arruda	PC DO B	CE	
35. Itamar Franco	PPS	MG	
36. Ivo Cassol	PP	RO	
37. Jarbas Vasconcelos	PMDB	PE	
38. Jayme Campos	DEM	MT	
39. João Alberto Souza	PMDB	MA	
40. João Durval	PDT	BA	
41. João Pedro	PT	AM	
42. João Ribeiro	PR	TO	
43. João Vicente Claudino	PTB	PI	
44. Jorge Viana	PT	AC	
45. José Agripino	DEM	RN	
46. José Pimentel	PT	CE	
47. José Sarney	PMDB	AP	
48. Kátia Abreu	DEM	TO	
49. Lídice da Mata	PSB	BA	
50. Lindbergh Farias	PT	RJ	
51. Lobão Filho	PMDB	MA	
52. Lúcia Vânia	PSDB	GO	
53. Luiz Henrique	PMDB	SC	
54. Magno Malta	PR	ES	
55. Marcelo Crivella	PRB	RJ	
56. Maria do Carmo Alves	DEM	SE	
57. Marinor Brito	PSOL	PA	
58. Mário Couto	PSDB	PA	
59. Marisa Serrano	PSDB	MS	
60. Marta Suplicy	PT	SP	
61. Mozarildo Cavalcanti	PTB	RR	
62. Paulo Bauer	PSDB	SC	
63. Paulo Davim	PV	RN	
64. Paulo Paim	PT	RS	

Nome	Partido	UF	Assinatura
65. Pedro Simon	PMDB	RS	
66. Pedro Taques	PDT	MT	
67. Randolfe Rodrigues	PSOL	AP	
68. Renan Calheiros	PMDB	AL	
69. Ricardo Ferraço	PMDB	ES	
70. Roberto Requião	PMDB	PR	
71. Rodrigo Rollemberg	PSB	DF	
72. Romero Jucá	PMDB	RR	
73. Sérgio Petecão	PMN	AC	
74. Valdir Raupp	PMDB	RO	
75. Vanessa Grazziotin	PC DO B	AM	
76. Vicentinho Alves	PR	TO	
77. Vital do Rego	PMDB	PB	
78. Waldemir Moka	PMDB	MS	
79. Walter Pinheiro	PT	BA	
80. Wellington Dias	PT	PI	
81. Wilson Santiago	PMDB	PB	

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 25, DE 2011

Altera a Constituição Federal, para vedar o exercício, por Deputado ou Senador, dos cargos de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de capital ou de chefe de missão diplomática temporária.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 54 e 56 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 54.....

I

.....
.....
b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de capital ou chefe de missão diplomática temporária ou quaisquer outros que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades constantes da alínea *a*;

II –

.....
b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis *ad nutum*, inclusive os de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de capital ou chefe de missão diplomática temporária, nas entidades referidas no inciso I, *a*;

.....” (NR)

“Art. 56.....

.....
§ 1º O suplente será convocado nos casos de vaga ou de licença superior a cento e vinte dias.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor noventa dias contados da data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se o inciso I do *caput* e o § 3º do art. 56 da Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

O permissivo constitucional gravado no inciso I do art. 56 da Constituição representa uma exceção ao princípio da incompatibilidade, regra geral que delinea os mandamentos magnos referentes aos cargos políticos no Brasil.

Essa regra geral se assenta nos fundamentos que regem o sistema de governo entre nós adotado, em que o Presidente da República exerce ao mesmo tempo a função de Chefe de Estado e Chefe de Governo, com liberdade de escolher seus Ministros sem a obrigação de submeter seus nomes à aprovação do Poder Legislativo.

Com efeito, no sistema presidencialista o Ministro de Estado é mero auxiliar do Chefe da Nação, e sua nomeação não passa pelo crivo do Congresso Nacional. Em tal sistema, as relações entre o Poder Executivo e Legislativo se caracterizam por maior autonomia, malgrado o equilíbrio e a harmonia que devem ser mantidos entre ambos, para evitar aquela rigidez inicial já em desuso no mundo moderno.

Assim, no nosso entendimento há dissonância entre o Presidencialismo e a possibilidade constitucionalmente assegurada no inciso I do art. 56 da Lei Maior, que permite àquelas autoridades ali elencadas a manutenção dos mandatos parlamentares ainda que assumam os referidos cargos.

Qualquer tipo de atuação de parlamentar no Poder Executivo de todas as pessoas federativas, seja na função de Ministro de Estado ou de Secretário de Estado e Município ou ainda na função de chefe de missão diplomática, pode dar ensejo a abusos de várias espécies, como a busca de vantagens e troca de favores, agravados pela permissão de vir o suplente de senador a assumir o mandato durante toda a legislatura, em total contradição com o interesse público, que elegeu o titular muitas vezes sem ao menos conhecer a figura do seu substituto.

A estabilidade do regime presidencialista repele a imposição de qualquer tipo de norma exclusivamente típica do parlamentarismo, como é o caso do vigente art. 56 da Lei Maior.

Efetivamente, no sistema parlamentarista, a investidura definitiva do Primeiro-Ministro, bem como sua permanência no cargo, depende da confiança nele depositada pelo Parlamento, instituição responsável pela instauração do governo e indispensável para sua continuação.

É instrumento típico do parlamentarismo a moção de censura, que tem por objetivo a verificação do apoio que o gabinete possui ou deixa de possuir em relação à maioria parlamentar. No pensamento de RAUL PILLA, *se o governo necessita de confiança do Parlamento para instaurar-se, claro é que não pode prescindir dela, depois de instaurado. (...) Governo que houvesse perdido a confiança do Parlamento seria Governo que, até prova em contrário, teria perdido a confiança da Nação e não poderia subsistir de acordo com os cânones democráticos. (...) Tão delicada é a sensibilidade dos homens de governo no regime parlamentar que basta uma manifestação duvidosa, uma maioria parlamentar pouco firme, para que o gabinete se demita.* ("Parlamentarismo ao Alcance de todos", SEDAP e FUNCEP, 3ª edição, 1987).

Já no presidencialismo, os Ministros de Estado são agentes de confiança do Poder Executivo, da mesma forma como o são os Secretários de Estado em relação aos governadores, todos declaradamente irresponsáveis perante o Poder Legislativo, seja federal, estadual ou municipal.

Assim, caso essas autoridades nomeadas se mostrem desmerecedoras de permanecerem nos cargos, não há instrumento legal que possibilite sua demissão, que depende unicamente dos Chefes de Governo.

Também não nos parece razoável a manutenção do mandato por parlamentares que aceitam chefiar missões diplomáticas em caráter temporário, pois tais atribuições não deixam de caracterizar atuação marcante da autoridade em tarefa governamental, relativa à representação do País no exterior.

Ante o exposto, esperamos de nossos ilustres Pares a aprovação da presente iniciativa, que tem por escopo aprimorar os princípios formadores de nosso sistema jurídico e político, em especial o regime presidencialista, firmado pelo constituinte de 1988 e depois ratificado pelo povo brasileiro no plebiscito de 1993, revogando a possibilidade de parlamentares exercerem cargos no Poder Executivo.

Registre-se, finalmente, que, com o objetivo de permitir a transição para a nossa situação e que os atuais Deputados e Senadores que exercem cargos de primeiro escalão nos diversos governos possam deixar essas funções sem traumas, estabelecemos um prazo de noventa dias após a sua publicação para a vigência da presente norma.

Sala das Sessões,



Senador ROBERTO REQUIÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, DE 2011

Altera a Constituição Federal, para vedar o exercício, por Deputado ou Senador, dos cargos de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de capital ou de chefe de missão diplomática temporária.

SENADOR	ASSINATURA	
1- <i>Requinto</i>	<i>Requinto</i>	Robert Requinto
2- ALVARO DIAS	<i>Alvaro Dias</i>	ALVARO DIAS
3- <i>Acayres</i>	<i>Acayres</i>	
4- <i>Medeira Brito</i>	<i>Medeira Brito</i>	Medeira Brito
5- <i>Vital do Rego</i>	VITAL DO REGO	VITAL DO REGO
6- <i>Sergio Petecão</i>	<i>Sergio Petecão</i>	Sergio Petecão
7- <i>João Ribeiro</i>	<i>João Ribeiro</i>	João Ribeiro
8- <i>João Durval</i>	<i>João Durval</i>	João Durval
9- <i>Gaspar Maldonado</i>	<i>Gaspar Maldonado</i>	Gaspar Maldonado
10- <i>Gleisi Hoffman</i>	<i>Gleisi Hoffman</i>	Gleisi Hoffman
11- <i>Lindberg Faria</i>	<i>Lindberg Faria</i>	Lindberg Faria
12- LINDBERGH	<i>Lindberg</i>	Lindberg
13- ANA AMÉLIA	<i>Ana Amélia</i>	ANA AMÉLIA
14- NOZAIWDO	<i>Nozaiwdo</i>	NOZAIWDO

SENADOR	ASSINATURA	
15- Paulo Bauer	<i>Paulo Bauer</i>	Paulo Bauer
16- Wellington Dias	<i>Wellington Dias</i>	Wellington Dias
17- FARIAS VICENTE CLAUDIO	<i>Farias Vicente Claudio</i>	FARIAS VICENTE CLAUDIO
18- Rodrigo Rollemberg	<i>Rodrigo Rollemberg</i>	Rodrigo Rollemberg
19- ACIR GURGACZ	<i>Acir Gurgacz</i>	ACIR GURGACZ
20- BRUNO MAGGI	<i>Bruno Maggi</i>	BRUNO MAGGI
21- Geovani Buzato	<i>Geovani Buzato</i>	Geovani Buzato
22- CRISTOVAN	<i>Cristovam</i>	CRISTOVAN
23- TUD CASSOL	<i>Tud Cassol</i>	TUD CASSOL
24- MARCOS CRIVELLA	<i>Marcos Crivella</i>	MARCOS CRIVELLA
25- RUI DEL FIORE RODRIGUES	<i>Rui Del Fio</i>	RUI DEL FIORE RODRIGUES
26- LEO W. NARD	<i>Leo W. Nard</i>	LEO W. NARD
27- ANA RITA	<i>Ana Rita</i>	ANA RITA
28- VANUZA GUZZIOTIN	<i>Vanuza Guzziotin</i>	VANUZA GUZZIOTIN

LEGISLAÇÃO CITADA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão:

I – [...]

II - desde a posse:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, "a";

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, "a";

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 56. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I - investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária;

II - licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

§ 1º - O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

§ 2º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição para preenchê-la se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 3º - Na hipótese do inciso I, o Deputado ou Senador poderá optar pela remuneração do mandato.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – As propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – A Sr^a Senadora Vanessa Grazziotin e o Sr. Senador Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda no mês passado fui acionada pelo ex-prefeito Hamilton Vilar, do município de Careiro Castanho, do meu Estado, para que ajudasse uma família amazonense que vivia no Japão e foi vítima do forte terremoto que abalou aquele país. Os descendentes de japoneses moravam e trabalhavam em Otawara, a 70 quilômetros da área onde houve a explosão do reator nuclear, em Fukushima.

Imediatamente entrei em contato com o Ministério das Relações Exteriores solicitando que os membros da família, ao todo três mulheres e quatro crianças, fossem incluídos na operação de resgate dos brasileiros próximos as áreas de riscos.

Todos também estavam dispostos a voltar ao Brasil. A família, que tentava melhorar de vida naquele distante país, perdeu todos os bens por causa do terremoto e não tinha condições de arcar com a despesa do retorno.

Com os familiares apreensivos no Amazonas e devido a gravidade do problema, solicitei ao Itamaraty que priorizasse o retorno deles. O comunicado que recebemos era que isso seria priorizado, no entanto, dentro dos critérios de repatriação, o que levaria um tempo maior devido às regras legais.

Depois de conversar sobre o assunto com o governador Omar Aziz, que ficou muito sensibilizado, houve uma solução mais rápida para o problema. Tratou o governador de se comprometer em bancar os custos das passagens, mas para isso deveria ser acionado oficialmente.

E partiu desta Casa o encaminhamento. Também sensibilizado com o problema, o senador Fernando Collor, presidente da Comissão de Relações Exteriores, fez o pedido ao governo amazonense para que ajudasse os brasileiros.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho a grata satisfação de anunciar o desfecho da situação. Amanhã, às 12h20, a família amazonense

chega no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes de Manaus.

Fiz questão de me pronunciar sobre o assunto para destacar que a solução do problema só foi possível graças a solidariedade de todos. Sociedade, parlamento e executivo que se uniram em prol de uma causa justa.

Por intermédio da família amazonense, quero também prestar minha solidariedade aos mais de 250 mil brasileiros que vivem no Japão e que, direta ou indiretamente, foram afetados pelo forte terremoto seguido de um tsunami que devastou aquele país.

Era o que eu tinha a dizer, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores.

Muito obrigada, Sr. Presidente

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, convencionou-se, entre nós, que a marca dos cem primeiros dias de mandato representa uma excelente ocasião para que se faça um primeiro balanço das iniciativas do Presidente da República – em nosso caso, da Presidenta Dilma Rousseff. Esse período, de pouco mais de três meses, oferece várias indicações do estilo e da dinâmica que a Chefe do Poder Executivo pretende imprimir à sua administração e aponta para o rumo que o País deve tomar nos próximos anos.

Muito se falou, ainda durante a campanha presidencial, que a Presidenta Dilma seria mera continuadora do ex-Presidente Lula, que governaria o País a partir dos bastidores como uma espécie de eminência parda. Não foram necessários cem dias, nem mesmo dez, para mostrar que a Presidenta Dilma tem luz própria e ideias originais sobre a melhor forma de governar o Brasil.

É evidente que, sendo do mesmo partido que o ex-Presidente Lula, a Presidenta Dilma daria continuidade aos principais programas iniciados no Governo Lula, e assim o fez. O PAC segue firme, o Bolsa Família foi reajustado no mês passado, o Minha Casa, Minha Vida passou por atualizações e melhorias, o controle fiscal e inflacionário continua sendo feito com responsabilidade e rigor.

A sequência a esses programas e políticas, contudo, vem sendo dada de forma a evidenciar, antes de tudo, a marca pessoal que a Presidenta Dilma imprime a suas ações.

Seu perfil gerencial, seu cuidado tanto com os aspectos técnicos quanto os desdobramentos políticos das questões sobre as quais se debruça, sua sensibilidade para questões como os direitos das mulheres

e sua defesa incondicional dos direitos humanos são alguns dos traços que os brasileiros estão passando a admirar cada vez mais.

Essa admiração é refletida, evidentemente, nas pesquisas de popularidade referentes aos seus primeiros meses no Palácio do Planalto. Recente pesquisa do Ibope mostrou que a avaliação de seu governo ao final do primeiro trimestre, com 56% de avaliação boa ou ótima, superou a avaliação positiva obtida por Fernando Henrique Cardoso em 1995 e pelo próprio Presidente Lula em 2003.

Outras pesquisas mostram que a avaliação positiva do Governo Dilma é mais difusa entre os segmentos econômicos que formam a sociedade brasileira. A diferença de popularidade entre as parcelas mais rica e mais pobre da população, que no Governo Lula chegava a 17 pontos percentuais, caiu para 10 pontos no Governo Dilma.

A Presidenta Dilma vem minando as resistências até de veículos da imprensa tradicionalmente críticos aos governos do Partido dos Trabalhadores. O mesmo acontece aqui, no Parlamento, onde deputados e senadores da oposição, sem abrirem mão de suas críticas, admitem os acertos e o equilíbrio das decisões da Presidenta Dilma em relação a várias questões, como, por exemplo, o posicionamento firme em relação aos conflitos na Líbia e ao tratamento desumano reservado às mulheres no Irã.

Dessa forma, Sr. Presidente, parabenizamos a Presidenta Dilma por esses primeiros 100 dias no Governo, que foram uma combinação feliz de seriedade, responsabilidade, simpatia e muito trabalho. As perspectivas para os próximos quatro anos, com base nos primeiros 100 dias de Governo Dilma, são, portanto, as mais positivas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2011 (Proveniente da Medida Provisória nº 511, de 2010)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2011, que *autoriza a*

criação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV; estabelece medidas voltadas a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; dispõe sobre a autorização para garantia do financiamento do Trem de Alta Velocidade – TAV, no trecho entre os Municípios do Rio de Janeiro – RJ e Campinas – SP; e dá outras providências.

(Lida no Senado Federal no dia 7-4-2011)

Relator revisor: Senadora Marta Suplicy

(Sobrestando a pauta a partir de: 2-2-2011)

Prazo final prorrogado: 17-4-2011

2

REQUERIMENTO Nº 280, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 280, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 561, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (fiscalização de contratos de obras e serviços de engenharia, arquitetura e agronomia).*

3

REQUERIMENTO Nº 281, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 281, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (alterações no Fundo Nacional de Meio Ambiente).*

4

REQUERIMENTO Nº 282, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 282, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 632, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (benefícios fiscais a setores exportadores).*

5

REQUERIMENTO Nº 285, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 285, de 2011, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (promoções na carreira militar).*

6

REQUERIMENTO Nº 298, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 298, de 2011, de autoria do Senador Wellington Dias, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2011, por regularem a mesma matéria (institui o dia 13 de março, dia da Batalha do Jenipapo, no calendário das efemérides nacionais).*

7

REQUERIMENTO Nº 299, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 299, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (altera o Código Penal).*

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Sem mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Levanta-se a Sessão às 22 horas e 18 minutos.*)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY**12-4-2011****terça-feira**

10h – Recebe a Senadora Ângela Portela acompanhada da Ministra Cármen Lucia, do Superior Tribunal Federal, Ministro Eduardo Cardozo da Justiça, Ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos, Ministra Luiza Bairros, da Promoção da Igualdade racial e a Ministra Iriny Lopes, da Secretaria de Política para as Mulheres.

Sala de Audiências

11h – Reunião de Líderes

Sala de Audiências

11h30 – Recebe o Senador Cassildo Maldaner acompanhado do Senhor Rubens Ricardo Franz, Presidente da Confederação Maçônica do Brasil

Sala de Audiências

16h – Recebe o Senhor Ângelo Oswaldo Santos, Prefeito Municipal de Ouro Preto, MG

Sala de Audiências

16h30 – Recebe o Senador Ciro Nogueira acompanhado do Deputado Themistocles Filho, presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí e o Deputado Arnaldo Melo, presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão.

Sala de audiências.

16h30 – Recebe o Senhor Edmilson Gama da Silva, Presidente do Banco Regional de Brasília.

Sala de Audiências

19h – Lançamento do Livro “Além do Feijão com Arroz”, do Ministro Mailson da Nóbrega

Livraria Cultural **Shopping** Iguatemi, SHIN CA 4 Lote A.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amelia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 16/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	

Notas:

1. Em vaga cedida pelo PSDB.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NO ACRE E DEMAIS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽³⁾	
Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(4,5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3.
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4) REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽²⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).

2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).

3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).

4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).

5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).

6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).

7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).

8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).

9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amelia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR)	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amelia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁴⁾
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**.. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Gleisi Hoffmann (PT)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Cyro Miranda (PSDB)

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amelia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
⁽¹⁾	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 12, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amelia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.

3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 9, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amelia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 07.04.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 11, de 2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amelia (PP-RS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amelia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amelia Vice-Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Renan Calheiros (PMDB) ^(3,5,17)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Mário Couto (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽²⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8.
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁷⁾	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Francisco Dornelles (PP)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amelia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfê Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- **** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Kátia Abreu (DEM)

Notas:

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO (1)
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Anibal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁹⁾
VAGO ⁽²⁾	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽³⁾	1.
⁽¹⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 045/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)

6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

8. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

9. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amelia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2003, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	4.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amelia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁾
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Mário Couto (PSDB) ⁽²⁾	3. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amelia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amelia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amelia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁷⁾
PTB	
⁽¹⁾	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 02/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) ⁽⁶⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁴⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽²⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 24/02/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁷⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽⁶⁾
PDT
PSB
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 07/04/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17 de março de 2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amelia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
PSB
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽²⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽⁴⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 07/04/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾
PDT
PSB
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽⁴⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽²⁾
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽⁷⁾
PV

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 24-3-2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

(Resolução nº 01, de 2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Mário Couto (PSDB/PA)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Fernando Collor (PTB/AL)

Câmara dos Deputados

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)

(Atualizada em 24.3.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



Edição de hoje: 194 páginas

OS: 2011/11426